



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Dissertação de mestrado:

Do fogo e da justiça

Sandra Maria da Silva Andrade, movimentos de uma filha de Xangô na luta Quilombola

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.

Orientador: Dr. José Jorge de Carvalho

Banca examinadora:

Dr^a Maria Aparecida Moura - ECI / UFMG
Dr^a. Cristiane de Assis Portela - MESPT / UnB
Dr^a. Fabiene Gama - DAN / UnB

Ana Carolina Araújo Fernandes

Brasília, setembro de 2017

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de
Antropologia
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Dissertação de mestrado:

Do fogo e da justiça

Sandra Maria da Silva Andrade, movimentos de uma filha de Xangô na luta Quilombola

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.

Orientador: Dr. José Jorge de Carvalho

Banca examinadora:

Dr^a Maria Aparecida Moura - ECI / UFMG

Dr^a. Cristiane de Assis Portela - MESPT /UnB

Dr^a. Fabiene Gama - DAN / UnB

Ana Carolina Araújo Fernandes

Brasília, setembro de 2017

Aos orixás, que me colocaram nas trilhas que levaram até Sebastiana, que aqueceram meus sonhos e me fortaleceram com persistência para que eu pudesse seguir alguns dos caminhos de Sandra, que me ensinaram a entender os ventos como sinais de transformação.

Á Nossa Senhora do Rosário, em toda sua coragem.

Á São Benedito, em toda sua bondade.

Á minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Neste momento de conclusão de mais um ciclo de vida e aprendizados gostaria de agradecer algumas pessoas que já me acompanham há algum tempo e outras que conheci ao longo desta caminhada que foi o curso de mestrado.

Primeiramente, agradeço aos meus companheiros de sempre. Minha mãe, Inez A. Araújo Fernandes, que tanto tem me inspirado ao longo da vida e me fortalecido com seu amor e rigor de mãe, além de umas boas orações aos santos... Meu pai, Modestino Fernandes, por me levar desde cedo para todos os cantos onde andava e contar tantos casos do passado, com tamanha boa memória e uma boa dose de criatividade, que me despertou o gosto por ouvir histórias. Minha irmã Amaralina Fernandes, por ser minha grande amiga e companheira de vida, estudos, projetos; por sua sensibilidade, inteligência e paciência. Meu irmão Arthur Fernandes, que também faz parte dessa equipe. Obrigada, pessoal!

Gostaria ainda de agradecer a todas as tias e tios, primas e primos das minhas duas famílias, aos Araújo e aos Fernandes, para não ter ciúmes e saberem-se todos muito amados. Neste sentido, agradeço aos nossos mais velhos que começaram toda essa história. À minha avó Maria do Carmo Neri e meu avô Isaiás Araújo; minha vovó Joaquina Gomes e meu avô Modestino Luiz Fernandes, o Dedeco. Todos com muitas saudades e certamente com inspirações.

Agradeço às minhas amigas e amigos de Minas Gerais que estão sempre por perto, me fortalecendo com este amor maravilhoso que é a amizade.

Aos colegas do mestrado, especialmente à Isabele Bachtold, Tulio Diniz e Marcos Alvarenga. A Isabele agradeço pela amizade sincera e sempre disposta, ao Tulio pelo companheirismo e camaradagem ao longo deste percurso de estudos que, em muitos momentos, não foram fáceis; ao Marcos pelas trocas que fizemos ao longo de boas conversas e também de alguns projetos, sou grata por ter sido convidada a colaborar em sua dissertação de mestrado com algumas fotografias sobre um tema tão bonito como a cozinha do candomblé. Obrigada e axé.

Agradeço às minhas e meus camaradas do Grupo N'Zambi de Capoeira Angola. Entre vocês fiz amigos e me aproximei de tantas coisas que, consciente e inconscientemente, já há algum tempo procurava. Obrigada, camaradas!

Agradeço ao Santiago Augusto Silva, por ter sido tão bom amigo, companheiro de longas conversas sobre temas tão variados (!). Ao Santiago, além da amizade e companheirismo, devo a sempre disposta ajuda. São créditos dele a transformação de desenhos muito mal feitos por mim em detalhadas linhas de vida que apresento em esquema gráfico nesta dissertação. Ainda devo ao Santiago boas consultorias sobre informática e design ao longo deste processo. Obrigada, amigo!

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPQ pelo apoio financeiro através da bolsa de estudos que recebi por dois anos. Com os votos para que bolsas como essas se multipliquem e não o contrário.

Agradeço ao pessoal da secretaria do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da UnB. Rosa Cordeiro, Jorge Máximo e Caroline Greve, muito obrigada pela disposição em me ajudar sempre que precisei, de maneira simpática e solícita.

Agradeço ao professor José Jorge de Carvalho pela disposição em me orientar, por ter sido sempre prestativo e generoso. Agradeço pela amizade e inspiradoras conversas. Saiba-se muito querido, obrigada.

Sou grata às professoras Maria Aparecida Moura; Cristiane Portela e Fabiene Gama, por terem aceito o convite para participarem da banca de defesa desta dissertação enquanto arguidoras. A leitura e comentários preciosos de cada uma das professoras certamente servirão de inspiração para o desenvolver de minha vida acadêmica, sou grata por terem contribuído para que este fosse um dos momentos de maior alegria e sentimento de realização que já vivenciei dentro da academia.

Agradeço à Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas- CONAQ por ter aberto suas portas com grande generosidade e confiança. Agradeço especialmente ao Coletivo de Mulheres da CONAQ, e na pessoa da Selma Dealdina, eu gostaria de agradecer a todas que me deram o prazer da

convivência e o privilégio do aprendizado. Obrigada queridas, força sempre!

Agradeço às amigas e amigos quilombolas de Minas Gerais com os quais já estive enquanto estudante, pesquisadora e profissional da Antropologia. Através do meu cumprimento à Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais-N'GOLO, gostaria de mandar para todas e todos o meu abraço. Juntos!

Por fim, gostaria de agradecer a todas as pessoas da Comunidade Quilombola Carrapatos da Tabatinga-MG. Agradeço pela gentileza de me abrirem suas casas, a confiança de contar suas histórias, a bondade da amizade, as risadas, as rezas e as andanças. Não tenho palavras para medir o tamanho de minha gratidão. Resta agradecer e oferecer minha amizade de volta.

RESUMO

Esta dissertação apresenta a trajetória de vida de Sandra Maria da Silva Andrade, quilombola mineira, liderança do movimento quilombola em sua cidade, no Estado de Minas Gerais e nacionalmente. Através de narrativas sobre a vida de Sandra e seu percurso dentro do movimento social, alguns temas relacionados aos direitos das comunidades quilombolas são abordados; também são descritos momentos das políticas nacionais, estaduais e regionais que possuem influência sobre a vida das comunidades quilombolas. O ponto de partida para a análise sempre é a vida de Sandra, no entanto, vários temas caros ao pensamento antropológico contemporâneo são dissertados a partir desta estratégia. Ao se aproximar das trilhas de movimento compostas por Sandra em sua caminhada na luta quilombola percebemos a diversidade e a complexidade de caminhos que se interagem e integram sua trajetória.

Palavras-chave: Quilombos; Mulheres Quilombolas; Política; Trajetórias de Vida; Biografia;

ABSTRACT

This dissertation presents the life trajectory of Sandra Maria da Silva Andrade, member of an ethnic quilombola community and leader of the quilombola movement in her city and nationwide. Through narratives about Sandra's life and journey within social movement, raises questions about quilombola communities' rights, as well as issues regarding national, state and regional policies that influences its sovereignty. The analysis is based mainly on Sandra's experience, aided by the discussion of several topics dear to contemporary anthropological thinking. Our protagonist leads us on a journey through quilombolas' struggle and the complex paths that weave and integrate their trajectories.

Key words: Quilombos- Ethnic Communities; Quilombola Women; Politics; Life trajectories; Biography;

Um botão... Uma flor...
Um fruto... Uma semente...
Um começo...
O presente interlocutor do passado
E locutor do futuro...

Antônio Bispo dos Santos, Nêgo Bispo, 19 de agosto de 2017

Ô Senhor Ogum, nós somos companheiros!
Ô Senhor Ogum, nós somo companheiros!
E nos campos de batalha, nós somos guerreiros.
E nos campos de batalha, nós somos guerreiros.
Ô Senhor Ogum...

Ponto de Ogum cantado por Mãe Sebastiana

O certo é certo na guerra ou na paz.
A vida é desafio. Racionais MC's

Sumário

Introdução	13
Capítulo 1: “Isso foi bem antes de 1988”	31
1.1 Lembranças de uma preta velha: Dona Sebastiana, uma quilombola dos Carrapatos.....	36
1.2 Os Carrapatos e suas andanças	41
Capítulo 2: “Minha filha é Filha de Xangô, eu boto Xangô na frente e ela vai”	73
2.1 A gente pensou que era tudo irmão	87
2.2 Conhecendo outros irmãos	98
Capítulo 3: Peregrinar.....	104
3.1 Marcha das Mulheres Negras	126
3.2 Reflexões quilombolas sobre o impeachment de 2016	138
3.3 Entre papéis e sem tréguas: o caso da ADI 3239	152
3.3.1 Dormindo de olhos abertos	160
Capítulo 4: “Eu sempre fui atrevida”: Lições quilombolas de combate ao assujeitamento	173
Conclusão.....	199
Referências Bibliográficas.....	204

SIGLAS E ABREVIACÕES

ABA- Associação Brasileira de Antropologia

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

AMNB- Articulação de Organizações de Mulheres Negras do Brasil

B.O- Boletim de Ocorrência

CANJERÊ- Festival Quilombola de Minas Gerais

CEDEFES- Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva

CF- Constituição Federal

CONAQ- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT- Central Única dos Trabalhadores

DEM- Democratas

ECAM- Equipe de Conservação da Amazônia

FALA NEGRA- Instituto de Defesa de Afrodescendentes e da Cultura Negra-

FCP- Fundação Cultural Palmares

FOMENE- Fórum Mineiro de Entidades Negras

IEPHA- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ISA- Instituto Sócio Ambiental

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MPF- Ministério Público Federal

N'GOLO- Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU- Organização das Nações Unidas

ONG – Organização não governamental

PFL – Partido da Frente Liberal

SEDA - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário

SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

STF – Supremo Tribunal Federal

UE – União Europeia

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UnB- Universidade de Brasília

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Árvore genealógica fotográfica Carrapatos da Tabatinga.	68
Figura 2: Linhas dos Tempos, capítulo 1.	69
Figura 3: Árvore genealógica Carrapatos da Tabatinga.	70
Figura 4: Linhas dos Tempos, capítulo 2.	103
Figura 5: Linhas dos Tempos, capítulo 3.	172
Figura 6: Linhas dos Tempos, capítulo 4.	197
Figura 7: Linhas dos Tempos, conclusão.	203
Figura 8: Esquema Total das Linhas dos Tempos.	215

Introdução

Conheci Sandra no ano de 2013, devido a uma série de eventos que aconteceram no segundo semestre daquele ano que nos colocaram em comunicação. O primeiro deles foi um curso da Associação Filmes de Quintal que promoveu o intercâmbio entre seis comunidades de Minas Gerais. Fui convidada para auxiliar voluntariamente na última etapa deste intercâmbio em uma oficina sobre elaboração de projetos. O convite era para que eu auxiliasse os quilombolas da comunidade dos Arturos, com os quais eu estava desenvolvendo minha monografia de graduação sobre o tema do Registro da Comunidade como Patrimônio Imaterial de Minas Gerais.

Este curso, de que também participaram integrantes das comunidades de Chacrinha dos Pretos, da cidade de Belo Vale, Marques, da cidade de Carlos Chagas, e Manzo Ngunzo Kaiango, de Belo Horizonte, ainda contava com a participação dos Carrapatos da Tabatinga, da cidade de Bom Despacho, comunidade de Sandra. Na ocasião ela estava presente junto com algumas de suas irmãs, e pudemos nos aproximar durante as tardes da oficina e durante o encerramento do curso, que se estendeu por um final de semana. Naquele momento, Sandra já era muito referida como uma liderança; lembro-me de ter percebido que o tema da elaboração de projetos, para ela, não era novo. Ela demonstrava muita intimidade com o assunto, tendo sido quem havia descoberto o edital para o qual as comunidades estavam escrevendo seus projetos.

A finalização do projeto de intercâmbio se deu no mês de setembro de 2013; um mês depois, em outubro daquele ano, voltaríamos a nos ver. Naquela época, eu fazia parte de dois grupos importantes da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas –FAFICH que trabalham com a temática das comunidades quilombolas e de povos tradicionais, o NuQ – Núcleo de Estudos em Populações Quilombolas e Tradicionais, e o Projeto de Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais, vinculado ao GESTA – Grupo de Estudos de Temáticas Ambientais. Estes grupos foram convidados a colaborar na elaboração de uma oficina sobre a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, junto a outro grupo da área das ciências políticas, o Observatório da Justiça Brasileira – OJB. O curso era um projeto da Universidade Federal do Maranhão – UFAM, coordenado pelo professor Alfredo Wagner de Almeida, em

parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e a Fundação Ford, que estava acontecendo em parceria com várias outras universidades do Brasil.

A oficina seria de dois dias; pretendia-se trazer lideranças de diversas comunidades tradicionais e quilombolas de diferentes partes do estado para Belo Horizonte. Com todas as dificuldades que podem ser imaginadas de comunicação com as lideranças em seus quilombos naquele tempo em que a internet não era popularizada e os telefones celulares não possuíam os aplicativos de comunicação por nós tão utilizados hoje em dia, conseguimos trazer praticamente todas as lideranças indicadas pelos professores coordenadores dos grupos de estudo, tendo um público realmente representativo sobre as diversidades de regiões e de povos tradicionais de Minas Gerais. Não me lembro quantas lideranças participaram, mas acredito que trouxemos um pouco mais de vinte pessoas para participar do curso.

Durante a oficina, a liderança de Sandra era sempre referida. Os palestrantes a mencionavam muitas vezes, faziam brincadeiras com ela, perguntavam sua opinião. Nas palestras e também nos momentos de pausa, ela estava sempre circundada por muitas pessoas, quilombolas, professores e apoiadores de órgãos do Estado que se fizeram presentes, como o Ministério Público de Minas Gerais. Naquela oportunidade não conversei muito com Sandra, pois meu trabalho na organização do evento não me possibilitou muito tempo e, quando eu o tinha, ela estava sempre em outras conversas com estes companheiros e apoiadores. Fiquei mais próxima de outros quilombolas que se mostraram menos ocupados nestas atividades de diplomacia e política.

Pela minha memória, nosso maior contato naquele momento se deu ao final da oficina, algumas horas depois de encerrado o evento, quando já havíamos nos despedido dos professores e convidados. Eu estava andando pelos corredores da faculdade quando Sandra veio em minha direção, chamando-me de “menina” e rodeada por vários quilombolas que estavam na oficina. Ela havia me reconhecido e me pedia ajuda para encontrar um ponto de ônibus. Estavam sem saber como andar pela faculdade e precisavam pegar um ônibus para irem participar de outra reunião, agora interna, somente entre quilombolas, no escritório da ONG CEDEFES, onde também funcionava a sede da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais – N’GOLO. Explicaram-me que queriam aproveitar a oportunidade que o curso proporcionou de estarem lideranças de

quilombos muito afastados geograficamente na cidade, para discutir alguns assuntos do movimento quilombola estadual. Levei todos ao ponto de ônibus, expliquei o caminho, esperei que entrassem, despedi-me, e não a veria mais por um período de quase um ano.

Durante esse tempo, em setembro de 2014, foi lançado um documentário sobre Mãe Sebastiana de Oxóssi, um dos vídeos que mais me marcaram naquele período e que ficou na minha memória por muito tempo. Existe uma frase dita por Mãe Sebastiana neste filme, que seria um lema para mim ante muitas adversidades da vida. Esta frase também está presente na dissertação e abre o capítulo 3. Foi assistindo ao documentário que “vi” Sandra novamente, pois descobrira através dele que a liderança que havia conhecido algum tempo atrás era filha daquela poderosa senhora.

Dona Sebastiana foi ainda professora convidada enquanto mestra de saber para ministrar três disciplinas para o projeto *Encontro de Saberes*, entre os anos de 2014 e 2016. Sua primeira participação se deu no curso *Cultura e Cultivos nos Quilombos*, que abriu este formato de projeto dentro da UFMF, com Mãe Sebastiana de Oxóssi, junto com Silvio da Siqueira, o Seu Badu, mestre quilombola de Mato do Tição-Jaboticatubas-MG, como seus primeiros convidados. A presença de Sebastiana e Seu Badu foram as primeiras deste projeto dentro da UFMG, desde então, vários outros módulos de cursos aconteceram com disciplinas sendo ministradas por mestres de saberes pertencentes à povos e comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas de várias regiões do país, detentores de vários tipos de saberes diferentes.

Ainda no ano de 2014, Sebastiana foi convidada para lecionar alguns de seus conhecimentos para estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF.¹

¹ Nesta ocasião, o curso se chamava *Cultura Quilombola, Resistência em Festa*. Sebastiana o ministrou juntamente com outros dois mestres: Paulo Rogério dos Santos, mestre das expressões do jongo e do caxambu, de Miracema-RJ; e Jeferson Alves de Oliveira mestre quilombola do quilombo do Tamandaré-Guaratinguetá-SP. As aulas aconteceram em espaço aberto, nas matas do Jardim Botânico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Debaixo das árvores, e rodeada por velas, Sebastiana pôde explicar para alunos da UFJF e para o diverso público, alguns momentos de sua trajetória de vida como liderança quilombola, além de relatar sobre alguns assuntos pertinentes à luta quilombola como o acesso à terra, o combate ao racismo e à intolerância religiosa. Este encontro voltaria a acontecer nesta universidade no ano de 2016, sob o nome de *Sabedoria Quilombola*, contando com os mesmos convidados.

Sebastiana, ainda hoje comenta de suas aulas na UFMG e na UFJF. Em algumas entrevistas e matérias publicadas sobre a participação da matriarca nestes cursos, ela sempre se colocou de maneira altiva, agradecendo a oportunidade e aproveitando para passar seu recado. Para ela, se o povo negro fosse visto como produtor de cultura e conhecimento digno de reconhecimento sério pelos “brancos” há tempos atrás, muitas das situações de violência e desigualdades que a população negra passa e é exposta de maneira sistemática e secular estariam mais atenuadas em nossos tempos. Em uma entrevista à TV UFJF Sebastiana

Em agosto de 2014 me encontraria novamente com Sandra em uma Mesa Permanente de Acompanhamento de Regularização de Territórios Quilombolas promovida pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária de Minas Gerais – INCRA MG. No final daquele ano, comecei a refletir sobre a necessidade de se pesquisar academicamente o protagonismo das mulheres quilombolas como lideranças políticas deste movimento social. Meus contatos como estudante haviam me colocado em contato com uma série de mulheres quilombolas que, há anos, estavam à frente do engajamento em suas comunidades; até aquele momento, eu não tinha conhecimento sobre nenhum tipo de estudo ou abordagem de pesquisa reconhecendo e valorizando as perspectivas destas mulheres, grandes responsáveis pela manutenção ativa da pauta do movimento quilombola em suas comunidades e fora delas, estabelecendo elos com os poderes públicos, universidades e outros ambientes.

Neste período tive conhecimento sobre um encontro que aconteceria na Universidade Federal da Bahia – UFBA, chamado *I Congresso Internacional sobre o Pensamento das Mulheres Negras no Brasil e na Diáspora Africana*. Resolvi escrever um artigo em estilo projeto-piloto para submetê-lo à banca examinadora e apresentar minhas ideias no Congresso. O projeto, que tinha o nome *Dandaras: Trajetórias de Mulheres Quilombolas e seus Engajamentos Políticos*, citava o nome de Sandra e de outras mulheres lideranças quilombolas mineiras, como Tuquinha, da Chacrinha dos Pretos, e Cassia Cristina, do quilombo de Manzo. Depois de algumas semanas do envio, recebi a notícia de que o projeto havia sido aceito, e assim, em dezembro de 2014, fui a Salvador

declarou:

Eu tô sentindo muito orgulhosa deste trabalho que as universidades estão fazendo, porque o negro não tinha direito nem de chorar... Hoje os brancos estão parando para ouvir o negro falar, então isso pra mim, tá sendo de muito orgulho e muita alegria destes professores estarem fazendo este trabalho dentro das universidades. Por que se tivessem fazendo isso mais antes, hoje o nosso país não estaria do jeito que está não. Por que são os índios e os negros a força desta nação. (Fala de Mãe Sebastiana para a TV UFJF em 06 de agosto de 2014).¹

Mais informações sobre o projeto Encontro de Saberes, especialmente sobre as participações de Mãe Sebastiana podem ser encontradas nos seguintes matérias e respectivos endereços:

“*História e sincretismo nos quilombos mineiros Um encontro com Mãe Tiana de Oxóssi e Seu Badú*”, disponível em: <<http://www.processocom.org/2014/05/10/historia-e-sincretismo-nos-quilombos-mineiros-um-encontro-com-mae-tiana-de-oxossi-e-seu-badu/>>; “*Disciplina discute cultura quilombola em mata do Jardim Botânico da UFJF*”, disponível em: <<http://www.ufjf.br/secom/2014/08/06/curso-de-extensao-discute-cultura-quilombola-em-mata-do-jardim-botanico-da-ufjf/>>; “*Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa- Encontro de Saberes*” disponível em: <<http://www.inctinclusao.com.br/encontro-de-saberes/encontro-de-saberes>> .

Acessados em 24 de setembro de 2017.

apresentar o trabalho. Este encontro foi muito significativo e transformador para mim em diversas maneiras. No Congresso, além de apresentar minhas ideias, pude ter acesso a pesquisadoras negras e seus temas de pesquisa, que para mim ainda eram completamente desconhecidos. O encontro me motivou com certa energia de engajamento; não tenho muito claro como aconteceu, mas decidi que faria com que aquele projeto-piloto para um artigo se transformasse em outro veículo de comunicação: seria um videodocumentário.

No início de minha graduação, e durante algum tempo desta, tive interesse pelo tema da antropologia visual, especialmente por videodocumentários etnográficos. Por influência dos professores que tive na UFMG que trabalhavam nesta área, assistia a muitos vídeos sobre temáticas indígenas, gravados por documentaristas “nativos” e também por “brancos”. Assistia ainda a alguns filmes feitos pelo etnólogo e cineasta francês Jean Rouch, gravados entre pessoas de alguns países do continente africano. Devido aos estágios que fui conseguindo dentro e fora da universidade, aos poucos esses interesses foram ficando mais distantes e só voltaram a me aparecer depois do Congresso de Salvador e da resolução de gravar o vídeo com as quilombolas mineiras.

Em 2015, entrei para o mestrado em Antropologia Social da Universidade de Brasília – UnB; com o dinheiro que sobrava da minha bolsa de estudos, comprei, em divisão com minha irmã, uma câmera digital profissional, um tripé simples e um microfone direcional também simples. A partir dessa aquisição iniciamos as movimentações para gravar o vídeo.

A primeira pessoa que imaginei para o documentário foi Sandra. No decorrer de nossos encontros nos anos anteriores, já havia observado que ela era muito ativa; sua atuação como liderança representava de maneira completa o argumento do vídeo sobre o protagonismo político de mulheres quilombolas. Quando a procurei, Sandra foi muito aberta à proposta do documentário, mostrou-se disposta a participar, mas, como ela me contou, e pude perceber, naquele momento sua vida estava muito corrida. Ela, que foi a primeira mulher que imaginei para o filme, foi a última com a qual conseguimos gravar; mas a recepção foi igualmente boa por parte de todas as outras convidadas para o vídeo e, em novembro de 2015, lançamos *on-line* o documentário “*Dandarás: a força da mulher quilombola*”.

A partir dos contatos feitos para a gravação do filme, Sandra descobriu que eu

estava morando em Brasília, para estudar. De minha vez, descobri que ela vinha com muita frequência à capital federal, participar de atividades do movimento quilombola nacional, no qual também atuava com grande participação. Desde então, sempre que vinha a Brasília, Sandra me procurava e me inseria nas mais diversas circunstâncias e encontros relacionados ao movimento quilombola nacional.

Acredito que essa disposição para a incorporação do diferente representada nas atitudes de Sandra em me incorporar ao movimento quilombola seja um sinal do pensamento e comportamento dos povos “afropindorâmicos”², que possuem em sua cosmovisão, que se reflete em suas atitudes, a lógica da inclusividade, em contraposição ao pensamento colonizador, que atua de maneira a executar seleções e exclusões. Este pensamento é desenvolvido pelo pensador, escritor e agricultor quilombola Antônio Bispo do Santos, o Nego Bispo, em seu livro “*Colonização, Quilombos: modos e significados*”(SANTOS, 2015).

Através do empenho de Sandra em me agregar, acabei fazendo bons amigos no movimento quilombola e ocupando meus dias de estudante, estrangeira em Brasília, com a convivência entre os quilombolas do movimento nacional, em ocasiões cheias de atividades e pessoas. Com o tempo, a relação com o movimento quilombola nacional, representado pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ, foi crescendo e se complexificando, até que eu me tornasse uma “apoiadora” da CONAQ e trabalhasse junto ao movimento em algumas de suas atividades e projetos.

A partir de 2015, até o momento da escrita desta dissertação, em 2017, mantive-me muito perto e em constante diálogo com Sandra. Talvez seja interessante ressaltar que, embora tenha gravado o documentário sobre as mulheres quilombolas, meu desejo inicial de estudo para a dissertação do mestrado não era esse. Pensava em abordar o tema da arquitetura de terra, especialmente as técnicas de construção de casas de pau a pique. Fiz muitos movimentos no sentido de realizar esse estudo; alguns, como participar de um curso sobre permacultura em um renomado instituto da cidade de Pirenópolis (GO), onde consegui uma bolsa de estudos para mim e um senhor pertencente à comunidade quilombola de Baú, da cidade de Araçuaí, Minas Gerais, onde realizaria a pesquisa; pude

² Termo elaborado por Antônio Bispo para se referir às comunidades negras brasileiras e suas práticas de resistência às formas de colonização ao longo de toda a história do país.

também participar por um semestre de um curso sobre antropologia do lugar, no departamento de antropologia da Universidade de Goiânia, no qual eu deveria comparecer todas as sextas-feiras pela manhã na universidade para assistir ao curso, o que fazia com que acordasse todas as quintas-feiras de madrugada em Brasília e dirigisse até Goiânia, para participar das aulas. Ainda, realizei uma exposição fotográfica no departamento de antropologia da UnB, com fotos que acumulei ao longo da minha pesquisa sobre o tema. Até a metade de 2016, ainda pensava que o resultado dos meus estudos no mestrado seria uma pesquisa sobre este tema das casas de barro e suas arquiteturas tradicionais. Somente em julho de 2016 tomei consciência do meu envolvimento crescente entre as mulheres quilombolas, especialmente aquelas do coletivo de mulheres da CONAQ, e decidi então mudar o tema da dissertação.

Por uma série de situações e reflexões sobre qual seria a melhor maneira de abordar o tema da liderança entre estas mulheres, escolhi desenvolver um texto que tratasse sobre o assunto através de uma escrita que se parecesse ao gênero literário da biografia, aliada com técnicas clássicas antropológicas de etnografia, como a narrativa de histórias de vida, a descrição via observação participante e a fotografia.

Como escolhi pelo gênero biográfico, estilo de texto não muito praticado entre os antropólogos, não sabia muito bem como organizar e apresentar minhas ideias e observações, além das próprias histórias que Sandra me contava. Decidi que trabalharia as narrativas de Sandra em panorama com acontecimentos de caráter político da vida social, nas escalas municipal, estadual e nacional, nas quais ela atua como militante e também como cidadã. Como inspiração, resolvi consultar algumas obras biográficas.

Através da biblioteca da CONAQ me chegou às mãos o livro de Elisabete Aparecida Pinto sobre a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello, liderança negra feminina, primeira responsável pela criação de uma associação de empregadas domésticas no Brasil. O livro sobre Laudelina foi proveitoso devido à proximidade com o tema que eu iria abordar, e até mesmo pelas realidades de vida das protagonistas de cada texto, em alguns elementos, bastante parecidas. O livro sobre Laudelina, que é resultado da dissertação de mestrado da autora, defendida na década de 1990 e editada em livro apenas no ano de 2015, é uma obra complexa que aborda com profundidade temas como gênero, raça, movimentos sociais e mais alguns outros temas que convergiam sobre a vida da ativista social. Este livro foi uma importante referência, mas decidi logo no princípio que

não faria uma obra muito parecida com a da autora.

Procurei então por mais referências biográficas, e assim adquiri um livro que se propunha a biografar a trajetória de uma canção de *jazz* eternizada na voz da cantora negra norte-americana Billie Holiday, para, através deste ponto de partida – a música –, trazer informações sobre a vida da cantora e também sobre a sociedade norte-americana daquele período, especialmente os crimes de ódio racial e os movimentos de resistência contra o genocídio do povo negro, entre os quais a canção de Holiday teve grande repercussão. O livro *Strange Fruit: Billie Holiday e a biografia de uma canção*, do autor David Margolick, foi minha companhia em algumas viagens de ônibus para Bom Despacho, indo ao e voltando do quilombo Carrapatos da Tabatinga. O autor aborda pelo menos três movimentos que aconteciam ao mesmo tempo em torno daquela canção: a banalização pela sociedade americana dos seus crimes de ódio; a politização progressiva da cantora de jazz a partir do momento em que se torna intérprete desta que se tornou uma famosa e também indigesta canção; e ainda, as formas de resistência coletiva daqueles que lutavam pelos direitos civis dos negros norte-americanos. Acredito que de muitas maneiras este livro tenha me inspirado e motivado a desenvolver minha pesquisa e sua forma de escrita e organização de pensamento.

Neste período em que desenvolvia a pesquisa, ainda foi lançado o livro *Quelê: a voz da raça*, biografia de Clementina de Jesus, cantora negra, sambista e partideira brasileira que se consagrou nas décadas de 1960 e 1970. Também tive acesso a este livro, e acredito que a maneira delicada de apresentação da personagem desenvolvida pelos autores, neste que também é um livro advindo de um trabalho de conclusão de curso acadêmico, foi de grande inspiração para os modos que escolhi como apresentar Sandra e Mãe Sebastiana, as protagonistas desta dissertação.

Busquei por diversas maneiras fazer com que o texto fosse menos dominado pela “minha voz” enquanto escritora e narradora em primeira pessoa, forma de escrita comum da antropologia. Nesta tentativa, tentei por algumas vezes incentivar Sandra a ela mesma escrever em um “caderninho” que lhe arranjei, uma espécie de diário ou livro de memórias. Neste caderno eu havia escrito algumas perguntas-chave, que seriam tópicos para sua reflexão, mas a informei que ela poderia escrever de qualquer maneira e sobre qualquer assunto que achasse interessante. A empreitada do “caderninho” não deu certo. Sandra jamais escreveu alguma linha, embora, por muito tempo, tenha andado com ele na bolsa.

Percebi que a melhor estratégia seria a clássica observação participante e por isso busquei estar ainda mais em movimento junto com Sandra durante suas diversas viagens representando o movimento quilombola. Viajar foi uma ação que se converteu em técnica aliada para o estudo.

Além do fato de estar em constante viagens, lancei mão de um lugar em que a realização do filme havia me colocado entre as quilombolas: o posto de fotógrafa oficial do movimento. Em muitos lugares em que estive, viajando com a CONAQ e com Sandra como ativista em Minas Gerais, tinha a responsabilidade de registrar para o movimento quilombola os acontecimentos que se davam. Este lugar de fotógrafa foi o que possibilitou que esta dissertação pudesse também se utilizar do instrumento das imagens como forma de narrar e produzir informações antropológicas sobre os temas abordados.

Por fim, foi através da convivência no dia a dia e por meio de longas conversas informais, aliadas a algumas entrevistas em profundidade com o uso de gravador, que consegui várias das narrativas que aqui se apresentam.

O texto desta dissertação privilegia as falas de Sandra e Sebastiana; são elas, além de mim, praticamente as únicas vozes a narrar o texto e dizerem sobre si. De certa forma, em alguns momentos o texto consiste num diálogo entre mãe e filha. Somente no último capítulo aparece outro discurso, também de uma mulher quilombola, a Selma Dealdina, do quilombo Angelim III, do estado do Espírito Santo, que se destaca por sintetizar de maneira precisa a questão da participação das mulheres quilombolas em posições de destaque dentro do movimento social.

Delimitado o contexto para a escolha deste tema e explicitados alguns caminhos que percorri para elaborar esta dissertação, algumas informações metodológicas se fazem necessárias.

Essa dissertação utiliza-se da metodologia da história oral. Privilegiei as narrativas da minha principal interlocutora, Sandra Maria da Silva Andrade, assim como as de sua mãe, Dona Sebastiana Geralda Ribeiro, a principal referência de vida de Sandra, matriarca da comunidade quilombola a que pertence e líder comunitária e religiosa em Minas Gerais. O método da história oral é uma das ferramentas clássicas das ciências sociais, que aqui apresenta um contorno mais vinculado aos campos da história de vida (PINTO, 2015; SIMPSON, 1991; PORTELLI, 1997) e da etnobiografia (GONÇALVES, 2012). A escolha

dissertativa por um estilo de texto onde a biografia é um elo central não implica um texto individualizante. As histórias destas pessoas que apresento estão, todo o tempo – no texto, assim como na vida – situadas e em relação. Deste modo, através de um texto a princípio referenciado na história de um indivíduo, que é Sandra, tem-se acesso às diversas facetas do mundo social nas mais variadas escalas. Muitos temas são trespassados a partir da narrativa de Sandra – questões como identidade étnica, religião, gênero e política são alguns exemplos. Todos esses, assuntos caros ao trabalho antropológico.

A partir de experiências individuais de cada um dos atores ancorados em suas percepções culturais, estrutura-se uma narrativa que procura dar conta desses dois aspectos na simultaneidade, propondo de uma só vez e a um só momento a não mais antagônica relação entre subjetividade e objetividade, cultura e personalidade. (GONÇALVES, 2012, p. 9).

A doutora em psicologia social Elisabete Aparecida Pinto, responsável pela relevante obra sobre a história de vida de Dona Laudelina de Campos Mello, primeira empregada doméstica brasileira a fundar uma associação para sua classe e importante ativista negra de sua geração, afirma em seu texto: *“a investigação biográfica acaba por revelar, junto às etapas de vida dos biografáveis, as características e momentos sociais a sua volta”* (PINTO, 2015, p. 71). Seguindo os caminhos sugeridos pela pesquisadora, apresento alguns elementos que circundam a vida de Sandra, principalmente aqueles relacionados à sua vivência enquanto quilombola, pertencente ao quilombo dos Carrapatos da Tabatinga, e outros advindos de seu engajamento como ativista do movimento social quilombola, nas escalas municipais, estadual e federal. Assim, através do texto biográfico, com base na narrativa de Dona Sebastiana, para, em seguida, dar continuidade com Sandra, é possível conhecer momentos diversos da política de Estado do país no tocante às comunidades negras. Além disso, ainda mediante o diálogo entre as narrativas de mãe e filha, percebem-se configurações sociais de cada época narrada, assim como os movimentos de resistência empreendidos pelas comunidades quilombolas ao longo dos tempos.

Tendo como suporte intelectual e criativo alguns dos autores citados, especialmente o livro de Elisabete Pinto, demonstro como as histórias de vida podem explicar fatos culturais e momentos históricos, mais do que unicamente desvendar sujeitos. As histórias das pessoas são também as histórias das sociedades. Ao se ter acesso às narrativas das

protagonistas³ desta dissertação, constata-se que, ao relatarem suas histórias, uma série de ações sobre o mundo são evidenciadas, o que revela suas participações efetivas na construção de realidades sociais. Este texto procura conferir centralidade a estas ações. Como explica Gonçalves, as narrativas *dão forma ao real* (GONÇALVES, 2012, p. 10); nesta dissertação, o “real” possui, em seu primeiro plano, os pontos de vista destas pessoas.

A aliança entre os métodos da etnografia com a biografia pode ser significativa no sentido de ultrapassar fronteiras (GAMA, 2016). Alguns elementos como subjetividade e objetividade, personalidade e cultura, por exemplo, na cotidianidade da vida das pessoas já são campos extremamente imbricados. Penso que a antropologia tende a se tornar mais interessante, e até mesmo mais completa em sua missão de compreender alteridades, desde que não opte por fazer cisões, mas, pelo contrário, procure pelo complementar.

Nesta dissertação utilizo o recurso da fotografia em diversos momentos. As fotografias são de dois tipos predominantes: autoria, tiradas por mim, ao longo destes dois anos, acompanhando Sandra em suas atividades como liderança do movimento quilombola, e em outros momentos diversos de convivência com os Carrapatos da Tabatinga; e de arquivo pessoal⁴, pertencentes especialmente aos arquivos de Lázaro Antônio Felipe, o Pai Tonho, companheiro de Dona Sebastiana. Ainda, apresento fotos dos arquivos pessoais de Sandra – fotografias impressas e digitais – e outras dos arquivos de sua irmã Maria Imaculada, a Muruca. Existem poucas fotos de arquivos públicos; uma delas abre o primeiro capítulo e pertence ao Arquivo Público Mineiro –APM, na categoria de arquivos sobre a Rede Mineira de Viação – RMV. Esta fotografia faz-se relevante por se referir à história das linhas férreas em Minas Gerais, tópico significativo da trajetória de vida dos quilombolas Carrapatos da Tabatinga. Outra fotografia, mais à frente, pertence à Prefeitura de Bom Despacho e apresenta os Carrapatos da Tabatinga numa das etapas de um longo pleito que travavam com o poder local: a reserva de cotas para negros em concursos públicos da cidade.

³ Sandra é a principal interlocutora e a protagonista desta dissertação; no entanto, a influência e a capacidade de se fazer presente nas falas, atitudes e visões de mundo que Dona Sebastiana possui na história de vida de Sandra acaba por torná-la também, em diversos momentos, uma protagonista do texto.

⁴ É importante destacar que mesmo as fotografias que não são de minha autoria passaram por tratamentos de imagem, feitos por mim. Nenhum recorte sobre estas fotos de arquivo foi feito, no entanto, por se tratarem de arquivos muitas vezes antigos, foram com o tempo ou se deteriorando, ou perdendo suas cores. Para colaborar na interação entre o leitor e a foto, decidi submetê-las a este cuidado.

Assim como a pesquisadora Elisabete Pinto escreve em seu texto biográfico sobre Laudelina de Campos Mello, as fotografias aqui não são tomadas como simples “*agregados*” (PINTO, 2015, p. 70) do texto. Todas elas passaram por um processo de produção, organização e, neste momento, apresentação, para que se tornassem instrumentos capazes de conferir ao material etnográfico ainda mais potência. Penso, assim como Elisabete Pinto, que “*as fotos são instrumento metodológico importante para um pesquisador que não quer que o sujeito da pesquisa (...) se converta num simples objeto de pesquisa com uma identidade abstrata*” (PINTO, 2015, p. 71). Por meio da fotografia procuro fazer com que as pessoas se apresentem no trabalho dissertativo “*com identidade própria, tanto no aspecto cultural como individual*” (PINTO, 2015, p. 71).

Ainda considerando a potencialidade da fotografia em materializar momentos, histórias e pessoas, é importante destacar ser ela um recorte do real. O ato de fotografar passa por diversos tipos de seleções até se chegar à imagem apresentada. Estas seleções incluem, entre outras coisas, a filtragem dos assuntos apresentados, os enquadramentos escolhidos para serem exibidos, os momentos revelados. A fotografia, como muitos outros tipos de discursos, é feita perante escolhas, que envolvem, exposições e também omissões (KOSOY, 2001; 2009; GURRAN, 2000; GAMA, 2016). Observando esta característica do discurso fotográfico, não penso que a elaboração do texto antropológico esteja muito distante da linguagem da fotografia. Ao escrever abordagens antropológicas, igualmente fazemos seleções sobre assuntos que acreditamos serem interessantes de se retratar; escolhemos os melhores filtros intelectuais para abordá-los; adequamos os textos a depender do público que imaginamos que os irá receber. O que significa que enquanto antropólogos também fazemos recortes e tratamentos de nossos trabalhos, etnográficos ou não.

Enquanto antropóloga que fotografa, acredito ser coerente que eu, na qualidade de autora de textos e imagens, e o público que terá acesso ao meu trabalho, como receptor e leitor, estejamos conscientes sobre esta característica da abordagem fotográfica: o recorte. Em consonância, acredito que essa ressalva também deva ser feita para o próprio trabalho antropológico. Em nenhum dos casos estamos falando de linguagens plenas em suas capacidades de apreender e apresentar o real; o real de forma pura é uma abstração incapturável. O que fazemos em antropologia, e também na fotografia, são buscas por possibilidades de interpretação (GEERTZ, 2008).

Resumindo, os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão. (Por definição, somente um “nativo” faz a interpretação em primeira mão: é a sua cultura.) Trata-se, portanto, de ficções; ficções no sentido de que são “algo construído”, “algo modelado” – o sentido original de *ficcio* –, não que sejam falsas, não-fatuais ou apenas experimentos de pensamento. (GEERTZ, 2008, p. 11).

Para este trabalho, optei por apresentar a maior parte das vezes as fotografias em concatenação com o texto dissertativo. Aqui, interessa-me o diálogo entre as imagens e os textos; as possibilidades de referências que uns podem fazer aos outros, buscando, desta forma, pela expansão dos significados a partir das capacidades de cada uma das linguagens, para, em combinação, abordarem de maneira mais perspicaz as complexidades e camadas de significado dos temas abordados. O antropólogo e fotógrafo Milton Guran (GURAN, 2000) incentiva que o antropólogo/fotógrafo proceda desta maneira em seus trabalhos etnográficos. Para ele, a fotografia, além de linguagem, é também uma vertente da etnografia, derivada da técnica da observação participante. Guran explica que fotografar *é uma extensão da nossa capacidade de ver, e não apenas enxergar, mas ver com significado. (...) Seu papel mais importante como método de observação, convém sublinhar, não é apenas expor aquilo que é visível, mas sobretudo tornar visível o que nem sempre é visto* (GURAN, 2000, p. 160).

Guran vai um pouco além; a partir do pensamento do fotógrafo e sociólogo francês Sylvain Maresca (MARESCA, 1996) defende que a fotografia permite à análise antropológica a abordagem e aproximação sobre informações, permeadas de significados e difíceis de ser acessadas mediante a descrição textual, como os olhares, as expressões faciais, mímicas, gestos etc. Todas essas informações *podem ser úteis mesmo quando não nos é possível enquadrá-las no contexto lógico do discurso científico* (GURAN, 2000, p. 157).

Esclarece Guran que existem duas formas de fotografias feitas no decorrer do trabalho antropológico: aquelas para descobrir e aquelas para contar. As primeiras geralmente são feitas no início dos trabalhos, quando não se tem muito definido qual será o tema da pesquisa. As segundas acontecem com maior ênfase nas etapas em que já existe maior envolvimento entre pesquisadores e pesquisados. Neste momento, o pesquisador procura por imagens que possam contribuir para pensamentos e argumentos que tem desenvolvido e gostaria de tê-los apresentados. Guran ainda considera que uma foto feita eventualmente durante o período de “descobrir” pode vir a ser usada como um elemento

para se “contar”. O mesmo acontece para aquelas feitas com a intenção de “contar”, que podem vir a revelar nuances que o pesquisador ainda não havia notado. Pude experienciar as duas situações descritas pelo autor durante meu tempo de pesquisa.

Inicialmente, não sabia bem o que fotografar. Depois, quando entendi melhor as pessoas apresentadas, suas atividades e até mesmo os argumentos que gostaria de colocar em destaque sobre elas, fui direcionando minhas fotografias para tentar retratar as situações que fossem mais interessantes ao desenvolvimento das análises. Exemplificando, busquei fotografar muitas vezes Sandra em momentos de reunião enquanto estas aconteciam, privilegiando as vezes em que a quilombola se expressava. Gostaria de ter transmitido em escrita, e em imagens, alguns dos diversos movimentos que a vi executar como liderança e, mediante o meu trabalho, colaborar para fortalecer a imagem de uma mulher negra em um lugar de destaque num campo de políticas.

Como alerta Sueli Carneiro (CARNEIRO, 2009), o tema “mulher negra e política” é um assunto permeado de ausências e invisibilidades. Para que se altere esse panorama, um dos caminhos indicados por Carneiro é a necessária mudança sobre a imagem de mulheres negras existente no subconsciente social, os lugares que este lhes reserva e também aqueles que lhes privam. Intencionalmente, fotografei Sandra a agir politicamente diversas vezes. Como lembra o fotógrafo e historiador Bóris Kosoy, a fotografia não é de forma alguma ingênua (KOSOY, 2009, p. 22).

Os arquivos de Lázaro Antônio Felipe, o Pai Tonho, foram fontes de muito conhecimento. Através de seus arquivos fotográficos pude, ainda em campo, descobrir de maneira mais evidente a grande ativista social que foi Mãe Sebastiana, sua influência política na cidade de Bom Despacho e sua presença neste meio durante muitas gerações. Somente por meio dos arquivos fotográficos consegui dimensionar a dedicação e o destaque desta senhora que, em tantas áreas, exerce o papel de liderança. Nos arquivos de Antônio, Sebastiana aparece em muitas fotos ao lado de diversos políticos, junto a gerações e mais gerações de prefeitos, fazendo discursos, inaugurando lugares, recebendo o título de cidadã honorária. Visualizar um pouco destas linhas de atuação de Mãe Sebastiana me fez entender com maior profundidade os momentos em que esta senhora refere que está “passando o bastão” da política para a filha Sandra. Por estes caminhos, as fotografias demonstram, Sebastiana já percorreu grandes distâncias.

As fotografias de Pai Tonho são reveladoras em muitos aspectos. Através destes arquivos é possível constatar visualmente a chegada de Sebastiana à Tabatinga e o processo de reterritorialização do quilombo dos Carrapatos neste território; além disso, também se torna evidente nas fotos a centralidade da religiosidade para esta família, especificamente a dedicação à Umbanda e ao Reinado. Muitos outros assuntos estão retratados e guardados com cuidado nas caixas de Pai Tonho, em seu quartinho que é um baú de tesouros, depositário das lembranças dos Carrapatos. As fotografias de arquivo pessoal possuem a qualidade de desvendar as representações que as próprias comunidades fazem de si, os elementos que escolhem para registrar, guardar e se apresentar (GURAN, 2000). Por intermédio destas fotografias percebi de maneira ainda mais sensível algumas características dos Carrapatos da Tabatinga.

Toda fotografia tem atrás de si uma história. Olhar para uma fotografia do passado e refletir sobre a trajetória por ela percorrida é situá-la em pelo menos três estágios bem definidos que marcaram sua existência. Em primeiro lugar, houve uma *intenção* para que ela existisse; esta pode ter partido do próprio fotógrafo, que se viu motivado a registrar determinado tema do real, ou de um terceiro que o incumbiu para a tarefa. Em decorrência desta intenção teve lugar o segundo estágio: o ato do registro que deu origem à materialização da fotografia. Finalmente, o terceiro estágio: os caminhos percorridos por esta fotografia, as vicissitudes por que passou, as mãos que a dedicaram, os olhos que a viram, as emoções que despertou, os porta-retratos que a emolduraram, os álbuns que a guardaram, os porões e sótãos que a enterraram, as mãos que a salvaram. Neste caso seu conteúdo se manteve, nele o tempo parou. As expressões ainda são as mesmas. Apenas o artefato, no seu todo, envelheceu. (KOSSOY, 2003, p. 45).

É importante relatar que tive a sorte de ser Antônio, um de meus importantes interlocutores durante este período, um admirador de fotografia e fotógrafo amador. Ao perceber meu interesse e a presença da câmara constantemente comigo, Antônio se mostrou mais inclinado a me revelar alguns de seus documentos, expondo até mesmo suas câmeras analógicas antigas. Depois de algumas tardes de mistério e tantas outras de espera, Antônio me permitiu conhecer, aos poucos, algumas das importantes memórias do seu quilombo, da sua família e da sua companheira Sebastiana. Ele gosta do tema da memória e utiliza as imagens para acessar momentos importantes dos quilombolas Carrapatos da Tabatinga. Além das tardes vendo fotografias e ouvindo muitas histórias sobre estas, ainda assistimos juntos a vídeos de datas festivas dos Carrapatos, como casamentos, festas de 15 anos e seu próprio aniversário de 60 anos. Acredito que apresento neste trabalho imagens delicadas e potentes sobre este grupo, que permitem, de maneira sensível, nos aproximarmos ainda mais de seus universos de sentidos.

Política, ações pessoais e resultados coletivos são termos que povoam todos os capítulos desta dissertação. Privilegio também ações coletivas desenvolvidas por associações, articulações e outros grupos de que as protagonistas fazem parte.

No primeiro capítulo, é relatada a trajetória dos Carrapatos da Tabatinga e seus movimentos diaspóricos. Estes movimentos incidiram não somente sobre a história do grupo, mas também sobre a biografia de suas lideranças. A protagonista deste capítulo é Dona Sebastiana, mãe de Sandra, matriarca dos Carrapatos da Tabatinga e principal referência e influência para que Sandra integrasse o movimento quilombola.

Neste capítulo há ainda um panorama sobre o movimento histórico de discussão e consolidação do artigo nº 68 da Constituição Federativa do Brasil, primeiro artigo constitucional do país a resguardar em lei os direitos das comunidades quilombolas, responsável pela retirada formal destas comunidades da invisibilidade jurídica perante o Estado. Ressalta-se como seguia a vida de Sebastiana e dos Carrapatos naquele momento, tendo em paralelo os acontecimentos da política nacional.

No segundo capítulo, a protagonista é Sandra. Delineia-se como foi sua entrada para o movimento quilombola e como, de certa forma, ela “herda o bastão” da mãe sobre esta área de atuação – embora já tenha nascido com o caminho marcado pela busca da justiça, por ser filha do orixá Xangô, aquele que possui a luta pela justiça como uma de suas principais marcas⁵. Sandra é umbandista, filha de santo no terreiro de sua mãe Sebastiana, sendo por isso também uma conhecedora sobre os orixás.

O segundo capítulo ainda apresenta algumas passagens importantes sobre o período de consolidação do movimento quilombola em Minas Gerais, seu histórico de formação e formas de associação estadual que deram origem à Federação N’GOLO. Aborda ainda alguns projetos e conquistas recentes do movimento quilombola mineiro.

Nacionalmente, o evento de destaque é a elaboração e a promulgação do decreto nº 4.887. Este decreto teve consequências positivas sobre as articulações de comunidades

⁵ A yalorixá Mãe Stella de Oxóssi, mãe de santo no conhecido terreiro de candomblé baiano Ilê Axé Opó Afonjá, e sábia escritora, assim descreve o orixá Xangô: “É **Sàngó**, Deus do Trovão, **Orisa** de Olhos de **Orogbo**, sempre abertos e atentos, que com Sua voz rouca grita para que nos levantemos e, como guerreiros, enfrentemos as lutas de cada dia. **Sàngò**, um orisa colérico que sabe usar a arma que **Olorum** Lhe deu, a cólera, a fim de ter a força necessária para empreender pequenas e grandes batalhas. Pois o amor é belo e sublime, mas é a força da cólera gerada pela indignação que, sobre o controle racional, capacita o homem para lutar contra as injustiças, individuais e coletivas.” (Santos, 2014, p.49).

quilombolas de todo o país, e não seria diferente em Minas Gerais. Deriva deste momento a tomada de consciência do povo da Tabatinga sobre a existência dos direitos específicos para os quilombolas. Este momento é definidor na vida de Sandra, pois marca sua entrada para o movimento social quilombola e o início de sua trajetória como liderança,

O terceiro capítulo enfoca com mais profundidade o tema do movimento. Apresenta algumas das ideias do autor inglês Tim Ingold, inspiração para a abordagem escolhida a fim de observar e retratar Sandra enquanto uma mulher quilombola em movimento, integrante de uma complexa *malha de linhas de vida*, que podem ser derivadas de histórias pessoais e também de políticas institucionais e outros movimentos de atuação social. Para exemplificar algumas destas linhas, alude-se a três momentos históricos que constituem essa malha de acontecimentos, por serem emaranhados complexos que combinam muitos movimentos de pessoas e intuições diversas.

Os eventos destacados são: a Marcha das Mulheres Negras, na qual as quilombolas participaram ativamente em todas as etapas do processo, de maneira descentralizada, e se fizeram presentes em grande número durante este ato que é histórico para o movimento de mulheres negras brasileiras; o Impeachment de 2016, que aqui é apresentado tendo as narrativas de Sandra como pano de fundo sobre um processo da política institucional de Estado, no qual os quilombolas não conseguiram exercer qualquer influência, mas que já começam a sentir suas consequências; e os julgamentos da Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o decreto nº 4.887, a ADI 3.239. Apresento este último tópico do capítulo a partir de uma análise foucaultiana, e devido a esta influência, optei por descrever estes momentos como integrantes de uma espécie de guerra em latência entre as comunidades quilombolas e seus aliados contra setores conservadores da política e sociedade brasileira. Mostro como os quilombolas vem há anos enfrentando e resistindo nestas batalhas, que possuem entre suas principais armas a disciplina jurídica do direito e sua capacidade de emitir discursos de verdade.

O quarto capítulo se inicia com algumas explicações necessárias, situando Sandra em um todo social mais abrangente. Trata-se de um capítulo sobre *interseccionalidades*, e por isso é necessário evidenciar ainda mais tópicos e noções sobre a localização social da protagonista que foram levantados ao longo dos outros capítulos. Neste capítulo, ao ser inserida num universo mais amplo, Sandra é tratada como um sujeito coletivizável, revelador da história de tantas mulheres que compartilham com ela algumas de suas

realidades. Suas vivências e identificações são transformadas em categorias para a análise.

Ser mulher, negra, quilombola, de baixa renda e umbandista constituem aspectos de sua existência. Mas também são, ao mesmo tempo, lugares estigmatizados e inferiorizados socialmente que, em muitas situações, podem se cruzar, atingindo-a e outras mulheres que compartilham alguns destes lugares de identificação de maneira perversa. O que acontece com Sandra ocorre com muitas quilombolas que se enquadram em quase todos, quando não em todos, e talvez em mais alguns destes lugares de identidade estigmatizados.

Demonstro como tradicionalmente as quilombolas da Tabatinga têm criado maneiras de subverter e combater lugares sociais subalternizados. Utilizando de exemplos e depoimentos de outras mulheres quilombolas, amplio um pouco a análise para pensar sobre essas formas de resistência como soluções criativas e reativas feitas por diversas mulheres quilombolas em suas mais variadas realidades. Algumas categorias e palavras-chave surgem dessa reflexão. Destaco as palavras atrevimento, revolta e “*desapocamento*” como termos aliados das mulheres quilombolas e princípios de suas educações e conhecimento tradicional.

Ainda, utilizo o exemplo da projeção de Sandra como uma liderança quilombola representativa estadual e nacionalmente, para tratar sobre as mulheres negras e a política. Segundo a filósofa Sueli Carneiro, este é um tema de ausências; no entanto, evidenciam-se formas recentes de coletivização e engajamento entre mulheres quilombolas que vêm buscando modificar este quadro, pautando de dentro seus próprios movimentos sociais e construindo novas realidades para a inserção, o destaque e o reconhecimento das mulheres quilombolas como lideranças políticas.



6



*... eu vim de muito longe, sem conhecer a ninguém,
... eu vim de muito longe, sem conhecer a ninguém,
... eu vim colher uma rosa, nesta roseira tem...*

(Ponto de Umbanda cantado por Dona Sebastiana Geralda – Mãe Tiana)

Foto 1: Linha Férrea pertencente à Estrada de Ferro Paracatu. Proprietário: Demerval José Pimenta. Arquivo Público Mineiro.

Foto 2: Linha de Ferro da Rede Mineira de Viação, que hoje funciona como uma das linhas do Metrô de Belo Horizonte. Fotógrafa: Ana Carolina Fernandes.⁶

1. “Isso foi bem antes de 1988”

Muito se tem escrito sobre as organizações etnopolíticas quilombolas após o ano de 1988, quando por meio do artigo nº 68 da ADCT⁷ o termo “quilombo” foi inserido na Constituição Federal em um texto jurídico que confere ao Estado nacional o reconhecimento oficial da existência destas comunidades e a necessidade de atender a seus direitos. Sucinto, o art. nº 68 estabelece:

Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.
(CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, ART. Nº 68, ADCT).

Alguns antropólogos já escreveram sobre o período histórico de formulação do artigo e seus principais articuladores que contribuíram para que o texto fosse inserido na CF88⁸. Destaco os textos de Bárbara Oliveira Souza (2016)⁹ e José Maurício Arrutti (2003)¹⁰, essenciais para a compreensão dos debates existentes naquele momento, que tiveram entre seus principais resultados a promulgação do artigo. Embora Arrutti mencione, através da fala de um deputado daquele período, que a inserção do art. nº 68 deu-se de última hora, no apagar das luzes¹¹, o autor não deixa de citar que toda uma discussão no âmbito de movimentos sociais negros já vinha sendo feita há alguns anos.

Um pouco mais tímida na academia, e protagonizada especialmente por intelectuais negros entre os anos 1970 e 1980, a discussão sobre os quilombos também já era travada no âmbito das universidades. Arrutti (2003) destaca alguns autores como Abdias Nascimento e Clovis Moura. Considero importante destacar a historiadora Beatriz Nascimento, que, junto a estes e outros pensadores, produziu uma série de reflexões sobre os quilombos. Nascimento especialmente, já no início dos anos 1980, tratava sobre o tema das coletividades negras, utilizando-se do termo “quilombos” para a elas fazer referência.

No final dos anos 1980, outros acadêmicos não negros também realizavam seus estudos entre comunidades quilombolas. Nem todos os pesquisadores utilizavam-se ainda do termo “quilombo” para se referir às comunidades. Souza (2016) e Arrutti (2003)

⁷ Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

⁸ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

⁹ “*Aquilombar-se: Panorama sobre o Movimento Quilombola Brasileiro.*” SOUZA, 2016.

¹⁰ “*O quilombo conceitual: Para uma sociologia do artigo 68.*” ARRUTTI, 2003.

¹¹ O deputado é José Carlos Sabóia, o contexto pode ser mais bem esclarecido acha-se em ARRUTTI, 2003, p. 2.

destacam os trabalhos do antropólogo Alfredo Berto Wagner de Almeida entre as “terras de preto” das comunidades negras rurais do Maranhão; Souza ressalta os trabalhos de Neusa Gusmão, em 1979, sobre a comunidade negra de Campinho da Independência em Paraty e de Maria Nazaré Baiochi, em 1983, sobre os Negros do Cedro no estado de Goiás.

Naquele período dos anos 1980, as discussões relativas aos direitos das comunidades negras vinham à tona com maior repercussão devido ao centenário da abolição formal da escravatura, Lei Áurea 3.353, de 13 de maio de 1888. Foi neste período de efervescência que alguns políticos, movimentos sociais e acadêmicos somaram esforços para inserir o art. nº 68 à nova Constituição, tendo a proposta sido formalizada à Assembleia Constituinte pelo deputado negro Carlos Alberto Caó (PDT/RJ), com participação da também deputada negra Benedita da Silva (PT/RJ).

Embora a política pública nacional não tenha realizado muitas ações no sentido de titular as terras das comunidades quilombolas, como previa o art. nº 68, após sua promulgação uma série de discussões sobre estas comunidades se iniciou. Maiores estudos começaram a ser feitos, e os movimentos sociais começaram a identificar uma série de comunidades antes desconhecidas. Política e juridicamente a discussão sobre a aplicabilidade do art. nº 68 continuaria caminhando até o ano de 2003, quando se formalizaria o decreto nº 4.887, que regulamenta as formas de “*identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação*” dos territórios quilombolas.

A regulamentação do decreto daria início a um novo período de movimentações e discussões em torno dos direitos específicos destas comunidades, ampliando o conhecimento público sobre a existência e a aplicabilidade dos direitos constitucionais quilombolas e suas políticas específicas. Tais movimentos, incentivados pelo contexto do decreto de 2003, teriam grande repercussão no engajamento político dos quilombolas de Minas Gerais, como veremos adiante.

É notório que o evento político de inserção do artigo nº 68 à CF88 foi essencial para a questão quilombola nacional. No entanto, vale a pena o exercício de levar o pensamento para um tempo anterior ao artigo e perguntar-se como eram promovidas as organizações sociopolíticas destas comunidades antes deste período da história do Estado.

Pensar sobre os engajamentos políticos nas comunidades quilombolas somente a partir de 1988 era um lapso de pensamento recorrente que me acometia, fruto de um hábito

interpretativo referenciado no Estado e em seus marcos temporais, como as leis, artigos e decretos. Ao pensar assim, deixava de refletir sobre os acontecimentos sociais que substanciavam tais marcos temporais e que lhes conferiam matéria e assunto real para a sua existência.

Em uma das primeiras entrevistas com Sandra Maria da Silva Andrade, minha principal interlocutora desta pesquisa, ela me questionou: “*Mas você quer saber só a partir de 1988?? Ih, mas antes de 88 tem muita coisa...*”. De fato, antes de 1988 várias ações no sentido de alcançar condições de vida digna para o povo quilombola já vinham sendo realizadas por estas comunidades. Várias maneiras de se reunir, resistir, pensar e propor soluções para as questões que atingiam o povo quilombola já eram empreendidas desde tempos imemoriais por tais comunidades e suas lideranças.

Sob a ótica de Sandra, a Constituição de 1988 foi um evento de Estado que veio respaldar uma série de ações e engajamentos que já aconteciam em sua comunidade e, possivelmente, em outras comunidades quilombolas. Em outras palavras, Sandra me chamava a atenção para o fato de o engajamento político das lideranças quilombolas não ter nascido da política pública e de que tais trajetórias não deveriam ser esquecidas.

No universo de Sandra, sempre houve uma grande referência de pessoa que lutava pelas causas quilombolas: sua mãe, Sebastiana Geralda Ribeiro. Muito antes da referida Constituição, Tiana¹² já se articulava politicamente de maneiras diversas.

Sebastiana sempre buscou estar presente na política interna de Bom Despacho, empenhando-se para pautar as questões do povo negro da Tabatinga. Procurava articular-se estadualmente indo sempre à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em Belo Horizonte, procurar por deputados que pudessem ser aliados das causas do povo negro e especialmente das questões de sua comunidades.

Além das ações voltadas para a Tabatinga, Sebastiana integrou por bastante tempo um agrupamento, a saber, um “clube negro” que discutia sobre questões raciais no centro-oeste mineiro, o Chico Rei. Sandra conta, a partir da memória que tem dos relatos de sua mãe, que os integrantes do Chico Rei não se identificavam como “*movimento negro*”, por

¹² Sebastiana é também chamada de Tiana por seus parentes e conhecidos, uma inflexão de seu nome próprio. Sebastiana é ainda tratada como Dona Tiana ou Dona Sebastiana; Mãe Tiana ou Mãe Sebastiana; e ainda como a Sebastiana/Tiana da Tabatinga.

isso ela não os refere assim; no entanto, o grupo promovia a reunião de lideranças negras do oeste mineiro, que se encontravam com alguma frequência para se informar, debater e pensar juntas questões voltadas para a realidade da população negra brasileira, especialmente a de suas regiões em Minas Gerais.



Foto 3: Colegas do grupo Chico Rei. Arquivo pessoal de Dona Sebastiana.

A história de resistência dos Carrapatos da Tabatinga antecede em muito o texto constitucional de 1988. Como perceberemos em diversos momentos desta pesquisa, a vida das pessoas segue rumos que nem sempre estão em consonância com os acontecimentos políticos. Em alguns momentos estas *linhas*¹³ podem encontrar-se, seguir a mesma trajetória; em outros, serão paralelas e, em alguns, até mesmo divergentes. Na construção da narrativa que apresento, selecionarei alguns pontos nestas “*linhas de tempos*”, tanto da vida das pessoas quanto da vida das políticas. Esta seleção pretende oferecer uma opção de caminho interpretativo para o assunto principal da pesquisa: a trajetória de vida e liderança de Sandra Maria da Silva Andrade, sem deixar, no entanto, de tratar sobre outras linhas que a cruzam e conformam.

¹³ Utilizarei a metáfora das “linhas” em muitos momentos desta pesquisa. A inspiração se baseia em fatos da própria trajetória dos quilombolas Carrapatos da Tabatinga, mas também possui inspiração acadêmica, sugerida pelo antropólogo britânico Tim Ingold, uma de minhas referências bibliográficas, especialmente em seu livro *Estar Vivo: Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição*. (INGOLD, 2015).

Deste modo, ao apresentar as histórias de *uma* pessoa, acabo por apresentar outras de sua coletividade. Trato por isso não somente de aspectos de sua vida pessoal, mas também de contextos políticos e sociais de escalas local, estadual e nacional. Ao final, há *uma* proposta narrativa sobre *algumas* trajetórias – de pessoas e de Estado.

1.1 Lembranças de uma preta velha: Dona Sebastiana, uma quilombola dos Carrapatos

Antes de tudo é minha mãe, sempre ela.
Sandra Maria da Silva Andrade

Como já foi apontado, muitas coisas importantes aconteceram antes de 1988 para os quilombolas dos Carrapatos da Tabatinga, episódios estes que devem ser conhecidos.

Ao tratar sobre a história de seu povo, Dona Sebastiana se remete sempre à cidade de Bom Sucesso, região oeste de Minas Gerais, onde se estabeleceu o primeiro núcleo dos quilombolas Carrapatos. Em Bom Sucesso Tiana viveu quando menina e possui na memória histórias que invocam as gerações de seus pais e avós.

Os quilombolas dos Carrapatos viviam em uma área comunal onde também existiam duas grandes fazendas, pertencentes aos fazendeiros Olímpio Aguiar, conhecido como “Lindo Aguiar”, e ao Capitão Henrique. De acordo com a narrativa de Dona Sebastiana, sua família sempre trabalhou para estes capitães. As condições de trabalho são sempre referidas como precárias, e as relações entre patrões e empregados, baseadas em constantes imposições de subordinação. As lembranças de Dona Sebastiana sobre este período de vida de seu povo são carregadas de muitas histórias de abusos e de um grande sentimento de revolta.

A gente foi crescendo e vendo aquela judiação... escola, pra nós, não tinha. Nós tinha era que tirar leite, panhar café... Vi meu pai, meu avô e minha tia, serem queimados com melado, que a sinhá queimou... Isso foi na fazenda do senhor Lindo Aguiar. Capitão Henrique, ali é que a gente sofreu mesmo.

Eu fui crescendo naquele ambiente... mas sempre achando que aquilo não tava certo.

A mãe, tadinha, judiada... Tinha que varrer o terreiro do senhor, tinha que dar banho e esfregar a sinhá. A mãe, tadinha, chegava do café cansada: “Ô Bilia, vem cá procê me esfregar...”. E a mãe, tadinha, largava tudo e ia lá esfregar ela, já pensou? Eu ficava olhando aquilo, mas aquilo, gente, me dava uma revolta. Nossa Senhora, tadinha da mãe, ela ia, ela ia... (Sebastiana Geralda – Mãe Tiana).

De acordo com os depoimentos de Dona Sebastiana, pode-se inferir que as relações sociais e de trabalho entre os quilombolas dos Carrapatos e os fazendeiros da região eram relações escravistas, ainda que os fatos tenham se passado após 1888.

Além do dia a dia de trabalho aviltante nas fazendas, os Carrapatos ainda sofriam com constantes investidas de extermínio, também comandadas pelos poderosos locais. As narrativas sobre estes massacres nem sempre são contadas pelos atuais membros do grupo que, por muito tempo, consideravam este período de sua história excessivamente triste. Conta Dona Sebastiana e alguns de seus filhos mais velhos que recorrentemente os capitães das fazendas mandavam matar os núcleos quilombolas espalhados pelos territórios que eram de seu interesse. Os homens da comunidade, ao perceberem que sofreriam estes ataques, cavavam buracos na terra, onde enterravam suas mulheres, crianças e idosos junto a mantimentos que os sustentariam por algum tempo. Dias após os massacres, estas pessoas iam saindo destes buracos e repovoando o território, fato que surpreendia os fazendeiros, que se assustavam ao verem aqueles quilombolas “*brotarem da terra como carrapatos*”.

A própria Sebastiana relata ter passado por um destes massacres:

... na época, não era a minha, mas era a da minha mãe e dos antepassados, houve a investida dos fazendeiros pra tomar o território, e naquela época matar negro não era crime, né? Aí, a minha mãe conta que tinham investidas, mas sempre tinha resistência, e que os bisavós dela, na época de confronto faziam um buraco – essa é a origem do nosso nome –, faziam um buraco no chão igual aqueles que faz em filme, bem fundo. Lá, colocavam comida e as coisas. Aí na hora do conflito punham as mulheres e as crianças lá, tampavam e iam pro confronto. Aí morria muito... Por isso que lá na minha comunidade a maioria é mulheres, nós quase não temos homens na comunidade, morria muita gente, mas cessava. Aí ficavam vários dias ou meses ali, aí as mais velhas subiam, olhavam, “acabou...”. Aí saía todo mundo pra fora e construía de novo. Por isso a origem de carrapatos. |Os fazendeiros falavam: “Esse povo parece carrapato, a gente mata, mata, eles brotam do chão” (Sandra Andrade).

Vivendo em um ambiente de trabalho hostil e sob o risco de ser assassinada a qualquer momento, Sebastiana desenvolveu desde muito nova um sentimento de indignação muito grande em relação ao sistema de vida em que ela e seus parentes eram condicionados a viver. Além da zanga, Tiana nutria também o desejo de mudar sua condição de vida.

Segundo conta, seu comportamento para com os patrões sempre foi de muito enfrentamento, o que fez com que após uma série de atitudes rebeldes para com os patrões e suas famílias, Sebastiana tivesse de abandonar o quilombo para não causar grandes problemas ao seu pai e colocar sua família em risco.

Eu jurei: eu nunca vou lavar chão dos outros, eu nunca vou lavar bunda de ninguém. Porque escola, pra nós, pretos, não tinha não. Hunhum. Lembro que meu pai foi no Seu Lindo Aguiar e falou com ele: Ô senhor Lindo – eles contratavam uns professor de Oliveira, sabe? –, dá um lugarzinho pros meus criolim... Ele falou com meu pai, pegou no meu braço, deu um arranco pro lado dele e falou: “Esses aqui tão bão é pra desatar leite e apartar vaca.”

Eu vi meu pai chorando assim, ó...

O Seu Lindo: “Sai, sai, sai, sai, sai da minha fazenda! Sai, sai, sai...”. Eu vi ele tocando meu pai igual cachorro. Então eu falei: “Hanham, não vou lavar bunda do filho de vocês não. O primeiro que eu for olhar, eu vou dar uma cacetada nele”.

Toda vida muito revoltada eu fui. Eu, toda vida, não aceitava qualquer coisa não, fia. Foi onde a tia me tirou eu, porque senão eles iam me matar, caçar dificuldade pro meu pai, tadinho. (Mãe Tiana).



Foto 4: Dona Sebastiana e os retratos de seus pais.¹⁴

Sebastiana foi a primeira de sua família nuclear a sair do quilombo dos Carrapatos em Bom Sucesso. Foi para a casa de uma tia, no Rio de Janeiro, onde morou por algum tempo, até que um tio conseguisse um emprego na ferrovia Estrada de Ferro Paracatu, que estava sendo transferida para a Rede Mineira de Viação – RMV, iniciando um novo ciclo de implantação de linhas férreas.

¹⁴ Grande parte das fotografias desta dissertação foi tirada por mim. As fotografias que não forem de arquivos pessoais de Sebastiana, Sandra e família e não tiverem referência quanto à autoria foram feitas por esta autora.

Muitas pessoas foram empregadas nas linhas férreas brasileiras. Para a população negra, ser empregado em uma empresa ferroviária era um sinal de ascensão¹⁵, considerando as precárias condições de vida que os negros continuariam a vivenciar após a abolição formal da escravidão. Embora os trabalhos destinados aos empregados negros das ferroviárias muitas vezes não fossem os de melhores salários, pois entre as famílias ferroviárias também existiam assimetrias de condições sociais e trabalho, o emprego público significava a garantia de alguma estabilidade financeira e de proteção contra condições de trabalho não dignas (SANTOS e ZANINI, 2012).

Este tio de Sebastiana, após alguns anos trabalhando como ferroviário, conseguiu um emprego para o pai da moça, logrando retirá-lo e ao restante de sua família do ciclo de exploração entre os fazendeiros de Bom Sucesso.

... E meu pai ficou lá na agonia e no sofrimento...

Passados certos anos, meu tio arrumou emprego na ferrovia. Aí foi lá na tal de fazenda, buscar meu pai.

O senhor não deixou... Ele saiu só com a roupinha do corpo.

O senhor ainda falou com meu pai: “Cê pode ir, desgraçado, mas daqui uns dias você volta”.

Mas meu pai era muito devoto de Nossa Senhora de Nazaré, ele tirou o chapéu e disse: “Eu tenho fé em Deus e em Nossa Senhora de Nazaré que eu nunca mais volto aqui”. E Deus ajudou que ele pegou na rede (ferroviária). Na rede sofreu muito também, que ferroviário, pobre, não tinha nem o que comer direito também. Mas já era um emprego do governo.

¹⁵ “Ferrovias, Etnicidade e Processos Migratórios: ascensão social e alteridade no mundo do trabalho”. SANTOS, Miriam de Oliveira, ZANINI, Maria Catalina Chitolina. Revista de Ciências Sociais, n. 37, 2012.

1.2 Os Carrapatos e suas andanças

*Ô viola, meu bem, viola...
Sou empregado na leste
Sou maquinista do trem
Vou-me embora pro sertão
Que eu aqui não me dou bem
Ô viola, meu bem, viola...
(Samba Chula, domínio público)*

*A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é
meu quilombo. Onde eu estou, eu estou.
Quando eu estou, eu sou.
(Beatriz Nascimento, 1989)*

Depois que os pais de Sebastiana saíram do quilombo dos Carrapatos, ela ficou muito tempo sem voltar a Bom Sucesso. No período em que sua família nuclear deixou o quilombo, alguns de seus parentes ainda lá permaneceram. Conta Dona Sebastiana que a estratégia de expulsão dos fazendeiros passou a ser a compra destes territórios a preços irrisórios. Os fazendeiros ofereciam certo valor pela terra dos quilombolas, mas não lhes deixavam alternativas de escolha: ou aceitavam aqueles valores, ou se submetiam a viver sob violência e ameaça.

Muitas pessoas foram, assim, abandonando o território dos Carrapatos e migrando para as cidades. Poucos permaneceram na cidade de Bom Sucesso; entre eles, destaca-se na memória de Dona Sebastiana sua tia Dinha (Ana Cândido de Jesus), irmã de sua mãe, que foi a última a sair do território dos Carrapatos, mudando-se depois para a cidade de Bom Sucesso e vivendo todo o resto da vida com desejo de retornar ao quilombo.

Diferentemente de sua tia Dinha, que permaneceu praticamente toda a vida em um mesmo território, e depois em uma mesma cidade, a família de Sebastiana ficaria por um considerável período de tempo em constante mudança. Seguindo as obras da linha do trem, o senhor José Domingos Ribeiro, pai de Sebastiana, e a família iriam se mudar de cidade em cidade por algumas vezes. Estabelecia nestas cidades algum tempo de parada. Foi em uma destas paradas, na cidade de Juatuba, que Sebastiana casou com seu primeiro marido, Valdemar Epifânio da Silva, que à época era militar.

A família do primeiro marido de Dona Sebastiana era da região de Rio Novo, próximo à Juiz de Fora, Minas Gerais. Depois de casarem em Juatuba, Sebastiana e Valdemar se mudaram para Juiz de Fora, onde nasceram suas quatro primeiras filhas: Maria da Glória Silva, Sandra Maria da Silva, Maria Imaculada da Silva e Tânia Aparecida da Silva. Sebastiana morou em Juiz de Fora por alguns anos, até que seu marido perdeu o emprego na polícia; sem ter como se arranjar, foram para a cidade de Contagem, onde o pai de Sebastiana havia conseguido uma casa para morar, cedida pela Rede Mineira de Viação, assim que se aposentou.

... meu pai foi militar, mas o pai não prestava... porque ele era muito bonzinho, ele tinha dó de bater. Aí meu pai foi expulso da polícia porque ele não cumpria as ordens. Mandavam ele espancar os outros, ele não fazia não. Aí com esse negócio dele ser expulso da polícia, veio morar junto com a minha vó em Contagem.

... Aí a mãe veio... eles vieram morar na vó... É aí que começa o calvário.
(Sandra Maria da Silva Andrade)

A cidade de Contagem, região metropolitana da capital mineira Belo Horizonte, foi a última cidade em que o senhor José Domingos e sua família se estabeleceram. Quando as obras da RMV chegaram àquela cidade, o pai de Dona Sebastiana já estava em idade de se aposentar. Recebeu da ferrovia uma casa popular na Vila JK, onde permaneceu até o fim da vida, deixando sua mulher e uma filha como moradoras depois de sua morte. Foi para esta casa que Sebastiana se mudou com as filhas e o esposo quando ficaram desempregados.

O período em que Sebastiana viveu na cidade de Contagem é lembrado por ela e suas filhas como um momento muito difícil de suas vidas. Sebastiana passou por diversas provações, entre elas o fardo de ter de criar seus sete filhos sozinha, quando seu marido, revoltado com a situação do desemprego e outras dificuldades da vida que levavam, abandonou-a e sumiu por alguns anos.

Sandra conta que foi muito complicado para Sebastiana conseguir um emprego quando seu esposo a deixou. Muitas dificuldades estavam em seu caminho. Além de ser negra e analfabeta, Sebastiana não podia contar com ninguém para olhar suas crianças enquanto procurava emprego. Em certo momento, Dona Sebastiana chegou a cogitar matar a si e suas filhas afogadas em uma lagoa que havia perto de sua casa, sendo impedida por um vizinho.

Superando várias dificuldades, Sebastiana conseguiu um emprego numa confeitaria de Contagem chamada Torre Eiffel, na qual trabalhou por muitos anos até o fechamento da fábrica. O trabalho na Torre Eiffel deu a Sebastiana autonomia financeira para cuidar de si e suas filhas (são cinco mulheres e dois homens; um destes faleceu ainda criança), além de lhe proporcionar uma formação profissional como confeitira. Dona Sebastiana é grata até os dias de hoje às pessoas que a empregaram na empresa Torre Eiffel, que, de acordo com seu relato, foram muito compreensivas com suas condições de vida e a ajudaram de diversas maneiras na criação de suas filhas.

Depois de alguns anos, o marido de Dona Sebastiana retornaria para a casa, agora com o emprego de caminhoneiro. Os dois continuariam a viver juntos, mas enquanto casal estavam separados. Foi na rotina de trabalhadora que Sebastiana construiu para si que ela conheceu seu grande parceiro de vida, Lázaro Antônio Felipe. A confeitira Sebastiana frequentava semanalmente, depois de seu expediente, o Centro de Umbanda do Tenente José Silva, na Vila dos Marmiteiros, no bairro Gameleira, em Belo Horizonte, onde era uma das médiuns da casa. Foi neste Centro que conheceu Antônio, um filho antigo da casa. Se à primeira vista o encontro entre os dois não foi muito simpático, como conta, rindo, Dona Sebastiana, a sequência desta aproximação em viagens agradáveis nos ônibus de volta para suas casas faria com que Antônio e Sebastiana fossem descobrindo afinidades que os juntariam pelo resto de suas vidas.

Na companhia de Antônio, Sebastiana se mudaria alguns anos depois para a cidade de Bom Despacho, por uma questão, como ela explica, de chamado espiritual. Nesta cidade ela refundaria seu quilombo, na região da Tabatinga, dando início a um novo momento na história dos Carrapatos, que passariam a ser conhecidos mais tarde como os Carrapatos da Tabatinga.



Foto 5: Sebastiana e Antônio em seu centro de Umbanda na Tabatinga – Bom Despacho, Festa de Cosme e Damião. Arquivo pessoal de Lázaro Antônio Felipe.

Sebastiana deixa claro que não foi ela, por determinação própria, quem escolheu a cidade de Bom Despacho para viver. Por uma série de chamados espirituais, Sebastiana ficaria em trânsito entre Contagem e Bom Despacho por alguns anos, até que, a convite da senhora Elisa Queiroz, e já acompanhada por Antônio, se mudaria de vez para a cidade.

A senhora Elisa Queiroz foi uma figura determinante na mudança de Sebastiana para Bom Despacho. Tia Elisa, como é chamada por Dona Sebastiana, foi uma senhora da classe alta bom-despachense, filha do delegado, empregada na secretaria de finanças e prima de doutores da cidade. Esta senhora conheceria a jovem Sebastiana no Centro de Umbanda da Vila do Marmiteiro e ficaria impressionada com sua espiritualidade, convidando-a primeiramente para solucionar um problema complicado de família que se passava em Bom Despacho.

... Eu vim aqui pela filha do delegado, porque tinha um sobrinho dela que pegava um capeta que ele ficava pelado andando na praça. Ela me conheceu em Belo Horizonte, lá no Centro (de Umbanda). Tia Elisa, era o nome da mulher. Ela falou: “Ô menina – ela tinha a mania de me chamar de menina – , ô minha filha, você trabalha bem demais. Você podia ir lá em Bom Despacho dar um jeito no meu sobrinho, que nós estamos sofrendo demais”.

Ô mulher bonita era ela. Eu falei com ela: “Olha, eu não conheço não, mas eu só posso ir sexta-feira de noite, porque eu trabalho”. Ela disse: “Eu te levo e trago”. Aí quando deu uma sexta-feira ela me trouxe.

Sebastiana conta que nesta ocasião ainda era muito jovem, e quando chegou a Bom Despacho para solucionar o problema espiritual do sobrinho de Dona Elisa, em um primeiro momento a família do doente chegou a duvidar de sua capacidade, afinal, já haviam tentado quase tudo.

Ali onde é o banco, era um restaurante. Eu cheguei no dia que ele tava peladão, jogando umas cadeiras tudo pra fora. Dr. Tales olhou pra mim e falou: “Ô fia, é ocê que veio olhar meu irmão? Mas você é muito novinha, minha fia”. Eu disse: “Se o senhor quiser que eu olhe, eu olho; se não quiser, eu vou embora, uai!”. Ele disse: “Não, fia!..”. É uai, fui franca com ele. Dona Luzia já tinha pelejado, nada dava jeito.

A única escolha para a família Queiroz naquele momento era confiar na jovem forasteira que Elisa encontrara e que, prometia a parente, ser uma “menina” poderosa.

Me disseram: “Você vai tirar ele lá de dentro do restaurante” .Ele era bonito, um partido... clarinho... peladão! Tirou a cueca, tirou tudo! Aí Dr. Tales tava com o cobertor, mas nós não podia chegar perto dele, senão ele machucava nós. Aí eu tirei meu crucifixo que tava aqui, pus na mão, ele arregalou o olho em mim, eu falei: “Hanham! Vem...”. Ele veio, chegou perto de mim... e caiu.

(...) Arrumei um bocado de alho e de sal e joguei em cima da mesa. Credeuspai!

Aí falei pra Dona Luzia: “Vou chamar o Veludo”. Aí o Veludo desceu, marcou as obrigações que tinha que fazer: no meio do mato.

Tinha que fazer as obrigações em algum terreno. Mas eu não conhecia terreno nenhum aqui.

Aí, minha filha, quando fez onze e meia ele desencostou. Ele (o doente) ainda amarrado. Eu falei: “Pode desamarrar ele”. Ele veio andando ainda meio assim... se abraçou comigo e fomos pro meio do mato. Chegou lá, trabalhei a noite inteirinha, riscou (o Veludo) o círculo de Salomão, e eu falei no final: “Você vai construir a sua fazenda aqui”.

Ele construiu a fazenda dentro do Círculo de Salomão que o Veludo riscou.

Cabou o problema dele.

É por isso que eles têm amizade comigo, minha filha. Já trabalhei pelos quatro cantos deste mundo. A primeira vez que eu pus o pé aqui foi pra trabalhar pra esse povo.

Depois deste primeiro evento, Dona Sebastiana jamais deixaria de ser requisitada pelo povo de Bom Despacho nos trabalhos espirituais. Tia Elisa e sua família eram os que mais a solicitavam e também a mantinham por perto, devido a certa ligação afetiva que se estabeleceu. Sebastiana ficaria entre oito, nove anos neste movimento entre Contagem e Bom Despacho, sempre voltando à cidade do interior quando era requisitada.

Trabalhei aqui oito anos, vindo e voltando. Acabava de fazer um serviço e aparecia outro. Eu falei: “Gente, mas que miséria...”. “Ih, minha filha, tem muito tempo...”. Ela (Tia Elisa) pegava um jatinho aqui, me levava lá pra Goiânia pra comprar material de Umbanda. Pra segurar a barra dessa família essa nega véia lutou demais. Sozinha e Deus, só...

Antônio: Aí depois é que nós vem, aí o reforço é eu. Quando eu venho, a gente fica.

Sebastiana estima ter conhecido Tia Elisa e ter ido pela primeira vez a Bom Despacho no ano de 1957¹⁶; nesta data, Sebastiana, que nasceu em 5 de dezembro de 1932, tinha entre 24 e 25 anos de idade. Segundo algumas fontes, no ano de 1966¹⁷ Sebastiana se mudaria definitivamente para a cidade, com aproximadamente 35 anos.

O casal Sebastiana e Antônio se mudaria algumas vezes dentro da cidade de Bom Despacho até chegarem a Tabatinga. A Tabatinga, neste período da mudança de Sebastiana e sua família, era um bairro considerado como área rural de Bom Despacho. Com pouca infraestrutura, a Tabatinga era um povoado de negros habitado tradicionalmente pelos chamados Negros da Costa¹⁸, um grupo étnico que tinha como origem as famílias dos ex-

¹⁶ Data citada no informativo da Associação dos Quilombos de Bom Despacho, Edição 1, ano de 2015.

¹⁷ Informação encontrada na matéria “*Dona Sebastiana: Confiando nos Tambores de Dandara*”, escrita pelo filósofo e vereador de Bom Despacho Lúcio Emílio do Espírito Santo Junior em dezembro de 2015, por ocasião do aniversário de Dona Sebastiana. Links disponíveis:

< <http://www.senhoradosol.com.br/reinado.php>>; <<http://resumos.netsaber.com.br/resumo-74526/dona-sebastiana--confiando-nos-tambores-da-dandara>>. Acessados em 28 de maio de 2017.

¹⁸ Os Negros da Costa são um grupo quilombola conhecido por possuir uma língua própria, chamada de “Língua dos Negros da Costa”, ‘Gira’ ou ‘Língua’ da Tabatinga”. A língua da Tabatinga tem forte influência banto devido ao fato de os Negros da Costa serem descendentes de africanos originários de Moçambique e Angola especialmente. Durante os anos 1980, os Negros da Costa ficaram bastante conhecidos fora de Bom Despacho devido à pesquisa de mestrado da linguista Sônia Queiroz, que mais tarde, em 1998, seria publicada em livro com o título *Pé Preto no Barro Branco: A língua dos negros da tabatinga*.

escravizados Dagoberto Tomás Pinto, o Dicoberto, e Zé Caria, o Zacaria¹⁹. Os dois povos quilombolas, Negros da Costa e Carrapatos, passaram a conviver nesta área, que se tornou um grande núcleo de existência negra da cidade.

Na Tabatinga, as ruas eram de terra e as casas eram construídas com barro e palhas. O nome tabatinga significa “barro branco”; a região, por possuir diversos barrancos com esta propriedade de material recebeu este nome. Quando Sebastiana se mudou para o território da Tabatinga, a paisagem era formada por ruas estreitas abertas no mato, entre os morros e as casas de barro e palha, construídas um pouco afastadas umas das outras. O barro branco dominava o local; além de ser esta a cor da poeira das ruas, era também a cor da maioria das casas, pois o material era utilizado para pintar as habitações por fora, numa prática chamada de “caiar” a casa.

Quem chegava a Bom Despacho vindo de Pitangui pelo antigo caminho de terra encontrava, à entrada da cidade, até meados deste século, um grupo de casinhas de capim espalhadas pelo morro de argila branca que veio dar nome ao lugar. A Tabatinga era então um pequeno aglomerado de cafuas, habitada predominantemente por negros e alguns poucos brancos. (QUEIROZ, 1998, p. 50).

Na época, a gente buscava folha de coqueiro, né?, e fazia... era muito bonito! Nós temos até foto da época que era tudo sem muro... onde a gente fazia as festas. A estrada, antes de eles fazerem a estrada, ali era de chão. Tem as fotos das festas tudo direitinho. Lá em casa tem. A cabana de folha de coqueiro que nós fazia, buscava bambu e as folhas de coqueiro pra gente fazer.

Lá tinham poucas casas, só essas nossas mesmo e as casas dos negros. Era muita mata, não tinha muita luz, ali não era daquele jeito que cê foi não. Era mata mesmo, as estradas de chão, as casinhas era uma casa lá no alto, tudo de barro... A última casa de adobe que eles desmancharam foi em 2005. (Sandra Maria da Silva Andrade).

¹⁹ Zacaria e sua esposa Joaquina Caria tiveram a filha Maria Joaquina da Silva, que se casou com o negro baiano João Antônio dos Santos, o João Baiano. Este casal teve dois filhos, Maria Joaquina da Silva, a Fiota ou Fiotinha, e José Antônio dos Santos, o Zé Baiano. Fiota se tornaria uma grande mestra da cultura quilombola e guardiã da Língua dos Negros da Costa, muito referenciada na cidade de Bom Despacho; faleceu no ano de 2012. Para Dona Fiota já foram feitas diversas homenagens, figurando inclusive em um quadro público existente na cidade de Bom Despacho entre as personalidades da cidade.



Foto 6: Vista da porta da casa de Dona Sebastiana e do bairro da Tabatinga, aproximadamente nos anos 1970. Arquivo pessoal de Lázaro Antônio Felipe.



Foto 7: Porta da casa de Dona Sebastiana. Na foto estão presentes a filha mais nova de Sebastiana, Maria das Graças-Nem, e seu neto Anderson. Foto tirada em novembro de 1983. Arquivo pessoal de Lázaro Antônio Felipe.

Ao se mudar para a Tabatinga, Dona Sebastiana inauguraria uma nova etapa em sua vida. Já muito reconhecida na cidade devido aos seus poderes de cura através dos saberes da Umbanda, Tiana abriria o seu próprio Centro no terreno de sua casa²⁰. Com Mãe Sebastiana à frente, o Centro Espírita Mártir São Sebastião tornou-se um lugar muito frequentado por pessoas não somente da Tabatinga, mas de toda Bom Despacho, e também de outras cidades que ouviam falar sobre a Mãe Sebastiana. Sebastiana é filha do orixá Oxóssi, que no Brasil também é sincretizado com o santo São Sebastião, do qual Sebastiana herdou o nome e também a devoção²¹.



Foto 8: Inauguração do Centro Espírita Mártir São Sebastião. Na foto estão Mãe Sebastiana, primeiro plano, de costas; seu companheiro Lázaro Antônio, lado esquerdo; e a mãe carnal de Antônio, Dona Laurinda, lado direito de Sebastiana. Arquivo pessoal de Lázaro Antônio Felipe.

²⁰ Por muitos anos o espaço onde existe o Centro Espírita foi maior que a própria casa de Sebastiana, que consistia em um cômodo pequeno com uma parede divisória que criava dois quartos; uma cozinha externa e um banheiro também externo. A grandiosidade do Centro Espírita em relação à casa da senhora é um poderoso indicativo de como a religião sempre ocupou um espaço central em sua vida. O quartinho, que antes era a própria casa, existe até os dias de hoje; nesse espaço Sebastiana guarda os pertences de seu corte de Reinado e também abraça as visitantes da família, pesquisadores e outros chegantes.

²¹ Mais informações sobre a ligação entre Sebastiana, São Sebastião e seu orixá de cabeça, Oxóssi, podem ser obtidas no documentário *“A Filha de São Sebastião”*, feito no ano de 2014 e protagonizado por Dona Sebastiana. Possui o tema da religião como o elemento central para apresentar a história dessa senhora e sua comunidade. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6nHORCY-EEE&t=2016s>>. Acessado em 25 de julho de 2017.

O prestígio de Sebastiana continuaria a crescer ao longo dos anos. Foi realizando diversos trabalhos para pessoas influentes da cidade que Mãe Tiana construiu uma ponte de diálogo para outro tipo de trabalho que marcaria sua vida: a luta social pelos direitos do povo negro, especialmente do povo quilombola.

Enquanto matriarca dos Carrapatos, Sebastiana fez alianças políticas com as lideranças dos Negros da Costa e já desde o início de sua chegada a Tabatinga começou a reivindicar ao poder público alguma atenção para a região.

Então lá era assim, tinha as casinhas, aí os Carrapatos chegaram dentro da Tabatinga, enturmaram os Carrapatos e os Negros da Costa. Ninguém ia na Tabatinga, ninguém olhava pela Tabatinga, o poder público não reconhecia os negros e falava que eram todos marginais; quem falava o dialeto era preso. Então quase ninguém ia lá na Tabatinga, tinham medo porque era bairro de preto, só negro que tinha lá, e era marginalizado.

Aí a mãe chegou, reuniu com o povo e falou: “Aqui é tudo de negro, mas nós precisamos de educação, nós precisamos de quadra...”. E aí que ela foi começando a brigar na prefeitura. “Nós precisamos de uma creche, nós precisamos de uma escola pra esses meninos...”. E ela ia na prefeitura e ela quebrava o pau. (Sandra Maria da Silva Andrade).

Sebastiana sempre foi uma figura presente na política de Bom Despacho. Na casa da matriarca, ela coleciona fotos e mais fotos junto a políticos diversos, entre eles vários prefeitos da cidade de Bom Despacho. Através do trabalho de Dona Sebastiana, os negros da Tabatinga conseguiram reconhecimento social em relação a suas práticas culturais e alguns acessos às políticas públicas municipais.

Por influência de Sebastiana, algumas ações de assistência social voltadas para a Tabatinga foram incluídas na agenda da política bom-despachense. Algumas obras de infraestrutura foram feitas, como a instalação da luz elétrica e de saneamento básico. Além destas obras, alguns equipamentos públicos foram ali instalados; entre eles, os que possuem maior destaque na fala dos moradores da Tabatinga são a creche para as crianças, a quadra de esportes e a escola integral CAIC²². A creche foi a primeira obra de equipamento público que Sebastiana conseguiu conquistar para a região da Tabatinga. Foi inaugurada no ano de 1991, no mandato do prefeito José Cardoso de Mesquita. Atualmente o espaço da creche abriga a sede da AQBD – Associação dos Quilombos de Bom Despacho.

²² Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente.

A mãe sempre foi guerreira. E aí foi conseguindo... conseguiu a creche primeiro, que é onde nós estamos com a associação. Cê viu a data que é aquela placa?

Não tinha aquela quadra, foi a mãe que pediu pra fazer. O prefeito era o Dr. Mesquita, e o governo do Estado, eu não lembro qual era da época, mas lá na placa tem. Fez o CAIC, a Escola, que hoje é do município, mas era do estado. Lá (na Tabatinga) não tinha escola também...

Tem foto do jornal... Eles tinham mania de fincar aquele marco e tirar foto. Tá ela lá, junto onde pôs a placa e onde ia construir a escola.

Eu guardo tudo assim bonitinho, os jornais. Tá amarelinho, mas tá lá guardadinho. Tem muita coisa. (Sandra Maria da Silva Andrade).



Foto 9: Sebastiana, líder comunitária entre a equipe da Prefeitura de Bom Despacho da época. Arquivo pessoal de Lázaro Antônio Felipe.



Foto 10: Inauguração do CAIC em Bom Despacho. Sebastiana, ao lado de membros da igreja e de políticos locais. Arquivo pessoal de Lázaro Antônio Felipe.

Com relação ao reconhecimento público do poder municipal para com as práticas culturais presentes na Tabatinga, é importante destacar que há muitos anos os moradores da região são convidados a participar do desfile anual de aniversário da cidade, onde, em alas, são apresentados vários temas relevantes da história do município. Dona Sebastiana e sua família já levaram para as ruas de Bom Despacho diversos temas importantes, como as religiões afro-brasileiras, a própria história de formação da Tabatinga, questões relacionadas ao racismo e as condições de vida dos negros pós-escavidão etc. A criatividade e a persistência de Sebastiana em afirmar o valor da cultura afro-brasileira são reconhecidas na cidade de Bom Despacho, sendo esta senhora uma das pessoas mais conhecidas do município.



Foto 11: Desfile cívico de Bom Despacho. Dona Sebastiana e o corte de Reinado dos Carrapatos da Tabatinga. Detalhe para a faixa “*Grupo de Imigrantes da Tabatinga*”. Atrás da faixa, está Sebastiana segurando o bastão de capitã do Reinado; atrás dela, seu companheiro Antônio, e nos lados, os demais integrantes de sua família e do Reinado. Arquivo pessoal de Lázaro Antônio Felipe.



Foto 12: Desfile cívico de Bom Despacho. No ano desta foto, Sebastiana levou para as ruas de Bom Despacho uma reprodução das antigas casas de barro branco da região da Tabatinga. Arquivo pessoal de Lázaro Antônio Felipe.



Foto 13: Desfile cívico de Bom Despacho. Na foto, em primeiro plano está Pai Tonho, vestido de Omulu²³, orixá da cura e seu orixá de cabeça. Arquivo pessoal de Lázaro Antônio Felipe.

O chamado quilombola nunca abandonaria Sebastiana. Ela, que se vê também como uma africana – em um discurso em que a temporalidade pouco importa –, afirma que por mais que sua família preferisse esconder a origem quilombola, devido aos sofrimentos por que passaram, ela jamais conseguiria.

Ana Carolina: “E a senhora sente ainda que é parte desse povo?”.

Sebastiana: “Ah, não é só parte não. Eu sou toda desse povo. Não é só parte não! Eu sou toda! Meu vovô, bisavô, nossa senhora... contavam tanto trem triste pra gente, nossa... Contavam um bocado né?, porque certas coisas eles não contavam não. (...) A gente (os africanos) veio foi obrigado. Meu povo veio foi obrigado. Ninguém pediu pra vir pra cá não. Ham... Enquanto a minha África pedir socorro, eu não vou socorrer todo mundo não, mas correr atrás de muitos eu vou”.

²³ Pai Tonho refere-se ao seu orixá como *Omolu*; em outros grupos de religião de matriz africana, como o Candomblé e também a Umbanda, este orixá pode ainda ser chamado de *Omolu* ou *Obaluaê*, possuindo ainda diferenças na nomenclatura e na grafia, muitas vezes a depender da nação de cada religião. Existem ainda grupos que diferenciam um orixá do outro, possuindo qualidades diferentes.

Pouco tempo depois de estar morando em Bom Despacho, Sebastiana começaria a formar seu corte de Moçambique²⁴. A tradição de dançar o Reinado era um hábito antigo de seu povo, quando viviam no quilombo dos Carrapatos, em Bom Sucesso. Ainda muito nova, Sebastiana herdaria de seu avô o posto de capitã de Reinado, o cargo mais alto no corte de Moçambique, tradicionalmente ocupado por homens. Seguindo a tradição de seus ancestrais e de acordo com os ensinamentos do avô, Sebastiana criaria toda a sua família dentro dos ciclos do Reinado.

Na Tabatinga, a transmissão de vários conhecimentos e valores de mundo é feita desde a mais tenra infância dentro do universo do Reinado. Todos os familiares dos Carrapatos já estiveram em algum momento de suas vidas no corte do Moçambique de São Benedito de Dona Sebastiana. Alguns destes, seguindo determinação espiritual, vão ganhando cargos e aprendendo com a matriarca saberes específicos das posições a que estão predestinados. De geração a geração o Moçambique se fortalece e ganha mais participantes, à medida que a família dos Carrapatos também cresce.

Em sua casa, Dona Sebastiana guarda os ternos²⁵ de Reinado de cada um dos membros do corte, desde a criança mais nova até o adulto mais velho. Faz o mesmo em relação aos instrumentos, zelando pelas caixas, pantangomes e gungas de cada um de seus parentes. O Reinado é mais uma forma de Sebastiana viver sua liderança e repassar para seus familiares os valores morais de seu grupo étnico. Como ela define, é uma maneira de carregar a sua bandeira. Assegura assim sua posição de matriarca e liderança.

²⁴ O corte de Moçambique é a expressão do Congado que existe entre os Carrapatos da Tabatinga; em realidade, os quilombolas da Tabatinga se referem ao Congado por seu termo, chamando-o de Reinado. O Congado é uma celebração religiosa afro-brasileira muito presente no Sudeste do Brasil, especialmente em Minas Gerais e no Espírito Santo, tendo ocorrências também em outros estados. Os santos mais reverenciados são Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Efigênia, outros santos tradicionalmente de devoção negra. No Congado se celebra dançando, cantando e tocando para os santos, por isso alguns instrumentos são sempre constantes nos cortes, como a caixa ou tambor; a gunga, que são chocalhos amarrados aos tornozelos, e o patangome, que se assemelha ao pandeiro, sendo duas esferas presas uma a outra com sementes de lágrima de nossa senhora dentro, que lhe confere o barulho de um chocalho. Desde o ano de 2015, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN vem desenvolvendo uma pesquisa de Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC sobre as “*Congadas de Minas*”. Diversos estudos já foram realizados sobre este tema. Destaco os trabalhos da professora de letras, dramaturga negra e rainha conga, Leda Maria Martins, autora do livro “*Afrografias da Memória: o Reinado do Rosário do Jatobá*”; e da também professora e etnomusicóloga Glauro Lucas, autora de “*Os Sons do Rosário: o Congado Mineiro dos Arturos e do Jatobá*”.

²⁵ Os “*ternos*” são as roupas específicas de celebração no Reinado. Geralmente são camisas de botão, calça comprida, um saíote que se usa por cima da calça e um lenço ou touca de proteção para a cabeça. Como o Moçambique dos Carrapatos da Tabatinga é dedicado a São Benedito, as cores de terno que mais utilizam são as combinações marrom e branca, lembrando a bata de cor marrom com que o santo se vestia, ou toda branca.

... Eu sou de Bom Sucesso, quilombo dos Carrapatos. Meu povo não gostava que eu falasse não, mas eu disse: eu vou falar! Minha mãe não gostava, o Tito não gostava.

... o povo não gostava não... mas eu... ah, raiz é raiz, né?

O vovô que me explicava das coisas. Mas a vovó e a Dinha, nossa senhora... nem a mãe! Não falavam nada, humhum. Mas o que tá no sangue, né?, não nega.

Aí depois de muitos anos, minha Dinha não gostava de falar, meu tio não gostava nem que comentava isso... Aí foi um dia, eu fui lá no Bom Sucesso, no nosso quilombo lá dos Carrapatos, e falei: “Mas, uai gente, mas ninguém tá lutando pra nada... Eu vou pegar essa bandeira”. E peguei essa bandeira. Eu tava com dezoito anos... Olha pra você ver, oitenta e dois, né? Tô com oitenta e dois, peguei essa bandeira e só vou largar ela quando eu morrer. E é só eu. Minhas irmãs, meus irmãos, ninguém... Não gostam. Eu não, eu tô ensinando meus filhos, minhas filhas pra lutar²⁶.



Foto 14: Dona Sebastiana e sua neta Dafne no Encontro de Guardas de Congado do Festejo Tambor Mineiro em Belo Horizonte, 2016.

²⁶ Este trecho é retirado de uma entrevista gravada no ano de 2015. Neste ano de 2017, Sebastiana já está com 84 anos; em dezembro irá completar 85.



Foto 15: Moçambique de São Benedito, capitã Sebastiana à frente, agachada ao lado de Antônio, que está de chapéu. Foto tirada em frente à casa de Dona Sebastiana. Arquivo pessoal de Lázaro Antônio Felipe.



Foto 16: Moçambique de São Benedito, capitã Sebastiana à frente, segurando o bastão; ao seu lado direito, a primeira rainha de Santa Efigênia do corte. Arquivo pessoal de Lázaro Antônio Felipe.



Foto 17: Sebastiana e seus netos celebrando o Reinado. Encontro de Guardas de Congado do Festejo Tambor Mineiro em Belo Horizonte, 2016.

O pensamento da historiadora Beatriz Nascimento pode ser utilizado como apoio para se compreender os movimentos que ocorreram com os Carrapatos da Tabatinga, destacados especialmente na biografia de Dona Sebastiana. A partir das memórias desta senhora, percebe-se que os Carrapatos foram impelidos desde tempos imemoriais à sina do movimento.

Até o momento, apresentei a história dos Carrapatos a partir do quilombo da cidade de Bom Sucesso, mas este não é necessariamente o ponto de partida ao qual se refere Dona Sebastiana, sua representante mais antiga. A narrativa de Sebastiana muitas vezes remete à África como o ponto anterior de seu povo, continuamente revisitada através de suas falas, memórias, canções e religião. A referência da matriarca não é localizada geograficamente e temporalmente; a África mencionada por Sebastiana é aquela presente na oralidade daqueles que foram os seus mais velhos.

Partindo desta África ancestral das memórias de Sebastiana, em um salto entre os caminhos da memória, chegamos ao quilombo dos Carrapatos, em Bom Sucesso, para, em sequência, permanecer em movimento percorrendo vários caminhos que seguem a linha do trem, até chegar à região metropolitana de Belo Horizonte e depois encontrar Bom

Despacho e, mesmo ali, se mudar algumas vezes, até o território da Tabatinga, onde se restabelece espacial e culturalmente. Com o detalhe de em nenhum momento destes percursos ter deixado de *ser e pertencer* a um povo e seu território tradicional (os dois quilombos dos Carrapatos) e ancestral (a África da memória).

Para se referir a todo este movimento que vários quilombos experienciam em suas trajetórias, Beatriz Nascimento elaborou o termo *transmigração*. O antropólogo Alex Ratts, especialista no pensamento de Nascimento, assim explica o termo:

Não se trata de raízes imóveis. É de reconstrução que ela fala, feita com a delicadeza de quem é artífice da palavra/imagem e desenvolve inúmeras buscas até ter o discernimento da linha móvel entre quem copia, quem restaura e quem cria. Para a mobilidade, em geral forçada, da população negra, de África para a América e dentro do Brasil, entre o rural e o urbano, entre o Nordeste e o Sudeste, Beatriz cunhou o termo *transmigração*. (RATSS, 2007, p. 71).

A *transmigração* é fruto da experiência diaspórica, fato que marca a vivência do povo quilombola, que possui a memória de seus antepassados nesta África Ancestral, e que no Brasil também foi, e é obrigado, a estar em constante migração. Nascimento defendia academicamente que os quilombos eram resultados de continuidades históricas. Asseverava que estas continuidades encontravam diversas maneiras para se refazer mesmo enfrentando adversidades constantes.

Continuidade histórica é um termo ainda mais abstrato do que “sobrevivência” ou “resistência cultural” dos antropólogos. A continuidade seria a vida do homem – e dos homens –, continuando aparentemente sem clivagens, embora achatada pelos vários processos e formas de dominação, subordinação, dominância e subserviência. (NASCIMENTO, 1982 in RATSS, 2007, p. 110).

Os conceitos de *transmigração* e continuidade histórica não são excludentes para o pensamento de Beatriz. É importante que se tenha em vista que o conceito de quilombo que a autora articula é o tempo todo maleável; expansível quando se trata de um território, e retrátil para um corpo, uma pessoa. O quilombo é um território, mas é também uma forma de pensamento; multilocalizado, ele se assegura na continuidade. A autora em vários momentos utiliza a imagem do “corpo negro” e explica como o quilombo também viaja, migra e se desloca junto a estes corpos. Por integrar estes corpos e estes pensamentos, os quilombos não são abandonáveis.

O pensamento da autora é complexo e elucida com qualidade o caso do quilombo dos Carrapatos e seus movimentos. Sebastiana e seus parentes jamais deixaram de ser quilombolas, assim como o quilombo dos Carrapatos não deixou de existir. Esteve sim, por muito tempo, viajando, habitando o espaço dos corpos daqueles que dele fazem parte, mas em certo momento, em uma parada destas linhas de vida, encontrou um espaço onde pôde se expandir e preencher outros territórios. Foi o que aconteceu na Tabatinga.

O que nos interessa no pensamento de Beatriz é a inter-relação entre corpo, espaço e identidade, que pode ser refeita por aquele(a) que busca tornar-se pessoa (e não coisa)... (RATTS, 2007, p. 66).

O indivíduo negro, com o seu corpo em relações (con)sentidas, percorre em transmigração territórios negros fragmentados pela diáspora. Reconhece-se nesses espaços descontínuos e, por vezes, os correlaciona, se preenche e se eleva num alargamento de horizontes, em face de um sistema cujas forças o reduzem, o encapsulam e o puxam para baixo: “Eu fico grande numa serra. (...) Eu, assim fico alta.” (NASCIMENTO In. RATTS, 2007, p. 69).



Foto 18: Dona Sebastiana em frente à sua casa no quilombo Carrapatos da Tabatinga.

A teoria de transmigração elaborada por Beatriz Nascimento dialoga com o pensamento de outros autores preocupados em pensar o fenômeno da diáspora negra no mundo. Desta maneira, o pensamento destes pesquisadores também colabora para a compreensão dos fenômenos que se deram com os Carrapatos da Tabatinga.

É interessante perceber como Stuart Hall elabora um pensamento convergente ao de Beatriz Nascimento, quando escreve sobre as “rotas culturais” pelas quais passaram os povos da diáspora africana, e como as experiências destas rotas colaboraram para a formação identitária de sujeitos negros. Embora seja necessário destacar que Hall escreve endereçado à população negra caribenha, da qual faz parte, a aplicabilidade de sua reflexão não deixa de ser extensível a outros grupos negros que também possuem a diáspora como ponto fundamental de suas vidas.

(...) suas “rotas” culturais. Os enormes esforços empreendidos, através dos anos, não apenas por estudiosos da academia, mas pelos próprios praticantes da cultura, de juntar ao presente essas “rotas” fragmentarias, frequentemente ilegais, e reconstruir suas genealogias não-ditas, constituem a preparação do terreno histórico de que precisamos para conferir sentido a matriz interpretativa e as autoimagens de nossa cultura, para tornar o invisível visível.

(...) As lutas por redescobrir as “rotas” africanas no interior das complexas configurações da cultura caribenha e falar, através desse prisma, das rupturas do navio, da escravidão, colonização, exploração e radicalização produziram não somente a única “revolução” bem-sucedida no Caribe anglófono neste século – a chamada revolução cultural dos anos 60 – como também a formação do sujeito caribenho negro. (HALL, 2009, p. 42).

Pensando ainda de maneira parecida, Hall irá elaborar o conceito de “tradição”, que possui convergência com o conceito de “continuidade histórica”, de que tratava Nascimento. Os dois conceitos teóricos podem ser utilizados para se compreender a fala do Dona Sebastiana sobre a África, da qual ela é “*toda parte*”.

Possuir uma identidade cultural nesse sentido é estar primordialmente em contato com um núcleo imutável e atemporal, ligando ao passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta. Esse cordão umbilical é o que chamamos de “tradição”... É, claro, um mito – com todo o potencial real dos nossos mitos dominantes de moldar nossos imaginários, influenciar nossas ações, conferir significado às nossas vidas e dar sentido à nossa história. Os mitos fundadores são, por definição, transistóricos. (HALL, 2009, p. 29).

O fato de estes indivíduos negros estarem em constantes viagens, sempre precisando se desligar de seus territórios e se separar de seus parentes, entre outros apartamentos, não os fez tornarem-se sujeitos sem história, ou pelas metades.

Dentro desta condição sucessiva de diáspora e movimento, os sujeitos negros que viveram ou são herdeiros daqueles que sofreram as condições de escravidão na América se organizaram em suas identidades e culturas, trespassando gerações e sobrevivendo aos investimentos violentos das culturas brancas que, ao longo da história, insistiram em tentar ceifá-los e reparti-los, na tentativa de que estas partes não se juntassem, para assim serem mais facilmente dominados. Em reação aos ataques das culturas brancas dominantes, organizou-se entre os negros da diáspora uma cultura viajante de resistência.

Esse tipo de princípio de resistência e reorganização pode ser constatado a partir da história de Dona Sebastiana e dos quilombolas Carrapatos da Tabatinga. Eles que insistiam em brotar da terra e se reorganizar a cada novo massacre em Bom Sucesso; que depois se viram impelidos a migrar de tempos em tempos por diversas cidades; que foram se separando diante das adversidades da vida; e que depois se reorganizaram e fundaram um novo quilombo, apesar de não abandonarem por completo a sina de estar em movimento.



Foto 19: Netos de Dona Sebastiana, Sandra, Sebastiana e Antônio, no quilombo Carrapatos da Tabatinga, Bom Despacho-MG.

“*Eu vim de muito longe*” é um ponto de Umbanda que abre este capítulo e é cantado por Dona Sebastiana com frequência. Esse sujeito que vem de longe é um viajante, parece estar viajando há muito tempo, e embora faça algumas paradas – “*eu vim colher uma rosa*” – irá continuar o seu caminho, cantando sobre a sua viagem em outros lugares.



Foto 20: Dona Sebastiana sentada em frente ao Cruzeiro das Santas Almas, uma das marcas mais antigas de ocupação de Sebastiana e sua família no quilombo Carrapatos da Tabatinga. Arquivo Pessoal de Lázaro Antônio Felipe.

A teoria sobre as “culturas viajantes” formadas pelos sujeitos negros em diáspora é largamente explicada pelo sociólogo inglês Paul Gilroy em um livro robusto sobre o tema, intitulado *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência* (GILROY, 2001). As reflexões trazidas por Gilroy neste livro são bons instrumentos para se compreender a trajetória dos quilombolas dos Carrapatos da Tabatinga. Em relação às identidades etnoculturais formadas por esses sujeitos negros em diáspora, Gilroy destaca a centralidade de se tratar de coletivos de pessoas que vivenciaram e/ou vivenciam processos de deslocamentos e reterritorialização muitas vezes constantes.

Esses temas são importantes no estudo das identidades e culturas políticas porque os limites das abordagens fundadas na fixidez já foram alcançados algum tempo atrás. Eles são particularmente importantes na história do Atlântico negro, onde movimento, reterritorialização, deslocamento e inquietação constituem mais normas do que exceções. (GILROY, 2007, p. 260).

Paul Gilroy irá se referir principalmente aos movimentos compulsórios pelos quais passaram os sujeitos da diáspora, mas é importante ressaltar que, entre os Carrapatos da Tabatinga, o movimento não é tão só uma condição imposta por uma força externa; é também uma motriz de sua própria cultura, que se reorganizou a partir da história de Dona Sebastiana. A matriarca, por vontade própria, percorreu muitas cidades de Minas Gerais e do Brasil, integrando e representando as lutas sociais do povo negro. Com as próprias pernas procurou por políticos e pessoas influentes que pudessem ajuda-la em suas causas. Em movimento, também está o constante ciclo do Reinado, do qual Sebastiana é a capitã, percorrendo a pé vários caminhos e marcos sacralizados, e visitando outros cortes em outras cidades, mantendo a tradição de visitar e ser visitado por outros irmãos do rosário²⁷.

O movimento, como veremos, também se tornou propulsor na vida de Sandra, filha de Sebastiana que herdou “o bastão” do engajamento social. A partir da história construída por Dona Sebastiana para os Carrapatos da Tabatinga, a marca do andarilho deixou de ser somente um estigma e uma memória ruim. Sendo ressignificada, a viagem tornou-se produtiva para estes quilombolas, funcionando como uma estratégia para garantir-lhes perpetuação e vida.

Como anunciado acima, nem sempre as linhas de vida das nossas protagonistas quilombolas seguiram em diálogo com as “linhas da política” formal, representada pelo Estado em suas divisões locais, estaduais e nacional. Em 1988, quando alguns grupos da sociedade representados especialmente por intelectuais e militantes negros, juntamente com alguns políticos ligados às causas da população negra, discutiam maneiras de implementar a questão quilombola na nova Constituição Federal, Sebastiana, em sua cidade, estava preocupada em formar sua própria escola de samba e assim levar os quilombolas da Tabatinga para desfilarem nas ruas principais de Bom Despacho, como o fez.

²⁷ Modo pelo qual os praticantes do Reinado/Congado também se chamam, fazendo referência ao Rosário de Maria – Nossa Senhora do Rosário. Este termo que é permeado por simbologia, vale a pena ressaltar, faz referência a um terço, que é cíclico, eternamente contínuo.

Em fevereiro de 1988, Mãe Sebastiana foi às ruas com sua escola Estrela de Ouro, majoritariamente negra e formada exclusivamente por moradores da Tabatinga. A dedicação da senhora, que ensaia seu grupo no meio do mato e da poeira, não foi em vão. A Estrela de Ouro ganhou o primeiro lugar no desfile das escolas de samba de Bom Despacho de 1988, com um enredo que enaltecia a Tabatinga, subvertendo o preconceito existente na cidade em relação ao bairro e à sua população.

*Estrela de Ouro,
Sensação da Tabatinga,
Estrela de Ouro,
Sensação do meu Brasil,
A Tabatinga que vai e vem,
que vem e vai,
A Tabatinga que balança
mas não cai.²⁸*



Foto 21: Sebastiana e Antônio, porta-bandeira e mestre-sala da Escola de Samba Estrela de Ouro durante o carnaval. Arquivo Pessoal de Lázaro Antônio Felipe.

²⁸ Enredo cantado por Mãe Sebastiana, em entrevista em dezembro de 2016.



Foto 22: Maria, filha de santo de Dona Sebastiana, vestida com sua fantasia de carnaval e carregando o troféu de 1º lugar. Fevereiro de 1988. Arquivo pessoal de Lázaro Antônio Felipe.



Foto 23: Dona Sebastiana (ao centro), parentes e vizinhos enfeitando o caminhão para o desfile da Escola de Samba Estrela de Ouro. Fevereiro de 1988. Arquivo pessoal de Lázaro Antônio Felipe.



Foto 24: Carreta utilizada para o desfile da Escola de Samba Estrela de Ouro. Ao fundo, do lado direito, usando chapéu, o filho mais novo de Dona Sebastiana, Antônio Carlos (Cacá). Fevereiro de 1988. Arquivo pessoal de Lázaro Antônio Felipe.



Foto 25: Dona Sebastiana recebe o prêmio de 1º lugar para sua escola de samba Estrela de Ouro. Entrega solene na prefeitura de Bom Despacho, março de 1988. Em primeiro plano, Dona Sebastiana; ao fundo, do lado direito, estão Antônio e sua filha Tânia Aparecida (Dunga). Arquivo Pessoal de Lázaro Antônio Felipe.



Foto 26 e 27: Entrega solene dos troféus para os campeões do carnaval de Bom Despacho, 1988. Sebastiana, presidenta da Escola de Samba Estrela de Ouro, recebe o 1º lugar. Arquivo Pessoal de Lázaro Antônio Felipe.

Cantando samba e fazendo micropolítica, Sebastiana seguia com seu ideal de construir formas de vida dignas e igualitárias para seu povo.

Árvore Genealógica Quilombo Carrapatos da Tabatinga - Imagens

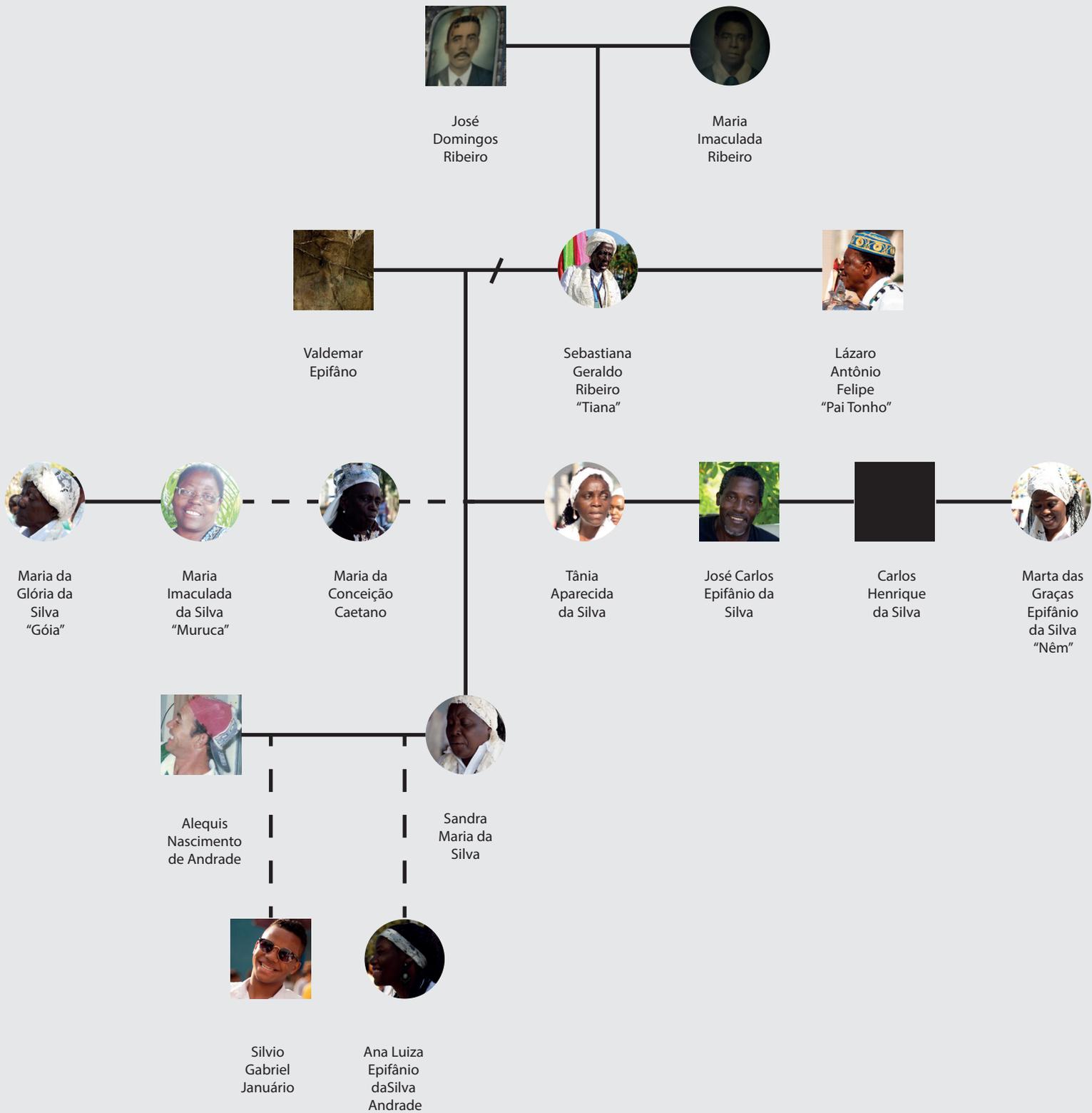


Figura 1

Linhas dos Tempos

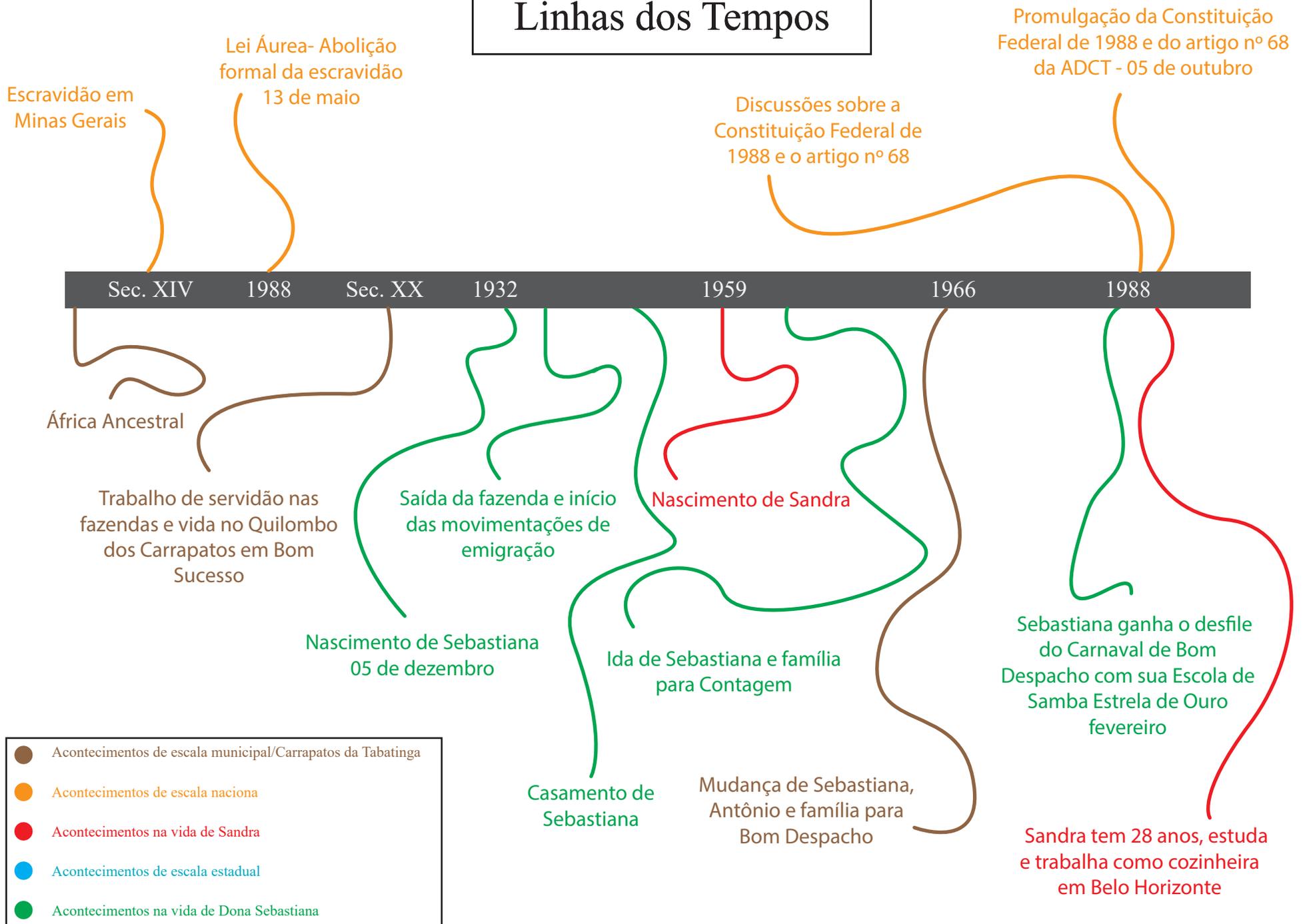


Figura 2

Árvore Genealógica Quilombo Carrapatos da Tabatinga

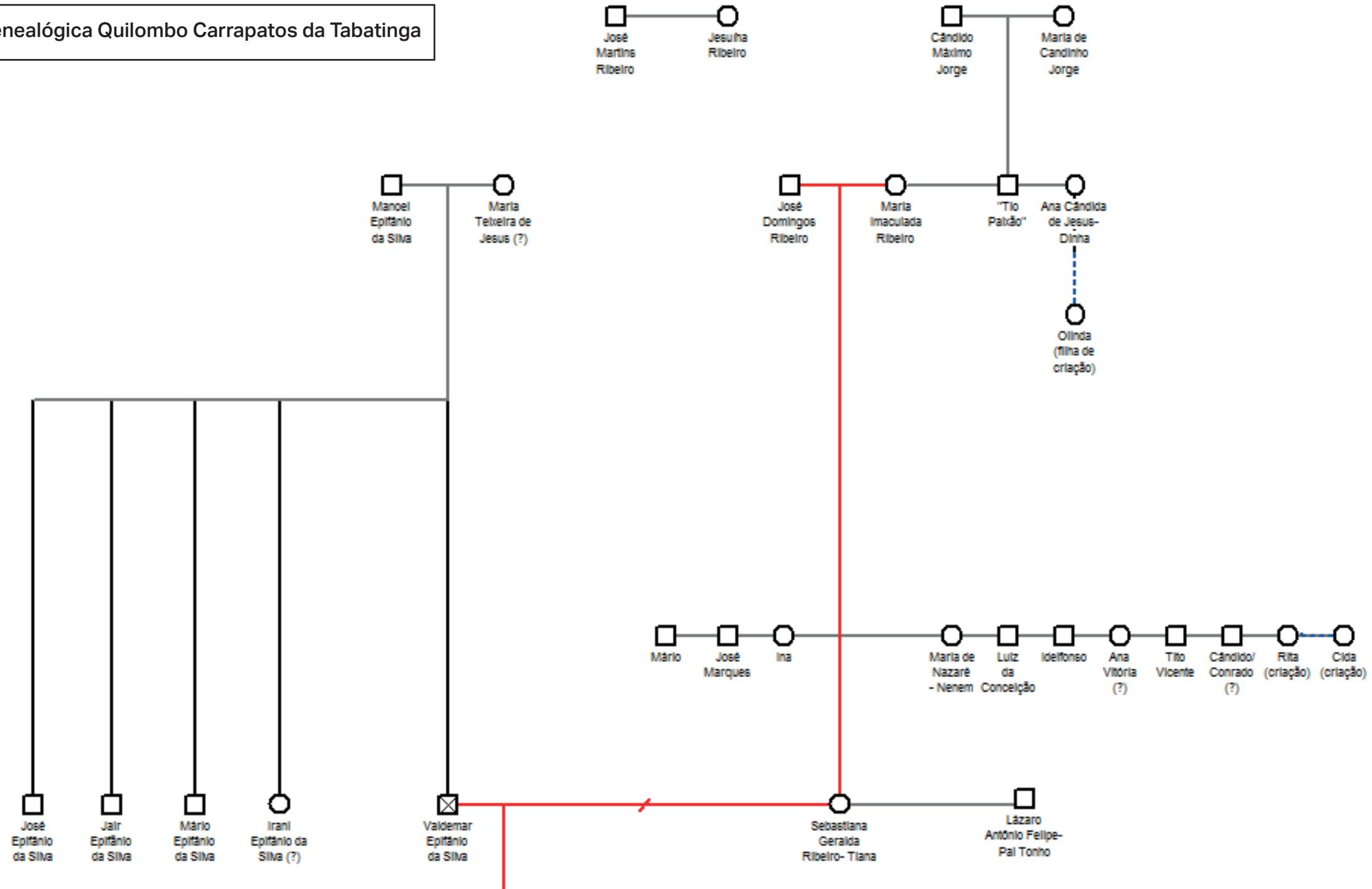


Figura 3 a

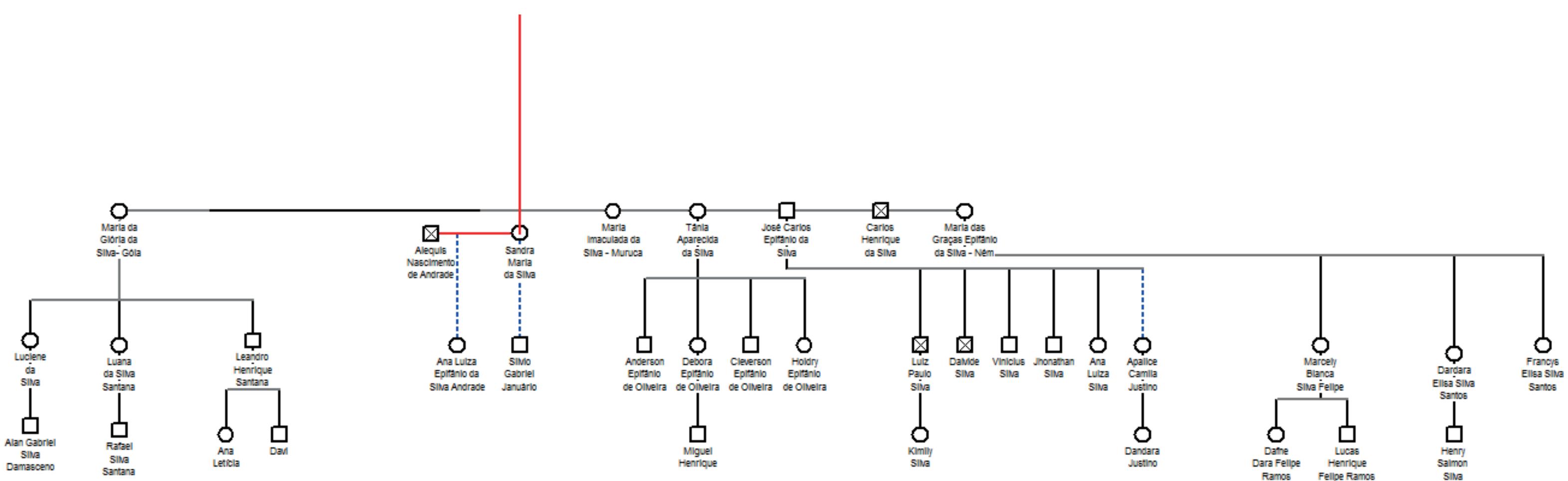


Figura 3 b

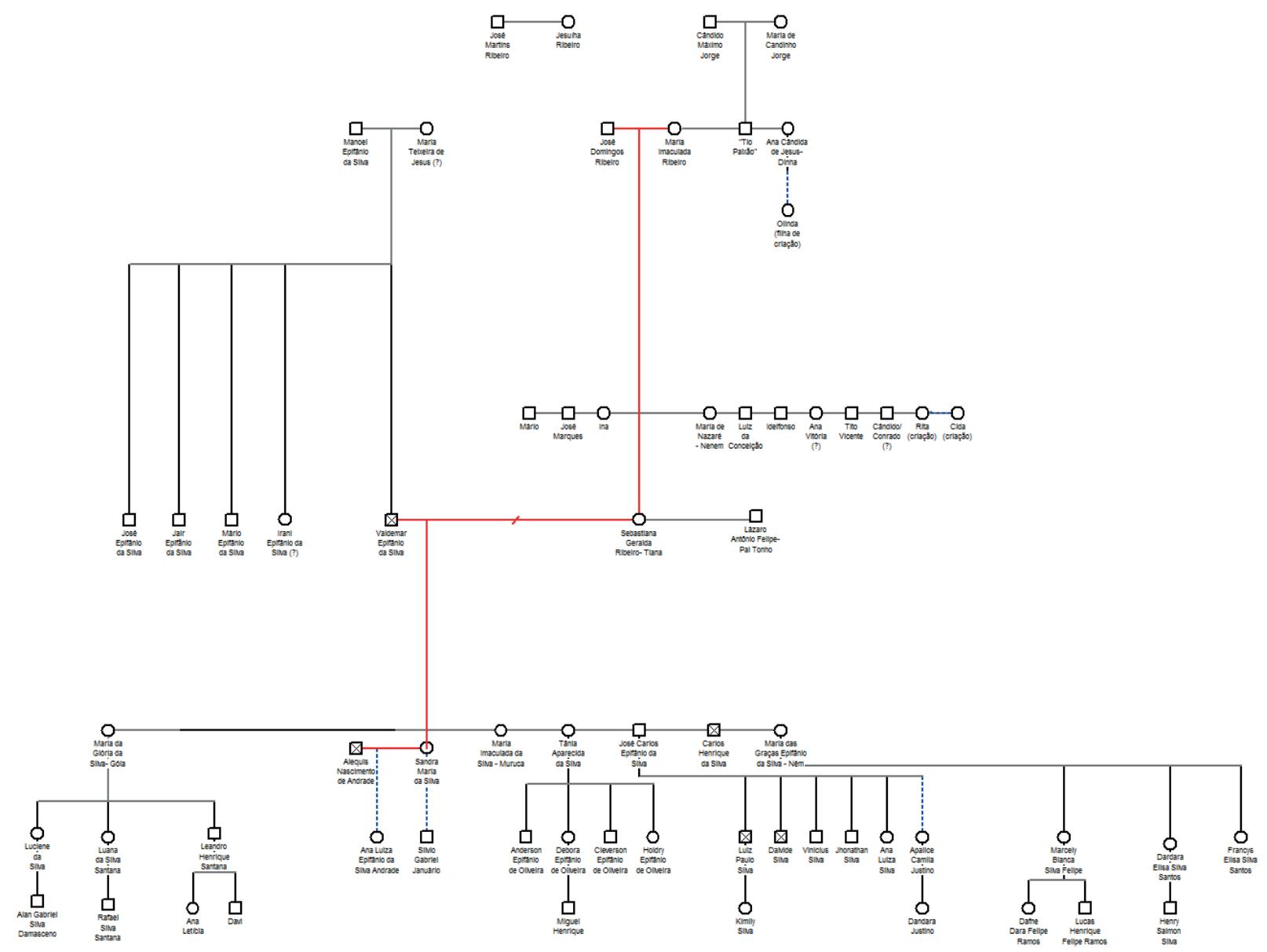


Figura 3 c
72



*Subi a serra acompanhando o pai Xangô
No lugar onde passa corre água e nasce flor
Meu pai São João Batista é Xangô
É o dono do meu destino até o fim
Se um dia me faltar a fé ao meu senhor
Derrube essa pedreira sobre mim...*

(Ponto de Macumba Xangô – Clementina de Jesus)

²⁹ Foto 28: Sandra Maria da Silva Andrade. Arquivo pessoal de Maria Imaculada da Silva – Muruca.

2. “Minha filha é Filha de Xangô, eu boto Xangô na frente e ela vai”

Até o início dos anos 2000, Sandra Maria Andrade não considerava a possibilidade de virar uma liderança comunitária como sua mãe. Enveredando por outras trilhas, Sandra viveu grande parte da sua vida na cidade de Contagem, onde, desde muito cedo, começou sua carreira profissional, trabalhando principalmente na área da cozinha. A foto que abre este capítulo mostra Sandra aos 12 anos no caixa do Buffet Guloso, um restaurante de Belo Horizonte, onde ela trabalhou por muitos anos, tendo este trabalho feito parte de vários momentos de sua trajetória.

No princípio, quando começou a estudar e trabalhar, Sandra e outros irmãos foram morar com sua avó, no bairro JK, em Contagem, onde foram construídas as habitações para os trabalhadores da linha férrea, das quais seu avô recebeu uma. Em um momento mais adiante, sua mãe Sebastiana conseguiria comprar uma casa no bairro Parque São João, para onde Sandra se mudou e viveu grande parte de sua adolescência e vida adulta. Nesta casa, até hoje vive sua irmã Maria Imaculada, a Muruca, e este é um ponto de refúgio e moradia dos Carrapatos da Tabatinga, de que sempre podem dispor quando precisam ir a Belo Horizonte para estadias breves e também para moradia, geralmente em momentos da vida adulta, nos quais alguns jovens da Tabatinga vão para a capital buscar emprego ou estudo. A casa de Muruca funciona como uma extensão do quilombo Carrapatos da Tabatinga, um lugar reconhecido e referido pelos integrantes da família de Dona Sebastiana Geralda como um espaço de abrigo e histórias conjuntas.



Foto 29: Muruca, sua sobrinha-neta Dafne Epifanio, e seu sobrinho Cleverson Luiz, na sacada da sua casa, em janeiro, época de férias para Dafne que estuda em Bom Despacho e Cléverson que faz faculdade na UFG.



Foto 30: Família dos Carrapatos da Tabatinga na casa de Muruca, no bairro Parque São João, em Contagem-MG. Em primeiro plano, da esquerda para direita estão Muruca, seu sobrinho Vinícius Silva, e sua irmã Nem. Logo atrás, seu esposo, o Branco, ao fundo estão Dafne e Cleverson, ambos sobrinhos de Muruca.

Sobre a infância e adolescência, além de alguns períodos difíceis por que passou junto com seus irmãos e Dona Sebastiana enquanto esta se estabilizava à procura de emprego, Sandra costuma lembrar-se sempre da criação dos irmãos mais novos, Maria das Graças, Nem e Antônio Carlos, o Cacá, pelos quais ela e Muruca foram responsáveis. Alguns eventos engraçados deste período são sempre rememorados com humor, como, por exemplo, episódios que revelam a personalidade forte de Sandra e Muruca, que eram rígidas na criação dos irmãos, seguindo-os nas festas para observar como se comportavam e vigiando-os escondidas entre moitas e matinhos, especialmente o irmão Cacá, irmão mais novo e único homem da família.

Ainda sobre o período da juventude, Sandra se recorda de quando iam visitar sua tia Ana Cândia de Jesus, a Dinha, e seu bisavô materno, Cândido Máximo Jorge, na cidade de Bom Sucesso, os únicos parentes que ainda moravam naquela cidade, sendo a tia Dinha a que mais resistiu no território, convencida a sair somente depois de bem velha, vendendo sua parte por um valor irrisório ao fazendeiro e passando seus últimos dias em um asilo. Sandra lembra que ela e suas irmãs iam a Bom Sucesso levadas por um tio que era jogador de futebol que, sempre que estava em Minas Gerais, gostava de ir visitar os parentes. Ela e

suas irmãs riem muito ainda hoje ao lembrar que seu bisavô possuía três esposas, “*cada uma em uma casinha*”, e que sua irmã Muruca não gostava de visitar Bom Sucesso porque as casas em que viviam seus parentes eram muito diferentes da sua casa da cidade.

Eu conheci meu bisavô da parte do vô, o pai da mãe... era lá em Bom Sucesso, porque ele ficou lá... Cê ia, era assim: tinha um, dois, três quatinhos assim, eram três muié. É, o vô era assim, o véiozim... Eu falei: “Gente, cada uma no seu quadradinho, e ele lá sozinho...”. Mas nós ríamos!! Eu lembro que o tio falava: “Ô vô, o senhor não é fácil não!!”(risos). Eu era pequena, mas eu vi ele...

A Muruca não gostava de ficar na casa da Dinha de jeito nenhum, ô meu deus do céu! (risos). É porque eram essas casas de adobe, de barro, e a Muruca não gostava, minha filha! A Muruca dava trabalho, viu!

Para visitar sua mãe em Bom Despacho, Sandra ia de trem, pois a estação era perto de sua casa e a linha Ferro-Paracatu, na qual trabalhou seu pai, também ligava a cidade de Contagem a Bom Despacho. Hoje em dia, essa malha ferroviária é utilizada pelo metrô de Belo Horizonte, fazendo um caminho muito mais curto: o metrô liga duas cidades da região metropolitana, Contagem e Venda Nova, à capital mineira; neste trecho único também possui algumas paradas em bairros da cidade de Belo Horizonte.

Não foram poucas as vezes que Sandra e suas irmãs fizeram o trecho Contagem-Bom Despacho. Este trajeto, de acordo com suas lembranças, durava muitas horas, aproximadamente dez horas, trecho que, em uma viagem de carro, se faz aproximadamente em duas horas, pois a distância entre as duas cidades é de 150 quilômetros. O longo período não as desanimava; Sandra conta que gostavam do assóvio da maria-fumaça, maneira popular de se referir à locomotiva a vapor, e por muitos anos fizeram com frequência este itinerário.

Inicialmente o trabalho surgiu para Sandra como uma maneira de conseguir dinheiro para bancar seus estudos. A quilombola conta que sempre gostou de estudar e que fazia de tudo para permanecer na escola. De acordo com Sandra, na sua época o acesso ao colegial também era pago, sendo apenas o ensino primário assegurado com gratuidade pelo governo³⁰. Deste modo, ela foi trabalhar para conseguir pagar sua formação no colegial, e

³⁰ Como demonstra a especialista em educação Simone Flach (FLACH, 2011), até meados da década de 1980, “a grande maioria dos estudantes de 1º grau, cerca de 80%, não conseguia sobreviver ao sistema e iniciar o segundo grau” (FLACH, 2011). O ensino fundamental era obrigatório, no entanto não existia

posteriormente sua formação em técnica de contabilidade.

Eu pagava mensalidade todo mês, pensa bem, tudo tinha que pagar! O único que não pagava era o primário.

Minha filha, eu ia de pé trocado de chinelo, não tinha sapato, um pra lá outro pra cá, eu ia assim mesmo... Ia de roupa molhada, chovia, não tinha roupa pra vestir, eu vestia a roupa molhada e ia pra escola, era assim... E a professora chegava lá e falava: “Menina do céu! Cê veio molhada!”. Ela me levava pra um lugar, tirava minha roupa e secava com ferro. Eu ia com a roupinha molhada, mas eu ia pra aula. Não faltava. Caderninho na sacolinha pra proteger o caderno, porque se molhasse não tinha outro. Era assim... Mas eu era inteligente Eu falei assim: “Eu vou ser, eu quero ser”. Eu punha isso na cabeça.

Obtidos os estudos no colegial, Sandra se candidatou ao concurso público para oficial da Marinha Brasileira, um grande sonho da quilombola. Neste concurso, Sandra foi aprovada na etapa de conhecimentos gerais, que exigia o colegial completo; no entanto, não foi incorporada por não possuir estatura suficiente. Este concurso gerou frustrações nas expectativas da quilombola que, até os dias de hoje, se angustia por não ter se tornado marinheira.

Eu não fui da Marinha por causa da altura... Cheguei lá: um metro e cinquenta e quatro... ô, ferrou! Saí de lá chorando... Ô meu pai, todo mundo entrando e eu não... Pelejei muito, viu?!

Ana Carolina: “Então você tentou ser da Marinha, Sandrinha...”.

Sandra: “Tentei, e fui lá toda metida a “tchã tchã”. Era teste de segundo grau que estavam fazendo, aí eu fui, mas no teste da altura não passei... Ai que ódio! Passei em tudo, mas não passei na altura. E hoje em dia não tem nada disso. Eu falei: “É... não era pra ser mesmo...”.

incentivo por parte do Estado de assegurar o acesso, a permanência e a universalização. Na década de 1960, o acesso à educação gratuita no país foi ainda mais dificultado devido à Constituição Federal implementada em 1967 pelos governantes da ditadura militar, que, através de uma série de medidas, fortaleceu o ensino particular e dificultou a permanência dos estudantes de baixa renda no ensino médio, pois previa a necessidade de bom desempenho dos estudantes para a garantia da permanência gratuita e a substituição do ensino oficial gratuito por bolsas de estudos. Essas normas afastaram a população de baixa renda brasileira das escolas. Estas medidas legais só seriam alteradas a partir de 1988 com a nova Constituição, iniciando um ciclo de mudança no quadro educacional público brasileiro. (VESPÚCIO E TEIXEIRA, 2014). “*Em meados da década de 1980, o quadro educacional brasileiro era dramático: 50% das crianças repetiam ou eram excluídas ao longo da 1ª série; 30% da população eram analfabetos, 23% dos professores eram leigos e 30% das crianças estavam fora da escola. Além disso, 8 milhões de crianças no 1º grau tinham mais de 14 anos, 60% de suas matrículas concentravam-se nas três primeiras séries, que reuniam 73% das reprovações. Ademais, é importante lembrar que 60% da população brasileira viviam abaixo da linha da pobreza. Tais dados forneciam as condições para a exigência de redirecionamento na legislação educacional vigente.* (SHIROMA, EVANGELISTA, MORAES, 2000, p. 44, apud FLACH, 2011, p. 296).

Em relação aos estudos, após o segundo grau Sandra se formou como técnica de contabilidade, mas nunca chegou a exercer a profissão de maneira regular. A quilombola conta que, logo quando se formou como técnica, voltou para Bom Despacho para se candidatar a um concurso da prefeitura para a área. O ano era 1995. Sandra conta que chegou a passar neste concurso, mas nunca foi chamada. Insistiu por algum tempo no órgão municipal para que sua admissão fosse reconhecida, o que não aconteceu e a fez voltar para o trabalho como cozinheira, onde, devido aos vários anos em que se dedicara a profissão, conseguiria um salário melhor, além de lhe parecer menos complicado conseguir uma vaga, pois, de antemão, já visualizava os ambientes racistas de trabalho que, sabia ela, não aceitariam uma profissional de contabilidade negra.

A cozinha foi a mais longa carreira profissional de Sandra. A quilombola trabalhou em poucos ambientes do ramo alimentício, a maior parte destes por longos períodos. Destacam-se o Buffet Guloso em Belo Horizonte, onde trabalhou por 12 anos; o restaurante Buffet Jaqueline, na rodoviária de Bom Despacho, onde foi trabalhar quando retornou para a cidade e trabalhou por mais 12 anos; e a lanchonete da universidade UNIPAC, seu último emprego formal.



Foto 31: Sandra, cozinheira, entre seus colegas de trabalho. Arquivo pessoal de Lázaro Antônio Felipe.

O fato de ter trabalhado como cozinheira durante muitos anos não é uma memória ruim para Sandra. Foi a cozinha que lhe deu este ofício que exerce até os dias de hoje. As festas de família do quilombo Carrapatos da Tabatinga são de responsabilidade de Sandra

no comando dos fogões. A ex-“chefe de cozinha” aceita ajudantes, mas devem todos estar sob o seu comando, se não quiserem se arriscar a levar uma bronca desta filha de Xangô³¹. São muitos os aniversários e casamentos da família em que Sandra foi a responsável pela alimentação, muitas vezes deixando de participar da festa, ou aparecendo apenas em momentos importantes, trajando roupas de trabalho e touca na cabeça. A quilombola não se importa; gosta de cozinhar e servir alimentos que ficarão por bastante tempo na memória dos seus parentes e também na sua, pois se lembra com perfeição e em detalhes os diversos pratos que já cozinhou.



Foto 32: Casamento da sobrinha Marcely. Sandra foi a responsável pela alimentação de toda a festa. Arquivo pessoal de Lázaro Antônio Felipe.

³¹ Ao longo deste período de convivência com Sandra tive a oportunidade de ser por duas vezes sua ajudante de cozinha em eventos maiores. Foram o Festival de Cultura Quilombola – CANJERÊ, que acontece em Belo Horizonte desde o ano de 2015, e o aniversário de 15 anos de sua filha Ana Luiza. Além destes eventos, sempre estive ajudando em algumas alimentações do dia a dia, e pude vivenciar de perto o rigor e também o entusiasmo e a paixão com que Sandra se relaciona com este universo.



Foto 33: Dançando a valsa com a sobrinha Marcely em seu casamento, vestida com as roupas de cozinheira. Imagem extraída a partir do vídeo de casamento de Marcely e Paolo. Arquivo pessoal de Lázaro Antônio Felipe.



Foto 34: Aniversário de 60 anos de Pai Tonho. Sandra foi a responsável por toda a alimentação. Arquivo pessoal de Lázaro Antônio Felipe.



Foto 35: Aniversário de 60 anos do Pai Tonho. Sandra e sua filha Ana Luiza. Arquivo pessoal de Lázaro Antônio Felipe.



Foto 36: Festival de Cultura Quilombola – CANJERÊ, 2016. Sandra à frente da organização e também da cozinha.

O entusiasmo e dedicação na cozinha certamente foram qualidades que a mantiveram por tanto tempo neste ramo. Sandra se lembra com frequência como ela e sua amiga de trabalho Genoveva criavam pratos que conferiam grande prestígio para a comida do Buffet Jaqueline, o restaurante da rodoviária, fazendo filas de clientes e recebendo muitos pedidos. Sandra rememora que eram criativas e que gostavam de inovar, por vezes fazendo dois pratos principais para competir uma com a outra qual dos pratos venderia mais e seria mais elogiado. Com frequência, quando cozinha, Sandra se lembra de sua colega Genoveva e dos seus tempos de prestígio como cozinheira.

No restaurante, enriquecemos os patrões, eu trabalhei muito. Fiquei 12 anos trabalhando na cozinha lá, aí depois o patrão morreu e eu fiquei com os filhos mais uns três anos. Os filhos começaram a fazer hora, não pagavam direito, aí eu larguei tudo. Pedi a conta.

Eles não queriam mandar eu embora. Eu pedi a conta e fui trabalhar na faculdade.

Atualmente os quilombolas da Tabatinga participam de feiras e festas da cidade de Bom Despacho e região com barracas de comidas que sempre fazem sucesso. Um dos sonhos de Sandra é montar uma mini-indústria de temperos artesanais em sua própria casa, e assim trabalhar com toda a família no ramo de alimentos, assegurando emprego para todos e mantendo a coletividade do grupo.

Foi com os salários de cozinheira que Sandra bancou grande parte de sua educação. Sua última investida nesse sentido foi a faculdade de Serviço Social, que fez por alguns semestres enquanto trabalhava na lanchonete da universidade UNIPAC, mas não chegou a concluir.

É por isso que eu falo, às vezes a gente tá em alguma mesa, aí vem alguém, às vezes do próprio movimento negro, que fala: “Você não deveria estar aí não porque você não tem faculdade”. Eu falo: “Eu não tenho a sua faculdade, mas eu tenho a minha faculdade tradicional, eu sei. Eu admito, eu não tive oportunidade, eu sempre quis. Comecei, meu dinheiro não dava pra pagar, tive que parar. Na minha época não tinha esse tal de bolsa pra cá, bolsa pra lá não, não tinha isso. Ou paga, ou você não estuda”.

Um pouco antes de voltar para Bom Despacho, em 1994, Sandra se casou na cidade de Contagem com Alequis Nascimento de Andrade. Alequis também morava em Contagem, no mesmo bairro de Sandra; era branco e descendente de italianos. Dona Sebastiana conta que, inicialmente, tinha receio com relação ao genro; pelo fato de ele ser branco, tinha medo que “magoasse” a filha, mas isso rapidamente se desfez. Alequis foi um grande amor e companheiro de Sandra por anos. Estiveram juntos até o ano de 2012, quando o marido faleceu devido a um câncer, deixando muitas saudades para a quilombola, que ainda hoje usa sua aliança de casamento e se refere ao marido como uma parte que lhe falta.



Foto 37: Alequis, dançando Reinado com sua, Ana Luíza. Arquivo pessoal de Sandra Maria da Silva Andrade.



Foto 38: Casamento de Sandra Maria da Silva e Alequis Andrade. Arquivo pessoal de Sandra Maria da Silva Andrade.



Foto 39: Pai Tonho e Alequis em seu casamento.
Arquivo pessoal de Sandra Maria da Silva Andrade.



Foto 40: Sandra, Alequis e sua sogra em seu casamento.
Arquivo pessoal de Sandra Maria da Silva Andrade.

O companheirismo entre Alequis e Sandra era tal que, quando a esposa decidiu abandonar seu emprego na universidade para se dedicar ao movimento quilombola, o marido a apoiou, bancando as contas da casa e cuidando dos seus dois filhos, Ana Luiza e Gabriel, durante os longos períodos em que Sandra ficava fora, ajudando a construir o movimento quilombola em Minas Gerais e, posteriormente, atuando no movimento nacional.



Foto 41: Comemoração do título de Cidadã Honorária de Mãe Sebastiana. Na foto estão presentes os casais Sebastiana e Antônio, do lado esquerdo, e Alequis e Sandra, do lado direito da mesa. Arquivo pessoal de Lázaro Antônio Felipe.

Foi no ano de 2003 que Sandra, Dona Sebastiana e seus parentes ouviram falar pela primeira vez no conceito de “comunidade quilombola”. Junto a este conceito, havia também uma nova maneira de entender a palavra “quilombo”, não completamente desconhecida pela comunidade, mas não utilizada da maneira como o é atualmente³².

Em 2003 os Carrapatos da Tabatinga receberam a visita da pesquisadora Felisa Cançado Anaya³³, que, segundo se lembram, foi a primeira pessoa a trazer informações sobre os direitos das comunidades quilombolas, o que incentivou o grupo a procurar se informar sobre o tema. A pesquisadora estava na comunidade devido a um projeto que realizava para a ONG Fala Negra³⁴; o projeto se chamava “Redescobrimo as Comunidades Quilombolas de Minas Gerais”, teve a duração de um ano, e um dos produtos finais foi um calendário com a história da Tabatinga.

Após a visita de Felisa, no ano de 2004, a Fundação Cultural Palmares foi pela primeira vez à comunidade. Sandra se refere às representantes Edi Freitas e Maria Bernadete Lopes da Silva como as primeiras funcionárias da Fundação Cultural Palmares a visitar a Tabatinga. O encontro entre as representantes da Palmares e os Carrapatos foi proveitoso e marcou um novo momento de engajamento político da comunidade, como se verá mais adiante.

Muito provavelmente, o fato que mobilizou as visitas em sequência da pesquisadora, e das representantes da Fundação Cultural Palmares, foi a promulgação do decreto nº 4.887, de 2003. Este decreto orientou a aplicabilidade do artigo nº 68, de 1988; suas principais diretrizes dizem respeito aos procedimentos técnicos e jurídicos a serem adotados para as titulações de territórios quilombolas.

A promulgação do decreto nº 4.887 foi uma importante ação de Estado que colaborou para a ampliação do debate social e político sobre os quilombos e seus direitos. Esse decreto engatilhou diversos processos de engajamento social quilombola e,

³² Muito já foi escrito sobre a atualidade do conceito de quilombo e sua funcionalidade como categoria étnico-política para a efetividade de diálogo, principalmente entre os grupos negros e o Estado. Algumas questões centrais sobre este debate estão tratadas com muita qualidade em textos como ARRUTTI, 1997; ALMEIDA, 2002; DUPRAT, 2008; O'DWYER, 2007, 2010, 2012, todos eles citados ao final deste trabalho.

³³ Doutora em Sociologia, atualmente professora da Universidade Estadual de Montes Claros – Minas Gerais.

³⁴ Instituto de Defesa de Afrodescendentes e da Cultura Negra – FALA NEGRA em Paracatu – Minas Gerais.

consequentemente, demandas de trabalho para o Estado. No entanto, não somente de maneira positiva foi visto o decreto nº 4.887. No mesmo ano de sua promulgação, imediatamente surgiram reações contrárias, vindas especialmente de representantes do Poder Executivo do Estado, muitas vezes ligados a interesses relacionados ao agronegócio. A posição refratária destes representantes, especialmente deputados, gerou o processo de abertura de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o decreto. O partido que pleiteou esta ação foi o PFL, que atualmente possui a sigla DEM, e essa ação é a ADI nº 3.239, que corre em juízo até os dias de hoje. Mais à frente haverá um subcapítulo especialmente dedicado a essa questão que se tornou uma ameaça constante aos quilombos brasileiros.

Na ocasião da visita da FCP³⁵, as representantes confirmaram algumas informações prévias que os quilombolas da Tabatinga haviam adquirido com a socióloga sobre seus direitos específicos. Além disso, foram convidados para um encontro que aconteceria na cidade de Belo Horizonte, que reuniria vários quilombos do estado de Minas Gerais, onde poderiam se informar melhor sobre seus direitos e políticas públicas específicas que poderiam acessar como quilombolas. Os Carrapatos da Tabatinga aceitaram o convite e estiveram presentes neste que foi o I Encontro de Comunidades Negras e Quilombolas de Minas Gerais.

Ah! Nós nem sabíamos de nada disso não! Nós nem sabíamos que tínhamos direitos! Isso aí não era divulgado. Nessa época não tinha divulgação, não tinha mídia. Ninguém... os negros... assim, nós, comunidade, a gente não sabia que na Constituição... que eles tinham colocado na Constituição essa cláusula das comunidades quilombolas.

A gente já lutava, cada um no seu município, com a importância que a gente achava que tinha, porque a gente não tinha direito nenhum. Portanto, nos municípios a gente já lutava contra o racismo, mas ali, local. A gente não sabia que a gente tinha os nossos direitos garantidos dentro da Constituição. Nós viemos a saber foi em 2004. Antes um pouquinho, porque foi a Felícia que foi fazer uma visita em Bom Despacho e achou a gente e quis fazer um trabalho e falou que a gente tinha direitos. Isso foi em 2002/2003 .

... e foi aí que a Palmares foi lá nos visitar. Na época era a Edi e a Bernadete, em 2004. Elas foram na comunidade, sentaram com a gente, explicaram que existiam várias comunidades como a nossa... e a gente até então não sabia, pensava que era só nós... Então ela falou e perguntou se a gente queria participar, que eles iriam promover o primeiro encontro das comunidades do estado de Minas Gerais. Aí a gente falou que gostaríamos de participar, e foi nesse momento aí que a gente ficou sabendo que tínhamos direito.

³⁵ Fundação Cultural Palmares.

2.1 “A gente pensou que era tudo irmão”

Aí nós fomos e chegamos lá. Gente! Só aqueles ônibus descendo aquela negrada! Parecia que a gente conhecia todo mundo! Eu falei: “Mãe do céu, que tanto de gente igual nós!”. (Sandra Maria Andrade).

Para os Carrapatos da Tabatinga, um acontecimento como o Encontro Mineiro de Comunidades Quilombolas era completamente inédito. Foi grande a surpresa e o entusiasmo destes quilombolas ao verem pela primeira vez tantas pessoas provindas de lugares diversos do estado com a mesma característica de serem pertencentes a comunidades negras. Recorrentemente Sandra se lembra do encontro, pois, além da importância coletiva para as comunidades quilombolas do estado de Minas, este momento inauguraria sua entrada para a militância no movimento social.

O encontro aconteceu em novembro de 2004, fruto de uma parceria entre setores representantes do Estado e organizações não governamentais que já trabalhavam com a temática quilombola em Minas Gerais. Da esfera federal, estiveram presentes representantes da Fundação Cultural Palmares, do Ministério do Desenvolvimento Social e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; da esfera estadual, participaram os seguintes órgãos: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA/MG e Instituto de Desenvolvimento do Nordeste de Minas Gerais – IDENE; houve representantes da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e ainda participaram as ONGs FALA NEGRA, Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – CEDEFES, entre outros Sindicatos de Trabalhadores Rurais³⁶. Cabe destacar que o CEDEFES foi um parceiro de peso neste período, colaborando para vários encontros de formação das comunidades quilombolas e também no levantamento, mapeamento e caracterização prévia destas comunidades em Minas Gerais, através de um projeto que se chamava “Quilombos das Gerais”, com financiamento da entidade alemã Misereor.

³⁶ Informações disponíveis na matéria “Os avanços das comunidades quilombolas de Minas Gerais em 2005”, de autoria do CEDEFES, disponível na publicação do Observatório Quilombola de 2006 da ONG Koinonia e no *site* da ONG Instituto Sócio Ambiental – ISA. Fonte consultada: <<https://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=48744>>. Acessada em 21 de julho de 2017.

No I Encontro de Comunidades Negras e Quilombolas, houve diversas oficinas e mesas de conversa promovidas com a intenção de apresentar e aproximar os representantes das comunidades presentes, além de informar a todos sobre uma série de direitos e políticas públicas que se abriam para serem acessadas pelas comunidades quilombolas naquele momento. Segundo relatoria do CEDEFES, estiveram presentes representantes de 78 comunidades quilombolas mineiras³⁷.

Naquele período, em 2004, Sandra ainda não atuava politicamente em nenhum tipo de movimento social. Estava começando a trabalhar na lanchonete da universidade e foi para o encontro como acompanhante da mãe Sebastiana e do padrasto Antônio. Sandra se lembra de que ficava muito calada durante as reuniões e palestras, sempre impressionada com a quantidade de pessoas que havia ali. Foi em uma destas rodas de discussão que surgiu a ideia de os quilombolas de Minas Gerais se unirem em uma organização representativa. Deliberou-se que seria montado um grupo com representantes de diversas comunidades e que este grupo se reuniria de maneira sistemática para chegarem juntos a um melhor modelo para esta instituição. Sandra relembra que no momento em que foi feita essa proposta, ela ficou ainda mais calada, e de braços cruzados, olhando para a mãe “de rabo de olho” até que dona Sebastiana a cutucasse:

– Ô Sandra, vai lá, entra!

Sandra: Aí eu falei: “Eu?! Ai minha nossa senhora... eu falei: “Mãe, eu??”. Ela: “ É!!”. Aí a mãe falou: “A Sandra vai entrar nesse grupo de organização, na comissão organizadora pra fundar a Federação”. Aí eu entrei, mas tinha as capacitações, eu ia, mas não falava nada não. Eu ia nas reuniões, mas eu só prestava atenção. Eu cruzava os braços, prestava atenção no povo falando tudo e ficava caladinha.

Por incentivo da mãe, Sandra entrou para o grupo da Comissão Quilombola Provisória. Vencer a timidez, embora não fosse tarefa fácil, certamente daria menos trabalho à quilombola do que contrariar sua mãe, Dona Sebastiana. Deste modo, o grupo formado se encontrou mais algumas vezes para discutir sobre o formato da organização que criariam e, alguns meses depois, em junho de 2005, realizaram um novo encontro; desta vez em formato de assembleia, onde estiveram presentes 170 quilombolas, representando 76 comunidades mineiras (CEDEFES, 2008).

³⁷ Informação disponível no livro *Comunidades quilombolas de Minas Gerais no sec. XXI – História e Resistência*. Ed. Autêntica, CEDEFES, 2008.

Na assembleia de 2005 ficou decidido que os quilombolas criariam uma Federação, pois, segundo Sandra, diversas comunidades já possuíam associações próprias. Com a assessoria de alguns parceiros, membros da academia e representantes de ONGs, foi fundada, em junho de 2005, a Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais – N’GOLO. O nome N’GOLO foi sugestão do padre e antropólogo D’Jalma Antônio da Silva; o termo, de origem africana, faz referência a uma dança ritual do povo Mucupe, de Angola, conhecida como “o jogo da zebra”, de onde os negros escravizados no Brasil se inspiraram em seus movimentos para dar origem à capoeira³⁸.



Foto 42: Sandra participa dos grupos de trabalho do primeiro Encontro das Comunidades Negras e Quilombolas de Minas Gerais, novembro de 2004. Arquivo pessoal de Lázaro Antônio Felipe.

³⁸ Informação disponível no “Relatório final de pesquisa quantitativa em nove comunidades de Brejo dos Crioulos, Minas Gerais”, produto do projeto *Brasil Local – Etnodesenvolvimento e Economia Solidária*, da Secretaria Nacional de Economia Solidária, desenvolvido no ano de 2013, que em seu diferencial teve a contratação de técnicos quilombolas para realizar a pesquisa e aplicar os questionários socioquantitativos. Sandra fez parte da equipe como Coordenadora Territorial.



Foto 43: Sandra participa de uma mesa para apresentação da Federação N'GOLO para os quilombolas presentes na assembleia de fundação da Federação em junho de 2005. Arquivo pessoal de Lázaro Antônio Felipe.



Foto 44: Apresentação do Moçambique de São Benedito de Dona Sebastiana para os quilombolas presentes na assembleia de fundação da N'GOLO, junho de 2005. Arquivo pessoal de Lázaro Antônio Felipe.



Foto 45: Fundação da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais – N'GOLO. À frente, da esquerda para a direita, estão Ticão, liderança quilombola de Brejo dos Crioulos, e Mãe Sebastiana; Dona Luzia, liderança do Quilombo Luízes, e Maria das Graças-Nem, dos Carrapatos da Tabatinga. Ao fundo, do lado esquerdo, está Sandra vestida de amarelo. Abaixo do palco, com camisa vermelha, está o companheiro Jesus, liderança do quilombo de Indaiá. Arquivo pessoal de Lázaro Antônio Felipe.

O primeiro cargo que Sandra ocupou na Federação foi na coordenadoria de mulheres. Já o primeiro presidente da N'GOLO foi Francisco Cordeiro Barbosa, o conhecido Ticão, da comunidade quilombola norte mineira Brejo dos Crioulos. Sandra ocuparia o cargo de presidente da N'GOLO duas eleições depois, no ano de 2009, ficando por dois mandatos, até o ano de 2016.

Alguns nomes muito lembrados por Sandra em relação aos companheiros quilombolas da época de formação da Federação N'GOLO são, além de Ticão, o companheiro Jesus Rosário Araújo, do quilombo de Indaiá, município de Antônio Dias, região do Vale do Rio Doce, atual presidente da Federação; o companheiro Gilberto Coelho de Carvalho, do quilombo Machadinho, município de Paracatu, região do Noroeste de Minas; e a companheira Maria Luzia Sidônio, do quilombo Luízes, localizado no bairro Grajaú, em Belo Horizonte.

Foi lá na escola sindical que a gente fundou a Federação e fez a primeira eleição e posse da primeira diretoria. O primeiro presidente foi Ticão. De lá pra cá, nem um dia de sossego.

Aos poucos a timidez de Sandra foi acabando. Segundo suas memórias, o grande motivo que a fazia ser tímida era o fato de não possuir um vocabulário rebuscado para se expressar. Sandra tinha vergonha de “falar do seu jeito”, principalmente nos ambientes de negociação com os poderes públicos. Mas, com o incentivo dos amigos e depois de muito pensar, resolveu que iria se expressar da maneira que lhe fosse confortável. Teria de ser assim se quisesse conseguir passar o seu recado. Deste modo, a protagonista foi ganhando desinibição, a tal ponto que, quem não conhece o relato da liderança sobre suas dificuldades de fala no passado, dificilmente pensaria que este lhe foi um problema.

... Levantou o Jesus lá da outra comunidade, tímido também, era outro que não falava nada. Junto comigo nós dois éramos os mais tímidos. Aí ele falou, e a partir daí nós começamos a desenvolver a fala junto ao coletivo.

A timidez foi acabando porque o Joba³⁹ falava comigo: “Gente, vocês não têm que querer falar bonito, vocês não têm que querer falar igual ao doutor. Vocês têm que se expressar do jeito que vocês se expressam na comunidade, que aí vocês se soltam”. Aí foi assim, aí eu falei: “Ah, então eu vou falar do meu jeito e dá pra entender”.

E aí foi que a gente soltou a voz. E aí... aí não, aí cabou! Aí nada me barrava mais!

³⁹ João Batista Almeida Costa (Joba) é antropólogo, professor da Unimontes, apoiador da Federação N'GOLO, além de ser uma pessoa pela qual Sandra possui bastante carinho, considerando-o seu amigo.

Eu falei, pra mim poder pedir, eu tenho que abrir a boca, então eu tenho que acabar com a minha timidez, eu preciso falar, porque pra eles saberem que a gente existe a gente tem que falar. Então, através disso nós fomos acabando com a timidez, eu e Jesus juntos. Íamos nós dois, aí ele: “Você fala”, e eu: “Não, você fala”. Aí ficava naquele negócio. Aí sim eu deslanchei. Eu falei: “Quer saber? Eu vou falar!”. E comecei nessa falação, e tô até hoje nessa falação que tem hora que até eu canso.

Mas no começo foi difícil... Não era “difícil”, mas você via o professor, o advogado com aquelas falas bonitas, eu não tinha... eu falava: “Bom, eu só tenho o segundo grau, e eu só sei falar desse jeito. Será que eles vão me entender?”.

Sandra se expressa com o sotaque mineiro, especialmente com alguns acentos específicos de sua região, o centro-oeste de Minas, e, claro, outros próprios do seu círculo de convívio na Tabatinga. Nem o sotaque, nem mesmo o vocabulário são limitações para a capacidade de expressão da protagonista. Hoje, sem nenhum constrangimento, Sandra fala com governantes, representantes de ONGs, público universitário e qualquer outro com fluidez e estratégia. Sandra amolda com facilidade seu discurso conforme o ambiente e o clima da conversa. Sabe falar com propriedade e extrema seriedade sobre assuntos importantes da pauta quilombola, e nestes momentos é rígida, assumindo um tom de voz grave. Também sabe ser engraçada e carinhosa, para defender seus pontos de vista. Ainda, quando avalia ser necessário, o que não é uma manifestação rara, dá seus gritos e de maneira ríspida resolve algumas situações.

Sandra é filha do orixá Xangô, umbandista, filha de santo da casa de umbanda de sua própria mãe carnal. Desde cedo foi apontada como filha deste orixá e se identifica com muitas das características de seu arquétipo. Para as religiões de matriz africanas, Xangô é o orixá da justiça. Impetuoso, carrega em suas mãos um machado de duas lâminas; o fato de este machado cortar para os dois lados significa que Xangô, ao fazer justiça, estará sempre do lado certo, independentemente de quem tenha de atingir. Os filhos de Xangô são considerados de temperamento forte, pertencentes ao elemento fogo; podem agir de maneira colérica em algumas situações. Sandra e seus parentes conhecem a energia que a move. Reconhecem sua presteza para a justiça e também para as guerras; às vezes Sandra e seus parentes se riem do seu próprio temperamento bravo.

Xangô é da machadinha, é bravo, por isso que eles falam que eu sou brava. Eu falo, é meu jeito de ser. E esse jeito meu, é fogo, viu? (risos).

O arquétipo de Xangô é aquele das pessoas voluntariosas e enérgicas, altivas e conscientes de sua importância real ou suposta. Das pessoas que podem ser grandes senhores, cortesões, mas que não toleram a menor contradição, e, nesses casos, deixam-se possuir por crises de cólera, violentas e incontroláveis. (...) Enfim, o arquétipo de Xangô é aquele das pessoas que possuem um elevado sentido da sua própria dignidade e das suas obrigações, o que as leva a se comportarem com um misto de severidade e benevolência, segundo o humor do momento, mas sabendo guardar, geralmente, um profundo e constante sentimento de justiça. (VERGER, 2009, p. 94).

É visto como um orixá não apenas feroz, mas também generoso, que traz filhos, dinheiro, curas e, especialmente, justiça, detestando todo tipo de falsidades e mentiras. Após sua deificação, tornou-se um dos orixás mais cultuados em todos os lugares onde vivem os iorubás: na Nigéria, na República do Benin, e em muitos países da América, entre os quais o Brasil, onde é sincretizado com São Jerônimo. Nestes lugares, seu mito se mantém. (SÍKÍRÛ SÀLÁMÌ, 1990, p. 46).

O período de fundação e consolidação da N'GOLO merece destaque na biografia da protagonista. Em condições precárias e com muito pouco dinheiro, Sandra e mais algumas lideranças do movimento quilombola de Minas Gerais andaram por todo o estado, divulgando a Federação e procurando pelas comunidades, buscando conhecê-las e informar sobre a existência da N'GOLO. Foram muitas viagens longas feitas em vans apertadas, muitas estradas de terra cortadas em cima de motos, algumas perseguições de grileiros e fazendeiros que os viam com maus olhos.

Os principais companheiros de que Sandra se lembra dessas jornadas são Jesus e Ticão. Com frequência, quando Sandra se encontra com Jesus para resolver questões da N'GOLO os dois se lembram daquele período, do quanto andaram até as pernas ficarem inchadas e os pés parecerem “*dois pãezinhos*”, dos carros que se estragavam nas estradas e dos riscos que corriam na mão de fazendeiros e jagunços.

Pela primeira vez eu saía da comunidade, assim, pra viajar, pra conhecer os outros municípios. Nós conhecemos Montes Claros, outros municípios, nós viajamos pra conhecer as regiões de Minas. Era muita coisa; chegava a inchar essas pernas minhas aqui. Nós íamos de van... pensa aí!

Então essa época a gente se juntou e nós fomos ouvir as experiências dos mais velhos. Aí que nós começamos a viajar o Estado de Minas Gerais, a conhecer os locais. Foi aí que eu falei com você que nós viajávamos, e eu ficava com os pés todos gordinhos, apertados.

Em relação aos perigos corridos, é muito presente na memória da quilombola o período em que esteve na comunidade Brejo dos Crioulos. Esta comunidade ocupa um território extenso no norte de Minas, estando localizada entre duas cidades, São José das Pontes e Varzelândia. Atualmente, todo o território de Brejo é entrecortado por várias fazendas. Os quilombolas sofreram diversos processos de expropriação, até que, no ano de 1998, resolveram reocupar seu território, colocando em prática diversas ações, o que gerou, e ainda gera, diversos conflitos entre quilombolas e fazendeiros, os segundos especialmente representados por seus jagunços e milícias contratadas nas cidades sedes.

Sandra esteve em Brejo dos Crioulos num momento de conflito acirrado. Quando lá esteve, poucos dias antes, a casa de um quilombola havia sido alvo de um tiroteio durante a madrugada. O quilombola e sua família estavam dentro do imóvel, esconderam-se atrás de alguns móveis e, por sorte, não sofreram nenhum ferimento físico.

Além do clima constante de insegurança e medo, Sandra se lembra de ir à delegacia de Varzelândia acompanhada deste quilombola que sofreu o atentado, para fazer um Boletim de Ocorrência na delegacia. Enquanto faziam o B.O., teve a impressão de que o comportamento do delegado estava estranho, e, por precaução, resolveu avisar a seus parentes e também a conhecidos da Fundação Cultural Palmares e outros órgãos como o Ministério Público Federal, que estava na cidade de Varzelândia, que acabara de denunciar um fazendeiro e por isso corria risco de vida. De volta com o colega para a casa, resolveram passar por um caminho diferente. Embrenharam-se por uma estrada com muito mato, de onde viram de longe o carro da polícia voltar das terras do fazendeiro, supondo eles que o delegado havia ido contar ao fazendeiro sobre o B.O. que fizeram. Os dois acreditam que sofreriam uma emboscada naquele fim de tarde, e que, por astúcia, conseguiram fugir. Vale destacar que a quilombola estava acompanhada de sua filha Ana Luiza nessa ocasião, que devia ter em torno de sete anos. Ana não foi à delegacia com Sandra, mas a acompanhava naquele território de conflito intenso⁴⁰.

⁴⁰ Para saber mais sobre o histórico de conflitos em Brejo dos Crioulos, recomendo a leitura da premiada dissertação de Pedro Henrique Mourthé de Araújo Costa, *Entre os Documentos e as Terras Retomadas: movimentos da luta pelo território em Brejo dos Crioulos*. (COSTA, 2015).

A gente era perseguida, principalmente no Brejo, que o pessoal matava, tinha milícia, aquelas coisas que a gente enfrentava. E a Aninha foi comigo, levei ela comigo ainda, tadinha. Fiquei uns quinze dias com eles lá... Aqueles homens armados... Eles fizeram tocaia pra mim mais o João Pera. Nós fomos fazer denúncia na cidade, na delegacia, só que a delegacia era tudo conivente com os fazendeiros. Aí o homem deixou eu lá fazendo B.O. e foi avisar ao fazendeiro. Aí eu falei: “Olha, João, vamos passar aqui na lan house, que eu vou passar pro mundo; se eles me matarem aqui, eles já sabem. Fui na lan house, liguei na Palmares, liguei para os advogados todos e fui embora.

Na hora de ir embora, ele falou assim: “Vamos trocar de caminho, porque se eles tocaíarem nós aqui pra esse lado, aqui tem muito mato”. Aí nós trocamos de lado. Quando nós fomos indo de moto, veio a viatura, o homem com a viatura, eu falei: “Olha lá, o desgraçado foi avisar o fazendeiro! Filha da puta! Mas vocês tão lá tocaíando nós, e nós estamos aqui! Nós mudamos de rota!”. Se não, eles tinha derrubado nós.

Mas foi muito sofrimento, Nossa Senhora Aparecida. E eu levei a Aninha pequenininha.

Brejo dos Crioulos ganhou destaque nacional devido às situações de conflito armado que os quilombolas, resistentes em seu ideal de retomada, enfrentavam há anos.

O caso de Brejo não se acha isolado entre as realidades dos quilombos no Brasil; neste ano em que escrevo a pesquisa, até o momento já foram assassinados oito quilombolas do estado da Bahia em um período de tempo menor que um mês⁴¹. O mais recente relatório “Conflitos no Campo Brasil”, organizado pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, demonstra que os casos de conflito no campo vêm crescendo, sendo registradas 615 ocorrências no ano de 2007 – primeiro relatório a estar disponível *on-line* – e 1.079 ocorrências no ano de 2016. O número de assassinatos envolvendo conflitos por terra foi de 25 pessoas mortas em 2007 e 58 em 2016. Neste ano de 2017, a CPT já contabilizou 47 vítimas da violência no campo; a Comissão observa que a tendência é que este ano entre para a história como um dos mais violentos para a população do campo, na qual estão inclusos os quilombolas⁴².

⁴¹ Trecho escrito em julho de 2017 e revisto em agosto para acrescentar a morte de mais seis quilombolas. Até o final de setembro, quando será defendida esta dissertação, em quanto este número terá subido? Com quantos mortos fecharemos o ano de 2017? Informações sobre os atentados podem ser encontradas na internet, em sítios como o da Agência Brasil: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-08/em-menos-de-um-mes-oito-trabalhadores-rurais-quilombolas-sao-mortos>>. Acessado em 14 de agosto de 2017.

⁴² O relatório Conflitos no Campo Brasil 2016 está entre as referências deste trabalho e também pode ser acessado *on-line* no seguinte endereço: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14061-conflitos-no-campo-brasil-2016>>. As informações sobre o número de mortes no campo no

Ao longo destas viagens pelas comunidades e outros processos de estruturação da N'GOLO Sandra foi assumindo cada vez mais o lugar de liderança quilombola e abandonando, na mesma medida, o trabalho das cozinhas. Foi assim que saiu do emprego na lanchonete da universidade, poucos anos antes de se aposentar, dedicando-se integralmente ao movimento.

Em suas viagens, Sandra ficava muitos dias viajando pelos quilombos e por isso não ia ao trabalho. Ao mesmo tempo que sentia que aquelas excursões eram importantes e faziam mais sentido para a sua vida, não achava justo com a lanchonete ausentar-se por tanto tempo, mesmo que fosse acordado com os patrões, trabalhando muitos dias para poder se ausentar depois. O emprego na universidade foi perdendo espaço em sua vida. Saiu do emprego poucos anos antes de sua aposentadoria e continuou a contribuir com a previdência social de maneira autônoma. Enquanto não se aposentava, quem se responsabilizou pelas contas da casa foi seu marido Alequis. O esposo ficava cuidando dos filhos e da casa enquanto Sandra ia para as atividades que o movimento social solicitava.

Desde 2004, quando eles (Fundação Cultural Palmares) foram lá e eu entrei pro movimento, eu trabalhava, mas eu faltava. Eu chegava pra eles assim: “Ó, tô indo, tô indo pra Brasília!”. E chegava com a passagem (risos): “Vou faltar tantos dias.”. O patrão era até bonzinho, mas ele falava assim: “Ó Sandra, as meninas reclamaram.”. Os outros reclamavam, e, eu falei: “Eu entendo, então tá bom, bora lá” (sair do trabalho).

Aí passou um tempo, e a faculdade me mandou embora. Porque eu trabalhava, e lá era banco de horas; aí eu fazia muitas horas e falava: “Agora eu vou tirar 15 dias direto, eu tenho hora...”. Era assim que eu fazia. (risos) Eles ficavam doidos! Eles falavam: “Sandra, você não pode fazer isso não”. Eu falava: “Posso sim, quantas horas que eu tenho aí?”. Eles não podiam falar nada... mas prejudicava... Aí por fim eles me mandaram embora.

Aí saí do serviço, os patrões tavam brigando muito no serviço, aí eu saí. Tava faltando pouco pra eu aposentar, falei: “Quer saber, vou trabalhar mais não. Eu vou pagar o resto do INPS e vou continuar a caminhada”. Foi isso que eu fiz. Fui pagando mesmo estando no movimento. Eu não trabalhava, mas o Alequis trabalhava, nós vivíamos com o dinheirinho dele, e eu no movimento. Quando foi em 2012 saiu a minha aposentadoria, e ele morreu também em 2012, 18 de novembro de 2012.

ano de 2017 foram consultadas no Rede Brasil Atual e podem ser acessadas em: <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2017/07/lider-quilombola-da-bahia-e-o-47o-trabalhador-rural-assassinado-neste-ano>>. Acessados em 24 de julho de 2017.

No ano de 2017 a Federação N'GOLO completou 12 anos em atividade. Ao longo deste período teve quatro presidentes, entre eles, uma mulher, Sandra. Já funcionou em uma sede física, que era dividida com a ONG CEDEFES, mas atualmente não possui um escritório e vem tentando com o estado de Minas Gerais um espaço em Belo Horizonte. A N'GOLO possui cadeiras em diversos conselhos participativos do estado e, no ano de 2015, após negociações com o governo, conseguiu empregar um quilombola na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – SEDA, num cargo de administração direta. Foi o primeiro quilombola a assumir um cargo de destaque na história dos governos do estado de Minas Gerais⁴³.

A N'GOLO mantém-se presente nas discussões estaduais sobre direitos e políticas públicas para quilombolas que acontecem em vários níveis, como: as secretarias de estado; órgãos federais com sede estaduais como o INCRA – MG e o Ministério Público Estadual; sindicatos e organizações rurais; universidades e outros. Além de permanecer ativa nestas ambientes de articulação política, a N'GOLO promove desde o ano de 2015 o “*Festival Quilombola de Minas Gerais – CANJERÊ*”, que já teve duas edições, levando mais de 800 quilombolas a cada edição, de diversas regiões de Minas Gerais para Belo Horizonte, onde participam de mesas de discussão, reuniões públicas, além de celebrações nas quais várias comunidades apresentam manifestações culturais como congados, reinados, grupos de dança etc. Além de proporcionar um período de grande visibilidade para as comunidades quilombolas e suas demandas sociais, o CANJERÊ tem sido um momento especial para o conhecimento e a troca de informações entre os próprios quilombolas, que muitas vezes desconhecem outras comunidades além da sua.

Na época de criação da N'GOLO, em 2005, o estado de Minas Gerais possuía 78 comunidades identificadas por estudos da Fundação Cultural Palmares do ano de 1997⁴⁴; apenas quarenta destas possuíam certidões de autorreconhecimento expedidas pela FCP⁴⁵.

⁴³ O quilombola em questão é Vandeli Paulo dos Santos, liderança jovem pertencente ao quilombo de Santa Cruz, na cidade de Ouro Verde de Minas, região do Vale do Mucuri. No *link* que segue é possível ter um pouco mais de conhecimento sobre sua posse no Estado: <<http://agrario.mg.gov.br/quilombola-e-o-primeiro-a-assumir-cargo-na-administracao-do-estado/>>. Acessado em 26 de julho de 2017.

⁴⁴ Informação disponível no informativo “Os avanços das comunidades quilombolas de Minas Gerais em 2005”. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=48744>>. Acessado em 14 de agosto de 2017.

⁴⁵ Informação disponível no *site* MGQUILOMBO. Disponível em: <<http://novo.mgquilombo.com.br/artigos/comunidades-quilombolas/comunidades-quilombolas-reconhecidas/>>. Acessado em 14 de agosto de 2017.

Atualmente o movimento quilombola mineiro estima haver 640⁴⁶ comunidades quilombolas no estado; 294 possuem certidões de autodefinição expedidas pela FCP⁴⁷.

Embora Minas Gerais possua um expressivo número de comunidades quilombolas, sendo o terceiro estado com o maior número desta população, somente uma comunidade teve seu território titulado. A comunidade quilombola de Porto Coris em 2004 recebeu a titulação de seu território, no entanto, perversamente foi inundada pela barragem de Irapé, tendo de ser realocada. Esta situação faz com que o movimento quilombola de Minas Gerais não reconheça a titulação de Porto Coris como válida, o que coloca o estado ainda mais atrasado em relação à titulação de territórios e à efetivação dos direitos quilombolas⁴⁸.

2.2 Conhecendo outros irmãos

No mesmo ano de fundação da N'GOLO, Sandra teve conhecimento de outra articulação quilombola, agora de âmbito nacional, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ. Segundo lembra, foi o companheiro Ticão, que já estava envolvido no movimento quilombola há mais tempo, quem contou aos companheiros da N'GOLO sobre a coordenação nacional. Depois de receberem uma carta-convite para um encontro que aconteceria no Rio de Janeiro, foi acordado entre as lideranças de Minas que seria Sandra quem os iria representar neste primeiro contato com os quilombolas de outros estados.

Sandra diz ter ficado surpresa e acuada ao ver tantas pessoas quilombolas reunidas num mesmo espaço. Dessa vez, a surpresa tinha outro elemento agregador: agora, quem falava de maneira complexa, politizada e conhecedora de leis eram os próprios quilombolas.

⁴⁶ Informação disponível na matéria “Festival Canjerê de Cultura Quilombola acontece em Belo Horizonte nesta semana”, publicada pelo Jornal Hoje em Dia em 13 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://hojeemdia.com.br/horizontes/festival-canjer%C3%AA-de-cultura-quilombola-acontece-em-belo-horizonte-nesta-semana-1.426785>>. Acessado em 14 de agosto de 2017.

⁴⁷ *Quadro Geral de Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQs)*. Fundação Cultural Palmares, informações atualizadas em 25 de abril de 2017. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>. Acessado em 26 de julho de 2017.

⁴⁸ Um panorama mais aprofundado sobre a história de Porto Coris e a situação de vida de seus moradores na atualidade pode ser encontrado na dissertação da antropóloga Amaralina Maria Gomes Fernandes, que está no prelo, e será defendida em outubro de 2017 do departamento de antropologia da Universidade Federal de Goiás-UFG. (FERNANDES, 2017).

Primeira reunião da CONAQ que eu fui foi no Rio de Janeiro. Eu chegava lá e ficava quietinha olhando, e o povo falando, falando, tudo politizado. Eu pensava: “Putá que pariu, o que eu vim fazer aqui?!”.’

Aí eu falei: “Ah, eu tenho que falar, né?”.’ *Aí tinha o Uriel, que é lá de Ivaporanduva⁴⁹, que já tinha vindo aqui, conhecia um pouco Minas, e ele falou: “Te ajudo!” Foi bacana.’* *Aí comecei a aprender com eles.*

A CONAQ é a primeira organização nacional de quilombos do Brasil. No ano de 1995 começou a ser pensada durante a Marcha Zumbi dos Palmares, que aconteceu em Brasília e promoveu o “I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas”. Neste encontro foi formada uma Comissão Nacional Provisória das Comunidades Rurais Negras Quilombolas. No ano de 1996, foi promovido em Bom Jesus da Lapa (BA), no quilombo Rio das Rãs, uma reunião para a avaliação do primeiro encontro nacional; nesta oportunidade ficou decidido que a comissão provisória se transformaria na Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

Naquele período de início dos anos 1990, havia alguns estados já engajados no movimento social quilombola há algum tempo, como o Maranhão, que promovia encontros regionais de comunidades quilombolas; o Pará, especialmente a região dos quilombolas do rio Trombetas; além da Bahia, onde se destacava o quilombo de Rio das Rãs e sua luta histórica pela titulação de seus territórios. Estes estados estiveram à frente da formação da CONAQ nos primeiros momentos, mas logo foram se agregando outros estados, e com eles suas lideranças representativas. Atualmente, dos 26 estados da federação, 24 fazem parte da CONAQ. Os estados de Roraima e Acre não possuem comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares; até o momento se desconhece articulação ou demanda de reconhecimento de alguma comunidade quilombola destes estados⁵⁰.

De acordo com Sandra, Minas Gerais foi o último estado do Sudeste a entrar para a CONAQ. “*Aí eles falaram: ‘Olha, vocês são o único estado que estão fora da CONAQ ainda. Vocês querem entrar? Minas precisa vir pra luta’.*” Sandra aceitou o convite dos companheiros quilombolas e começou a participar das reuniões da CONAQ, representando

⁴⁹ Ivaporanduva é uma comunidade quilombola do estado de São Paulo, localizada na região do Vale do Ribeira, na divisa entre o estado de São Paulo e o do Paraná.

⁵⁰ Informações mais detalhadas sobre o histórico de formação da CONAQ podem ser encontradas no *site* da Coordenação: www.conaq.org.br e também no livro *Aquilombar-se: panorama sobre o Movimento Quilombola Brasileiro*, de Bárbara Oliveira Souza.

Minas Gerais. A princípio, o combinado era que a mineira fosse participando aos poucos, já que não possuía nenhum cargo na Coordenação; no entanto, não foi o que aconteceu.

Desde que aceitou fazer parte do movimento quilombola nacional, Sandra começou a viajar ainda mais; como ela diz, os companheiros da CONAQ “a pegaram pra Cristo”. Atualmente Sandra é uma das integrantes mais ativas do movimento nacional, estando sempre em viagem de Minas para Brasília, bem como para outros estados, articulando e fortalecendo as demandas quilombolas, já tendo viajado até mesmo internacionalmente, para representar o movimento quilombola em um encontro na França.



Foto 46: Dona Sebastiana e suas netas Dárdara (primeira a esquerda) e Holdry (atrás de Sebastiana). Em caminhada na Marcha Zumbi + 10, em novembro de 2005. Este foi um dos primeiros atos públicos que os Carrapatos da Tabatinga participaram em Brasília e um dos primeiros eventos de grande porte que Sandra esteve enquanto membro da CONAQ e da N'GOLO⁵¹. Arquivo pessoal de Lázaro Antônio Felipe.

⁵¹ O portal do Ministério da Educação, a época, chegou a divulgar Marcha Zumbi +10 e postar uma matéria na qual cita os Carrapatos da Tabatinga e uma das netas de Dona Sebastiana. Seleciono um trecho da matéria: “Cerca de cinco mil pessoas participaram nesta terça-feira, 22, da Marcha Zumbi + 10. Os organizadores realizaram um ato cosmopolita pelo Eixo Monumental da cidade - saindo da Catedral de Brasília em direção ao Congresso Nacional -, que uniu negros, brancos, índios, judeus e palestinos nas mesmas reivindicações: igualdade racial, não ao racismo, à violência e à injustiça. Mais educação e inclusão social de fato. Ao som dos tambores e atabaques dos grupos Filhos de Gandhi, do Pelourinho (BA); Malê Debalê, de Abaeté e Itapuã (BA); Congado de Airões, do distrito de Paula Cândido (MG); quilombolas e outros, a manifestação integrou desde a vovó Ivana da Silva, 80 anos, do Rio Grande do Sul, à menina quilombola, Holdry Thais Epifânia de Oliveira, de oito anos, do quilombo Carrapato (MG). Ambas com a mesma reivindicação: acesso à educação para os negros”. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=4953:sp-483571216>> . Acessado em 13 de junho de 2017.



Foto 47: Carrapatos da Tabatinga e outros representantes de quilombos mineiros se somam à Marcha Quilombola nacional em pedindo a demarcação de seus territórios tradicionais. Ano de 2011. Arquivo pessoal de Sandra Maria da Silva Andrade.

Entre caminhos que antes não imaginaria seguir, a quilombola que passou grande parte da vida trabalhando em cozinhas de Minas Gerais, e que às vezes sonhava com a vida que não teve de marinheira, hoje é uma viajante constante, nessa linha de vida que encontrou e escolheu percorrer quando já adulta. Hoje, como uma liderança nacional, Sandra já não mais se envergonha de falar para pessoas que tiveram maior acesso à educação formal do que ela, ou que estão ocupando cargos de poder. Para levar a mensagem das demandas das comunidades quilombolas, Sandra fala em qualquer lugar.



Foto 48: Fala de Sandra representando as comunidades quilombolas em evento solene no Palácio do Planalto em novembro de 2015, para celebração do Dia Nacional da Consciência Negra e entrega de certificados quilombolas. Na foto, da esquerda para a direita está a ex-presidente Dilma Rousseff, o ex-ministro da Casa Civil Jaques Wagner, o ex-ministro do Ministério de Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias; não identificada, e Sandra Andrade.



Foto 49: Sandra Andrade durante a Marcha das Mulheres Negras, Brasília, novembro de 2015.

Linhas dos Tempos

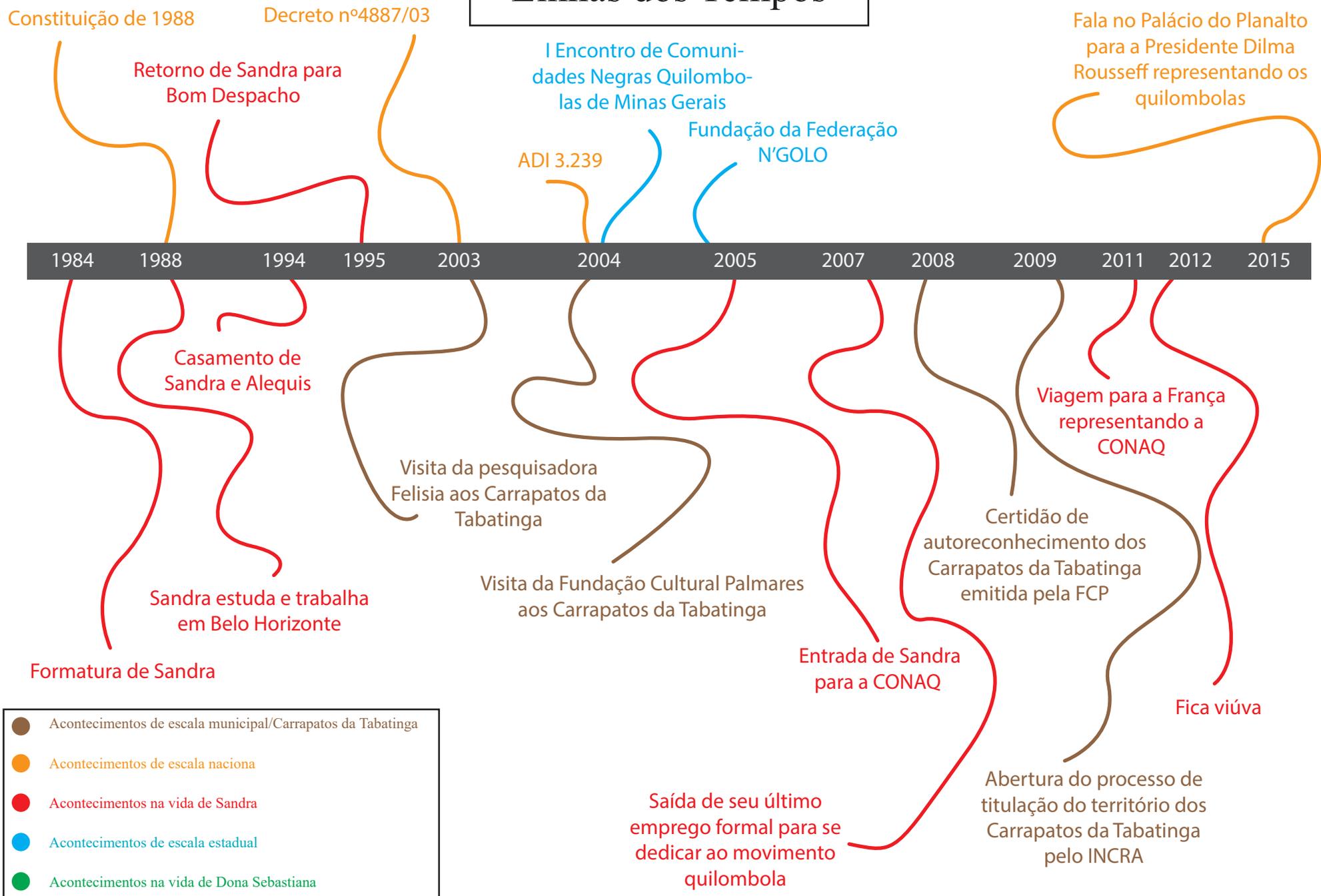


Figura 4



Não vacila no primeiro tropicão. Deu o primeiro tropicão, pula pra trás e espera. Tenta pular por cima! Mas se não der por cima vai por baixo, se não der por baixo vai de banda, se não der de banda vai de lado, se não der de lado, deita no chão e passa. Nunca volta.

Mãe Sebastiana, entrevista para o filme “A filha de São Sebastião”.

⁵² Fotos 50, 51, 52 e 53: Sandra de carona com seu companheiro Nego Chagas, para a Oficina de Mulheres no Quilombo Tapuio, município de Queimada Nova, sertão. ; Sandra e a companheira quilombola Kerlane do quilombo de Almas, município de Virgem da Lapa, região do Vale do Jequitinhonha, caminhando na Cidade Administrativa de Minas Gerais para uma reunião; Sandra a caminho da cidade de Espera Feliz, região da Zona da Mata Mineira para uma reunião com o FOMENE-Fórum Mineiro de Entidades Negras; Sandra indo embora de Brasília de avião, *selfie* feito por ela.

3. Peregrinar

Assim que se inseriu no movimento social, Sandra começou a procurar por diversos caminhos pelos quais conseguiria ter acesso a conhecimentos importantes para as comunidades quilombolas e para a efetivação das políticas públicas nestas comunidades. Lembra-se de que, no princípio, algumas buscas foram feitas com uma considerável dose de indefinição. Ela e seus companheiros não sabiam exatamente aonde ir para reivindicar direitos que acabavam de descobrir. No entanto, a empolgação era muita e a incerteza não foi um impeditivo neste início de caminhada. Eles *sabiam o que queriam*, como explica Sandra, e por isso adotaram a uma conhecida estratégia: iriam bater de porta em porta, até que encontrassem lugares e parceiros que os ajudassem a assegurar algumas conquistas.

Eu sabia o que eu queria, fazia ofício: “Tem que ir na secretaria tal” (alguém dizia). “Vamos lá, pega o endereço! Vamos lá reivindicar! O que é que tem pra nós? Não tem nada?! Vamos construir.” E aí a gente começou a bater na porta do Estado.

Lá em Minas é muito difícil. Minas é o único estado no país que não tem uma comunidade titulada. Mas a gente não desistiu, um batia a porta na nossa cara aqui, nós íamos pra lá, pra outra ali, e eu falei: “Gente, a gente não vai desistir”. É, essa luta não foi fácil.

Tim Ingold, antropólogo britânico, explica em seu livro *Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição* (INGOLD, 2015) que podemos observar a vida dos seres humanos em sociedade como *linhas de movimento*, e deste modo entender suas trajetórias. O autor se utiliza de várias analogias para tornar seu pensamento acessível; ele propõe que analisemos as trajetórias das pessoas como *trilhas* que acontecem *ao longo* dos movimentos de vida empreendidos por estas.

Cada pessoa é um feixe de linhas, pois todas se movimentam, e assim abrem consideráveis quantidades de trilhas que farão parte de suas próprias linhas de vida. Para seguir por estas trilhas, algumas capacidades são indispensáveis; entre elas, a criatividade e o movimento. Ingold explica que, ao iniciar por um caminho, o peregrino (termo utilizado pelo autor) não sabe exatamente como será sua caminhada; quais lugares irá percorrer, quais pessoas irá encontrar; quantos outros caminhos lhe surgirão como alternativas, sendo, por isso, necessário que mantenha sempre ativas as capacidades de improvisação e criatividade.

Observo este processo de “bater de porta em porta” rememorado por Sandra como uma prática de abrir caminhos. No caso da quilombola, nem todas estas trilhas foram abertas por ela mesma em um movimento primeiro. Algumas já estavam sendo abertas há algum tempo por aqueles que trilhavam as caminhadas do movimento social antes de sua chegada.

Como já mencionado, o companheiro Ticão, quilombola de Brejo dos Crioulos, foi companhia e referência nos caminhos a serem demarcados em Minas Gerais. Somam-se aos colaboradores algumas ONGs que já foram citadas, alguns representantes de governos, outros especialistas das universidades, e, em grande medida, sua mãe. Dona Sebastiana foi militante por muito tempo, embora sua atuação diferisse das práticas que as pessoas organizadas em movimentos sociais ensinariam Sandra a promover. O conhecimento de Sebastiana, além de longevidade, é uma especialidade delicada, de conhecer, em intimidade. Pois, como nos explica Ingold, *movimento é conhecimento*, e quanto maior o tempo que a pessoa tiver ao longo de determinados caminhos, mais conhecimento terá sobre eles, a ponto de conhecê-los em suas particularidades.

É essencial ter em vista que Sandra recebeu todas estas influências para começar a traçar suas próprias trilhas. Como adverte o autor, as linhas de movimento não são como entidades moventes autopropulsionadas (INGOLD, 2015, p. 121); o movimento acontece por meio de relações e se complexifica com suas integrações.

Trilhando o caminho de um lugar a outro na companhia de outros mais experientes do que eles, e ouvindo suas histórias, os novatos aprendem a conectar os eventos e experiências das suas próprias vidas as vidas dos antecessores, tomando recursivamente os fios dessas vidas passadas no processo de fiar a sua. Mas, ao contrário do crochê ou do tricô, o fio que está sendo fiado agora e o fio tomado do passado são ambos o mesmo fio. Não há nenhum ponto em que a história termine e a vida comece. As histórias não devem terminar pela mesma razão que a vida também não deveria. E na história, como na vida, é no movimento de lugar a lugar – ou de tópico a tópico – que o conhecimento é integrado. (INGOLD, 2015, p. 237).

Ingold explica que seria simplificado demais descrever a vida de um indivíduo ou organismo como apenas uma linha reta, pois a vida (que também pode ser enxergada como um grande complexo de movimentos) é composta não de uma, mas de várias trilhas, que se originam de uma fonte e que se irradiam indefinidamente. As linhas de vida possuem capacidades integrativas, elas vão se desdobrando à medida que surgem ocorrências *ao*

longo⁵³ das vidas das pessoas.

(...) As coisas não existem, elas ocorrem. Onde as coisas se encontram, as ocorrências se entrelaçam à medida que cada uma se torna ligada à história da outra. Cada uma dessas ligações é um lugar ou tópicos. É nesta ligação que o conhecimento é gerado. (INGOLD, 2015, p. 236).

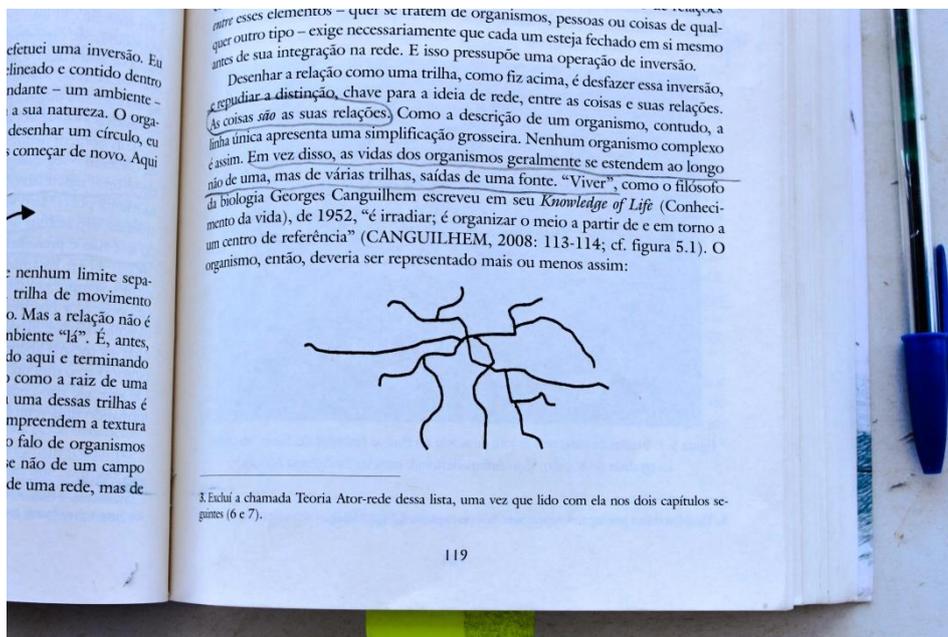


Foto 54: Esquema proposto por Ingold para se pensar sobre as linhas de vida/movimento.

A existência de caminhos já abertos nesta trajetória empreendida por Sandra não a poupou da necessidade de ser criativa; se não o fosse, não estaria em caminhada até os dias de hoje. Ingold explica que os peregrinos devem assegurar a si a capacidade de autorrenovação. O peregrino é visto como o seu movimento; observar o peregrino como um feixe de linhas implica reconhecê-lo vivo à medida que avança em suas trilhas de peregrinação. Este processo que Ingold aborda como autorrenovação é inspirado no filósofo e matemático britânico Whitehead, que tratava a questão do movimento e da superação constante do mundo através do termo “concrecência” (INGOLD, 2015, p. 39). Foi por meio de processos como esses que Sandra continuou suas peregrinações em movimento junto às causas quilombolas. Neste percurso, descobriu novos parceiros e novos lugares, abrindo assim novas linhas de caminho. Ao mesmo tempo, tornou-se mais

⁵³ “Ao longo” é uma expressão cara ao pensamento de Ingold. O autor argumenta que o termo traz a ideia de movimentos compreendidos durante uma trajetória, processualmente, sugerindo assim de maneira mais eficiente conceitos como envolvimento, dedicação e expansão progressiva, todos estes centrais à sua teoria sobre as linhas de vida.

íntima e conhecedora daqueles que conheceu no início da caminhada, estreitando as relações e entrelaçando mais linhas.

A tarefa do peregrino, no entanto, não é encenar um roteiro recebido de antecessores, mas, literalmente, negociar um caminho através do mundo. (INGOLD, 2000^a: 146-147; INGOLD & KURTTLA, 2000:192 apud INGOLD, 2015, p. 239).

Conforme prossegue, no entanto, o peregrino tem de se sustentar, tanto perceptiva quanto materialmente através de um engajamento ativo com o país que se abre ao longo do seu caminho. (INGOLD, 2015, p. 221).

Ingold defende que o mundo que habitamos pode ser visto como “*malha de linhas emaranhadas de vida, crescimento e movimento*” (INGOLD, 2015, p. 111). O autor evoca a imagem da “*malha*” para se contrapor à ideia de “*rede*”, frequentemente utilizada por pesquisadores que desenvolvem uma teoria conhecida como Actor Network Theory – ANT, em português traduzida como Teoria Ator-Rede – [NT]⁵⁴. Uma das questões principais da divergência entre o pensamento que analisa as linhas de vida como uma malha de linhas emaranhadas, daquele que as observa como uma rede interconectada de pontos, é justamente a fluidez que a primeira ideia suscita em sua capacidade de unir linhas diferentes e sempre se expandir, em contraposição à resistência evocada pela segunda ideia, ao unir estas linhas em nós, dificultando a interconexão e a capacidade de modificação e ampliação.

Para o caso desta malha de vida na qual Sandra está inserida, é interessante nos aproveitarmos da ideia da possibilidade de comunicação entre uma linha de vida e outra; em seus enredamentos e desdobramentos, algumas sendo mais alargadas, outras mais curtas, todas elas formando um complexo de linhas entremeadas que sempre podem ser requisitadas.

Em seu percorrer, Sandra está sempre em comunicação com pessoas diferentes. As linhas de cada uma dessas pessoas e também os lugares em comunicação com a protagonista aumentam a irradiação de seus caminhos, a complexidade de sua malha de

⁵⁴ O principal expoente da Teoria Ator-Rede é o antropólogo e filósofo francês Bruno Latour. Grande parte do livro de Ingold se dedica a demonstrar suas distâncias e divergências com a teoria ANT; no entanto, para este trabalho, não entraremos nos detalhes desta discussão. Para o caso que decidi analisar, a teoria de Ingold ofereceu valioso suporte; sigamos com ela e deixemos as discussões para estudiosos mais qualificados sobre ambas as teorias.

vida e, conseqüentemente, a probabilidade de seus projetos para a causa quilombola darem certo. É importante para Sandra e também para o coletivo quilombola que estas redes se entrelacem, que o movimento possibilite encontrar mais linhas e mais caminhos, de maneira que eles cresçam cada vez mais.

A possibilidade de expansão das linhas de movimento chama a atenção para outra particularidade do trajeto do peregrino: o fato de que seus objetivos, assim como seus caminhos, estarão sempre em emanação. Nunca se chega a um objetivo final, porque este objetivo muda e se complexifica ao longo dos caminhos. Por isso a causa de Sandra, que são as causas do movimento quilombola, são duradouras. Ainda que atinjam alguns objetivos, como, hipoteticamente, a titulação de seus territórios, sempre haverá outros em seus horizontes: a superação do racismo, a garantia da qualidade de vida dos quilombolas em seus territórios, entre muitas outras causas que poderiam ser levantadas. Os caminhos não se esgotam, nem a luta.

Na verdade, a peregrinação sempre ultrapassa seus destinos, uma vez que onde quer que você possa estar em qualquer determinado momento, você já está a caminho de algum outro lugar. (INGOLD, 2015, p. 239).

Mas na realidade, a vida continua, sempre ultrapassando os fins que possam ser realizados dentro dela. Pode-se começar a construir uma casa ou cultivar um campo, e, eventualmente, empenhar-se na satisfação de um trabalho bem-feito; no entanto, ao fazê-lo, a vida e a consciência avançaram, e outros objetivos já se encontram no horizonte. Pela mesma razão esses horizontes não podem ser atravessados, é impossível alcançar os fins da vida. (INGOLD, 2015, p. 39).

Na intenção de realizar este trabalho e torná-lo etnograficamente sustentado, procurei colocar meus movimentos em consonância com alguns caminhos de Sandra. Assim, como explica Biondi (2014), a pesquisa multissituada foi o método que me possibilitou fazer a pesquisa. Acompanhar etnograficamente uma pessoa que se move todo o tempo, liderança de um movimento social, exigiu de mim, como pesquisadora, que estivesse com ela em sua rotina, ainda que isso significasse estar sempre em viagem e movimento⁵⁵.

⁵⁵ O caso da antropóloga Karina Biondi, autora da tese de doutorado *Etnografando no movimento: Território, Etnografia e Lei no PCC* (BIONDI, 2014), difere do meu campo de pesquisa em diversos sentidos; no entanto, considero que a solução metodológica encontrada pela autora para acompanhar um grupo tão fluido e multilocalizado como o Primeiro Comando da Capital – PCC seja parecida à minha. Por estudar um grupo

Analisando retrospectivamente meu envolvimento com Sandra, diria que foi a quilombola quem me colocou para seguir seus movimentos primeiro, antes que eu entendesse que essa seria a prática da pesquisa. Embora eu já conhecesse Sandra desde 2013, quando auxiliei a organização de um evento sobre a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT direcionado para lideranças de comunidades quilombolas e povos tradicionais na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), meu envolvimento começou a se estreitar no início de 2015, quando tive a ideia de produzir um documentário sobre mulheres quilombolas que eram lideranças em Minas Gerais.

Uma das estratégias que imaginei ao princípio dos trabalhos de produção do documentário era começar sua gravação a partir de Sandra, pois se trata de uma pessoa muito conhecida entre as comunidades quilombolas de Minas Gerais e sua participação poderia credibilizar a proposta e incentivar a participação das outras protagonistas. No decorrer dos trabalhos, tentamos algumas entrevistas em Belo Horizonte e em sua cidade, Bom Despacho; ao fim, só foi possível entrevistá-la em Brasília, depois de um dia cheio de atividades, entre elas, percorrer o Supremo Tribunal Federal – STF gabinete a gabinete de ministros, entregando o livro *Direito Constitucional Quilombola: análises sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.239*, na companhia do advogado Fernando Prioste. Resultado: Sandra foi a última a ser entrevistada para o documentário e a única fora de Minas Gerais⁵⁶.

que atua em diversos lugares e possui irradiações diversas, Karina escolheu não situar sua etnografia em um lugar específico e se propôs a estar também em movimento, frequentando alguns dos lugares e percorrendo alguns dos caminhos onde o PCC atua.

⁵⁶ O documentário foi lançado em novembro de 2015; chama-se *Dandaras: a Força da Mulher Quilombola* e está disponível no YouTube. Atualmente encontra-se com um pouco mais de 10 mil visualizações, já tendo sido exibido em alguns festivais de documentários, grupos de discussões sobre temáticas de gênero e raça, e também em alguns quilombos do território brasileiro. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=RSW3uEfk4QU&t=1396s>>. Acessado em 23 de agosto de 2017.



Fotos 55, 56, 57 e 58: Dia de peregrinação pelo STF para entregar o livro sobre direito constitucional quilombola nos gabinetes dos ministros do Supremo. Na última foto estão, da esquerda para a direita, a advogada Layza Queiroz, Sandra, e o advogado Fernando Prioste. Fotógrafa: Amaralina Fernandes.

Devido ao envolvimento gerado com a gravação do filme, e sabendo que eu estudava em Brasília, sempre que vinha à cidade Sandra me procurava e me levava para reuniões em secretarias e ministérios do governo federal, para conversas com representantes da FCP, cursos e conferências de diversos temas e várias outras atividades. Ficávamos o dia todo andando por estes lugares em Brasília, algumas vezes pelos períodos de uma ou duas semanas, em uma intensa rotina de “agendas”⁵⁷.

Em março de 2016 fui convidada pelo coletivo de mulheres da CONAQ para participar da primeira oficina de mulheres quilombolas promovida pelo coletivo, em Goiás,

⁵⁷ *Agenda* é um termo muito utilizado pelo movimento quilombola, especialmente na Coordenação Nacional – CONAQ. Pode ser usado em referência a reuniões previamente agendadas com representantes de ONGs, governos e empresas, assim como pode significar cursos de formação, palestras e conferências; é utilizado até mesmo em questões internas e mais burocráticas do movimento, como idas a banco para resolver questões da coordenação. A palavra “agenda” refere-se às atividades das pessoas durante o tempo que se dedicam aos compromissos enquanto militantes.

no quilombo Kalunga⁵⁸. A partir do momento que aceitei este convite, minha rotina e envolvimento mudaram. Como se nossas linhas tivessem se estreitado, inseri-me num fluxo de constantes viagens, tanto em agendas promovidas pela CONAQ quanto em outras articuladas por Sandra na qualidade de representante da Federação N'GOLO, e até mesmo em alguns momentos importantes da vida familiar da quilombola. O entrelaçamento de caminhos foi tal que, durante o período de março de 2016 a março de 2017, não houve um mês que eu tenha estado todo ele em Brasília; a maior parte deste tempo estive com Sandra a cumprir suas agendas.

Durante este período de convívio, presenciei diversas reuniões, encontros, palestras, conferências, cursos de formação, procuras por representantes de governo em todos os níveis e em muitos lugares. O antropólogo John Comeford, em seu livro *Fazendo a Luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas* (COMERFORD, 1999), demonstra que a participação em reuniões faz parte da dinâmica de vida dos militantes de movimentos sociais. Estas podem possuir múltiplos formatos, abrangendo desde eventos públicos com grande participação de pessoas, a eventos mais fechados, onde são discutidas deliberações dos movimentos sociais dos quais os ativistas fazem parte. As reuniões também variam em escalas diferentes, podendo acontecer localmente nas comunidades e municípios nos quais essas pessoas vivem, e também regionalmente, estatualmente e nacionalmente.

Junto com as reuniões, algumas práticas de sociabilidade e interação são acionadas. Aprendizados como as hierarquias intragrúpis e os papéis sociais de seus representantes, momentos de fala e as diferentes formas de se fazer falas públicas, o uso de alguns termos específicos ao universo da política e dos movimentos sociais, todos estes são repassados e reafirmados nas ocasiões de reunião. Além da formação de um certo *ethos*, os espaços de reuniões são importantes lugares de circulação de informações, elaboração de projetos e tomadas de decisão.

Nas palavras de Sandra, e também de Ingold, peregrinamos bastante. Para citar alguns exemplos, em nível governamental e de Estado, em Brasília estivemos algumas

⁵⁸ A *Oficina Mulheres Quilombolas contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver* aconteceu no período de 18 a 20 de março de 2016; foi a primeira de uma série de cinco oficinas que aconteceram com esta temática, promovidas pelas mulheres da CONAQ, ministradas e coordenadas por elas mesmas. Minha contribuição nessas oficinas deu-se como fotógrafa. Estive acompanhando quatro oficinas em estados diferentes.

vezes em reunião com representantes da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; do Ministério do Meio Ambiente – MMA; do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (que foi extinto em maio de 2016 após uma mudança de governo decorrente do *impeachment* da presidente do país, transformando-se em uma secretaria vinculada à Casa Civil); da Fundação Cultural Palmares – FCP; do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; do Ministério Público Federal – MPF, especialmente da 6ª Câmara, que é responsável pelos temas das populações indígenas e comunidades tradicionais.

Em Minas Gerais, acompanhei Sandra em algumas reuniões na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – SEDA, na Cidade Administrativa de Minas Gerais⁵⁹ e na Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG, com alguns deputados estaduais. Em novembro de 2016, em decorrência do Festival Quilombola – Canjerê, Sandra e outros companheiros do movimento quilombola estiveram em reunião com o governador do Estado.

Em Bom Despacho, pude acompanhar uma reunião na Secretaria de Assistência Social; a pauta principal era a criação de um cargo para tratar sobre o tema das políticas de promoção de igualdade racial no município. Havia uma demanda antiga dos Carrapatos da Tabatinga para que este cargo fosse criado; deste modo, os quilombolas iam à Prefeitura governo a governo tratar sobre o assunto. Da mesma maneira, negociavam seu apoio ou não aos candidatos a prefeito, tendo essa pauta como uma das prioridades do acordo.

A reunião que acompanhei aconteceu em 30 de janeiro de 2016, uma segunda-feira. Era o início da gestão do prefeito Fernando Cabral, que se reelegeu, e que estava reorganizando sua equipe. No momento da reunião, os Carrapatos contavam apenas com uma combinação informal que haviam feito com o prefeito enquanto candidato, mas não ocorrera até aquele momento a nomeação do responsável pela pasta. Depois de algum tempo após a reunião, a irmã mais nova de Sandra, Maria das Graças da Silva (Nem), foi

59 A Cidade Administrativa é um suntuoso complexo arquitetônico, todo revestido de vidro, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, que sedia e centraliza o governo do Estado e todas suas secretarias. A obra custou ao governo do Estado cerca de R\$ 1,2 bi (um bilhão e duzentos mil reais). Durante sua obra, o arquiteto Niemeyer costumava citar uma frase que atribuía ao arquiteto francês Le Corbusier para justificar tamanha magnificência: “*É preciso não ter medo da monumentalidade*”. Algumas informações sobre a obra estão disponíveis em: <<https://www.arcoweb.com.br/finestra/arquitetura/oscar-niemeyer-cidade-administrativa-belo-horizonte>>; <<http://techne.pini.com.br/engenharia-civil/154/caixa-suspensa-palacio-projetado-por-niemeyer-apresenta-o-maior-vao-286670-1.aspx>>; <<http://www.otempo.com.br/capa/pol%C3%ADtica/o-custo-da-cidade-administrativa-1.230211>>. Acessado em 20 de julho de 2017.

convidada para assumir o cargo.

Em relação à presença de pessoas negras ocupando cargos na prefeitura de Bom Despacho, há que se ressaltar uma valiosa conquista recente: a aprovação do projeto de lei para reserva de cotas de vagas para negros nos concursos públicos do município. Para a aprovação deste projeto de lei, os Carrapatos e o prefeito Fernando Cabral tiveram de ser perseverantes. Enviado para análise da Câmara de Vereadores do município por duas vezes, nos anos de 2014 e 2015, o projeto foi rejeitado pela maioria dos vereadores da cidade em votações públicas, com representantes do quilombo na plateia. Persistentes, os Carrapatos não desistiram da proposta e, no ano de 2017, submeteram-na novamente. Neste ano, o quadro de vereadores da Câmara Municipal foi praticamente todo ele renovado, apenas um vereador foi reeleito. Diante do novo cenário, o projeto foi votado pela Câmara pela terceira vez no dia 17 de abril. Aprovou-se o projeto, com o resultado de sete votos a favor e uma abstenção, que partiu do único vereador reeleito; este declarou já ter sua opinião formada e manifestada nas votações anteriores.⁶⁰



Foto59: Votação da Lei de Cotas para Negros em Concurso Público na cidade de Bom Despacho. Sentada ao fundo, de azul, está Dona Sebastiana; na fileira em frente está Sandra; em primeiro plano, na primeira fileira estão sobrinhos de Sandra e sua irmã Tânia Aparecida-Dunga.

60 Mais informações sobre a votação do projeto de cotas para negros em concurso público na cidade de Bom Despacho podem ser encontradas nas seguintes matérias: “Câmara de Bom Despacho aprova projeto de Cotas Raciais para Concurso Público do Município” no site “Fiquei Sabendo”; “Vereadores rejeitam cotas para negros” no site “Portal do Centro Oeste” e “Câmara rejeita novamente projeto da Prefeitura que beneficia negros bom-despachenses” no site da Prefeitura de Bom Despacho.

Disponíveis em:
<<http://www.bomdespacho.mg.gov.br/?s=cotas+&x=0&y=0>>; <<http://portalcentrooeste.com/vereadores-rejeitam-cota-para-negros/>>; <<http://www.bomdespacho.mg.gov.br/noticias/camara-rejeita-novamente-projeto-da-prefeitura-que-beneficia-negros-bom-despachenses/>>. Acessados em 24 de agosto de 2017.

Em relação aos setores que não são de Estado ou governos brasileiros, estivemos na sede da União Europeia – UE em Brasília, para uma reunião de escuta convocada pela UE como uma das etapas de seu *Plano de Ação de Equidade de Gênero e Empoderamento de Meninas e Mulheres (2016-2020)*. Estivemos também na sede da Fundação Ford, no estado do Rio de Janeiro, participando de reuniões e cursos, pois a Fundação Ford apoia a CONAQ há alguns anos; também acompanhei representantes da CONAQ em reuniões na Casa da ONU em Brasília, num evento relacionado ao *Comitê Nacional de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos*.

Ocorreram diversos encontros com apoiadores do terceiro setor; entre eles cito as ONGs Instituto Socioambiental – ISA e a Equipe de Conservação da Amazônia –ECAM, ambos em Brasília. Em relação às empresas privadas, estive algumas vezes em reuniões entre os quilombolas da N'GOLO e representantes da produtora NaPele, em Belo Horizonte. A produtora é parceira na organização do Canjerê, tendo sido muito atuante nas duas edições do festival quilombola. Neste período, Sandra também foi por duas vezes a São Paulo, participar de reuniões e cursos de formação sobre mapeamento geoespacial na sede da Google Brasil.

Em relação às parcerias com outros movimentos sociais, pude acompanhar algumas reuniões e um curso de formação para mulheres do campo promovido pela Central Única dos Trabalhadores – CUT, em Belo Horizonte, durante o mês de fevereiro de 2016, em que foram discutidas formas de articulação e mobilização das lideranças presentes para o dia 8 de março – Dia Internacional da Mulher. Acompanhei ainda alguns encontros com representantes do Fórum Mineiro de Entidades Negras –FOMENE, promovidos na cidade de Piranga e Espera Feliz (MG). A FOMENE foi parceira da Federação N'GOLO na promoção do Canjerê 2016; por isso aconteceram diversas reuniões naquele ano entre as duas organizações. Durante este período, Sandra ainda esteve muitas vezes em encontros com parceiras da Articulação de Organizações de Mulheres Negras do Brasil – AMNB, na qual a CONAQ possui representação.

Viajamos também até os quilombos de outros estados ou regiões de Minas. Assim, estivemos no quilombo de Kalunga – GO, no município de Cavalcante; no quilombo Tapuio – PI, no município de Queimada Nova; e no quilombo Alto Alegre – CE, no município de Paracajus, para as oficinas de mulheres. Para a promoção das oficinas, Sandra ainda esteve no quilombo Mutuca – MT, município de Nossa Senhora do

Livramento, enquanto eu acompanhei a oficina do quilombo de Maria Joaquina – RJ, município de Cabo Frio. Nestes dois últimos quilombos não estivemos juntas. Em Minas Gerais estive com Sandra num encontro das comunidades quilombolas da Zona da Mata; no segundo semestre de 2016, a quilombola viajou por comunidades do norte de Minas para convidar algumas comunidades para participarem do Canjerê.

Para estar em todos estes lugares foram necessários muitos translados. Foram muitas viagens no meu carro em Brasília, eu recém-chegada à cidade, e Sandra e outros companheiros da CONAQ que, embora já muito habituados a Brasília, também não sabiam dirigir pela cidade; alguns voos de avião para as capitais onde se encontram os quilombos visitados, e de lá, outras viagens de van, de carona e de ônibus até as sedes dos quilombos. Algumas viagens em Minas Gerais para as cidades da Zona da Mata em que estivemos cumprindo agendas da N'GOLO; tantas outras entre Bom Despacho e Belo Horizonte, e mais algumas de Bom Despacho a Brasília. Somam-se ao trajeto muitas caminhadas a pé por todos estes lugares.

Ao longo deste período em que estive acompanhando Sandra, visitamos muitas paisagens e lugares diferentes. Entre paisagens rurais e urbanas; entre casas simples como a sua e as de outras comunidades quilombolas a suntuosos prédios de vidro e outras construções assinadas por arquitetos renomados; entre o cerrado, a caatinga, as montanhas e o litoral. Conversamos com pessoas influentes, desde as lideranças quilombolas de muitos estados até representantes de governos e de organizações internacionais. Os percursos de movimentação de Sandra cruzam por lugares e pessoas de realidades sociais muito diferentes. São muitas as formas e escalas de movimentação que permitem a Sandra agregar caminhos em sua linha de vida, que é mais uma potente linha do movimento quilombola.

O que temos estado acostumados a chamar de “ambiente” pode, então, ser mais bem vislumbrado como um domínio de emaranhamento. É nesse emaranhamento de trilhas entrelaçadas, continuamente se emaranhando aqui e se desemaranhando ali, que os seres “emanam” ao longo das linhas de suas relações. (INGOLD, 2015, p. 120).





Fotos 60 a 70. : Todas as fotos acima pertencem aos arquivos pessoais de Sandra Maria da Silva Andrade. De cima pra baixo, da esquerda para a direita: Sandra no quilombo de Marques, município de Carlos Chagas durante o projeto de intercâmbio entre quilombos (60); Sandra e companheiras indígena e camponesa durante o encontro da Cooperação Sul-Sul do PNUD para o “Desenvolvimento Agrícola Inclusivo e Sustentável”(61); Sandra e a companheira Kátia Penha, quilombola da comunidade Divino Espírito Santo-ES em reunião na Delegação da União Européia em Brasília-DF (62); Sandra e quilombolas do quilombo Brejo dos Crioulos, Norte de Minas Gerais (63); Sandra e Sônia Guajajara, liderança indígena nacional (64); Sandra e Célia Xacriabá, liderança indígena de Minas Gerais (65); Sandra entre mulheres quilombolas do quilombo Gurutuba, região Norte de Minas Gerais(66); Sandra em curso de georeferenciamento na sede da Google-SP (67); Sandra entre companheiras da Articulação de Organização de Mulheres Negras do Brasil-AMNB (68); Sandra representando os quilombolas do Brasil na França no projeto “Artesãos do Mundo” (69); Encontro dos representantes de todos os países da Cooperação Sul-Sul, Sandra está na segunda fileira, ao centro, ao lado direito da companheira indígena (70). Fotos do arquivo pessoal de Sandra Maria da Silva Andrade, somente a foto em frente a Delegação da União Europeia foi feita por mim, em celular.

É preciso registrar que, embora a maior parte do tempo que passei com Sandra haja sido dedicada ao movimento social, também estivemos em ocasiões nas quais outros tipos de movimento aconteceram. Acompanhei alguns dias das caminhadas, rezas e danças do ciclo do Reinado de São Benedito de Mãe Sebastiana pelas ruas de Bom Despacho e Belo Horizonte, onde Sandra é congadeira e toca o pantangome; estive também em “giras” no

terreiro de Mãe Sebastiana, onde a matriarca somente anunciava: “*Hoje vamos trabalhar*”, e assim todos já sabiam que a noite teria sessão no centro de umbanda e que era necessário se preparar, pois quem determina a hora de a gira acabar são as entidades; é preciso estar disposto para trabalhar em sua devoção, cada um em seu posto; Sandra, por exemplo, não incorpora e é cambona, apenas auxilia as entidades que chegam.



Foto 71: Sandra participando do Reinado de São Benedito de Mãe Sebastiana, em suas mãos está o patangome pintado com a arte da Associação dos Carrapatos da Tabatinga.

Estive ainda em comemorações de aniversários, destacando-se o aniversário de 15 anos de Ana Luíza, filha de Sandra, festa muito aguardada pela família; para Sandra, tinha o significado especial de estar cumprindo um desejo antigo do seu marido Alequis. Esta festa reuniu toda a família dos Carrapatos da Tabatinga, vindo pessoas até mesmo do estado de São Paulo tão só para participar da comemoração. Considero que esta tenha sido uma data marcante na vida de Sandra, um evento solene, tão importante quanto o dia em que falou para a presidente e alguns outros de sua trajetória como liderança.



Fotos 72 e 73: Sandra e sua filha Ana Luíza durante sua festa de 15 anos

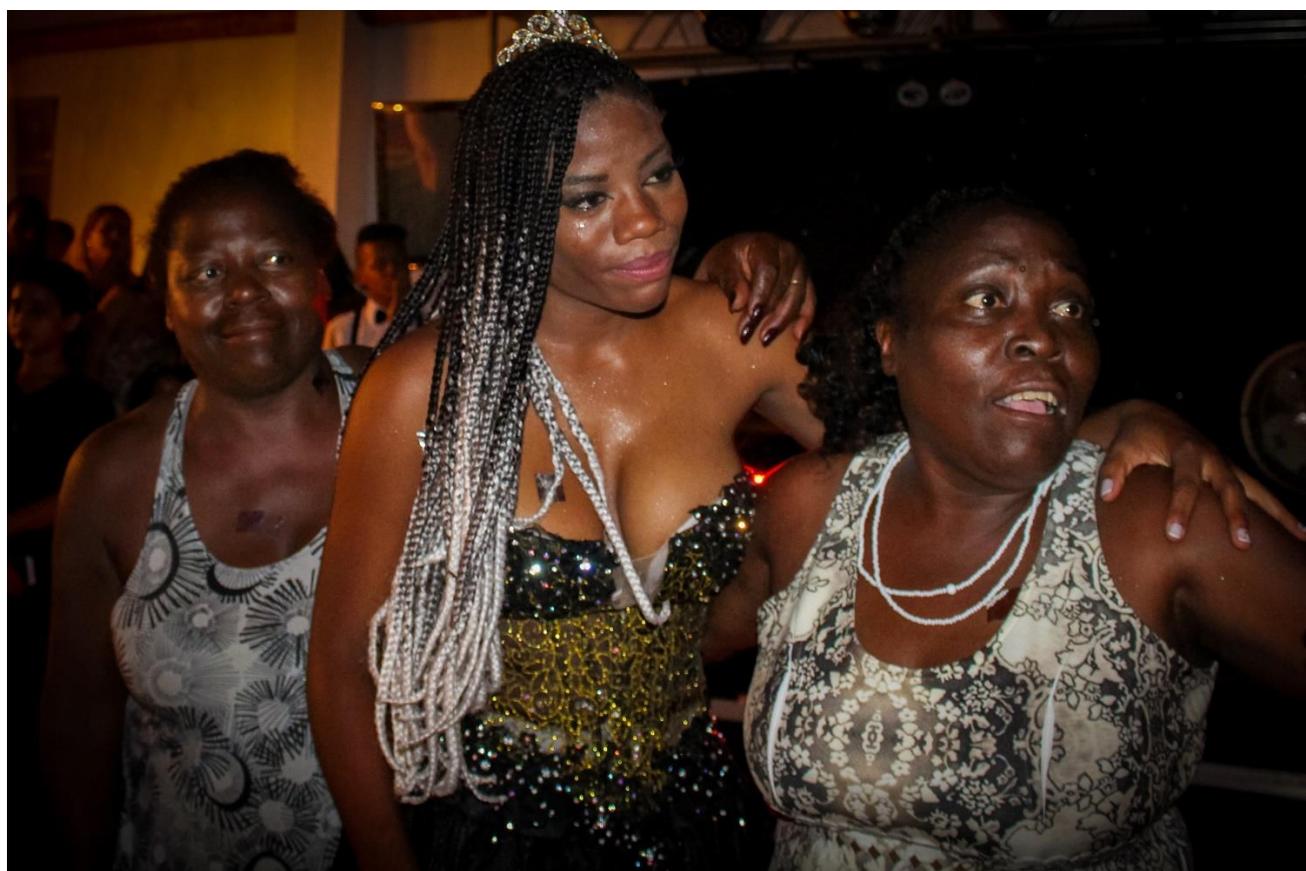


Foto 74: Ana Luíza entre suas mães Muruca e Sandra em sua festa de 15 anos.



Foto 75: Ana Luíza e sua avó Sebastiana dançando a valsa dos 15 anos.



Foto 76: Mesa de frutas do aniversário de Ana Luíza, detalhe para o banner de Alequeis entre seus filhos.

Os movimentos que Sandra faz pelo mundo resultam num conjunto de trilhas e possibilidades de caminhos. Ingold observa que os seres humanos *habitam* o mundo; diferentemente de ocupar, a palavra habitar tem por intenção trazer a ideia de agência dos seres vivos, entre eles os seres humanos, criando o mundo que habitam. Ao percorrer caminhos e assim expandir suas linhas de vida, as pessoas deixam marcas. Como explica Ingold, as trilhas “*são assinaturas de movimentos*” (INGOLD, 2015, p. 121), e é

percorrendo e expandindo os caminhos que “o peregrino assina sua presença na terra como a crescente soma de suas trilhas” (INGOLD, 2015, p. 223).

O conhecimento dos habitantes sobre o mundo é construído através de suas histórias de peregrinação. Os movimentos que os peregrinos estabelecem *em relação* com outros peregrinos, *ao longo* de lugares e caminhos, é que vão gerar as histórias sobre seus aprendizados. Essas histórias são ao mesmo tempo coletivas e pessoais. É por meio da rememoração e da narração de histórias que as pessoas tomam consciência de suas próprias trajetórias e dos acontecimentos do mundo.

(...) para os habitantes as coisas não tanto existem quanto *ocorrem*. Repousando na confluência de ações e respostas, elas são identificadas não pelos seus atributos intrínsecos, mas pelas memórias que evocam. Assim, as coisas não são classificadas como fatos, ou tabeladas como dados, mas narradas como histórias. E todos os lugares, como um conjunto de coisas, são um nó de histórias. (INGOLD, 2015, p. 227).



Fotos 77,78,79: Reunião na Prefeitura de Bom Despacho, na Secretaria de Assistência Social para tratar sobre a criação de cargo específico para a pasta da Igualdade Racial no município.



Fotos 80, 81, 82, 83: Sandra no encerramento do Festival Quilombola CANJERÊ entre companheiros; Prestação de contas do festival CANJERÊ com o FOMENE, associação parceira, em Espera Feliz-MG; Reunião de mulheres representantes de movimentos sociais organizada pela CUT para discussão de ações para o 8 de Março, dia internacional das mulheres.



Fotos 84, 85, 86, 87, 88: Entre as quilombolas Kerlane e Lucimar Golçalves em frente à ALMG ; em reunião na Cidade Administrativa com o secretário da SEDA, entre os quilombolas Vanderly e Kerlane; em Brasília, participando da Conferência Nacional de ATER; com representantes da Fundação Cultural Palmares, em palestra e exibição de documentário que fez à convite da Fundação no ano de 2015; com o Deputado Federal Reginaldo Lopes durante Festival de Congadas do Tambor Mineiro, em 2016.



Fotos 89 e 90: Fala de Sandra para as quilombolas de Kalunga, durante a primeira oficina de mulheres da CONAQ; Entre as companheiras da CONAQ em direção ao quilombo de Tapuio, para realizarem a oficina de mulheres. Da direita para a esquerda estão: Célia Cristina Pinto, do quilombo de Cururupu-MA; Nilce Pontes Pereira, quilombola do Vale do Ribeira-SP; Edna Paixão Santos, do quilombo de Boa Vista, cidade de Afrânio- PE; Sandra Pereira Braga, quilombola de Mesquita-GO; Chagas Sousa, o Nêgo Chagas-Necha; quilombola do Piauí e Sandra.

Estas histórias serão suporte de aprendizado para outros peregrinos. Ingold não acredita no termo “transmissão”; para ele, as histórias são referências sobre o mundo, e cada pessoa, através das narrativas daqueles que a antecedem, irá construir seu próprio conhecimento com base nos movimentos que ela mesma empreende. Os caminhos percorridos e as histórias das quais fizeram parte constituem as identidades dos peregrinos.

(...) as pessoas crescem em conhecimento não somente através de encontros diretos com outras pessoas, mas também por ouvirem suas histórias contadas. Contar uma história é relacionar, em uma narrativa, as ocorrências do passado, trazendo-as à vida no presente vivido dos ouvintes como se estivessem acontecendo aqui e agora. (INGOLD, 2015, p. 236).

Gostaria de rememorar algumas histórias recentes nas quais meus caminhos estiveram emaranhados a alguns dos caminhos de Sandra. Estas histórias possuem um diferencial, pois se constituem de malhas tão complexas de linhas que acabaram por incluir muitas trajetórias de vida de pessoas diversas. São acontecimentos de repercussão nacional, que por sua complexidade e grandeza terminam por cruzar com os caminhos de muitas pessoas e grupos. Ressaltarei como elas se emaranham entre si, bem como na vida de Sandra e das comunidades quilombolas.

3.1 Marcha das Mulheres Negras

A Marcha das Mulheres Negras aconteceu em Brasília no dia 18 de novembro de 2015. De acordo com relatos das organizadoras da Marcha, o evento vinha sendo pensado e organizado há pelo menos quatro anos. Nilma Bentes, ativista negra paraense e uma das idealizadoras da marcha, relata no *e-book*⁶¹ lançado após o evento, no ano de 2011, durante o Fórum Afro XXI⁶², na cidade de Salvador (BA), que a marcha foi projetada para acontecer no ano de 2015, não ocorrendo estrategicamente nos anos de 2014 e 2016, pois haveria dois grandes eventos de massa no Brasil, a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas sediadas no Rio de Janeiro. Simbolicamente, o ano de 2015 também era interessante, pois se completariam vinte anos da Marcha Zumbi dos Palmares.

A Articulação de Mulheres Negras Brasileiras – AMNB foi a responsável pela realização da Marcha das Mulheres Negras. Assim, desde o ano de 2011, de maneira progressiva, espalhou-se a ideia do evento entre os núcleos de mulheres negras do país. As organizações que integram a AMNB (são 27, distribuídas em todas as regiões do Brasil⁶³) foram as principais responsáveis por difundir o evento em seus estados, e assim se formaram alguns comitês impulsionadores que se reuniram diversas vezes ao longo destes anos.

Os comitês impulsionadores foram os principais responsáveis por conseguir apoiadores locais para a marcha, organizar as caravanas de mulheres que iriam para Brasília, divulgar o evento regionalmente através de mídias digitais e também de encontros que pudessem promover a marcha e arrecadar fundos para viabilizar a sua execução.

Foram cerca de quatro anos de trabalho duro com o Comitê Impulsor em, praticamente, todos os Estados e Distrito Federal, desenvolvendo ações: reuniões, torneios esportivos, rodas de samba/de conversas, bingos, cartas, *e-mails* etc. A mobilização ficou mais adensada em 2015, quando dezenas de lideranças negras, usando suas sabedorias e canalizando as da ancestralidade, entraram de cabeça na mobilização, o que acabou por contagiar milhares de outras mulheres negras de todas as idades, profissões/ocupações, afiliações partidárias, seguidoras de diferentes religiões e em situações diversas. (BENTES, Nilma, in AMNB, 2016).

⁶¹ O *e-book* da Marcha das Mulheres Negras está disponível *on-line* no seguinte endereço: <<https://www.geledes.org.br/e-book-marcha-das-mulheres-negras/>>. Acessado em 25 de agosto de 2017.

⁶² Encontro Ibero-Americano do Ano Internacional dos Afrodescendentes – Afro XXI aconteceu em Salvador de 16 a 19 de novembro de 2011.

⁶³ Informações disponíveis no *site* da AMNB. Disponível em: <<http://www.amnb.org.br/index.asp>>. Acessado em 25 de agosto de 2017.

Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver. Este era o lema da Marcha das Mulheres Negras. A escolha dos três tópicos presentes no lema foi feita levando em consideração a principal causa do movimento negro, que é o combate ao racismo em seus diversos formatos; e ainda, dados de pesquisas recentes reunidas em compêndios como o *Mapa da Violência*, que visibilizavam o crescimento dos casos de violência e as formas de assassinato contra a população negra. De acordo com estes estudos, os dados sobre a morte de jovens negros vítimas de armas de fogo têm se tornado cada vez maiores, assim como os índices de violência contra mulheres – à medida que têm diminuído entre as mulheres brancas, têm aumentado entre as negras. Em 2015, o *Mapa da Violência* apontava para um aumento de 54% dos casos de assassinato contra mulheres negras⁶⁴.

O termo *Bem Viver* foi incorporado para indicar que a marcha atentava para a necessidade de uma mudança ampla nas formas de sociabilidade do país. O termo vem como proposta para a construção de outro “*modelo de desenvolvimento*” (AMNB, 2016); a carta final da Marcha das Mulheres Negras, entregue a autoridades nacionais e internacionais, trazia como título “O Bem Viver como uma Nova Utopia”. Nesta carta, as participantes da marcha apresentam-se como “*portadoras de um legado que afirma um novo pacto civilizatório*” e convocam a sociedade brasileira para a construção deste pacto, para que “*todas e todos possam viver plenamente a igualdade de direitos e oportunidades*” (AMNB, 2016)⁶⁵.

Algumas mulheres quilombolas fazem parte da AMNB, seja por meio da CONAQ, que é uma das integrantes da Articulação, seja por meio de organizações de mulheres

⁶⁴ Os dados sobre alguns tipos de violência sofridos por mulheres negras podem ser consultados em diversas pesquisas. Destaco as pesquisas *Mapa da Violência 2015 – Homicídio de Mulheres no Brasil* (FLACSO, 2015) e *Mapa da Violência 2016 – Homicídios por armas de fogo no Brasil* (FLACSO, 2016), ambas disponíveis em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/>> Acessado em 26 de agosto de 2017; *Dossiê Mulheres Negras – retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil* (IPEA, 2013), disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20978>. Acessado em 26 de agosto de 2017; *Dossiê Violência Contra as Mulheres – Instituto Patrícia Galvão* (este dossiê faz um apanhado de vários dados disponíveis em pesquisas diversas sobre o tema das mulheres. Apresenta alguns dados que relacionam violência e racismo, dos quais, como exemplo, destaco os números sobre violência obstétrica: 65,9% das vítimas são mulheres negras, de acordo com o Caderno de Saúde Pública da Fiocruz de 2004; e os dados de mulheres mortas por agressão, das quais 68,8% são negras, de acordo com o Diagnóstico dos Homicídios no Brasil – Ministério de Justiça, 2015. O dossiê está disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-e-racismo/>>. Acessado em 26 de agosto de 2017.

⁶⁵ A Carta das Mulheres Negras pode ser encontrada nas últimas páginas do *e-book* lançado pela AMNB e também está disponível no *site* da ONG Geledés. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/carta-das-mulheres-negras-2015/>>. Acessado em 25 de agosto de 2017.

negras de seus estados. Muitas destas mulheres compuseram os comitês impulsionadores, garantindo a pauta das mulheres negras quilombolas e do campo. A CONAQ contabiliza ter trazido 5 mil mulheres quilombolas para participar da marcha.

A primeira vez que ouvi falar sobre a Marcha das Mulheres Negras foi durante um encontro acadêmico em Salvador chamado *I Congresso Internacional sobre o Pensamento das Mulheres Negras no Brasil e na Diáspora Africana*, ocorrido em 2014. No congresso, apresentei um projeto de trabalho sobre as trajetórias de mulheres lideranças quilombolas de Minas Gerais; este trabalho, que a princípio era pensado para resultar num artigo, virou um documentário audiovisual chamado *Dandaras: a força da mulher quilombola*, e já foi citado em outro momento desta dissertação.

Como aluna recém-egressa da graduação e prestes a começar um curso de mestrado no ano seguinte na cidade que sediaria a marcha, evento que, pelo ânimo das organizadoras e dos participantes presentes no congresso, seria um momento grandioso em muitos sentidos para a história do país, colaborei de alguma forma para aquela mobilização nacional. Eu iria gravar o documentário e disponibilizá-lo gratuitamente até novembro de 2015, próximo à realização da marcha.

Minha intenção naquele momento era colaborar para a visibilidade da pauta das mulheres negras; em alguma medida, considero que obtivemos êxito, eu e a antropóloga Amaralina Fernandes, que divide comigo a realização do filme, responsável pela filmagem e edição; além das mulheres quilombolas protagonistas do documentário que concordaram em participar e ceder seus depoimentos. Das cinco mulheres entrevistadas, três delas estiveram em Brasília participando da marcha. Após a gravação e o lançamento do filme, todas elas comentaram sobre repercussões positivas que perceberam naquele período do ano e também para além dele⁶⁶, no sentido de reconhecimento de seus engajamentos e trajetórias de vida enquanto lideranças.

⁶⁶ Além da internet, que é um veículo de acesso livre e popular, no período de novembro de 2015 o documentário foi transmitido em emissoras públicas, no Rio Grande do Sul, na emissora TVE, no programa *Nação*, e na emissora nacional TV Brasil, também no programa *Nação*; um pouco depois dessa data, *Dandaras* também foi transmitido em Minas Gerais, na emissora Rede Minas, no programa *Mulhere-se*, fatos estes que contribuíram de maneira significativa para a ampliação da discussão levantada pelo documentário.



Foto 91: Encontro com Tuquinha-Maria Aparecida Dias, durante a Marcha das Mulheres Negras em Brasília. Tuquinha estava levando consigo uma de suas cópias do documentário *Dandaras*, do qual também é protagonista.

Em novembro de 2015, eu estava em Minas Gerais e fui a Brasília participar da Marcha junto com as mulheres e crianças do quilombo Carrapatos da Tabatinga, em um ônibus cedido pela Prefeitura de Bom Despacho. Algumas semanas antes, quando estava em Brasília, recebi o convite das mulheres da CONAQ para acompanhar a comitiva das quilombolas e registrá-la fotograficamente. A ideia era que aquele registro virasse posteriormente uma exposição fotográfica, o que aconteceu com êxito⁶⁷. Todas estavam muito ansiosas, além de envolvidas com a logística de recepção dos ônibus das companheiras de diversos estados do país. Havia mandado confeccionar um “bandeirão” que havia custado caro para a Coordenação, mas que, garantiam as mulheres quilombolas, daria grande visibilidade à presença delas durante a marcha.

Viajamos durante a madrugada do dia 17 de novembro e, no dia 18, pela manhã, já estávamos em Brasília, entre milhares de comitivas de mulheres negras que ocupavam a região da Esplanada dos Ministérios. Assim que o ônibus dos Carrapatos chegou a um dos

⁶⁷ A exposição *Mulheres Quilombolas em Marcha* foi montada algumas vezes entre 2016 e 2017, entre elas na Fundação Cultural Palmares – FCP; no Festival da Mulher Negra Latino-Americana – Latinidades; na Plenária Nacional da CONAQ; na Reunião Brasileira de Antropologia – 30ª RBA, e mais recentemente, na Rodoviária de Belo Horizonte.

estacionamentos para as comitivas estaduais, Sandra, que já estava em Brasília participando da organização do evento, foi receber suas irmãs, filha e sobrinhas. Vestiram rapidamente roupas de malha estampadas de peles de animais, que já haviam utilizado no desfile de aniversário de Bom Despacho, e foram se juntar à marcha, que estava prestes a sair. Dona Sebastiana, matriarca do quilombo, havia viajado no dia anterior de avião e já estava em cima de um dos caminhões-palco, junto com sua filha de santo Maria, puxando alguns pontos de umbanda, fazendo discursos e incentivando as mulheres presentes.

O dia 18 de novembro era uma quarta-feira, como indica a escritora e historiadora Cidinha da Silva em um texto que produziu sobre a marcha: “*a previsão do tempo indicava chuva em Brasília, mas a Senhora das Tempestades e o Senhor dos Trovões, donos das quartas-feiras, seguraram as águas e os raios. Deixaram o Sol conduzir a Marcha das Mulheres Negras*” (SILVA, 2015).⁶⁸ Sob o Sol, marcharam aproximadamente 50 mil mulheres negras, número levantado pela organização do evento. Distribuídas em algumas alas, como em um cortejo, à frente estavam representantes da Irmandade da Boa Morte, tradicional confraria religiosa afro-católica da cidade de Cachoeira (BA), seguidas de uma ala de ialorixás, mães de santo, zeladoras de terreiros e outras matriarcas negras de várias regiões do Brasil.

As alas que seguiam a marcha eram compostas por uma grande variedade de mulheres negras, algumas delas pastoras e representantes de cultos evangélicos, estudantes, cientistas e intelectuais de várias áreas, representantes de organizações de trabalhadoras domésticas, representantes de organizações de profissionais do sexo, parlamentares, professoras, ativistas, empreendedoras, comunicadoras, moradoras das áreas rurais, representantes de povos e comunidades tradicionais, quilombolas, entre vários outros grupos de realidades sociais nas quais as mulheres negras estão inseridas (SILVA, 2015).

As mulheres negras caminharam um percurso de seis quilômetros entre o Ginásio Nilson Nelson, de onde partiu a marcha, até o Congresso Nacional. Alguns ônibus levaram as mais velhas de volta para a concentração do estádio Nilson Nelson, no entanto, algumas, como eu, fizeram o percurso a pé, tanto no sentido de ida quanto no de volta. A volta foi embalada por alguns sambas da sambista e ativista Leci Brandão, que esteve presente e fez

⁶⁸ O texto referido se chama “Para onde caminha a Marcha das Mulheres Negras”. Disponível nos seguintes endereços: <<https://www.geledes.org.br/para-onde-caminha-a-marcha-das-mulheres-negras-por-cidinha-da-silva/>> e <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/para-onde-caminha-a-marcha-das-mulheres-negras-por-cidinha-da-silva/>>. Acessados em 25 de agosto de 2017.

discursos em cima de um dos caminhões-palco.

O período político nacional naquele contexto era de intensa inflamação e segmentação. O país estava passando por um processo de denúncias e mobilizações sociais ligadas a posicionamentos políticos relacionadas a setores conservadores, contrários ao governo eleito. Este período culminaria com a deposição da presidente do país em maio do ano que viria. Naquele momento da Marcha das Mulheres Negras, havia um acampamento de pessoas ligadas a setores militares em frente ao Congresso Nacional. Ao passar o grupo de mulheres negras em frente ao acampamento, dois homens começaram a agredir as passeantes verbalmente, até que um deles sacou uma arma e atirou por quatro vezes, na direção do chão e para cima.

Os tiros provocaram intenso tumulto; as organizadoras do evento, em cima dos caminhões, pediam calma e insistiam para que as companheiras negras continuassem marchando no sentido de voltar ao ginásio. No chão, algumas senhoras corriam assustadas com os tiros e com o efeito de *sprays* de gás de pimenta lançados por alguns policiais. Este momento de confusão durou cerca de uma hora, até que os caminhões da marcha conseguissem se afastar do local e a calma fosse recuperada entre as participantes. Os homens que provocaram a ação violenta não foram presos; o que desferiu os tiros foi encaminhado à Polícia Civil do Distrito Federal, sendo solto após pagar uma fiança de R\$ 790,00 (setecentos e noventa reais). Os dois homens são policiais civis, um do estado do Maranhão, outro do Distrito Federal; ambos continuam soltos, provavelmente exercendo sua profissão⁶⁹.

As mulheres quilombolas estiveram presentes ao longo de toda a marcha. Ao caminhar, a sensação transmitida era de felicidade. Muitas cantavam canções do movimento quilombola enquanto caminhavam ou seguravam o “bandeirão” da CONAQ. Algumas das músicas mais cantadas eram:

⁶⁹ Notícias sobre o atentado contra as mulheres negras podem ser vistas nas seguintes reportagens: “Manifestante acampado no Congresso saca arma, dá tiros e é detido pela PM”, do jornal O Globo, disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/manifestante-acampado-no-congresso-saca-arma-da-tiros-e-detido-pela-pm-18082644>>. Acessado em 25 de agosto de 2017; e “Policiais são presos por tiros em marcha contra racismo em Brasília”, do portal de notícias G1, disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/11/policial-e-presos-por-tiros-em-marcha-de-mulheres-negras-em-brasilia.html>>. Acessados em 25 de agosto de 2017.

Ô meu pai quilombo, eu também sou quilombola
A nossa luta é todo dia, toda hora
Ô meu pai quilombo, dizem que Dandara morreu
Ela está viva e também luta como eu...

Samba quilombola samba
Molha o pé, mas não molha a meia
Samba quilombola samba
Molha o pé, mas não molha a meia
Eu venho lá do quilombo
Pra fazer marcha na terra alheia
Eu venho lá do quilombo
*Pra fazer marcha na terra alheia...*⁷⁰

Ao final da tarde, algumas quilombolas descansaram no Ginásio Nilson Nelson junto com outras mulheres negras que participaram da marcha e viram alguns shows de artistas negros, como o Olodum da Bahia. No início da noite, vários ônibus já haviam ido embora com grande parte das delegações de todo o país.

As lembranças sobre a marcha ficariam na memória das mulheres quilombolas por muito tempo. Algumas das lideranças estaduais do movimento quilombola que vinham para Brasília participar de algumas agendas comentavam que “nunca tinham visto tanta mulher preta junta” e que se emocionaram ao ver que a marcha conseguiu reunir tantas pessoas. A CONAQ iniciaria em março do ano seguinte uma série de oficinas para mulheres quilombolas; a primeira delas, entre as Kalunga de Goiás, também teria como lema os temas *Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver*, utilizados pela Marcha das Mulheres Negras.

⁷⁰ Estas músicas são muito cantadas no movimento quilombola, geralmente sofrendo variações, a depender da situação na qual as pessoas estão. Por exemplo, a música do “samba” muitas vezes substitui o termo quilombo pelo estado de onde as pessoas são originárias, e a música “pai quilombo” muitas vezes fala de Zumbi e não Dandara; outras vezes, dos dois. A variação depende de quem está puxando a música.



Foto 92: Mulheres Quilombolas durante a Marcha das Mulheres Negras. Nesta foto a maior parte das quilombolas são de Minas Gerais, especialmente da família de Sandra. Da esquerda para a direita estão: Tuquinha, quilombo Chacrinha dos Pretos; Maria Imaculada- Muruca, Carrapatos da Tabatinga; Lucas Epifânio, Carrapatos da Tabatinga; Dárdara Epifânio, Carrapatos da Tabatinga; Dafne Epifânio, Carrapatos da Tabatinga; Lilian Mendes, quilombo Frechal-MA; Maria das Graças-Nem; familiar de Sandra e Sandra Andrade, Carrapatos da Tabatinga.



Foto 93: Mulheres Quilombolas estreado o baideirão da CONAQ durante a Marcha das Mulheres Negras.



Fotos 94, 95, 96, 97 e 98: A filósofa e ativista Sueli Carneiro durante a Marcha das Mulheres Negras; a Deputada Federal Benedita da Silva em um dos caminhões-palco da Marcha ; Sandra entre companheiras quilombolas de vários estados do país nos gramados da Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF.

Em junho de 2016, estava sendo elaborada uma revista da Fundação Cultural Palmares que abordaria o tema das mulheres negras. Através de conversas informais estava sendo combinada uma sessão da revista entrevistando as mulheres quilombolas sobre suas impressões em relação à Marcha. No entanto, em decorrência da mudança de governo que estava acontecendo há um mês, a revista foi adiada e não chegou a ser lançada. As entrevistadas eram Sandra, Mãe Sebastiana e Isabela da Cruz, jovem quilombola, advogada e ativista do quilombo Paiol de Telha, do estado do Paraná.

Reproduzo aqui as entrevistas de Sandra e Mãe Sebastiana como reflexão deste momento histórico que várias mulheres negras presenciaram, demonstrando a capacidade perene da lembrança de se transformar em histórias e caminhos que poderão estar sempre sendo feitos e refeitos por aquelas e aqueles que se dispuserem a peregrinar em suas trilhas (INGOLD, 2015; WERNECK, 2010).

Sandra Andrade

A marcha pra mim, e acho que pra nós, todos os quilombolas, foi um momento único de reconhecimento da força das mulheres quilombolas.

A gente achava que não tinha condições de trazer as nossas mulheres, mas com muita luta as comunidades se mobilizaram em seus locais e a gente conseguiu trazer cinquenta ônibus só de mulheres quilombolas! Isso pra nós foi uma superação. Mostramos que a gente tem força, com união a gente tem força.

Este momento da marcha a gente pode ver o quanto as mulheres contribuem para a luta da causa quilombola. Esta marcha mostrou que nós podemos, que nós somos fortes. Porque os nossos antepassados foram, e nós herdamos isso deles. Eu falo, foi um momento de superação mesmo, eu chorei de ver quantos ônibus iam chegando. Eu pensei: “Eu não acredito! Meu povo conseguiu!”. E aí juntamos as mulheres negras urbanas com as rurais e mostramos a força da mulher negra. Esse momento a gente não vai esquecer nunca! Porque está estampado nas fotos, na alegria das mulheres de estarem ali, você vê em cada rosto a satisfação: “Eu tô aqui, eu tô contribuindo!”. E não tem nada que pague este momento pra nós. Foi superação total!

As nossas griôs, as nossas mais velhas, todas quiseram vir. Veio até mulher de cadeira de rodas pra poder mostrar que estavam ali, pra passar essa força pras outras mulheres. Eu deito e sonho até hoje. Nós fizemos isso, a gente conseguiu, nós mostramos pro Brasil. Nós éramos 50 mil mulheres aqui nessa esplanada!

Foi muito emocionante ver aquele monte de mulheres... as de outros estados... sem se conhecer. A gente se abraçava e parecia que a gente era uma família, e eu acho que é isso, porque os nossos antepassados foram separados quando vieram ser escravizados no Brasil: separou pai, mãe, irmão, e por isso eu acho que a gente tem um pouquinho do nosso sangue

espalhado por todo esse Brasil. Eu acho que nós, os negros, somos uma nação irmã. A gente se olha e parece que a gente já viu a pessoa; a gente se abraça com amor, com o coração, a gente sente a irmandade. Aquelas mulheres, meninas, idosas, a gente pensava que era nossa vó, tia, prima, irmã, aquela alegria! Essa integração das mulheres foi a coisa mais linda que eu já vi.

Porque a gente vive em uma comunidade quilombola, eu nunca vi tanta mulher negra de tantos estados. Cada uma com seu sotaque, com as suas realidades, mas com um objetivo só.

Mãe Tiana

O que eu senti foi uma alegria e ao mesmo tempo uma tristeza muito grande. Há muitos anos atrás, eu fui trabalhar ali em Brasília, junto com meu tio, pra construir Brasília, e agora eu tive que ir lá pra defender nossos direitos, porque eles estão todos defasados, porque o negro não está sendo respeitado.

Então, na hora que eu estava cantando ali, chamando as minhas companheiras de luta, de fé e de esperança, tive ao mesmo tempo muita alegria, mas tive muita tristeza também. Porque eu acho que não precisava do negro sofrer tanto neste país que a gente lutou pra construir.

Eu acho que agora a gente tem que continuar a luta. Quilombola não pode desistir de lutar não.

Mas se os negros tivessem se unido lá atrás, hoje a gente não estava passando por isso não, tava não. Porque a classe negra é muito desunida. Se um subiu na vida, já não olha pros seus irmãos mais, já passa pro outro lado. Eu acho que se o negro fosse mais unido, nós não estávamos nesse sofrimento que nós estamos hoje não. Mas nem tudo está perdido. Eu acho que nessa idade que eu tô, os jovens vêm aí, e eu tenho muita fé nos jovens. Não desistiremos de lutar.

As negras, as quilombolas, não devem desistir de lutar. Nós não estamos vencidas ainda não. Eu tenho muita esperança que nós não vamos perder. Não desistiremos de lutar pelo certo. Pelo certo, nós damos a nossa vida, e o errado a gente tem que combater sempre.

Eu queria mandar o meu abraço para todas que participaram desta marcha. A luta continua, não vamos parar. Quero dar um abraço uma por uma e parabenizar a todas porque a luta continua, e pra este momento eu gostaria de deixar um canto. Posso cantar?

Ogum, Ogum dilê, não me deixa sofrer tanto assim...

Ogum, Ogum dilê, não me deixa sofrer tanto assim...

Quando eu morrer eu vou, eu vou pra aruanda!

Saravá Ogum, salve toda nossa banda!

Quando eu morrer eu vou, eu vou pra aruanda!

Saravá Ogum, salve toda nossa banda!

Ogum, Ogum dilê, não me deixa sofrer tanto assim...

Salve Senhor Ogum! Dê força pra nós lutar sem correr mais sangue. Dá força pra nós lutar, pra nós vencer. Porque só a força de Ogum pode combater o mal. Que ele dê força para todas as quilombolas e às mulheres negras, porque nós somos muito fortes. Nós vamos vencer e nunca vamos ser vencidas, se Deus quiser.



Foto 99: Mãe Sebastiana discursando durante a Marcha das Mulheres Negras.

3.2 Reflexões quilombolas sobre o *impeachment* de 2016

Somos os filhos de Deus, mas os prediletos são os justos.
Carolina Maria de Jesus, Provérbios, 1963, p. 16.

O ano de 2016 ficou marcado nacionalmente pela deposição da presidente eleita Dilma Rousseff, então no seu segundo mandato. A quarta presidente eleita no período democrático pós-ditadura militar, e a sexta a ocupar este cargo desde o período citado, foi deposta oficialmente em 31 de agosto daquele ano.

Resultado de um período de grande turbulência política entre os anos de 2013 e 2016, somado a crises internas de governo e suas alianças anteriores à reeleição, a deposição da presidente foi a principal pauta do noticiário brasileiro do ano de 2016. Ao longo destes anos apontados como turbulentos (2013, 2014, 2015 e 2016) foram se fortalecendo socialmente discursos e posicionamentos explicitamente polarizados. Os lados, nessa dicotomia do engajamento político assumido por muitos, se abasteciam de energia e informação principalmente através das “redes sociais”, forma pela qual plataformas *on-line* de mídia digital e interação interpessoal têm predominado nesta segunda década dos anos 2000.

Com grande capilaridade, a pauta do *impeachment* da presidente teve um engajamento ascendente entre os anos de 2014, quando foi reeleita, e 2016, quando se concretizou o impedimento. A mídia televisiva de massa também teve seu papel de centralidade, trazendo a pauta do *impeachment* como assunto principal de todos os seus veículos de informação. A mídia de massa era a arena pela qual as notícias chegavam, se popularizavam e viravam o assunto do brasileiro nos dias seguintes.

A proposta de impedimento foi aceita oficialmente pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, em 2 de dezembro de 2015. Poucos dias depois, em 7 de dezembro, o vice-presidente eleito, Michel Temer, enviaria uma carta à presidente Dilma, que, embora o vice supostamente a considerasse “*pessoal*”, tão logo se tornou pública e divulgada pela imprensa brasileira. A carta teria supostamente “vazado” pelos corredores da Casa Civil até o conhecimento dos jornalistas e dos demais brasileiros.

Neste notório documento, o vice-presidente revela-se pessoalmente insatisfeito com a presidente Dilma e com a forma como, do seu ponto de vista, a presidente vinha tomando as decisões no seu governo. Na carta, Michel Temer cita 11 situações das quais se ressentia com a presidente. A primeira delas, de lhe ser relegado pelo governo o papel de “*vice-decorativo*”. Este termo seria lembrado várias vezes naquele período. A carta de Temer, embora se dirigisse diretamente à Dilma, jamais chegou a ser pessoal, tornando-se documento público de grande circulação e repercussão já nas primeiras horas de envio. Esta carta marcaria a cisão entre a vice-presidência e a presidência, e ainda mais, entre as alianças existentes internamente dentro do governo de chapa PT-PMDB⁷¹.

Setores da política de esquerda e direita se articularam. Várias palavras começaram a ser muito ditas entre os brasileiros – o próprio termo *impeachment* foi resgatado, assim como outros, como, por exemplo, o termo “golpe”. Junto a eles, outras duas expressões de destaque que marcavam a polarização dos posicionamentos e a superficialidade de muitos discursos foram popularizadas: as expressões “coxinha” e “petralha”. A primeira para se referir às pessoas pró-*impeachment*, e a segunda, para pessoas contrárias ao *impeachment*, independentemente de estas serem vinculadas ao Partido dos Trabalhadores (PT) ou não.

Diante do cenário que vinha se configurando, os movimentos sociais se colocaram em alerta, pois os resultados da frente pró-*impeachment* eram evidentes devido ao fato de que a maior parte das reclamações em relação ao governo vindas destas pessoas iam em direção às políticas públicas de inclusão que os governos PT vinham realizando no país ao longo de 14 anos (dois mandatos do presidente Luis Inácio Lula da Silva, 2003-2011; primeiro mandato e metade do segundo da presidente Dilma Rousseff, 2011-2016).

Entre os anos de 2014 e 2016 aconteceram diversas manifestações públicas contrárias ao governo, e também de apoio. Estas manifestações se intensificaram em 2016, nos meses que antecederam um dos principais momentos da memória deste processo político nacional: a votação da Câmara dos Deputados em 17 de abril de 2016.

Nesta data, os deputados federais se reuniram na Câmara Federal para realizar a votação do relatório de pedido de *impeachment* da presidente. A sessão de caráter extraordinário foi aberta na sexta-feira, dia 15, e terminou com a votação dos deputados ao longo da noite de domingo (no período de 17h41 até 23h48, de acordo com o relatório de

⁷¹ Partido dos Trabalhadores – PT; Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.

votação da Câmara). O momento que se testemunhava era atípico, os deputados que, normalmente encerram seus expedientes em Brasília as quintas-feiras –último dia oficial de sessão ordinária na Câmara, que começa às terças-feiras –, naquele período começaram a chegar à capital federal na sexta-feira. No domingo, a Câmara teve a sessão mais cheia do ano, com a presença de 511⁷² deputados; apenas dois faltaram. Em dias de trabalho comuns, as sessões da Câmara não contam com expressiva participação dos deputados; deste universo de mais de 513 eleitos, apenas 23 estiveram presentes a todas as sessões da Câmara do ano de 2016; o número representa 4% destes mandatários⁷³.

Nesta sessão extraordinária foi decidido pelos deputados a legalidade da acusação e o prosseguimento no processo de *impeachment*. Foram 367 votos favoráveis ao impedimento, 137 contrários e 7 abstenções. A sessão entre os políticos eleitos era oficialmente fechada. Estavam proibidas as entradas de representantes da sociedade civil para acompanhar a plenária, no entanto, alguns parentes de deputados e integrantes de um movimento social pró-*impeachment* chamado Movimento Brasil Livre – MBL conseguiram credenciais e acompanharam a votação, motivo de muita contestação por representantes de outros movimentos sociais que solicitaram presença e não a obtiveram⁷⁴.

Sandra, por exemplo, estava com alguns companheiros do movimento quilombola e do movimento negro na porta da Câmara dos Deputados no dia 17 de abril. Gostaria de acompanhar a votação, mas foi barrada pela equipe de seguranças, que teoricamente não permitiria a entrada de outras pessoas que não fossem os deputados, funcionários públicos da casa e representantes previamente cadastrados da imprensa.

Impedida de estar na Câmara, Sandra foi se juntar à população que assistia nas ruas à votação. A divisão que se via entre as posições políticas na época também se

⁷² O documento oficial sobre a votação da Câmara pode ser encontrado na página da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/507325-CAMARA-AUTORIZA-INSTAURACAO-DE-PROCESSO-DE-IMPEACHMENT-DE-DILMA-COM-367-VOTOS-A-FAVOR-E-137-CONTRA.html>>. Acessado em 28 de agosto de 2017.

⁷³ Este levantamento é feito anualmente pelo *site Congresso em Foco*. Embora a porcentagem de presença dos mandatários não seja alta em todas as sessões da Câmara, no ano de 2016, mesmo com o cenário de crise, foi ainda maior a ausência dos deputados se comparada ao ano anterior. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/os-mais-assiduos-e-os-mais-faltosos-na-camara/>>. Acessado em 28 de agosto de 2017.

⁷⁴ Informações disponíveis nas matérias “Grupo anti-Dilma vai a sessão de forma irregular, opositores incentivam a prática”, do portal de notícias *site Último segundo*, e “Parentes de deputado acompanham sessão no plenário da Câmara”, *site G1*. Disponíveis em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2016-04-16/grupo-anti-dilma-vai-a-sessao-de-forma-irregular-opositores-incentivam-pratica.html>>; <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/parentes-de-deputados-acompanham-sessao-no-plenario-da-camara.html>>. Acessadas em 28 de agosto de 2017.

materializou espacialmente. Por ideia do governador de Brasília, Rodrigo Rollemberg, um grande corredor de metal foi colocado entre o gramado da Esplanada dos Ministérios, separando as pessoas por quilômetros entre os apoiadores do processo e os contrários⁷⁵.

Das ruas, Sandra experimentou vários sentimentos em relação ao que se passava na votação e as suas implicações posteriores; os principais deles eram de perplexidade e dor.

Eu tava lá na rua. Foi dos telões, eles dividiram no meio, aquela palhaçada lá... Esse dia foi um horror. Igual eu falei pra você a gente tinha feito conversa lá com os deputados... A gente tava segura, tava tranquila, porque a gente havia feito uma conversa antes, e a gente ia conseguir virar, não ia ganhar de muito, mas ia... Mas depois foi uma lavada. Foi uma traição. Até aquele Tiririca prometeu que não iria votar. Nossa, a gente assustou porque foi demais! Todos tiraram o apoio, todos. A Núbia⁷⁶ veio do Amapá com o deputado dela, e ele também tirou o apoio e ela adoeceu. Nós ficamos doida lá. Eu não sei quanto que eles ganharam não, porque era pela família, né?, minha avó, meu pai, meu cachorro, menos pelo povo, né? Então aquela votação foi triste, foi de chorar mesmo. Eu falei: “Meu Deus, eu não acredito no que a gente tá vendo”.

Nas semanas antecedentes à votação, os quilombolas haviam procurado por alguns deputados, feito reuniões e pedido apoio para a votação, no sentido de votarem pela rejeição do pedido. O cenário, de fato, não estava completamente decidido na véspera. Nem todos os deputados declaravam suas posições; alguns se diziam indecisos. Houve mesmo o caso do deputado Tiririca, que chegou a dar uma declaração para a imprensa, passando a impressão de que seu voto seria contrário ao *impeachment*, o que não aconteceu.

Outro fato que a quilombola ressalta em sua fala diz respeito ao teor das declarações daqueles deputados que votaram a favor da deposição. Muitos destes políticos proferiram discursos que utilizavam os elementos Deus/Família/Nação como os principais norteadores de seus votos. Destaca-se que, ao se referirem à família, em grande parte destas vezes, não se tratava da instituição, mas sim da própria, e por isso alguns maridos foram louvados, esposas foram cumprimentadas, sogras, genros e netos nascidos e por nascer. Houve também o caso de um filho, menor de idade e não parlamentar, que chegou

⁷⁵ Informações disponíveis em várias matérias, como: <<https://oglobo.globo.com/brasil/presidiarios-erguem-muro-que-separara-manifestantes-em-brasilia-19056221>>; <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/04/o-muro-que-vai-dividir-os-manifestantes-em-brasilia-domingo-dia-17.html>>; <<https://oglobo.globo.com/brasil/rollemberg-defende-muro-que-separa-manifestantes-na-esplanada-19071340>>. Acessadas em 28 de agosto de 2017.

⁷⁶ Núbia de Souza é uma liderança quilombola do Amapá, integrante da CONAQ e secretária de Políticas para Afrodescendentes – SEAFRO, no Amapá.

a votar no lugar do pai, que é deputado⁷⁷.

O antropólogo e professor da Universidade de Campinas – UNICAMP, Ronaldo Almeida, em seu artigo “Os Deuses no Parlamento”⁷⁸ faz um levantamento da quantidade de vezes que os termos Deus/família/nação foram utilizados no dia 17 de abril:

A expressão “pedaladas fiscais”, acusação formal do processo jurídico-político, foi citada apenas oito vezes entre os 367 deputados que votaram a favor do *impeachment*, e foram destes que vieram a quase totalidade de referências a Deus – 43 vezes –, à (sua) família e à nação. Em várias declarações, família – 117 vezes – veio associada aos termos “honra”, “respeito”, “consciência”, buscando significar honestidade e bom caráter de quem a evocou. E o apelo à nação – 28 vezes –...

(...)

As poucas referências a Deus entre os que votaram contra o *impeachment*, nove vezes, visaram condenar a evocação a Deus e aos familiares para justificar o voto. Como exemplo, Patrus Ananias (PT/MG) declarou:

Colegas deputadas, deputados, na minha já sexagenária caminhada de militante político e social cristão jamais vi e ouvi tantas afrontas ao segundo, ao quarto, ao sétimo mandamentos da lei de Deus...

Esses mandamentos são: o uso do nome de Deus em vão; honrar pai e mãe; e não roubar. (ALMEIDA, 2016, p. 72 e 77).

A favor de Deus, e contrário à presidente, estava concluída uma das principais etapas do processo de impedimento. Após a votação da Câmara dos Deputados, o processo seguiu para o Senado, onde os parlamentares teriam aproximadamente um mês para decidir pela aceitação ou não da abertura do processo de *impeachment*.

Ao longo deste período de espera entre uma votação e outra, Sandra voltou para seus afazeres em Minas Gerais. Como indicado, naquele período a sensação de conflito era recorrente socialmente. Posicionamentos pessoais quanto ao cenário político e outros assuntos relacionados, como políticas sociais de inclusão, eram expostos publicamente de maneira que alguns conflitos, comumente latentes, se evidenciaram e configuraram algumas vezes ações de fato. Foi o caso que se deu com Sandra.

⁷⁷ Matéria sobre o caso, disponível em: <<http://jc.ne10.uol.com.br/blogs/pingafogo/2016/04/19/15565/>>. Acessada em 29 de agosto de 2017.

⁷⁸ O artigo está disponível na revista acadêmica “Novos Estudos Cebrap” e faz parte de uma edição especial intitulada *Dinâmicas da Crise*. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/fullscreen/58642834/novos-estudos-especial-dinamicas-da-crise>> Acessado em 28 de agosto de 2017.

No dia 12 de maio de 2016, seria julgada pelo Senado Federal a procedência da abertura do processo de *impeachment*. Alguns ainda nutriam esperanças, enquanto outros esperavam ansiosos pelo afastamento da presidente. Discussões sobre isso ocorriam em todos os lugares, inclusive no ônibus de Bom Despacho a Belo Horizonte, onde Sandra se encontrava no dia 10 de maio de 2016.

Sandra viajava a Belo Horizonte para, desta cidade, pegar um avião até Brasília, onde participaria da 4ª Conferência Nacional de Política para Mulheres, evento que congregaria diversas mulheres representantes de grupos da sociedade civil que vinham discutindo em seus estados, nas conferências regionais, uma série de questões para as políticas públicas de gênero no Brasil. Ainda no princípio da viagem, uma conversa se iniciou entre uma passageira e o motorista do ônibus. De acordo com Sandra, a passageira se posicionava a favor do *impeachment* e criticava várias políticas sociais dos governos PT, falando abertamente e alto o suficiente para ela, que estava um pouco atrás, ouvir. De acordo com Sandra, a mulher provocativamente foi em sua direção e começou a proferir alguns discursos de cunho racista e outros conservadores, contra tais políticas. A situação gerou um conflito direto entre as duas, que tiveram de descer do ônibus e prestar queixa na polícia.

... a mulher me enchendo o saco. Fomos parar na delegacia, e eu perdi o voo. Ela falou que agora queria ver as empregadas caçar carteira assinada, “esse povo que vive de Bolsa Família, agora eu quero ver esses negros ficar andando de avião pra baixo e pra cima, comprando carrão”. Eles tavam com raiva porque o povo tava tendo dignidade, vivendo igual todo mundo, aí ela foi falando, falando... Enquanto ela estava lá falando, tudo bem, mas quando ela chegou pra perto de mim pra falar, eu respondi: “Olha, se você cria família com 70 reais, então você é forte”, porque era o Bolsa Família, né? Aí ela levantou e veio; no que ela levantou e veio, eu estava atrás, aí ela pôs o dedo na minha cara e eu dei um soco nela. Dei nela. Falei: “Não vem colocando dedo na minha cara”.

Neste episódio, Sandra perdeu o avião para Brasília, e assim assistiu em casa à votação do Senado no dia 12 de maio, que culminaria favorável à abertura do processo de investigação dos crimes atribuídos a Dilma Rousseff e no seu afastamento. Em relação ao conflito entre Sandra e a outra senhora, dentro da delegacia elas decidiram não dar prosseguimento a nenhuma ação penal de uma contra a outra. “*Mas aí não deu nada... eu fui fazer o B.O. alegando discriminação e racismo, e ela era lesão corporal. Eu falei: ‘Se ela vai fazer, eu faço também’.* Mas ela não quis fazer e eu tirei, não teve nada; foi isso...”.

O conflito de Sandra não foi o único do período. No mesmo dia de seu desentendimento em Bom Despacho, outras mulheres que vinham em uma delegação da Bahia para a cidade de Brasília, a fim de participar da conferência, foram retidas no aeroporto e tiveram de prestar queixa à Polícia Federal por se manifestarem contra o “golpe” dentro do avião que trazia, além das participantes da conferência, alguns políticos baianos favoráveis ao *impeachment*. Um total de 73 mulheres foram retidas pela polícia, que fez um desembarque compulsório assim que o voo aterrissou em Brasília. Depois de prestarem depoimento, as conferencistas foram soltas, pois a polícia entendeu que não houve crime por parte delas⁷⁹.



Foto 100: Sala da casa de Sandra, onde também funciona a Associação dos Quilombolas de Bom Despacho. Por toda a casa existem *banners* e panfletos de encontros quilombolas ou momentos importantes do movimento. Neste canto da sala está um dos altares de Sandra com um *banner* acima de quando recebeu o prêmio de Direitos Humanos da presidente Dilma Rousseff.

Durante a conferência de mulheres, aconteceram diversas manifestações de apoio à presidente. Em um dos dias do evento, que estava marcado para durar de 10 a 13 de maio, as mulheres marcharam até a frente do Congresso Nacional e protestaram contra o *impeachment*. Entre elas, várias quilombolas. Acompanhei algumas destas mulheres nas

⁷⁹ Mais notícias sobre o caso entre a delegação baiana de mulheres e deputados favoráveis ao *impeachment* podem ser encontradas em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-05/passageiras-sao-levadas-policia-federal-em-brasilia-por-confusao-bordo>>. Acessado em 28 de agosto de 2017.

manifestações, a saber, Terezinha Lopes Paim, quilombola do Rio Grande do Sul, liderança da comunidade Rincão dos Martimianos e Ivone Bernardo, respectivamente, quilombola da comunidade Maria Conga e presidente da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do estado do Rio de Janeiro – ACQUILERJ. A manifestação das mulheres não conseguiu barrar o processo que já vinha se anunciando. No dia 12 de maio, o Senado votou a favor do inquérito, e no mesmo dia Michel Temer assumiu a presidência, demitiu pessoas em cargos de confiança e nomeou novos ministros.



Foto 101: Terezinha Lopes Paim, liderança quilombola do Rio Grande Sul, quilombo Rincão dos Martimianos e Ivone Bernanardo, liderança quilombola do Rio de Janeiro, quilombo Maria Conga, presidente da ACQUILERJ. Em manifestação contra o impeachment em maio de 2015, Brasília-DF.

Ainda em 12 de maio, durante o período da tarde, procuramos pela companheira Terezinha na conferência, mas não conseguimos encontrá-la. Como seu celular também não atendia, buscamos saber se havia mais manifestações acontecendo, para tentar localizá-la. Ficamos sabendo de um grupo de mulheres que estavam acorrentadas em frente ao Palácio do Planalto, e lá finalmente a achamos.

As manifestações não conseguiram comover os novos ministros de Temer e outros apoiadores que chegavam ao Palácio para assistir ao discurso de “posse” do então presidente interino.

Aí a gente jogou a esperança no Senado, porque até a última hora a gente tem esperança, né? Todo mundo falava: “É caso perdido, não tem jeito, eles

estão corrompidos”. Este golpe já vem sendo tramado há muito tempo, mas o PT não viu... dormiu... achou que todo mundo era amigo. Que amigo, hein? (Sandra).

No primeiro dia após sua posse como interino, o presidente Michel Temer iria anunciar uma série de medidas que deixariam os quilombolas muito preocupados. Em 13 de maio de 2016, o presidente iniciou uma série de medidas no sentido de retirar do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA a competência de demarcar e titular os territórios quilombolas, função de sua responsabilidade desde o ano de 2003. A pauta foi transferida inicialmente para o Ministério da Educação e Cultura⁸⁰, para logo após, no dia 20 de maio, ser transferida juntamente com o próprio INCRA para a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; por fim, em 27 de maio, a competência pela regularização de terras quilombolas foi transferida à Casa Civil.

Entre os muitos acontecimentos daquele período de maio, aconteceu em Brasília, entre os dias 18 a 20, a Plenária Nacional da CONAQ, que em 2016 comemorava vinte anos de existência. Naquele momento, pairavam diversas incertezas em relação à política quilombola no novo governo que se anunciava. Várias lideranças quilombolas citavam a fatídica data do 13 de maio como um momento conturbado para o povo negro, fazendo referência à abolição e à inexistência de políticas para a inclusão social dos negros libertos. Durante a plenária, os quilombolas receberiam alguns apoiadores e servidores dos órgãos públicos responsáveis pelas políticas quilombolas anteriores ao *impeachment*. Não havia muito que se comemorar durante aquele período. Juntos, quilombolas e apoiadores faziam previsões e repassavam informes; alguns servidores do governo anterior já se despediam.

Atualmente a pauta quilombola continua com o INCRA, que se tornou um instituto vinculado à Casa Civil. O orçamento do INCRA destinado aos trabalhos de titulação de territórios quilombolas para o ano de 2017 está no valor de R\$ 4 milhões. O valor é irrisório, considerada a quantidade de processos abertos em todo o território nacional e a complexidade dos trabalhos. Este é o menor orçamento do INCRA para este tipo de atividade em 14 anos. O valor do orçamento destinado à política de titulação para o estado de Minas Gerais é de R\$ 49.173,00 (quarenta e nove mil, cento e setenta e três reais), para um universo de 229 processos de titulação abertos na superintendência do estado.

⁸⁰ O Ministério da Educação e da Cultura foi uma fusão de ministérios instituída por Temer, revogada no dia 21 de maio, após intensas manifestações nacionais em favor do Ministério da Cultura, que havia sido extinto.

(...) a gente sabia quem ia sofrer as consequências. Os povos mais atingidos seriam os quilombolas e os indígenas. Em cinco dias de governo, o governo golpista destruiu o trabalho de mais de dez anos. Acabou... Transformando uma SEPPIR que tinha status de ministério em uma secretariazinha subalterna à Casa Civil, que é como um escritório, não faz mais nada... O MDA, que tinha muitas políticas para as comunidades, para as mulheres, para a juventude, a gente conseguiu avançar bastante nas políticas públicas, ele extinguiu também, acabou com a Secretaria de Mulheres, que tinha status de ministério e que a gente tinha conseguido muita coisa, ele acabou também. Não satisfeito, ele me pega o INCRA, e manda o INCRA pra cultura, pra educação primeiro.... o que é que a educação tem a ver com a regularização de terra? Aí vai nós brigar um pouco... aí mandou pra Palmares, e a Palmares não tem pessoal para trabalhar com isso. Aí voltou com nós pro INCRA de novo... mas o INCRA agora também é subordinado à Casa Civil, então, como se diz, não vai regularizar mais terra, nem indígena e nem quilombola. E isso aí foi o golpe maior. E continua acontecendo vários, porque não tem nada pra nós; neste governo não tem nada pra nós.

O trecho acima é de uma entrevista feita com Sandra em janeiro de 2017, após o *impeachment*. O Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, ao qual a SEPPIR estava vinculada, foi extinto, e a secretaria transferida ao Ministério da Justiça. Em fevereiro de 2017 aconteceriam outras mudanças, e o presidente criaria o Ministério dos Direitos Humanos, transferindo novamente a SEPPIR⁸¹. Durante a execução deste novo governo muitas medidas provisórias são tomadas, como estas das vinculações de secretarias, institutos e outras autarquias responsáveis pelas políticas quilombolas. Tal instabilidade gera alguns transtornos e confusão em relação ao governo, a seu quadro de funcionários e ao encaminhamento das políticas públicas direcionadas às causas quilombolas.

O afastamento da presidente no dia 12 de maio ainda não significaria de vez a perda de seu mandato. Dilma esteve afastada por aproximadamente três meses, entre maio e agosto, enquanto o Senado dava prosseguimento ao caso em uma investigação interna; o prazo oficial era de 180 dias após a primeira votação.

Durante este período ainda ocorreram muitas agendas quilombolas em Brasília, que faziam parte de uma série de conferências nacionais que já estavam marcadas para

⁸¹ Informações sobre as medidas provisórias relacionadas à SEPPIR podem ser encontradas em: <<http://www.seppir.gov.br/medida-provisoria-estabelece-nova-organizacao-dos-ministerios-2>>. Em relação a outras medidas provisórias responsáveis pela criação e extinção de ministérios, algumas informações podem ser obtidas em: <<http://frenteampdspd.redelivre.org.br/2016/06/15/a-reforma-administrativa-do-governo-interino-qual-estado-e-para-quem/>>; <<http://www2.camara.leg.br/camara/noticias/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/522670-MEDIDA-PROVISORIA-CRIA-MINISTERIO-DOS-DIREITOS-HUMANOS.html>>. Acessados em 30 de agosto de 2017.

acontecer naquele ano. Em uma destas, estive com Sandra novamente, na Conferência Nacional de Assistência Técnica Rural – ATER, ocorrida entre os dias 31 de maio e 3 de junho. Naquele momento, a quilombola se apresentava um tanto exausta com os acontecimentos políticos nacionais. Do lado de fora do evento, Sandra me contou um sonho que tivera há poucos dias e que a tinha feito acordar repleta de felicidade. Ela me relatou que havia sonhado que a presidente tinha voltado, entretanto, enquanto me contava, não parecia ter muitas expectativas de que aquele sonho se concretizasse.

Ah, foi essa semana, dormi... tava cansada porque eu trabalhei... aí eu dormi. Depois, eu sonhando que eu tava aqui em Brasília, e aí as meninas vieram me abraçando, chorando... a Givânia⁸²... E eu falei: “O que aconteceu, gente?! O que aconteceu?”. Aí a Givânia falou assim: “Ô Sandra, a Dilma voltou. O Senado rejeitou, nós conseguimos.”. Eu falei: “Não acredito! Nossa Senhora!”. Eu acordei suadinha, minha filha! Nossa Senhora! Acordei assim, sabe, e achei... Mas, ah minha filha, era o sonho.

O discurso de Sandra, comumente seguro, mostrava-se oscilante naquele período. Não sabia se nutria forças e esperanças de que a situação política se invertesse ou se tentava antecipar quais seriam as próximas ações do movimento quilombola no cenário que se estabelecia com a mudança de governo.

Em decorrência ainda deste sonho, Sandra me relatou que havia contado para Mãe Sebastiana sobre o que acontecera e que esta não acreditava que o *impeachment* já poderia ser tido como uma realidade. Sandra me contou que estava precisando conseguir uma foto com todos os senadores que ainda iriam votar pela procedência da acusação. Ela levaria essas fotos para Mãe Sebastiana, para que esta rezasse sobre o voto destes senhores e tentasse fazer sua parte para uma mudança positiva no caso político.

Nessa conversa nós avaliávamos quais seriam as soluções possíveis para que o *impeachment* não tivesse prosseguimento. Naquele dia, a principal ação que Sandra via como possibilidade com força real de mudança era a oração. Dizia que, se os povos de terreiro se unissem para evitar e afastar o *impeachment*, este não aconteceria, pois “o povo de terreiro é muito forte”; mas diante da desunião, as forças de poucos não conseguiriam barrar aquele acontecimento.

⁸² Givânia é uma liderança quilombola de destaque nacional. Natural do quilombo de Conceição das Criolas, no estado de Pernambuco, Givânia chegou a ocupar o cargo de secretária de políticas para comunidades tradicionais na SEPPPIR. Exonerada com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e atualmente faz doutorado em sociologia na Universidade de Brasília.

Teve festa de preto velho agora⁸³, e eles disseram que a gente precisa continuar na luta. A gente tem esperança de reverter, mas eu preciso é das fotos desses homens, que a mãe falou: “Cês não põe na minha mão...”. Porque eles põe lá (no terreiro), eu preciso imprimir e levar com a cara de todos, pra eles fazerem um ponto e fazer uma reviravolta nesse trem.

Se toda mãe de santo fizesse igual à minha mãe, nós não precisávamos estar nesse aperto assim. As mães de santo têm de parar com essa soberba de querer ser melhor que os outros e voltar às origens, sabe?

Então o dia em que o povo parar com essa bobagem e voltar a ter um pouco de amor no coração. Porque o povo está muito individualista. É tudo “eu, eu, eu, pra mim”. Isso aí quebra qualquer corrente.

Durante aquela conversa, ainda discutimos sobre a efetividade de o movimento quilombola ir às ruas, reivindicar a permanência da presidente. Até aquele período de 2016 muitos movimentos neste sentido já haviam sido feitos. A própria Sandra havia participado de passeatas, tanto na cidade de Belo Horizonte quanto em Brasília. No entanto, as últimas manifestações do mês de maio tinham sido fortemente reprimidas por policiais, que investiram com violência contra as mulheres conferencistas que reivindicavam em frente ao Senado no dia 12⁸⁴. Sandra, por isso, estava muito apreensiva quanto ao fato de o povo quilombola ir para as ruas.

A gente tá lutando, lutando, mas não adianta a gente ir pra rua mais. Porque a ordem desse governo, a gente acha, que a ordem deste governo, a gente indo pra rua, é matar. A polícia tá batendo, tá machucando, tá matando as pessoas, e nós só no meio deles, ainda não é específico, mas se a gente fizer uma (manifestação) só nossa, então é que manda matar mesmo, porque é tudo preto. E eles não tão ligando pra isso...

Um tempo depois da conversa com Sandra, no final de agosto de 2016, seria dado início ao julgamento da presidente Dilma Rousseff no Senado Federal. Este processo aconteceu entre os dias 25 e 31, tendo os dias 29 e 31 como datas de destaque. No dia 29 de agosto, a presidente Dilma foi ao Senado, na condição de ré, fazer a sua defesa pessoal. O julgamento transcorreu por 14 horas, nas quais Dilma teve de responder às perguntas de 48 senadores. Já no dia 31, aconteceu a votação final do Senado, que decidiu pelo afastamento definitivo da presidente; o placar foi de 60 votos favoráveis e 20 contrários ao

⁸³ O mês de maio entre as religiões de matriz africana, especialmente a Umbanda, é dedicado aos Pretos e Pretas Velhas. Muitos centros da religião realizam festas em comemoração a estes espíritos de luz ou entidades durante este mês.

⁸⁴ Notícia sobre o confronto entre policiais e mulheres em 11 de maio de 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-05/mulheres-se-envolvem-em-confronto-com-policia-no-muro-que-divide-esplanada>>. Acessado em 29 de agosto de 2017.

impedimento do mandato⁸⁵.

O vice-presidente, que no começo do processo se intitulava decorativo, tornou-se protagonista. No mesmo dia em que foi votado o afastamento, Michel Temer tomaria posse no Palácio do Planalto, em uma reunião ministerial convocada para o momento. Temer também faria seu primeiro pronunciamento em cadeia nacional e nas rádios como Presidente da República.

Durante o período do *impeachment* alguns intelectuais fizeram interpretações em relação àquele momento da política brasileira. Alguns consideraram o processo como um caso de “golpe branco”; o termo faz referência a processos de deposição de presidentes que têm acontecido atualmente, principalmente em governos ditos democráticos, através de rituais da burocracia nos quais um descompasso entre o sentido e a operação da Justiça tem sido a tônica.

(...) antropologia dos golpes? Desde logo, o ponto comum e central: a percepção da manipulação das regras e a percepção de que a manipulação está presente mesmo quando as regras são aparentemente cumpridas. Uma questão de forma e substância, portanto. Isto porque é perfeitamente possível, como aliás testemunhamos, afirmar-se que as regras de procedimento, as regras *by the book*, foram cumpridas. Mas tal não impede a percepção clara – por parte da atual oposição bem como por parte do atual poder, neste caso enquanto má consciência – da manipulação da formalidade em função de uma substância política a que o próprio cumprimento das regras deveria, em condições normais (daí falar de golpe ser sempre falar de crise), estar imune. (ALMEIDA, 2016, p. 29).

Nesta linha de pensamento, a democracia, para os governos golpistas da atualidade, passou a ser apenas um termo pró-forma, o qual ainda assumem, dada a relevância que o termo possui, ainda que estes governantes não tenham os ideais democráticos como prioridade em seus horizontes.

Ela tornou-se dispensável. Mantém-se, sim, a aparência do cumprimento das formalidades, das regras, pois a sacralização, no nível das crenças culturais, da democracia, não permite que ela seja clara e assumidamente rejeitada, como nos discursos fascistas dos anos vinte e trinta do século passado. Também talvez por isso já não se façam golpes como “antigamente”, golpes militares e de cesura total nos regimes. Fazem-se *golpes brancos*. (ALMEIDA, 2016, p. 31).

⁸⁵ Notícia do Senado sobre a perda do mandato de Dilma Rousseff. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/31/dilma-rousseff-perde-o-mandato-e-temer-e-confirmado-presidente>>. Acessado em 29 de agosto de 2017.

Muitos estudiosos chegaram a apontar o *impeachment* atual do Brasil como um golpe oligárquico. O cientista político Norberto Bobbio conceituou a oligarquia da seguinte maneira:

Oligarquia significa etimologicamente “governo de poucos”, mas, nos clássicos do pensamento político grego, que transmitiram o termo à filosofia política subsequente, a mesma palavra tem muitas vezes o significado mais específico e eticamente negativo de “Governo dos ricos”. (BOBBIO, 2007, p. 845).

No caso brasileiro, em todo o processo, motivos econômicos e insatisfações de classe sempre estiveram evidentes nos discursos pró-*impeachment*.

O eixo que liga, assim, “Estado e sociedade”, é a tensão bipolar (no sentido físico e psiquiátrico) das forças entre individualismo e hierarquia e o modo como estas assumiram um campo de batalha político-econômico no Brasil. O conteúdo que projeta estas forças está ligado de forma oblíqua: em um polo, uma sobredeterminação da agência individual no interior de corporações estatais, dando a clara sensação de que o comando governamental foi (e está sendo) empurrado abismo abaixo; em outro polo, um freio hierárquico de classe que também agiu dentro do Estado, através da moeda, como reação ao aumento das incertezas das elites, que acionaram um enredo individualista-liberal para preservar justamente sua posição de precedência no plano econômico. Trata-se, assim, de um individualismo no interior de agências estatais hierárquicas, e de uma hierarquia elaborada sobre um verniz individualista de classe. Ou seja, um surto maníaco-depressivo do Estado-Nação. (LEINER, 2016, p. 33).

Diante do atual governo, os quilombolas buscam maneiras de não perder seus direitos conquistados e conseguir que as políticas públicas sejam levadas adiante. Depois de quase um ano, a sensação ainda é de desconfiança, mas, como estratégia, as lideranças resolveram não deixar de dialogar com os espaços de governo que os procuram, mantendo-se assim ainda presentes e lembrados. Em relação aos muitos desafios que as comunidades quilombolas enfrentam a partir do ano de 2016, o próprio governo brasileiro parece ser mais um inimigo a combater.

O inimigo é o próprio governo, uai! É esse governo que está aí, ele tá tirando tudo, ele que tá retirando os direitos conquistados, não está respeitando as leis, o nosso maior inimigo, além dos que já temos, que é os grandes empreendimentos, os fazendeiros, os grileiros... É o governo, ele que não quer reconhecer os nossos direitos e fazer a titulação das terras das comunidades quilombolas. Então o nosso pior inimigo nesse momento, o governo tá em primeiro lugar.

3. 3 Entre Papéis e sem Tréguas: Governamentalidade, Comunidades Quilombolas e o Caso da ADI 3.239

No ano de 1988, quando foi promulgada a nova Constituição da República Federativa do Brasil, adicionou-se o primeiro artigo da Constituinte a tratar especificamente dos direitos das Comunidades Quilombolas. O momento era emblemático e abria uma janela de oportunidade ideal para aqueles que pleiteavam por esta causa. Em 1988, o Brasil completava cem anos de abolição formal da escravidão; naquele momento articulavam-se políticos, intelectuais e militantes em favor dos direitos para a população negra, e estes conseguiram que a pauta pela regularização dos territórios dos quilombos fosse inserida no documento de leis e normas da nação⁸⁶. Desse modo, consta no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

O artigo 68 foi uma conquista emblemática, no entanto, o texto, além de sucinto, é bastante genérico. Várias questões relativas à aplicação desta norma surgiram após a sua publicação. As principais discussões giravam em torno da delimitação conceitual deste novo sujeito de direito: “*remanescentes das comunidades dos quilombos*”, e sobre os procedimentos que o Estado deveria seguir para conceber a titularidade das terras.

Desde 1988, quando foi promulgado o artigo, até o ano de 2003, a responsabilidade pela titulação dos territórios quilombolas ficou a cargo da Fundação Cultural Palmares, que neste período de 15 anos havia titulado 17 quilombos⁸⁷. Muitos questionamentos eram feitos à época sobre a falta de instruções mais detalhadas para a aplicabilidade do referido artigo. Foi a partir deste argumento que, em 2003, instituiu-se via ação presidencial o Decreto nº 4.887/2003, responsável por estabelecer os procedimentos de aplicação do artigo e esclarecer alguns dos conceitos presentes no texto. Este decreto regulamenta o procedimento para: identificação; reconhecimento; delimitação; demarcação e titulação dos

⁸⁶ Maiores informações sobre o momento político da inserção do art. nº 68 podem ser encontradas no artigo “O Quilombo Conceitual: Por uma sociologia do artigo 68”, do antropólogo José Maurício Arrutti, citado no primeiro capítulo desta dissertação e referenciado ao final do trabalho.

⁸⁷ A relação sobre os quilombos titulados pela FCP pode ser vista na página da Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/comunidades-remanescentes-de-quilombos-crqs>>. Acessado em 25 de agosto de 2017.

territórios quilombolas.

Transcrevo abaixo algumas partes do documento, e destaco em negrito passagens que se referem à identidade dos sujeitos de direito e aos procedimentos quanto às terras. Estas serão questões de destaque para a discussão que se seguirá.

DECRETO 4.887/2003

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição, confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição e de acordo com o disposto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,

DECRETA:

Art. 1º **Os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva** das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, serão procedidos de acordo com o estabelecido neste Decreto.

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida⁸⁸.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante **autodefinição** da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.

Art. 3º Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

(...)

§ 4º A autodefinição de que trata o § 1º do art. 2º deste Decreto será inscrita no Cadastro Geral junto à **Fundação Cultural Palmares, que expedirá certidão** respectiva na forma do regulamento.

(...)

Art. 13. Incidindo nos territórios ocupados por remanescentes das comunidades dos quilombos título de domínio particular não invalidado por nulidade, prescrição ou comisso, e nem tornado ineficaz por outros fundamentos, será realizada vistoria e avaliação do imóvel, objetivando a adoção dos atos necessários à sua desapropriação, quando couber.

O texto do decreto nº 4.887 é muito mais extenso e detalhado do que o artigo que o antecede; sua função é justamente explicitar os procedimentos técnicos e legais que as comunidades quilombolas e os aparelhos de Estado deveriam seguir para legitimar a titularidade dos territórios aos quilombolas. No entanto, tão logo foi instituído o decreto, surgiram reivindicações que o colocam em juízo. Em junho de 2004, poucos meses antes de se completar um ano da promulgação, o Supremo Tribunal Federal recebeu uma representação judicial contra o decreto. Tratava-se da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.239, representada pelo Partido da Frente Liberal – PFL, atual Democratas – DEM.

É importante termos em vista que se está em um território de prática política, neste caso concretizado pela contestação de um partido político a um decreto do Presidente da República. Em campos como este ocorrem disputas constantes. Nas palavras de Foucault: “*a política é a guerra continuada por outros meios*”⁸⁹.

Antes de observarmos alguns movimentos desta *guerra* que ainda hoje está em jogo, é importante destacar que a construção do decreto nº 4.887 foi feita a partir de um grupo de trabalho robusto, composto por representantes de vários ministérios do governo federal da época, autarquias como o INCRA e a FCP, especialistas da academia, antropólogos e juristas, além dos próprios quilombolas – estes possuíam três cadeiras asseguradas neste grupo de trabalho, preenchidas por representantes da CONAQ⁹⁰. A existência deste grupo de trabalho atendia a reivindicações antigas do movimento quilombola, que percebia várias limitações no decreto anterior que regulamentava a titulação⁹¹, e também questionava sobre a legitimidade de a FCP responder pela titulação de territórios quilombolas ao invés do próprio INCRA, que é o instituto responsável pela execução da reforma agrária no Brasil (SOUSA, 2016; CARVALHO, 2016).

⁸⁹ Citação muito referida, retirada do texto “Em Defesa Da Sociedade” (FOUCAULT, 2005, p. 22).

⁹⁰ O Decreto de 13 de maio de 2003, que instituí o referido grupo de trabalho, está disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2003/Dnn9878.htm>. Acessado em 29 de agosto de 2017.

⁹¹ O decreto era o nº 3.912, de 10 de setembro de 2001, elaborado no governo Fernando Henrique Cardoso. Atualmente está revogado, mas pode ser consultado no seguinte endereço: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3912.htm>. Acessado em 29 de agosto de 2017.

Para que não percamos de vista o ano de 2003, quando é instituído o grupo de trabalho, esse será o ano das primeiras visitas de antropólogos à comunidade Carrapatos da Tabatinga. A discussão sobre os direitos das comunidades quilombolas será então do conhecimento de Dona Sebastiana, de Sandra e seus parentes. Em consequência das discussões feitas nacionalmente, alguns estados começarão a se articular no sentido de identificar e instrumentalizar as comunidades quilombolas sobre seus direitos específicos; é nesse contexto que surge a Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais, N'GOLO, tendo Sandra participado de sua formação e entrado para o movimento quilombola a partir deste momento.

De volta à política nacional, a despeito da intensa discussão feita entre os componentes do grupo de trabalho, o PFL/DEM ajuizou em 25 de junho de 2004 a ação de inconstitucionalidade, requerendo a suspensão da eficácia do decreto nº 4.887, uma ação de judicialização contra uma política pública (PRIOSTE & ARAÚJO, 2015, p. 1). Para justificar o pedido de suspensão do decreto, o partido se utiliza de argumentos que colocam questões de segurança nacional e acusações de ilegalidade circundando o ato presidencial e os reconhecimentos de quilombos dele decorrentes. Há, em verdade, no pedido do DEM interpretações da lei e discursos acionados com o desejo de constituírem verdades.

O primeiro tema a ser questionado no pedido do DEM diz respeito à identidade destes sujeitos de direito. Para isso, o partido indica o art. nº 2 e o § 3º do decreto como alvo de seus questionamentos. Ambas as partes estão destacadas em negrito na citação do decreto acima.

Quem seriam estes, nas palavras da ADI, “*pretensos remanescentes*” das comunidades dos quilombos? Como os reconhecer e, assim, legitimar seus direitos? Estas perguntas ativam uma série de discussões que irão colocar em suspeição, por parte do DEM, a metodologia de reconhecimento das comunidades quilombolas e a própria identidade étnica destas pessoas.

Para que se desenvolva o processo de titulação dos territórios quilombolas, o primeiro procedimento indicado pelo decreto nº 4.887 é a autoatribuição. É necessário que os grupos interessados se autorreconheçam como pertencentes a esta categoria étnico-política de sujeito de direito. Após o autorreconhecimento, uma série de medidas devem ser seguidas até que se reconheça a titularidade das terras coletivas. Mesmo esta instância

aparentemente autônoma de reclamo à identidade deve passar por certificação do Estado.

A fim de que seja ativado o processo de identificação, delimitação e demarcação de seus territórios, as comunidades quilombolas devem possuir uma *certidão* de autoatribuição, emitida por um órgão do Estado, que, no caso, é a Fundação Cultural Palmares. Para que a certidão seja emitida, uma série de procedimentos devem ser respeitados pela comunidade quilombola requerente, entre eles, o envio de uma ata de reunião na qual deve ser comprovada, através de assinatura nominal, a presença do maior número de representantes da comunidade possível, declarando-se quilombolas e requerendo à FCP a certificação⁹². A certidão dos Carrapatos da Tabatinga, por exemplo, foi emitida no ano de 2008.

Tratando-se de uma política de governo de populações, o reconhecimento da identidade destas comunidades não poderia estar livre de um aparelhamento de Estado que o controlasse e gerenciasse. Embora o critério seja a autoidentificação do grupo, para que seja obtida a certidão emitida pela FCP, as comunidades quilombolas têm de cumprir uma série de protocolos.

Ainda assim, o DEM persistiria com desconfiança em relação à metodologia de governo e às pessoas interessadas em acessar tal política. Eis alguns pontos da ação de inconstitucionalidade movida pelo partido:

(...) O texto regulamentar resume **a rara característica** de remanescentes das comunidades quilombolas **numa mera manifestação de vontade** do interessado.

(...)

Não seria razoável determina-los mediante critérios de autossugestão, **sob pena de reconhecer o direito a mais pessoas do que aqueles efetivamente beneficiados pelo art. 68** do ADCT e realizar, por vias oblíquas uma reforma agrária *sui generis*.

(...)

Decorre em *periculum in mora*, na hipótese, do iminente reconhecimento por parte da administração federal de passar a reconhecer a **supostos remanescentes de comunidades quilombolas** a propriedade de terras em que os quilombos teria se desenvolvido. (ADI 3.239/2004).

92 A portaria nº 98 da Fundação Cultural Palmares, emitida em 2007, é o documento que regulamenta estes procedimentos. Está disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/file/2010/11/legis21.pdf>> Acessado em 29 de agosto de 2017.

Ao longo da ADI, o partido cita por diversas vezes alguns trechos do decreto nº 4.887 que se referem à autodefinição. No entanto, não cita em momento algum a existência da Fundação Cultural Palmares como elemento balizador deste reconhecimento identitário.

A partir desta tática de exposição do partido podemos apreender algumas de suas estratégias. Destaco duas: a primeira é um jogo de destacar e obscurecer, aplicado neste caso ao fato de evidenciar a autoatribuição como um procedimento de reconhecimento de identidade e, ao mesmo tempo, encobrir a existência de uma instância de governo responsável por sua regulamentação, a FCP. Ao proceder desta maneira, o DEM propala a imagem de um Estado imprudente, que agiria de maneira leviana quanto a um assunto que tem a ver não só com a identidade de um grupo, mas também com a história “oficial” do país e com a identidade nacional.

A segunda jogada dessa investida contra a autodefinição atua no sentido de alardear ao Estado uma situação de perigo. Ao referir-se aos reclamantes da identidade quilombola através de adjetivos como “pretensos”, “supostos” e “interessados”, o DEM dá a entender que o Estado se encontra numa situação de risco em relação a estes sujeitos. Com esta atitude, a questão se polariza. Criam-se personagens: “eles”, os pretensos e interessados; e “nós”, os verdadeiros e proprietários. Cria-se também um objeto de disputa: as terras; mas não somente elas, toda a organização moral e social baseada na propriedade privada encontra-se em risco, pois, de acordo com o DEM, o risco de se fazer “*por vias oblíquas uma reforma agrária sui generis*” (ADI 3.239, 2004, p. 9) é evidente no decreto que regulamenta os direitos desses “outros”.

Não seria demasiado forçado afirmar que, antes do artigo nº 68 e do decreto nº 4.887, as comunidades quilombolas eram inexistentes para a política social brasileira. Não havendo na Constituição nenhuma lei ou norma que se direcionasse diretamente a estas comunidades, pode-se dizer que o Estado praticamente as desconhecia. Como alerta Foucault: “*O que se deve fazer para enfrentar antecipadamente o que não se conhece com exatidão? A ideia é simplesmente utilizar as margens...*” (FOUCAULT, 2008, p. 25). Às margens da lei e às margens do território, as comunidades quilombolas foram – como ainda têm sido – expostas a uma situação de morte.

O governo de populações, como explica Foucault, é aquele que possui, entre as

formas de poder, a capacidade de fazer viver ou deixar morrer. Todas as ações, ou inações, que não deixam de ser atitudes de governo, são calculadas mediante uma economia política. Assim, a titulação dos territórios das comunidades quilombolas já se mostrava uma política custosa para o Estado. Estrategicamente, deixá-las morrer seria menos oneroso.

É claro, por tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte, ou pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição etc. (FOUCAULT, 2005. p. 306).

Além dos questionamentos quanto à autenticidade da identidade da população quilombola, a Ação Direta de Inconstitucionalidade questiona também a forma de identificação, delimitação e titulação dos territórios a serem reconhecidos como propriedades coletivas desta população. Utilizando-se da linguagem do direito – que há que se destacar, é um instrumento importante nessa silenciosa guerra política –, a ADI buscará, mais uma vez, desqualificar os métodos propostos pelo decreto nº 4.887. A investida recai contra uma das metodologias aplicadas para o reconhecimento do território tradicional ocupado pelas comunidades, que se baseia na memória coletiva de cada grupo para identificar as áreas utilizadas por estes para sua *reprodução física, social, econômica e cultural* (§ 2º do Decreto nº 4.887/2003). O DEM não deixa de indicar as comunidades quilombolas como “*interessadas*” no caso, desacreditando a metodologia e, mais uma vez, colocando-se numa postura de suspeição contra as comunidades.

Já foram analisados até aqui os argumentos de suspeição contra as comunidades quilombolas levantados pela ADI 3.239; passa-se a analisar outra frente de ataque empreendida pela ADI. Esta se refere à legalidade e procedência jurídica das cláusulas propostas pelo decreto 4.887. Neste momento, a estratégia está baseada na arte de conhecer e manobrar as leis e, assim, construir e desconstruir discursos de verdade.

Como esclarece Foucault, nas sociedades de governo de populações, vivemos em um triângulo que relaciona poder, direito e verdades. Efeitos de verdade produzem poder, e o direito é o mecanismo através do qual tais efeitos são construídos. O direito é também o campo de batalha no qual os efeitos de verdade são colocados em confronto. No caso da ADI 3.239, é possível analisar de maneira clara alguns movimentos dessa disputa.

Consta do art. 68 da Constituição Federal de 1988 que as comunidades quilombolas terão suas terras reconhecidas como propriedades definitivas, no entanto, não estão descritos os procedimentos para o reconhecimento destas terras. O decreto nº 4.887/2003 irá estabelecer (15 anos depois do ato constitucional) quais medidas deverão ser tomadas para os diversos casos de reconhecimento e titulação das terras consideradas de propriedade das comunidades quilombolas. Entre estes procedimentos encontra-se a desapropriação de certos imóveis quando estes incidirem sobre os territórios identificados como pertencentes aos quilombos. É justamente sobre o procedimento de desapropriação que irão recair as acusações de ilegalidade feitas pela ADI 3.239.

O procedimento de desapropriação está previsto no decreto nº 4.887, para casos em que os territórios das comunidades quilombolas estejam localizados em terras que possuam registro de propriedade particular nas mãos de terceiros. Este procedimento torna-se indesejado pelo proponente da ADI porquanto ameaça a propriedade particular, um bem precioso em nossa sociedade de moral individualista e capitalista. O decreto nº 4.887 abre a possibilidade de acontecerem inversões nas relações de poder; assim, aqueles que estiveram ocupando os territórios reconhecidos às comunidades quilombolas, por imperativo de lei, terão de se retirar. Diante deste instrumento de mudança e reparação sobre a posse da terra, o partido proponente e seus aliados⁹³ buscaram interpretações jurídicas para argumentar contrariamente ao procedimento:

Nos termos da dicção constitucional é reconhecida propriedade definitiva. Ou seja, **não há que se falar em propriedade alheia a ser desapropriada** para ser transferida aos remanescentes de quilombos, muito menos em promover despesas públicas para fazer frente a futuras indenizações.

(...)

Sendo propriedade, desde a promulgação da Constituição, dos remanescentes, **incorre em vício de inconstitucionalidade qualquer norma que determine a expropriação das áreas**, bem como o uso de recursos públicos, para a transferência posterior aos titulares do direito originário de propriedade definitiva.

Ademais, **a pretensa desapropriação a que se refere o dispositivo regulamentar não se enquadra em nenhuma das modalidades a que se refere o art. 5º, XXIV, do texto constitucional**, bem como não se enquadra em nenhuma das leis que a regem. (ADI 3.239/2004).

⁹³ Os aliados declarados do PFL/DEM nesta Ação Direta de Inconstitucionalidade são: o Estado de Santa Catarina; a Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; a Confederação Nacional de Indústrias – CNI; a Associação Brasileira de Celulose e Papel – BRACELPA; e a Sociedade Rural Brasileira. Todos estão inscritos no processo como *amici curiae* do PFL. (PRIOSTE & ARAÚJO, 2015, p. 1).

Neste caso, a estratégia adotada pelo partido requerente da ADI é demonstrar a inviabilidade jurídica de se praticarem as desapropriações. Para isso, utiliza-se de uma leitura particular sobre o texto constitucional e sobre o artigo nº 68, ressaltando a debilidade do decreto nº 4.887 quanto a esta questão. A ADI acusa o decreto de pelo menos três impropriedades:

1- criar uma situação não prevista, a desapropriação;

2- sobrepor indevidamente o decreto ao artigo e à própria Constituição, incorrendo em vício;

3- tratar de assunto não previsto em lei, portanto não regulamentável.

A argumentação do DEM não é necessariamente coerente; em alguns momentos sua interpretação soa quase como uma distorção, tanto do texto constitucional quanto do decreto nº 4.887. No entanto, nestes jogos de discursos, a coerência não é o que mais importa; o objetivo é que os argumentos tenham *efeitos de verdade*, e não a verdade em si. O que está em xeque nesta *guerra por outros meios* é a posse e a manutenção de situações de poder. Nesta guerra constante, o direito é um cavalo de batalha largamente utilizado por todos os interessados.

O poder não para de questionar, de nos questionar; não para de inquirir, de registrar; ele institucionaliza a busca da verdade, ele a profissionaliza, ele a recompensa. Temos de produzir a verdade como, afinal de contas, temos de produzir riquezas, e temos de produzir a verdade para poder produzir riquezas. (FOUCAULT, 2005, p. 29).

3.3.1 Dormindo de olhos abertos

O Partido da Frente Liberal – PFL deu entrada com o pedido de Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 3.239 ao STF em 2004. No entanto, esta ação aguardaria oito anos para que houvesse o primeiro parecer quanto à sua viabilidade e procedência. Neste ínterim, o PFL mudou de nome e tornou-se o DEM – Democratas. Além da sigla, o partido renovou também seu presidente em 2007, entretanto, não chegou a passar por grandes reestruturações internas, mantendo seu posicionamento ideológico aliado ao liberalismo e seu posicionamento político localizado junto aos partidos de direita.

Em abril de 2012, o STF se reuniu pela primeira vez para emitir um posicionamento quanto ao pedido. Na época, o primeiro relator responsável por emitir sua análise e voto foi o ministro Cesar Peluso, que se aposentaria naquele ano e teria o julgamento da ADI 3.239 como sua última ação como ministro e presidente do STF.

Em resposta à marcação do julgamento, os quilombolas se articularam para estar em Brasília durante a votação. Sandra se lembra que muitas ações de mobilização já foram feitas até o momento contra a ADI 3.239.

É, a ADIN tá desde 2004 lá pra ser julgada. Por isso que toda vez que fala que vai julgar a ADIN, a gente mobiliza todo esse trabalho, vai lá e faz. A gente arruma uma correria, arruma ônibus, leva gente. Nós já fizemos marcha quilombola, já fizemos uma ocupação no INCRA nacional muito grande. Do INCRA nós fomos lá pro STF; nós já fizemos umas três/quatro grandes mobilizações de levar muitos quilombolas a Brasília. (Sandra).

No julgamento de 18 de abril de 2012, o ministro Cesar Peluso votou favoravelmente ao pedido do partido DEM e considerou *a inconstitucionalidade formal – e ainda material, no tocante a alguns dispositivos – do Decreto 4.887/2003.*⁹⁴

Os argumentos apresentados por Peluso corroboram aqueles apresentados pela ação do partido. Em seu voto, o ministro ajuíza o decreto como inconstitucional formal e materialmente, o que significa que impugna seu conteúdo e existência; contesta a definição de quilombo nele presente, dando a entender que os trabalhos de juristas e antropólogos que colaboraram para a definição existente no decreto não deveriam ser considerados para tal regulamentação; e por fim, estabelece um marco temporal para regular sobre a legitimidade da posse daqueles que estiverem ocupando os territórios. Para Peluso, somente teriam direito aos territórios tradicionais aqueles quilombolas que os estivessem ocupando em 1888, ano da abolição formal da escravidão.

Observemos algumas passagens do voto do ministro:

⁹⁴ Citação do voto do Ministro César Peluso retirada do documento de voto da Ministra Rosa Weber, de março de 2015.

Já no que tange ao conceito de quilombos, é de se ter presentes que as muitas acepções que o termo admite são determinadas por alguns fatores, tais quais, época, ponto de vista sociopolítico e a área do conhecimento daqueles que lidam com o tema. (...) Reafirmo que os respeitáveis trabalhos desenvolvidos por juristas e antropólogos, que pretendem ampliar e modernizar o conceito de quilombos, guardam natureza metajurídica e por isso não têm, nem deveriam ter, compromisso com o sentido que apreendo ao texto. (PELUSO, 2012, p. 40 apud PRIOSTE, 2016, p. 114).

(...) aqueles que, tendo buscado abrigo nesses locais (quilombos), antes ou logo após a abolição, lá permaneceram até a promulgação da Constituição de 1988. No que respeita ao ano de 1888, não se deve emprestar rigor às situações que se constituíram depois do mês da abolição, dadas as dificuldades de comunicação que marcavam esse século. (...) Firma-se o ano de 1888 e não o dia 13 de maio de 1888 (PELUSO, 2012, p. 39-40 apud PRIOSTE, 2016, p. 119).

As considerações do ministro vão além da matéria técnica do decreto. Este ainda faz críticas ao embasamento político-ideológico que sustenta a existência da política de regularização fundiária voltada a populações quilombolas. No entender do ministro, os direitos quilombolas estariam causando conflitos no campo e a culpa por estes conflitos seria das políticas voltadas à construção de justiça social.

(...) não posso, todavia, furtar-me a sopesar, com igual atenção, o crescimento dos conflitos agrários e o incitamento à revolta que a usurpação de direitos de decorrente pode trazer se já a não trouxe. *É que o nobre pretexto de realizar justiça social, quando posto ao largo da Constituição, tem como consequência [sic] inevitável a desestabilização da paz social, o que o Estado de direito não pode nem deve tolerar. Antes, deve afastar.* (PELUSO, 2012, p. 20-21 apud PRIOSTE, p. 120, grifos meus).

Foi o decreto nº 4.887, que o Presidente Lula assinou em novembro de 2003, que determinou essa absurda reivindicação e os conflitos sociais por ela gerados, em várias regiões do Brasil. (PELUSO, 2012, p. 50 apud GOMES, 2016, p. 162).

O ministro César Peluso, ao proferir voto indicando culpabilidade por qualquer tipo de conflito agrário àqueles que agiram com a intenção de assegurar direitos e condições de vida digna para os quilombolas, pessoas que têm sua vida marcada pela histórica assimetria racial, econômica e de classe do país, parece não conhecer a realidade social sobre a qual sua opinião tem o peso de sentença. Soa especialmente desolador que uma constatação

feita por Clóvis Moura em 1986, ainda hoje, na segunda década dos anos 2000, tenha atualidade e reflexo sobre o voto do ministro e sua particular interpretação:

*Fizemos a independência conservando a escravidão e fizemos a abolição conservando o latifúndio. Nessas duas fases de mudança não se desarticulou aquilo que era fundamental. Conservaram-se aquelas estruturas arcaicas que impediam um avanço institucional maior. E, com isso, ficamos com uma lacuna, um vácuo social, político, econômico e cultural que não foi preenchido até hoje. Por isto temos ainda atrasos seculares relevantes que continuam influenciando em grandes camadas de nossa população. (MOURA, 1989, p. 24, introdução escrita em 1986 para o livro *Rebeliões da Senzala*, grifos do próprio autor).*

Sandra e outros companheiros quilombolas estavam presentes no julgamento do STF daquele 18 de abril de 2012. A quilombola lembra que ela e seus companheiros foram instruídos a não se manifestar enquanto estivessem na plenária. O julgamento deveria prosseguir com o rigor do STF, que não permite intervenções daqueles que não estão inscritos para proferir fala. Desta maneira, por horas, Sandra ouviu as defesas dos advogados de ambas as partes, de outros inscritos e, por fim, a sentença do ministro, que acatava o pedido do DEM e se posicionava pela inconstitucionalidade do decreto.

A ADIN é uma peleja, é luta de dez anos... É um desespero. A penúltima vez a gente achou que iria ganhar, aí aquele maldito deu o voto contrário pra nós. Esse homem tava saindo e falou que antes que saísse ia votar, aí pronto, votou, né? Aí danou-se, nós ficamos 1 a 0.

(...)

A gente tem que ficar só olhando. Calado. Não pode chorar, não pode rir, não pode gritar, não pode fazer nada. Mas no dia que aquele homem deu o voto contrário, nós choramos sim. Eles falaram: “Não pode chorar aqui não” Ah,, não pode chorar... Ah, não pode... Pode sim! Nossa Senhora, eu abri um buêro, um buê... eu chorei lá dentro. Ai que ódio daquele homem, aquele traste. Nossa... ô gente... O Bico⁹⁵ gritava, e não podia gritar, ah, mas nós gritamos... não... esse vagabundo... Mas não... foi muito duro. Esse dia foi horrível. Nós saímos de lá em prantos. Eu chorava, chorava, chorava... todo o mundo chorando. Nós levamos bastante gente... Eles: “Calma, gente, a batalha não tá perdida ainda não, é um voto só...”. Mas eu falei: “Ele não podia fazer uma coisa dessas”. Foi triste, esse dia foi muito triste.

Após as considerações de César Peluso, a próxima parecerista a se pronunciar sobre o caso seria a ministra Rosa Weber. Como indica em sua declaração de voto, proferida em 25 de março de 2015, na época da primeira audiência, ela já possuía um voto preparado; no

⁹⁵ Denildo Rodrigues de Moraes, conhecido como Bico, é uma liderança quilombola da comunidade de Ivaporanduva, estado de São Paulo; é também integrante da CONAQ.

entanto, dado o posicionamento do ministro Peluso, preferiu pedir vista ao processo. Sandra se lembra de que os quilombolas, mais uma vez, fizeram a peregrinação pelo STF, batendo de porta em porta nos gabinetes dos ministros, em um “*trabalho de formiguinha*” para tentar, em audiência com estes juízes, convencê-los a votar favoravelmente à causa quilombola. Segundo Sandra, os quilombolas conseguiram conversar com a ministra Rosa Weber e com o ministro Ricardo Lewandowski pouco tempo antes do julgamento.

Após a ministra Rosa Weber fazer o pedido de vista, o ministro Cesar Peluso ainda teceu algumas considerações e consultou outros colegas sobre o adiamento ou não do julgamento. Alguns dos que se manifestaram foram o ministro Gilmar Mendes, que defendia a continuidade do julgamento; o ministro Luiz Fux, que defendia a improcedência do julgamento devido ao baixo número de ministros presentes na casa naquele dia; e o ministro Ricardo Lewandowski, que, seguindo o argumento de Fux sobre o baixo quórum, ponderou que naquele mesmo dia, em poucas horas, haveria a posse da ministra Carmem Lúcia como presidente do Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Carmem Lúcia seria a primeira mulher a presidir o TSE. Diante dos posicionamentos dos colegas, o ministro Cesar Peluso encerrou seu último julgamento no STF, determinando o adiamento da pauta⁹⁶.

Entre o pedido de vistas da ministra e a marcação de um novo julgamento, haveria um espaço de tempo de três anos. Enquanto isso, o decreto nº 4.887 continuaria em vigor, embora a efetiva titulação dos territórios quilombolas não fosse sentida como uma prática de governo executada às largas; a morosidade tornou-se marca registrada da política de titulação destes territórios⁹⁷. Mais uma vez, o Estado opera através de inações perigosas que têm como resultado “deixar morrer” certa parcela da população.

Em 25 de março de 2015, o julgamento voltaria a ser pautado pelo STF, tendo a ministra Rosa Weber como a primeira ministra a proferir seu voto. É importante destacar

⁹⁶ O julgamento da ADI 3.239, de 18 de abril de 2012, pode ser visto na internet, no canal do YouTube do STF. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZV94XhbFV6s>>, voto do ministro César Peluso; <<https://www.youtube.com/watch?v=C9JljtwpSE>>, defesa da procuradora Deborah Duprah, do MPF. Acessado em 25 de agosto de 2017.

⁹⁷ De acordo com um levantamento feito pelo advogado Fernando Prioste, especialista em direito socioambiental, a persistir o mesmo ritmo em relação à titulação dos territórios quilombolas, seriam necessários 970 anos para que fossem tituladas todas as comunidades de que o Estado tem conhecimento através das certidões emitidas pela FCP (PRIOSTE, 2016, p. 106). O Instituto Sócio Ambiental – ISA, em matéria publicada sobre o tema, pondera ainda que 970 anos significam mais de três vezes o tempo que durou a escravidão formal no país. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-o-governo-dilma-fez-e-nao-fez-pelos-territorios-quilombolas>>. Acessado em 29 de agosto de 2017.

que a convocação desta reunião causou bastante agitação entre aqueles que acompanham o assunto. A sensação que se transmitia era de que este pronunciamento da ministra traria de um posicionamento definitivo do Estado em relação ao Decreto nº 4.887 e por isso era necessário que todos estivessem atentos.

Para se ter uma ideia do número de pessoas que acompanham os vozes⁹⁸ desse julgamento de ação, é importante citar que o processo conta com quase vinte instituições representativas das causas dos direitos humanos atuando como *amici curiae*⁹⁹ favoráveis ao decreto. Esta grande quantidade de *amici curiae* ao lado da constitucionalidade do decreto indica que nesta guerra deflagrada pelo DEM, as comunidades quilombolas encontraram aliados que também sabem manejar as armas do direito com as quais está sendo travada a disputa.

O voto da ministra Rosa Weber conta com mais de cinquenta páginas de argumentação. Nestas, a ministra apresenta sua leitura para o caso, tratando pontualmente cada acusação feita no pedido de Ação Direta de Inconstitucionalidade apresentado pelo DEM.

A ministra irá utilizar em seu voto estudos históricos e antropológicos para contra-argumentar quanto à posição de desconfiança em relação à identidade e autodefinição das comunidades quilombolas. Baseou-se em estudos constitucionais de vanguarda para demonstrar que a metodologia da autodefinição é uma medida adotada por países que se reconhecem plurais, como o Brasil, nas situações de reconhecimento de propriedade aos sujeitos coletivos de direito, entre eles, grupos étnicos como os quilombolas. Como ilustração, a ministra fez referência direta às constituições da Colômbia e do Equador e seus artigos que dizem respeito às comunidades étnicas afro-latinas, além de citar situações ocorridas entre os Estados da Nicarágua e do Suriname na Corte Interamericana de Direitos Humanos, nas quais estes países foram aconselhados a legislar positivamente sobre casos envolvendo comunidades étnicas afro-latinas, no caso, as comunidades *marrons* e seus territórios tradicionais.

⁹⁸ Expressão retirada de uma tática do jogo de xadrez, na qual o jogador prepara de maneira demorada, e desde o fundo do tabuleiro, uma ofensiva contra o adversário da qual é difícil escapar.

⁹⁹ “Amigo da Corte”. Intervenção assistencial em processos de controle de constitucionalidade por parte de entidades que tenham representatividade adequada para se manifestar nos autos sobre questão de direito pertinente à controvérsia constitucional. Não são partes dos processos; atuam apenas como interessados na causa. (Definição retirada do *site* do STF.)

E a adoção da autoatribuição como critério de determinação da identidade quilombola em absoluto se ressentem, a meu juízo, de ilegitimidade perante a ordem constitucional. Assumindo-se a boa-fé, a ninguém se pode recusar a identidade a si mesmo atribuída – e para a má-fé o direito dispõe de remédios apropriados. Logo, em princípio, ao sujeito que se afirma quilombola ou mocambeiro não se pode negar o direito de assim fazê-lo sem correr o risco de ofender a própria dignidade humana daquele que o faz.

(...)

Recusar a autoidentificação implica converter a comunidade remanescente do quilombo em gueto, substituindo-se a lógica do reconhecimento pela lógica da segregação.

(...)

A destacar, ainda, a incorporação, pelo Estado brasileiro, a seu direito interno da **Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, de 27.6.1989**, aprovada pelo **Decreto Legislativo 143/2002** e ratificada pelo **Decreto 5.051/2004**, que consagrou a “consciência da própria identidade” como critério para determinar os grupos tradicionais – indígenas ou tribais – aos quais aplicável, enunciando que **nenhum Estado tem o direito de negar a identidade de um povo indígena ou tribal que se reconheça como tal**. (WEBER, 2015, p. 34, 36 e 38. Grifos da ministra).

Sobre as acusações de inconstitucionalidade feitas pelo DEM em relação ao decreto nº 4.887 e as ações previstas de desapropriação de terceiros em área quilombola, a ministra pondera que é dever do Estado e dos operadores de direito agirem sempre no sentido de garantir “*máxima eficácia*” para os sujeitos de direito que estejam protegidos pelas leis. Reconhece que o direito funciona mediante interpretações, mas reforça que estas devem ser razoáveis em relação à realidade social na qual são aplicadas.

Não é demais lembrar que, diante de norma constitucional assim qualificada, recomenda a doutrina se evite “método interpretativo que reduza ou debilite, sem justo motivo, a máxima eficácia possível dos direitos fundamentais”.

(...)

Em qualquer hipótese, é obrigação do Estado agir positivamente para alcançar o resultado pretendido pela Constituição, ora por medidas legislativas, ora por políticas e programas implementados pelo Executivo, desde que apropriados e bem direcionados. No contexto dos **direitos fundamentais compreendidos como um sistema** é exigência constitucional que “para serem **razoáveis**, medidas não podem deixar de considerar o grau e a extensão da privação do direito que elas se empenham em realizar”, conforme assentou a Corte Constitucional da África do Sul no julgamento do caso *Governo da República da África do Sul e outros vs. Irene Grootboom e outros*, verdadeiro divisor de águas no constitucionalismo contemporâneo. (WEBER, 2015, p. 17 e 19. Grifos da ministra).

A ministra ainda irá defender que a busca por justiça social é um pacto firmado pelo Estado, prescrito na Constituição Federal. Explica que o reconhecimento dos direitos dos quilombolas e as ações de reparação no sentido de garantir-lhes a vida digna em seus territórios constituem dever do Estado, e não somente prática de governos, como dá a entender o voto anterior do ministro Peluso.

Reconhecimento e distribuição, portanto, seriam os dois **vetores da busca da justiça social na sociedade contemporânea**.

(...)

Da ótica de uma **Constituição comprometida com a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e com a redução das desigualdades sociais, consoante o art. 3º, I e III**, da Lei Maior, não se mostra, portanto, adequado abordar a "questão quilombola" sem atentar para a necessária conciliação entre "reconhecimento cultural e igualdade social de forma a que sustentem um ao outro, ao invés de se aniquilarem (pois há muitas concepções concorrentes de ambos)" (...) (WEBER, 2015, p. 33).

A ministra prossegue sua argumentação mencionando ponto a ponto cada discordância interpretativa em relação ao pedido do DEM. Com base em outros argumentos jurídicos, demonstra o quanto a leitura do DEM está equivocada, e conclui que não há motivos para votar a favor da inconstitucionalidade do decreto nº 4.887. O voto da ministra considerará, portanto, a ADI 3.239 improcedente.

Caso o voto da ministra fosse considerado a última jogada dessa *guerra por outras vias*, o decreto nº 4.887 sairia vitorioso e o direito das populações quilombolas estaria assegurado. No entanto, como antecipado, trata-se de um contexto de disputas sem tréguas.

Logo após o voto da ministra, outro jurista do STF iria interromper o processo mais uma vez. O ministro Dias Toffoli adiantou-se às falas de outros ministros que, por ordem da casa, estariam à sua frente e anunciou que pediria vista do processo. O então presidente do STF, Ricardo Lewandowski, mostrou-se um pouco surpreso, elogiou o voto da ministra Rosa Weber e disse que também já teria o seu próprio voto preparado, mas, “*em respeito à tradição da casa*”, iria acatar o pedido de vista do ministro Toffoli, dando por encerrada a sessão.

– *Senhor presidente, sem prejuízo com relação aos colegas que votam antes, no caso o ministro Teori não vota por que já há o voto do ministro Peluso, mas o ministro Barroso e o ministro Fux, sem prejuízo de vossa excelência querendo fazer a manifestação na ordem, mas eu já adianto que eu vou pedir vistas, senhor presidente.* (Ministro Dias Toffoli).

– Ah... pois não... eu inclusive, ministro Toffoli, eu iria adiantar o meu voto, por que eu tenho uma viagem marcada (...) mas se vossa excelência já pede vista antecipado, eu não disparei meu voto... está pedindo vista?” (Ministro Ricardo Lewandowski).

– É, eu peço vista. (Ministro Dias Toffoli).

(Transcrição feita a partir da gravação do julgamento disponível no canal de YouTube do STF).

Outros ministros, como o ministro Roberto Barroso, que, seguindo a ordem, seria o próximo a votar, elogiaram o voto da ministra Weber. O ministro Barroso chegou a declarar que acompanharia o voto da ministra.

Fiquei impressionadíssimo com o belíssimo voto da ministra Rosa Weber e me sentia propenso a acompanhá-lo, mas, diante do pedido de vistas do ministro Toffoli, também eu penso que seja próprio aguardar.

(Ministro Roberto Barroso. Transcrição feita a partir da gravação do julgamento disponível no canal de YouTube do STF).

Diante do pedido do ministro Dias Toffoli, os outros ministros ficaram impedidos de revelar seus votos naquele dia. Por fim, o presidente do STF declarou suspenso o julgamento¹⁰⁰.

Ai, ai! Todo mundo ia seguir o voto dela, ele foi e arreventou com nós. Ai, a gente tinha que ficar caladinha lá, mas que vontade de avançar nele! Ele fez isso pra nada, só pra segurar mesmo, porque todos os ministros iam seguir o voto dela. O Marco Aurélio, o Lewandowski.... O Lewandowski até falou: “Como é que você me pede vista antes?!”. Ele passou na frente de todo mundo. “Você não era o primeiro pra votar”. Foi, ele ficou bravo. (Sandra).

Mais uma vez o julgamento da ADI 3.239 seria adiado. A data de julgamento da ADI é sempre imprevisível, por isso os quilombolas mantêm-se em constante alerta sobre o tema. Em 29 de junho de 2017, o STF divulgou em sua agenda uma nova data para o julgamento. Este aconteceria no dia 16 de agosto, tendo os quilombolas o período de um mês e meio para se organizar e, mais uma vez, ocuparem Brasília e se fazerem presentes na sessão do julgamento.

¹⁰⁰ A sessão de julgamento da ADI 3.239, de 25 de março de 2015, pode ser vista nos seguintes endereços: <<https://www.youtube.com/watch?v=x7eV3fA6XTg>>; <<https://www.youtube.com/watch?v=DONGiAFIDjA>>. Acessado em 25 de agosto de 2017.

Foi lançada uma campanha nas redes sociais chamada *O Brasil É Quilombola*, com um abaixo-assinado *on-line* onde as pessoas assinariam a petição que seria enviada ao STF. Esta campanha teve uma boa repercussão nacional; os quilombolas conseguiram protocolar junto ao STF um dia antes do julgamento o abaixo-assinado com mais de 70 mil assinaturas. Muitas caravanas de diversos quilombos do país se articularam para estar em Brasília entre os dias 14 e 16. Chegaram mais de 3 mil quilombolas à cidade, para se manifestarem em frente ao STF, segundo levantamento da CONAQ .

Lideranças de todas as regiões do país se faziam presentes. Além de se manterem em vigília na porta do STF durante a noite antecedente ao julgamento, os quilombolas teriam de estar em peso na portaria do Supremo Tribunal no dia 16 de agosto, fortalecendo os companheiros que entrariam para acompanhar a sessão e pressionando visualmente os ministros quanto às consequências que seus votos poderiam ter para a vida das comunidades quilombolas de todo o país.

Entre os quilombolas, a sensação era de incerteza. Não havia previsões de como votariam os ministros. Foram solicitadas anteriormente audiências com todos os ministros do STF, porém somente alguns os atenderam; mesmo assim, não declararam seus votos. No dia 16 de agosto, pela manhã, quando alguns quilombolas já estavam na porta do STF e outros, como Sandra, se preparavam para ir à audiência, recebeu-se a notícia de que o julgamento da ADI 3.239 teria de ser adiado mais uma vez, pois, por motivos de saúde, o ministro Dias Toffoli não poderia comparecer. Inicialmente, na CONAQ, onde eu estava acompanhando Sandra, a sensação foi de alívio, e até mesmo de comemoração.

Mais tarde as lideranças se despediram das caravanas de seus estados e iriam se reunir na sede da Coordenação Nacional para conversarem sobre os acontecimentos daquele dia e suas possíveis implicações. Ninguém é capaz de prever quando será marcado o próximo julgamento, nem mesmo o voto de cada ministro do Supremo; enquanto isso, toda sorte de parcerias e proteções têm sido feitas do lado quilombola.

O dia 16 de agosto, além de ser a data do julgamento, era também o dia de São Roque, tido em algumas casas de Umbanda e Candomblé como o orixá Omulu¹⁰¹. Omulu é quem livra e traz as doenças para o mundo; se houve alguma interferência do orixá sobre

¹⁰¹ Também festejado no dia 17 de dezembro, dia de São Lázaro. Alguns templos de matriz afro-religiosa diferenciam os orixás Obaluê e Omulu, festejando o primeiro em 17 de dezembro e o segundo em 16 de agosto. Quanto a isso existem muitas variações, a depender da casa.

o julgamento, não saberíamos dizer. Naquela noite de 16 de agosto, estive conversando com Ivo Fonseca, liderança quilombola do Maranhão, pertencente ao quilombo de Frechal e um dos fundadores da CONAQ. Ivo me revelou que, antes de vir para Brasília, quando estava em seu trabalho no Centro de Cultura Negra do Maranhão – CCN, ele e outros companheiros quilombolas haviam preparado um pedido para a entidade da Negra Anastácia¹⁰², a fim de que ela ajudasse seu povo quilombola nesta batalha que enfrentariam. O pedido foi colocado num ponto da sede do CCN, assentado por Pai Euclides Talabyan, reverenciado pai de santo do Maranhão, fundador da Casa Fanti Ashanti, da nação Jeje-Nagô e Mina.

Ivo trazia consigo uma cópia do pedido, que estava levando para todos os lugares por onde andasse em Brasília, inclusive no STF. Gentilmente, Ivo me cedeu o pedaço de papel onde estava transcrito o pedido; disse que poderia ficar comigo, que não era um segredo, e sim um cuidado. É com cuidado, e por entender que algumas palavras tornam-se mais fortes quanto mais são conhecidas, que compartilho aqui o pedido feito à Negra Anastácia.

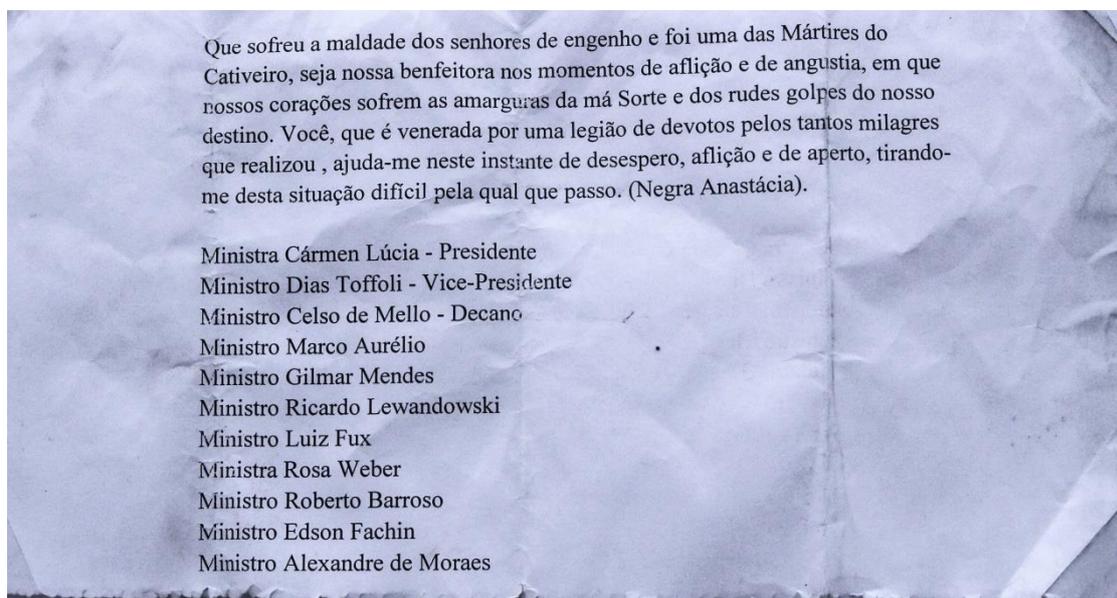


Foto 102: Oração à Negra Anastácia para que intercedesse pelos quilombolas no julgamento da AD1 3.239. Documento de Ivo Fonseca, quilombola da comunidade Frechal - MA, coordenador da CONAQ.

¹⁰² A Negra Anastácia, ou Escrava Anastácia e ainda, Princesa Anastácia, é uma divindade negra hoje cultuada no Brasil por diversos movimentos religiosos, principalmente entre catolicismo negro popular e entre as religiões de matriz africana. A história sobre Anastácia é incerta, no entanto, conta a memória popular, que esta era uma princesa africana que veio para o Brasil na condição de escrava. Anastácia era muito bonita, em algumas versões da história ressalta-se os seus olhos azuis. Esta mulher foi condenada a utilizar em vida uma máscara de ferro, pois se recusou a se relacionar sexualmente com o senhor de escravos onde morava. Anastácia sofreu em vida, mas morreu e se santificou enquanto uma mulher que lutava pela dignidade e liberdade do povo negro.

O decreto nº 4.887 continua em vigor, assim como ainda permanece o processo da ação de inconstitucionalidade. Neste momento, resta aos interessados no caso permanecerem atentos, pois não se sabe quais serão os próximos passos dos atores envolvidos, o que faz com que a guerra prossiga, ainda que de forma latente.

A verdadeira força que faz eu estar aqui hoje, andando aqui na peregrinação por essa explanada, por esses ministérios, por esses gabinetes de ministro, pedindo... não era pra gente precisar fazer isso, pedindo pra não retirar os nossos direitos. Mas a gente não cansa, a gente vem um dia, dois, três dias... A gente só vai parar quando conseguir a nossa vitória, e um dia ela vai chegar, porque se existe um deus no céu e os orixás aqui na terra, eles vão nos ajudar, que um dia a gente vai conseguir assentar e falar: "Agora sim". Estando com o nosso território, a gente vai falar: "Vamos plantar, vamos dançar, vamos viver". (Sandra).

Linhas dos Tempos

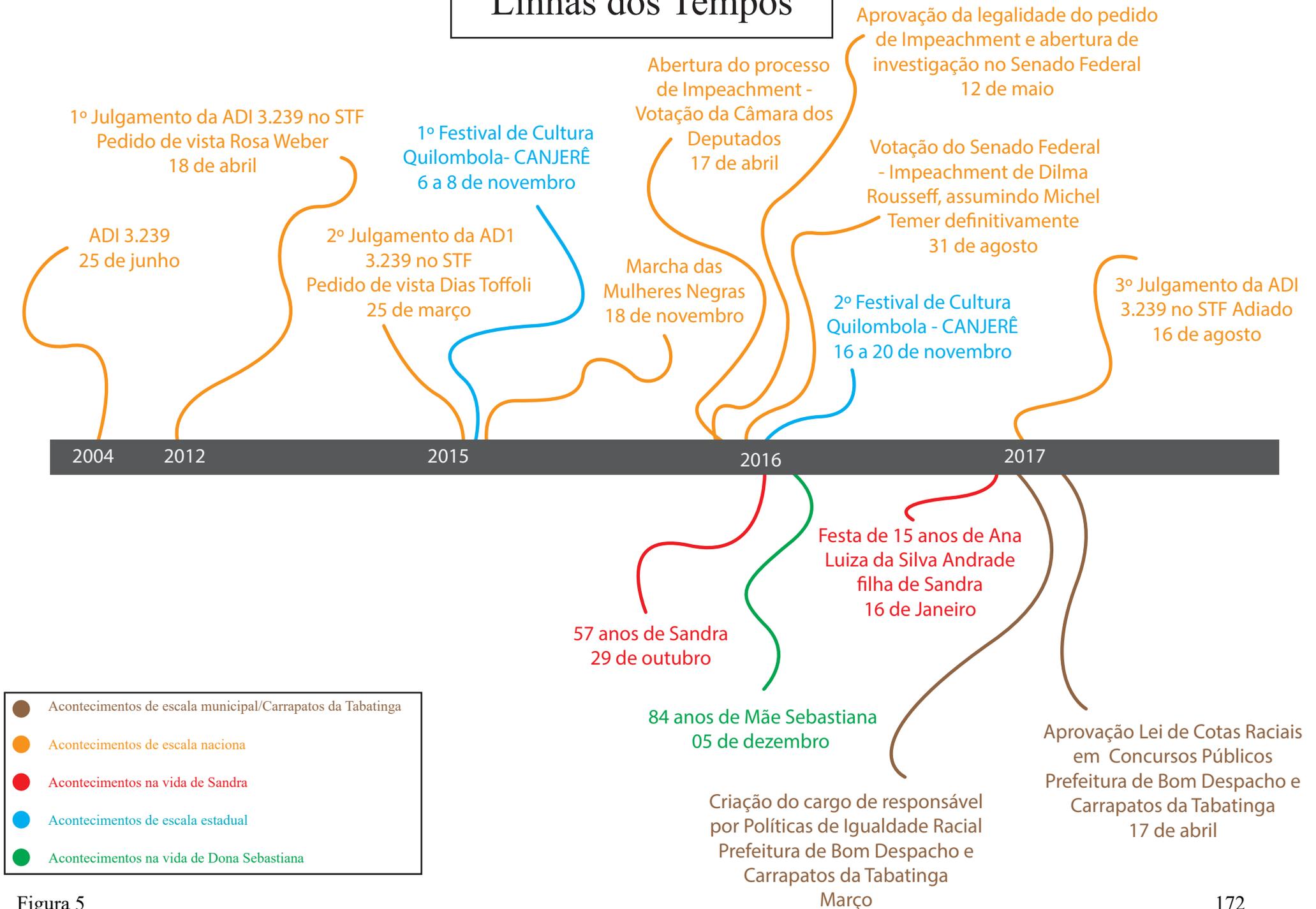


Figura 5



103

A gente é muito atrevida. A gente tá falando de um movimento misto que tem um tanto de mulher porreta, que faz a luta travada dentro dos estados, pega pra capar, né? Nenhuma é santa e nem quer ser, e a mais boba de nós dá nó em pingo d'água.

(Selma Dealdina, quilombo Angelim III-ES, secretaria executiva da CONAQ).

¹⁰³ Foto 103: Dinâmica e cantos durante a Oficina de Mulheres Quilombolas, no Quilombo Horizonte, estado do Ceará.

4. “Eu sempre fui atrevida”

Sandra é mulher, negra e quilombola, o que significa que pertence a uma comunidade etnicamente diferenciada, com seus valores e cultura próprios. Além disso, Sandra faz parte de uma classe social classificada, genericamente, como pobre, pois não possui renda econômica elevada. Esta condição a levou a morar, em todas as etapas de sua vida, em lugares periféricos.

Quando jovem Sandra viveu em bairros de baixa renda da cidade de Contagem. O Parque São João, na localidade onde fica a casa de sua irmã Muruca, não é considerado pelos quilombolas da Tabatinga como uma favela. A favela, para eles, está em frente, descendo alguns metros o beco da casa de Muruca. No entanto, para muitas pessoas da comunidade envolvente, pertencentes à cidade de Contagem e também à capital Belo Horizonte, o Parque São João, todo ele, é entendido como “favela”. A Tabatinga, onde Sandra vive atualmente, e onde está localizado o quilombo dos Carrapatos, também é uma região considerada periférica em Bom Despacho. Embora muito próxima do centro histórico da cidade, na Tabatinga vivem majoritariamente pessoas de baixa renda, além dos próprios quilombolas.



Foto 104: Muruca, seu marido e sobrinhos em frente sua casa.



Foto 105: Dafne, sobrinha de Sandra, observando o beco para chamar suas amigas Ana Carolina e Emyli para brincarem na rua. No fundo, a favela.

Além desses fatores elencados, há que se ressaltar que Sandra também é umbandista. Faz parte de uma comunidade baseada em valores afro-religiosos, tendo nascido nesta religião e em nenhum momento escolhido pertencer a outra.

Estes elementos – mulher; negra; quilombola; periférica; umbandista – são constitutivos da identidade e da personalidade da protagonista. Além de tais elementos serem camadas de identidade para si, são também caracteres através dos quais ela é vista socialmente. Neste fluxo de se perceber e ser percebida na sociedade, a partir de uma ou mais destas categorias em combinação, é que Sandra foi construindo sua identidade e sua postura diante do mundo.

Sandra, como já foi dito em outro momento, é filha do orixá Xangô, vinculação esta que, entre muitas outras coisas, lhe confere uma personalidade firme e até mesmo belicosa. No entanto, não se deve exclusivamente ao orixá a personalidade da quilombola. Na família de Sandra, valores relacionados à altivez, à dinamicidade e à insubordinação são incentivados e vistos com bons olhos. Existe um termo utilizado pelos Carrapatos da Tabatinga que denomina o oposto do que eles devem ser: “*água-morna*”. Entre os

quilombolas da Tabatinga, a pessoa ser “água-morna” significa ser uma pessoa apática, sem reação, fraca. O fato de não ser desejável que um dos quilombolas seja uma “água-morna” não os exime de em algum momento se comportar assim. Pode-se ser um “água-morna” em alguma situação em que a pessoa se envergonhou, se intimidou, deixou de falar, ou mesmo se comportou de maneira lenta. Quando situações assim acontecem, os Carrapatos costumam repreender uns aos outros.

Ser chamado de “água-morna” é uma brincadeira, mas é também uma forma de ofensa e repreensão. Existem aqueles de personalidade mais serena ou introspectiva, que também são considerados “água-morna”. O pai de Sandra, por exemplo, às vezes é relatado desta maneira, pois era “*muito bonzinho*”; já Dona Sebastiana, a principal referência desta família, possui o comportamento bem distante do que se pode chamar de “água-morna”.

Dona Sebastiana é a matriarca dos Carrapatos da Tabatinga. Pessoa responsável pela reconstituição do quilombo em seu atual território, Tiana demonstra em várias de suas atitudes o apreço pela insubordinação e a recusa de papéis de inferioridade preestabelecidos. Por isso não aceitou ser babá dos filhos do patrão que maltratava sua família na fazenda em Bom Sucesso, e já na Tabatinga, fundou seu reinado tendo ela própria como capitã, posto tradicionalmente ocupado por homens, ouvindo, devido a isso, muitas críticas e enfrentado problemas que ela superou com altivez. Sebastiana é corajosa, se vê assim, e zela por essa reputação. Reta em suas palavras, assertiva como a flecha de seu orixá Oxóssi, Sebastiana, hoje aos 84 anos, me afirmou em entrevista que “*a mulher não precisa ter medo de nada*”.

Eu sou filha de Oxóssi. Tenho medo de nada não; não tenho medo de tiro, não tenho medo de reza brava, não tenho medo de nada! Sou filha de Oxóssi. Eu sou das matas, hum. E olha lá, se eu não contar com ele, eu vou contar com quem?

(...)

Mas as mulheres mesmo podem se defender, uai. Quê isso?! Deixar abusado fazer o que quer só porque eu sou negra, ah, é ruim! Quê que é isso?

Falar com você a verdade, mulher é mais forte que homem. Depende da hora e da união delas. Se as mulher unir mesmo, minha filha, ih..., arrebenta cerca de arame, arrebenta muro, arrebenta tudo. É, tem que parar com esse negócio de ter medo. Se a gente tá lutando por uma boa razão, hanham, não precisa de ter medo de nada não.



Foto 106: Mãe Sebastiana de Oxóssi. No canto esquerdo da entrada do Centro de Umbanda de Mãe Sebastiana ela zela pelos Caboclos e seu Orixá Oxóssi, que é um caçador e usa a flecha. Neste bastão, que é uma espécie de flecha, empunhado por Mãe Sebastiana, estão escritos em cada fita os nomes de várias pessoas pelas quais ela reza.

Sebastiana sempre foi a principal inspiração para suas filhas. Vale lembrar que o grupo dos Carrapatos é formado principalmente por mulheres. Sebastiana só possui um filho homem e outras seis mulheres. À medida que a família cresce, o nascimento de meninas também têm sobressaído ao de meninos; além disso, algumas das filhas e netas de Sebastiana são mães solteiras, perpetuando a maioria feminina na comunidade. Nascidas nesta família chefiada por uma mulher negra, responsável pela estabilidade financeira e espiritual de toda a casa, e ainda publicamente ativa, engajada em movimentos religiosos e políticos, as filhas de Dona Sebastiana tiveram na trajetória da mãe a principal referência de como se relacionar com o mundo externo ao seu quilombo.

O exemplo é minha mãe, e Deus vai ajudar que ela fique... Eu não sei, lá em casa nós somos fortes porque ela é forte. Sem ela eu não sei se a gente vai continuar com essa fortaleza, porque ela é nossa vida, nossa inspiração, ela é nossa força. Eu tô aqui, mas tenho certeza que ela tá lá rezando por mim, que hora nenhuma ela se esquece da gente que tá fora. Ela acende uma vela, ela reza, ela fala: “Minha filha vai voltar, minha filha vai conseguir”. Então essa é a verdadeira inspiração, a verdadeira força que faz eu estar aqui hoje. (Sandra).

Nos valores da religião do quilombo dos Carrapatos da Tabatinga, a ideia da união é um princípio central para o fortalecimento das pessoas da comunidade. Sebastiana e todas as suas filhas utilizam um cordão de miçangas brancas em praticamente todos os momentos de suas vidas. Este cordão, feito por Sebastiana em seu centro, indica que as mulheres da família fazem parte de uma *corrente*. O termo *corrente* é uma expressão utilizada na umbanda para se referir aos médiuns da casa, no entanto, na casa de dona Sebastiana, este termo é expandido e se refere à própria família de Mãe Tiana, sendo voltado especialmente para as primeiras descendentes. As contas de miçangas brancas têm muitos significados, possuindo a mensagem da força através do elo como um deles.

Em momentos de diálogos mais descontraídos, fui informada por Nem, a filha mais nova de Dona Sebastiana, sobre a importância da corrente e seu significado de união. O tema da união e seu poder para vencer obstáculos sempre foi muito enfatizado por Sandra: “*lá em casa nós faz tudo é junto. Pra dar tudo certo a gente tem que unir*”. Dona Sebastiana, recorrentemente em seu discurso levanta questões relacionadas à união e à má sorte, e à fraqueza que a falta desta pode trazer. Pude observar um exemplo singelo de como este valor tem centralidade para os quilombolas conversando com Goia, irmã mais velha de Sandra, ao ver algumas formigas que carregavam, entre algumas folhas, um grande pedaço de pão que estava no quintal da casa de Sandra. Goia e eu observávamos as formigas e, como é de praxe para quem já observou formigas, comentávamos sobre a organização dos pequenos insetos que, juntas, conseguiam carregar objetos muito mais pesados que seus corpos individuais. Goia, entre uma cerveja e outra naquela manhã de domingo, chegou a uma conclusão: *as formigas são iguais a nós, né? Tipo assim, super-heroínas*.

Os caminhos de Sandra em alguns aspectos seguem trilhas parecidas às que Dona Sebastiana abriu e pelas quais caminhou no movimento social. Ao escolher dedicar-se ao movimento quilombola em sua vida adulta, Sandra teve de colocar em prática muitos dos valores aprendidos com sua mãe, o que não significa que em sua trajetória anterior já não o fizesse.

Uma das características da personalidade de Sandra, sempre descrita por seus parentes e também por companheiros do movimento quilombola, é a sua braveza. Sandra é brava, reconhece. Como ela mesma diz, às vezes “até evita ficar brava”, pois é muito forte... mas, muitas outras, é justamente o comportamento bravo que faz com que as coisas aconteçam; que impede que ela, seus parentes e companheiros quilombolas vivam

situações de injustiça; que, enfim, resolve algumas questões. Sandra não é uma “água-morna”; dificilmente seus parentes a despreveriam assim. Nas palavras de Goia, “*a baixinha é fogo!*”.



Foto 107: Goia e Sandra, em sua casa no Quilombo Carrapatos da Tabatinga, final de domingo. Tomando cerveja, lembrando histórias e ouvindo músicas *disco* norte americanas e brasileiras dos anos 1970 e 80, especialmente Berry White e Tim Maia.



Foto108: Sandra e Mãe Sebastiana na porta da casa da matriarca, conversando e observando a rua.

No livro *Rebeliões da Senzala* (1988), o historiador Clóvis Moura explica que a rebeldia de alguns escravizados e quilombolas (que o autor entende como aqueles que de alguma forma fugiram do esquema escravista) foi um motor que colaborou para a mudança do sistema socioeconômico escravocrata. A não aceitação da sujeição enquanto escravos e o combate aos senhores e seus representantes eram formas de “rebeldia ativa” (MOURA, 1989) que no interior daquela sociedade causava transtornos significativos para a classe senhorial. A negação da opressão por parte dos quilombolas não somente incomodava aos patrões como também influenciava para que a sociedade se dinamizasse.

Ao mesmo tempo que assim procedia, o escravo rebelde criava novos níveis de desajustes, novos elementos de assimetria social, pois, ao retardar o processo de produção, fazia com que, no polo intermediário, se desenvolvessem elementos que também impulsionavam a sociedade no seu sentido global para novas formas de convivência. Isto quer dizer que defluíam, depois, como reflexo da sua atividade rebelde, outras formas de comportamento “divergente” em camadas diversas. (MOURA, 1989, p. 270).

As informações disponibilizadas por Moura ajudam a compreender o caso das mulheres do quilombo da Tabatinga. Entre os familiares de Dona Sebastiana, a rebeldia é uma forma de poder. Comportar-se de maneira rebelde e ativa contra desigualdades e formas de violência é um legado que a matriarca transmite para suas filhas e netos. Desta maneira, eles conseguem forças para enfrentar as adversidades que a vida em sociedade lhes coloca. Provêm deste conjunto de informações morais a ideia positiva de atrevimento e revolta. Ao me relatar uma situação de racismo que teve de enfrentar quando adolescente, Sandra assim se explicou: *“Eu sempre fui um pouco atrevida, porque eu acho que o meu direito, ninguém tira”*. De maneira parecida afirmou Dona Sebastiana, quando contou o momento em que se negou a trabalhar para os patrões de Bom Sucesso: *“Porque toda vida muito revoltada eu fui. Eu, toda vida... não aceitava qualquer coisa não, fia”*.

Ao se colocarem como atrevidas ou revoltadas, as mulheres do quilombo da Tabatinga evidenciam a existência de desigualdades e opressões sociais. O atrevimento e a revolta não são simplesmente características de suas personalidades, são reações. Indicam um posicionamento ativo de crítica e negação de situações de injustiça, assim como a possibilidade e necessidade de se estabelecerem relações mais justas, o que se evidencia quando Sandra fala sobre seu “direito” em eco à voz de Dona Sebastiana, que “não aceitava qualquer coisa”. De modo ativo e rebelde, as mulheres da Tabatinga, aqui evidenciadas nas pessoas de Sandra e Sebastiana, têm construído suas trajetórias como

exemplos desta mudança social que provocam e que ainda está em construção. Lembrando mais uma vez as considerações de Moura:

A rebeldia era, portanto uma categoria sociológica dinâmica dentro daquele tipo de sociedade e servia não apenas para equacionar, mas para dinamizar a sociedade. (MOURA, 1988, p. 275).

O recente estudo apresentado por (PASSOLD, 2017) sobre o conceito de beleza entre as mulheres da comunidade quilombola Puris, da cidade de Manga, no norte de Minas Gerais, apresenta algumas consonâncias em relação às ideias apresentadas sobre a valorização da altivez e rebeldia entre as mulheres da comunidade Carrapatos da Tabatinga. Passold, que além de mestra pela Universidade de Brasília, também é quilombola, apresenta em sua dissertação de mestrado uma sugestiva análise sobre o conceito de beleza em sua própria comunidade.

Ao perguntar para as quilombolas do Puris as maneiras como elas classificavam e identificavam as mulheres belas, Passold percebeu que os elementos elencados pelas suas interlocutoras eram, em sua maioria, referentes às atitudes destas mulheres. Pouco se falava sobre características físicas que as mulheres bonitas deveriam possuir. Observando as falas das mulheres de sua comunidade, e, neste mesmo processo, fazendo um trabalho de auto-observação, Passold chega à conclusão de que o fator “beleza” entre as quilombolas do Puris é baseado numa concepção de beleza moral e comportamental. Para ser bonita e admirada entre os Puris, a mulher tem de ser “*desapocada*”. Nas palavras da mestra quilombola:

(...) nós, mulheres do Puris, éramos educadas pelas nossas mães para não sermos “apocadas”. De forma breve, podemos afirmar que ser apocada é correspondente a ser recatada e preparada para o lar, remetendo a uma condição de submissão da mulher. (PASSOLD, 2017, p. 74).

Em outro momento de seu trabalho, Passold se utiliza da fala de uma senhora de sua comunidade que sintetiza de maneira exemplar a concepção de “desapocamento” para as mulheres do quilombo Puris:

(...) ser desapocada, ter desenvolvimento, pra desenvolver de tudo, ser disposta. Não existe mulher mais bonita que a outra não, porque *tudo tem sangue na veia*; não tem boniteza, porque *a boniteza é a disposição*, o desenvolvimento, inteligência, desapocada na hora da necessidade, né? (...) A apocada é aquela mulher que na hora de desenvolver alguma coisa; ela fica ali no canto, quieta. (Entrevista concedida por Dona Regina, no Quilombo Puris, 2016 apud PASSOLD, 2017, p. 97).

Ao desenvolver seu pensamento, Passold afirma que o termo “desapocada” é uma categoria nativa que qualifica e incentiva as mulheres do Puris a serem resistentes, resilientes e criativas ante as opressões vividas. Afinal, “*ficar apocada aumentaria ainda mais o peso dessas opressões, nos conduzindo ao desempoderamento e à imobilidade*” (PASSOLD, 2017, p. 101). Assim como ser “atrevida”, ser “revoltada” ou não ser uma “água-morna” para as quilombolas dos Carrapatos da Tabatinga, ser “desapocada” para as mulheres do Puris implica a não aceitação ativa de assujeitamentos.



Foto 109: Sebastiana, Sandra e Nem, alguns elos da corrente dos Carrapatos da Tabatinga.

Sandra e Sebastiana são lideranças do movimento quilombola; devido a isso, inserem-se muitas vezes em situações relacionadas ao universo da política representativa. Nestes lugares, mãe e filha são minorias em vários quesitos; raça, gênero e classe são alguns deles. Quando se encontram em tais situações, os ensinamentos de Sebastiana sobre atrevimento e rebeldia são bons aliados para não se diminuírem e conseguirem comunicar-se nestes espaços. O lugar de minoria das quilombolas nestes lugares pode ser exemplificado com materialidade através das fotos de Dona Sebastiana em sua militância. Sempre entre políticos e outras personalidades importantes da cidade de Bom Despacho, em quase todas as fotos Sebastiana é a única negra, e não raras vezes, é também a única mulher.

Situações parecidas acontecem com Sandra, frequentemente entre apoiadores e também entre políticos. O fato de Sandra atuar de forma mais coletivizada devido à especificidade do movimento quilombola, que tem se fortalecido desde o final dos anos 1990 e começo de 2000, faz com que ela algumas vezes não seja a única negra a se fazer presente nestes lugares, pois geralmente se acha acompanhada de outros quilombolas do movimento. No entanto, algumas sutilezas são importantes e não podem deixar de ser notadas.

Nestes lugares, quando os quilombolas são convidados para participar, ou mesmo requerem alguma participação, os negros, em sua maioria, são eles. Ainda que os espaços sejam ocupados por pessoas negras durante as reuniões com os representantes quilombolas, o que acontece não deixa de ser uma situação temporária e até mesmo atípica. Sem a presença dos quilombolas, em seu funcionamento normal, os espaços da política e também do trabalho relacionado às temáticas convergentes às causas socioambientais e dos direitos humanos, onde atuam os apoiadores do movimento quilombola, são lugares ocupados por pessoas brancas, na maior parte das vezes pertencentes a classes sociais elevadas e chefiados por homens.

Além da temática da raça, ainda há que se considerar que dentro destes espaços de poder, assim como entre seus companheiros quilombolas, a presença de Sandra e de outras lideranças femininas é minoria em lugares de influência e decisão. A filósofa Sueli Carneiro, em um artigo sobre o tema das mulheres negras e a política, identifica alguns elementos que atuam de modo a dificultar a presença destas mulheres nos ambientes de poder. Entre alguns motivos, Carneiro menciona o racismo e o machismo presentes na

sociedade como as principais barreiras para essa forma de ascensão feminina.

O racismo é assim, cruel. Ao instituir a superioridade de um grupo racial e a inferioridade de outro, gera diversas perversidades. A excelência e a competência passam a ser percebidas como atributos naturais do grupo racialmente dominante, o que naturaliza sua hegemonia em postos de mando e poder.

(...)

Parece insólita, no imaginário social, a presença de mulheres negras em instâncias de poder, em nossa sociedade, e para destacar como as representações consolidadas acerca das mulheres negras determinam tanto a sua ínfima presença nas instâncias de poder como as dificuldades adicionais que lhes esperitam quando ousam romper portas e adentrar lugares para os quais não foram destinadas. São condições e condicionantes que tornam mais desafiante ainda o tema “mulher negra e poder”, pois o racismo, o ceticismo e a exclusão social a que as mulheres negras estão submetidas se potencializam e se retroalimentam para mantê-las numa situação de asfixia social, que põe em perspectiva as condições mínimas necessárias para o empoderamento das mulheres negras em nossa sociedade, de forma a, quem sabe um dia, potencializá-las para a disputa de poder. (CARNEIRO, 2009, p. 5 e 6).

Nesse texto, escrito a convite da Secretaria Especial de Política para Mulheres do Paraná – SPM/PR, Carneiro aponta que o tema “mulheres negras e política” requer um estudo sobre as ausências. Indica ainda que, de maneira perversa, o racismo e o machismo operam no imaginário social a tal ponto que a participação de mulheres negras em instâncias de poder seja sempre vista como uma exceção e, recorrentemente, com certo contorno de inadequação. Indica, ademais, como exemplo os diversos ataques que sofreram mulheres como a ex-ministra Matilde Ribeiro e a deputada Benedita da Silva quando ocuparam cargos de destaque na carreira política representativa.

Carneiro observa que a inclusão das mulheres negras em instâncias de poder está fortemente ligada a uma disputa de imaginários; adverte que é preciso que se mude a imagem social existente sobre as mulheres negras.

Coloca-se, portanto, como desafio, a necessidade de incidir sobre as construções culturais racistas que permanecem reproduzindo a imagem estereotipada das mulheres negras e sua desqualificação. (...) Faz-se necessária a formulação de propostas que permitam a circulação igualitária das imagens das mulheres recortadas pela raça. Em síntese, urge que se proponham novas imagens para as mulheres negras brasileiras, que rompam com os paradigmas do passado e com as novas discussões midiáticas em que as imagens das mulheres negras são, à sua revelia, revestidas de vernizes de modernidade, sem alteração na essência dos estereótipos consagrados. (CARNEIRO, 2009, p. 8).

A historiadora Cristiane Portela também corrobora a necessidade de mudança do imaginário social sobre as mulheres pertencentes a grupos étnicos, entre elas as quilombolas.

Mulheres com marcadores étnicos costumam ainda figurar no imaginário social como figuras exóticas e como exceções à regra, ou seja, como casos individuais de superação da subalternidade vivenciada como condição comum a esses sujeitos coletivos, excluindo-se com isso as hierarquias de gênero que subalternizam ainda mais as mulheres nesse âmbito. (PORTELA, 2017, p. 425).



Foto 110: Sandra em reunião na Fundação Cultural Palmares.



Foto 111: Fala de Sandra no Ministério do Meio Ambiente, grupo de trabalho que está discutindo sobre o Cadastro Ambiental Rural-CAR para comunidades quilombolas.

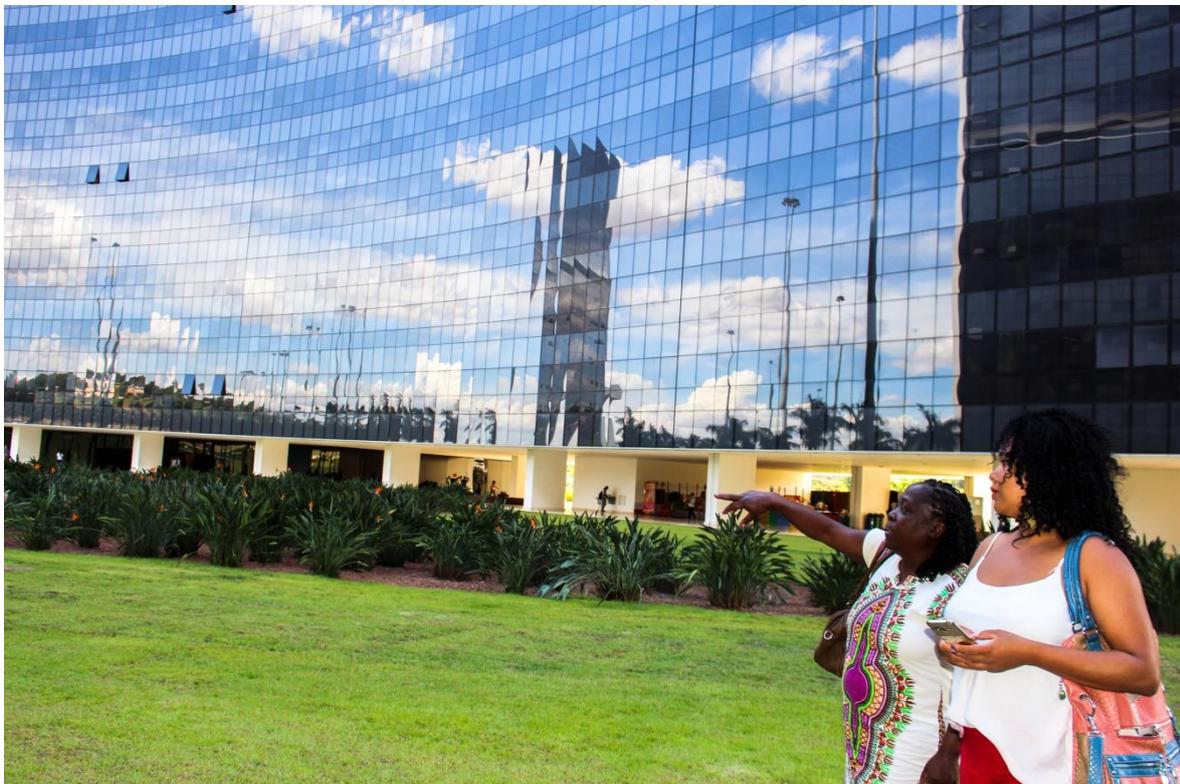


Foto 112: Sandra Caminhando com a companheira quilombola Kerlane pela Cidade Administrativa de Minas Gerais, onde vai com alguma frequência participar de reuniões e conselhos.



Fotos 113 e 114: Reunião entre companheiras CUT ; lendo os e-mails que são muitos.

Dentro do movimento quilombola pode-se considerar que as mulheres ainda ocupam um lugar de minoria em relação ao reconhecimento público e destaque de seu engajamento. O movimento quilombola, embora possua suas particularidades, não deixa de ser um local de atuação política inserido na sociedade contemporânea; nesta sociedade, o protagonismo de mulheres em ambientes de poder não é algo corriqueiro, e as mulheres que se destacam são minoria num universo povoado por homens. Esta é a situação de Sandra e outras companheiras do movimento quilombola. A composição da CONAQ pode servir para exemplificar a formação deste quadro.

Embora a CONAQ, desde a sua fundação, tenha tido expressiva participação de mulheres, como me relatou em entrevista a secretária nacional da CONAQ, Selma Dealdina, natural do quilombo de Angelim III-ES, no funcionamento do dia a dia da Coordenação os homens foram aqueles que tomaram a frente das principais agendas relacionadas ao controle e à participação social, além dos cargos pertencentes à executiva nacional, que são aqueles de maior responsabilidade e destaque dentro coordenação.

Existem diversos mecanismos que possibilitam que os homens ocupem estes lugares; um deles se dá na composição dos quadros de coordenação de cada estado. Nestas situações, ainda quando se verifica grande número de quilombolas mulheres coordenadoras, muitas vezes elas acabam por ocupar as vagas de suplentes, estando os homens como titulares. Para as agendas em Brasília, por exemplo, os conselhos dos quais os quilombolas participam costumam convidar apenas um dos representantes das

coordenações, vindo sempre os titulares, e assim impondo a grande participação masculina.

A ocupação dos cargos dentro da executiva também faz parte de uma série de políticas internas do movimento. As votações para a ocupação destes cargos geralmente são feitas por regiões do país; os quilombolas se candidatam e fazem combinações regionais em relação aos votos. Até o momento os homens têm sobressaído nestas combinações, e assim a executiva ainda não é pareada em relação aos gêneros.

Existe um encaminhamento da CONAQ em relação à necessidade da paridade de gênero nas coordenações estaduais e na coordenação executiva. Este encaminhamento ainda não foi colocado em prática em relação à executiva, porque não houve novas eleições; estas estão marcadas para dezembro de 2017; as quilombolas do coletivo de mulheres da CONAQ estão se organizando para que esta determinação seja cumprida.

Em maio de 2017 aconteceu no estado do Pará o 5º Encontro Nacional da CONAQ; neste encontro foram votadas apenas as coordenações estaduais; entre este grupo, o número de mulheres cresceu e hoje representa 60% dos coordenadores. Não se tem ainda detalhada a porcentagem de mulheres titulares e suplentes.

O coletivo de mulheres da CONAQ é uma realidade que vem se concretizando desde o ano de 2014, fruto do 1º Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas. Como lembra Selma Dealdina, secretária da CONAQ e integrante do coletivo, a ideia do encontro de mulheres surgiu como um encaminhamento do 4º Encontro Nacional da CONAQ, que aconteceu no Rio de Janeiro em 2011. No entanto, apenas três anos depois as mulheres conseguiram promover o encontro.

Então essa decisão ficou mais forte no 4º Encontro Nacional da CONAQ no Rio de Janeiro em 2011, porque saiu como encaminhamento do Rio que a CONAQ realizasse o 1º Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas. É “de”, não é “para”, porque “para” já realizaram muitos. É “de” mulheres quilombolas. É um encontro “de nós pra nós”, essa foi uma deliberação que saiu em 2011, que demoramos três anos para retirar do papel porque não tem boa vontade. Assim, a gente tá num movimento misto que você olha e todo mundo fala: “Não, aqui não tem nada disso, aqui todo mundo é igual”, mas a gente sabe que não. Se você vai numa comunidade quilombola e faz uma reunião, a maioria são mulheres, mas quando é pra viajar, vêm os homens. Isso é bem nítido na questão dos quilombos. Se você vai lá pra discutir sobre saúde, sobre qualquer coisa, a maioria do público é mulher, mas quando tem que vir pra Brasília é os homens que vêm na frente. Às vezes é assunto de mulheres, e eles querem vir participar. (...) E aí, com muito custo, com muita garra mesmo, porque senão não teria saído, foi realizado em 2014 o primeiro encontro, que foi de 13 a 15 de maio. (Selma Dealdina, quilombo Angelim III, secretária executiva da CONAQ).



Fotos 115, 116, 117, 117, 118, 119: Encerramento da Oficina de Mulheres da CONAQ no quilombo Tapuio-PI e Maria Joaquina- RJ; Momentos da Oficina de Mulheres da CONAQ no quilom Alto Alegre –CE.

A luta por representação política igualitária entre homens e mulheres nos movimentos sociais é uma pauta que se verifica no Brasil com mais força a partir dos anos 2000, mas que ainda hoje enfrenta desafios para a sua efetivação. A CUT, por exemplo, movimento social de ampla dimensão, instituiu sua política de paridade de gênero 50/50 em suas direções somente a partir do ano de 2012¹⁰⁴. Já a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, outro movimento social com ampla representação e 53 anos de existência, elegeu apenas recentemente, em 2017, sua primeira diretoria respeitando a paridade 50/50 entre homens e mulheres¹⁰⁵.

Os dados sobre a expressividade numérica de mulheres que já ocuparam cargos de decisão nos movimentos sociais no Brasil, até o momento, não estão organizados em algum documento de fácil acesso. No entanto, tendo como base estas mudanças recentes nos movimentos sociais de caráter misto de grande representação nacional, podemos concluir que nesses movimentos, as mulheres, até o momento, vinham sendo sub-representadas, de maneira parecida como ocorre no movimento quilombola.

Um estudo dos anos 1990 indica que:

No nível da representação das mulheres nas centrais sindicais, os dados disponíveis para a Central Única dos Trabalhadores (CUT) indicam que, em 1988, mais de 1/4 dos filiados eram mulheres. Mas as eleitas para a Direção Nacional não ultrapassavam 10%, e apenas uma delas estava na Executiva. (Castro, 1990 apud Lobo, 1991, p. 6).

As mulheres quilombolas têm se organizado para mudar a composição interna de seu movimento. É recorrente entre elas a constatação de que um descompasso acontece no nível dos cargos de representação política. Enquanto são protagonistas em suas próprias comunidades, atuando como lideranças ativas, muitas vezes ficam de fora dos quadros de representação organizada dos movimentos sociais, estadual e nacionalmente.

A maioria das mulheres são as presidentes das associações comunitárias quilombolas; a maioria das mulheres é as que estão lá na agricultura plantando, e elas estão sempre à frente de seus empreendimentos, tanto faz, seja na agricultura, na plantação, na casa, tá cuidando das crianças. Então

¹⁰⁴ Notícia “Paridade na CUT é uma conquista das mulheres e de toda a central”. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2015/10/paridade-e-conquista-das-mulheres-e-de-toda-central-5639.html>>. Acessado em 29 de agosto de 2017.

¹⁰⁵ Notícia “Contag elege nova diretoria em Congresso Nacional.” Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2017/03/22/contag-elege-em-congresso-nacional-nova-diretoria-para-periodo-de-defesa-da-democracia-dos-trabalhadores-e-da-agricultura-familiar.html>>. Acessado em 29 de agosto de 2017.

as mulheres têm um papel de destaque mesmo estadual e nacional também. O machismo também impera dentro das comunidades; elas sempre fizeram, só que o homem é que levava, né? (Sandra).

Nós não queremos formar o movimento de mulheres quilombolas, porque isso pra nós também não é interessante. Nós queremos participar deste movimento que nós ajudamos a criar, participar em pé de igualdade. Tanto no controle social, tanto nos espaços de poder de decisão, quanto na coordenação executiva, quanto nas coordenações estaduais. (...) Porque se você for fazer um levantamento, acredito que 60% dos presidentes de associação são mulheres, são presidentas. No geral são mulheres, agentes de saúde, professoras, curandeiras, parteiras, benzedeiras, são as mulheres em sua maioria... exercendo... são grãos da cultura popular, mestras, né? São mulheres que estão no terreiro, que são pastoras de igrejas evangélicas, ou que são ministras de eucaristia. São mulheres. Então assim, se no geral são mulheres, a gente não entende como que no campo de poder de decisão e controle social a gente não está em par de igualdade. É só isso... Eles que acham complicado, a gente já resolveu toda a matemática: 50% a 50%, a gente tá sendo modesta. (Selma Dealdina).

Através dos relatos das lideranças quilombolas entrevistadas é possível perceber que, para as mulheres pertencentes a grupos de minorias étnicas ou que se articulam em outros movimentos sociais de caráter misto, a projeção como sujeito político tem um complicador a mais, que muitas vezes são suas próprias comunidades de destino.

Mulheres de comunidades que são racial, cultural ou economicamente marginalizadas têm se organizado ativamente, em pequena ou grande escala, a fim de modificar suas condições de vida. Para isso, enfrentam não só alguns obstáculos que as mulheres de elite também enfrentam, como também outros problemas que lhes são exclusivos. Um desses obstáculos é frequentemente definido em termos do compromisso perante seus grupos sociais ou nacionais, compromisso que é por vezes usado para reprimir qualquer crítica sobre práticas ou problemas que poderiam atrair atenção negativa sobre o grupo. (CRENSHAW, 2004: p. 181, apud PORTELA, p. 429).

O movimento feminista negro norte-americano trouxe para o campo dos estudos feministas a categoria de “*interseccionalidade*”. Este termo, criado pela advogada, professora e pesquisadora afro-americana Kimberlé Crenshaw, surgiu como uma maneira de demonstração e evidência do fato de que algumas formas de violência e discriminação podem se inter cruzar, somando-se e complexificando situações de desigualdades a que alguns grupos de pessoas podem estar submetidos socialmente. O conceito é classicamente utilizado para a demonstração das imbricações entre as categorias gênero, raça e classe, e como elas podem influir sobre as mulheres negras. No entanto, o

conceito de interseccionalidade é amplo e pode ser utilizado para casos em que outras combinações entre a vivência de minorias sociais e formas de violência podem estar relacionadas.

Para o caso das mulheres quilombolas, além de se considerar os recortes de gênero, raça e classe, é essencial que seja considerado o fator etnia. Poucos estudos foram feitos relacionando as imbricações entre as questões da identidade étnica e a condição de mulheres negras, em sua maior parte de baixa renda, que as quilombolas representam. Feministas negras brasileiras, hoje lidas como clássicas, como Lélia Gonzales, já chamavam a atenção para a necessidade deste tipo de estudo que considera o fator etnia entre as especificidades de vida das mulheres do Brasil, especialmente as negras e indígenas.

No fim dos anos 1980, período anterior ao clássico estudo de Crenshaw, no qual a norte-americana lançou o conceito de interseccionalidade (1991¹⁰⁶), Lélia Gonzales, após retornar de experiências de diálogo com outras feministas latino-americanas, dedicou-se a escrever textos e a fazer palestras divulgando as especificidades e diversidades das mulheres negras e indígenas entre os países deste continente. Gonzales lançou o termo “*amefricanas*” para tratar das experiências negras latino-americanas e fez uma série de recomendações tanto ao movimento negro quanto ao movimento de mulheres.

É importante insistir que no quadro das profundas desigualdades raciais existentes no continente, se inscreve, e muito bem articulada, a desigualdade sexual. Trata-se de uma discriminação em dobro para com as mulheres não-brancas da região: as *amefricanas* e as ameríndias. O duplo caráter da sua condição biológica – racial e sexual – faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Justamente porque este sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo, dada sua posição de classe, ameríndias e *amefricanas* fazem parte, na sua grande maioria, do proletariado afro-latino-americano.

(...)

¹⁰⁶ O termo é proposto pela autora pela primeira vez no texto *Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color* CRENSHAW, 1991. Crenshaw reconhece ter criado o termo, ou “metáfora”, como já explicou em algumas situações, mas admite que o debate sobre formas sobrepostas de violência incidentes sobre mulheres negras era um tema debatido por intelectuais afro-americanas desde o fim do século 19. Algumas explicações sobre o contexto de criação da categoria e algumas explicações da própria autora sobre o tema podem ser encontradas na entrevista “*Kimberlé Crenshaw on intersectionality: “I wanted to come up with an everyday metaphor that anyone could use”*”. Traduzido no site da ONG Geledés, disponível em: <<https://www.geledes.org.br/kimberle-crenshaw-sobre-interseccionalidade-eu-queria-criar-uma-metaphora-cotidiana-que-qualquer-pessoa-pudesse-usar/>>. Acessado em 29 de agosto de 2017.

Nesta perspectiva, não podemos desconhecer o importante papel dos Movimentos Étnicos (ME) como movimentos sociais.

(...)

Exploração de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada.

(...)

Mas é exatamente essa participação que nos leva à consciência da discriminação sexual. Nossos companheiros de movimentos reproduzem as práticas sexistas do patriarcado dominante e tratam de excluir-nos dos espaços de decisão do movimento. Exploração de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada.

(...)

Pelo exposto, não é difícil compreender que nossa alternativa em termos de MM foi a de organizar-nos como grupos étnicos. E, na medida em que lutamos em duas frentes, estamos contribuindo para o avanço tanto dos ME como do MM (e vice-versa). (GONZALEZ, 1988, p. 7, 8 e 9).

A relevância do estudo do fator etnia tanto no movimento negro, quanto no movimento de mulheres, proposto por Gonzales, faz eco ao protagonismo feminino quilombola e suas articulações de mulheres nestes espaços, criticando lugares de sub-representação e chamando atenção para a necessidade de reconhecimento igualitário. Aos poucos, os movimentos negro, de mulheres feministas – negras e brancas –, e os próprios movimentos étnicos, como o quilombola, vêm atentando para a relevância da consideração da luta, trajetória e engajamento das mulheres quilombolas, assim como para a necessidade da inclusão de suas formas de vivência e perspectiva na construção de um paradigma de vida socialmente justo.

Além de Lélia Gonzales, outras autoras feministas latino-americanas enfatizaram a necessidade da inclusão da pauta étnica para a compreensão das formas de vida das mulheres da América latina, pois, como indicam, estas sociedades possuem formações sociais pluriétnicas que não devem ser negligenciadas.

El problema de la identidad de la mujer negra es una realidad que no se puede dejar al lado. El discurso de la diversidad y pluralismo debe convertirse en parte de nuestras agendas. Tenemos que trabajar hacia un modelo de desarrollo que avance la reafirmación, reconocimiento y el respeto para las identidades étnicas, raciales y de género. En la medida que nuestro trabajo avance, nuestra esperanza crece. (GÁLVAN, Sergia. 1999. Texto escrito para o Boletín Cimarronas nº 6, disponível no *site* Minga Informativa de Movimentos Sociales).

As sociedades latino-americanas, devido a seu histórico de colonização, constituíram-se como comunidades pluriétnicas. Em diversos países pertencentes a este conjunto, grupos étnicos como os indígenas, quilombolas, marrons, cimarrones, palenques, entre muitos outros, têm se relacionado há séculos com diversos grupos da comunidade nacional. Estes grupos, que aos poucos vêm conseguindo reconhecimento oficial do Estado sobre sua existência e direitos específicos, possuem suas demandas características, como o direito à ocupação e à titulação de seus territórios tradicionais; mas também têm apresentado demandas emancipatórias convergentes com as de outros grupos sociais, como no caso das mulheres. Recomendam algumas autoras afro-latino-americanas que os movimentos sociais, negros e de mulheres incorporem estas realidades diversas para não incorrerem no erro da generalidade e assim invisibilizar outras minorias.

O feminismo latino-americano perde muito da sua força ao abstrair um dado da realidade que é de grande importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades dessa região. (GONZALEZ, 1988, p. 3).

Partir del reconocimiento de la situación de las mujeres negras y la discriminación de la que somos objeto, como género, como etnia y como clase nos permite abordar la colocación del tema etnia-género-raza. Creo que es importante destacar algo que no es nuevo, pero que no se ha asumido como la responsabilidad ideológica que ello conlleva: vivimos en sociedades patriarcales y androcéntricas (machistas) de igual modo como vivimos en sociedades racistas y claramente discriminatórias. (Las Mujeres Negras Construyendo Historias. Disponible no *site* Minga Informativa de Movimientos Sociales).

Los retos de los movimientos sociales, en este nuevo contexto, son desafiantes, y exigen una alta dosis de creatividad, compromiso, capacidad de organización y propuesta, incluso para la generación de ideologías y de nuevos paradigmas. Pero los movimientos, a lo interno, requieren revitalizarse y renovarse, para garantizar una democracia interna y nuevas formas de interrelación entre sus integrantes. (Mujeres Negras por um nuevo liderazgo. Boletín Cimarronas, nº 3, 1998, disponible no *site* Minga Informativa de Movimientos Sociales).

Nas últimas décadas, os estudos sobre interseccionalidade têm se fortalecido. Pesquisadoras e pesquisadores de vários países buscam demonstrar como alguns grupos de pessoas têm sofrido violências e discriminações devido ao cruzamento entre suas condições de vida e formas de desigualdades sociais. No entanto, Patrícia Hill Collins,

pesquisadora e feminista afro-americana, em um recente artigo publicado sobre a aplicabilidade do conceito nestes últimos anos, questiona se as ideias que originaram estas formas de estudo têm sido levadas em consideração por alguns pesquisadores que se utilizam do conceito. Collins se pergunta se não está sendo feito um uso seletivo desta teoria, deixando-se muitas vezes de lado uma de suas motivações centrais: o compromisso com a construção de sociedades justas (COLLINS, 2017).

Neste provocador artigo, intitulado “*Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória*” (COLLINS, 2017), a autora afirma que uma postura de comprometimento e certo *ethos* de justiça social permeava os trabalhos destas pesquisadoras/ativistas que cunharam a perspectiva interseccional (COLLINS, 2017, p. 14). Observando que os espaços e a *práxis* nas universidades têm se tornado cada vez mais individualistas e fortemente relacionadas a comportamentos de ideologia neoliberais, Collins se questiona sobre a efetividade dos estudos que podem surgir deste universo:

A incorporação da interseccionalidade na academia tem sido impressionante, mas assim como o artigo de Crenshaw sugere, essa incorporação também levanta questões sobre quais dessas ideias migraram para as instituições acadêmicas norte-americanas e quais não. Liberdade, equidade, justiça social e democracia participativa devem constituir as ideias centrais do feminismo, lutas por direitos civis, assim como o movimento pacifista e sindical, mas como essas ideias encontraram lugar em uma academia cada vez mais neoliberal? O que sobreviveu na migração do feminismo negro para a academia e seu recondicionamento como uma cada vez mais legítima interseccionalidade? De que forma os vínculos da interseccionalidade com a política emancipatória foram renegociados, em sua pesquisa crítica e sua *práxis*, em resposta às normas acadêmicas, tantas vezes antitéticas? O que se perdeu na tradução? (COLLINS, 2017, p. 14).

Collins explica que as pesquisadoras que demonstraram o conceito de interseccionalidade possuíam uma motivação em suas pesquisas, e esta estava ligada à um comprometimento coletivo de mudança. O fato de procurarem demonstrar os vários tipos de violências incidentes sobre certos grupos de pessoas era, antes de tudo, uma proposta de libertação de opressões e não o congelamento resignado de condições de vida desiguais. As pesquisas destas acadêmicas tinham uma forte proposta de ação, no sentido de contribuição para mudanças sociais:

A luta não tratava apenas de análises abstratas da liberdade, mas sobre as formas que as iniciativas de justiça social deveriam assumir para dar vida a políticas emancipatórias. A ideia de interseccionalidade e a solidariedade política que a sustentava tinham o objetivo de tornar a liberdade significativa para pessoas cujas experiências de vida estavam circunscritas pelo racismo, o

sexismo, a exploração de classe, o nacionalismo, a religião e a homofobia.

(...)

A sucinta declaração de June Jordan sobre liberdade encapsula o pensamento daquele tempo: “ou a liberdade é indivisível ou não é nada além da repetição de *slogans* e avanços temporários, míopes e passageiros, para poucos. Ou a liberdade é indivisível e trabalhamos em conjunto por ela ou você estará em busca de seus próprios interesses e eu dos meus” (Jordan, 1992, p. 190). Aqui, a discussão de Jordan sobre liberdade adianta ideias importantes dos projetos de conhecimento interseccionais, ou seja, encarando a tarefa de compreender as desigualdades sociais complexas como intrinsecamente ligadas a uma agenda de justiça social, ou as interseções não apenas como ideias por elas mesmas, mas como ideias e ações. (COLLINS, 2017, p. 7 e 9).

Enquanto Collins faz alertas importantes para pesquisadoras e pesquisadores que podem estar se utilizando das ferramentas de análises propostas pelo pensamento interseccional, a seu turno, as quilombolas se dedicam à construção de possibilidades de vida socialmente justas, para elas em toda a sua diversidade, e também para seu povo, pois a luta quilombola é uma luta coletiva, e essa constatação não sai do horizonte de suas lideranças femininas.

Caso seja possível se falar num feminismo negro quilombola, pois há que se considerar que muitas delas não se afirmam feministas, pode-se afirmar que elas não operam em uma lógica individualista. A ideia de grupo, *de povo*, é muito forte. Não é raro ouvir de lideranças quilombolas a expressão “*nosso povo*”, demonstrando assim que a luta quilombola é um projeto de emancipação coletiva, imensurável e também ancestral.



Foto 120: Sandra na cidade de Piranga, atividade com os quilombolas da Zona da Mata de Minas Gerais.

Linhas dos Tempos

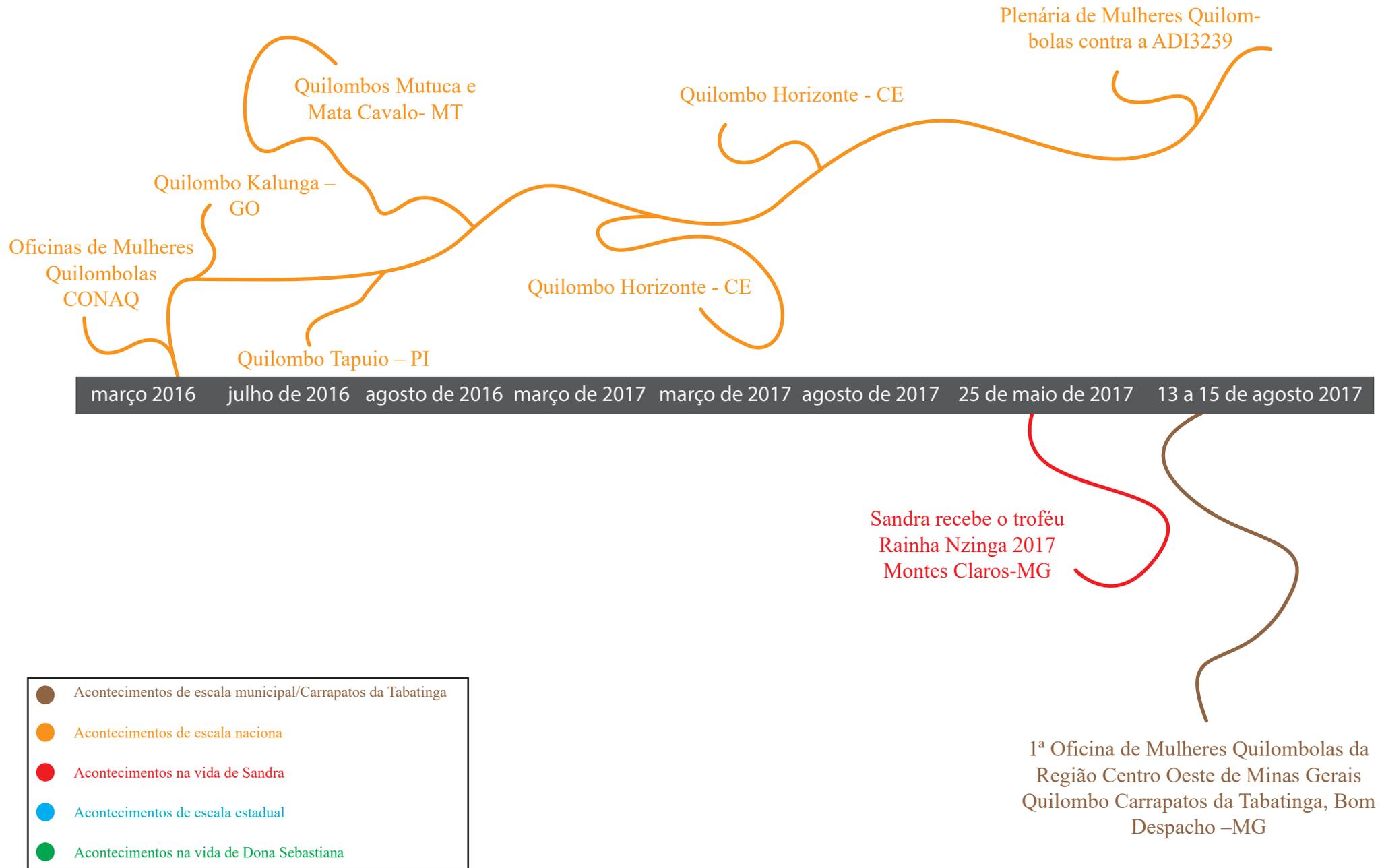


Figura 6

*Houve um tempo
em que a velha
bordava nos meus dias
os pontos mistérios
do meu viver.*

*E eram tantos os pontos
das cruzadas linhas
sombreados, encadeados,
pontos cheios e vazios
atrás, adiante, adiante.*

*Houve um tempo
em que a velha
temperando os meus dias
misturava o real e os sonhos
inventando alquimias.*

*E eram tantos os paladares
do mel ao amargo e seu
entremeio
do ácido ao ferver e seu
entregosto
do escaldante ao frio e seu
entrelaço.*

*Houve um tempo
em que a velha
me buscava
e eu menina
como os olhos
que ela me emprestava,
via por inteiro
o coração da vida.*

*Houve um tempo
em que eu velha
houve um tempo
em que eu menina...*

Da Velha à Menina
(Conceição Evaristo — Poemas da recordação e outros movimentos)



Foto 121: Bonecas do quarto de Sandra.

Conclusão

Esta conclusão não consiste num encerrar de caminhos. Em verdade, esta é uma pausa, que logo mais se transformará ou se integrará a outros movimentos por estas tantas linhas de vida.

Ao longo do processo de trabalho e convivência com Sandra, uma de suas preocupações em reuniões entre os apoiadores diversos e também em diálogos comigo, era que as pessoas soubessem o quanto os quilombolas têm feito para combater ativamente formas de sujeição e injustiças sociais que incidem sobre elas. Em algumas situações, quando sentia que pudesse haver quaisquer dúvidas ou incompreensões sobre a pertinência da luta social quilombola, recorrentemente proferia a seguinte sentença: “*Nós não somos coitadinhos*”. Ao pontuar essa questão, Sandra defendia que os direitos e políticas sociais específicas para as comunidades quilombolas constituíam ações de direitos humanos, e que por isso não aceitaria qualquer perspectiva que os mantivesse em posição de dependência ou subalternidade.

Por todos os momentos em que a acompanhei, Sandra sempre fez questão de que fosse observada como uma mulher ativa. Colocando em prática a altivez que aprendeu com sua mãe, ela sempre desconfiava que os estudos feitos nas universidades não demonstravam o engajamento das pessoas quilombolas ao defender seus direitos contra os “inimigos” que, sabemos, possuem formas e forças poderosas, mas que são continuamente combatidos.

Ninguém sabe que nós estamos aqui, que estamos lutando. “Entra” pra dentro de gabinete de deputado, eles arrastam nós pro lado de fora e a gente torna a ocupar... Ninguém sabe disso.

Falar só de sofrimento? O que vocês estão fazendo pra mudar isso? É isso que eu queria que tivesse escrito.

Como é, e o que é que a gente está tentando fazer pra reverter. Tem que falar. Porque se ficar só pondo nós chorando, chorando, sem fazer nada, o povo vai entender assim: “Esse povo fica chorando, e o que eles fizeram pra mudar?”. Essa é a pergunta de muita gente que lê alguns livros.

Não tá escrito. Ninguém relatou. De vez em quando, eu vou na academia quando eles me chamam, e é a primeira coisa que os alunos perguntam: “O que vocês estão fazendo para reverter?”. Porque não tá escrito.

Aí eu respondo: “Ó meu filho, nós já fizemos tanta coisa...”. Até agora nós não conseguimos, por mais que a gente tenha feito um monte de ação.

Ao me relatar depoimentos como esses, Sandra se referia a certa insatisfação com alguns trabalhos e interpretações acadêmicas acerca das comunidades quilombolas. Creio que principalmente me advertia para que não a descrevesse — nem a ela, nem seus companheiros quilombolas — de maneira passiva. Sandra faz claramente uma leitura sobre a situação de disputa e competição de forças existente entre quilombolas e setores colonizadores e opressores, contrários aos seus direitos.

Em todos os capítulos, a preocupação de não efetuar uma leitura de Sandra, sua família e suas companheiras e companheiros quilombolas como “coitadinhos” sempre esteve presente. Desde o primeiro capítulo, quando descrevo a saga de Dona Sebastiana a percorrer diversos caminhos até refundar espacialmente seu quilombo, Carrapatos da Tabatinga, no município de Bom Despacho; para no segundo capítulo relatar a luta de Sandra para se educar formalmente e, posteriormente, sua inserção absoluta e profunda no movimento quilombola regional, estadual e nacional; depois, no capítulo três, explicitando algumas de suas ações e participações em momentos de grandiosidade da história política e social nacional recentes; e finalmente, no quarto capítulo, quando descrevo estratégias de resistência e combate a situações de opressões que empreende enquanto mulher quilombola e liderança de destaque em uma posição geralmente ocupada por homens. Em todos esses momentos, tive o acompanhamento da voz de Sandra a me dizer, como disse em nossa primeira entrevista em 2015 e seguiu de maneira similar afirmando por tantas outras vezes:

... Nós não somos coitadinhos, a gente não quer piedade, a gente quer respeito e reconhecimento aos nossos direitos, porque nós somos capazes; é só eles nos deixarem em paz para progredir, trabalhar e conseguir.

No início desta dissertação, ao revelar que em alguns momentos de seu discurso Dona Sebastiana refere a si mesma como uma africana, e também a “seu povo” como “os africanos”, utilizei uma citação de Stuart Hall para explicar os mitos fundadores sobre o tema da ancestralidade, sempre invocada e lembrada por Sebastiana. Naquele momento, destaquei do texto de Hall uma passagem que remetia à capacidade dos mitos de dar sentido à vida e à história das pessoas, influenciando em suas ações (HALL, 2009). No entanto, essa passagem tem continuidade, e seu desenvolver pode ser proveitoso e pertinente neste momento de conclusão:

[os mitos] têm a estrutura de uma dupla inscrição. *Seu poder redentor encontra-se no futuro*, que ainda está porvir. (HALL, 2009, p. 29. Grifos meus).

Algo semelhante afirmou Antônio Bispo em seu livro *Colonização, Quilombos*:

o presente atua como interlocutor do passado e consecutivamente locutor do futuro. (...) Como definir e/ou dimensionar o tempo? Ou seja, onde começam e terminam o passado e o presente e onde começa o futuro? (SANTOS, 2015).

A partir do pensamento de Stuart Hall e Antônio Bispo, tendo em perspectiva a trajetória de vida de Sandra Maria da Silva Andrade e a quantidade de outras histórias quilombolas que à sua vivência se somam em reflexo, percebo que muita atenção deve ser dada àquilo que está *porvir* (HALL, 2009) e que, acredito, é de conhecimento dos quilombolas quando estes se lançam pelos caminhos da luta por reconhecimento e conquista de direitos.

Se os mitos anteveem o futuro, somente aqueles que já caminharam muito pelos caminhos pré-traçados pela ancestralidade o conhecem em intimidade, como Dona Sebastiana, e podem assim acessar um pouco sobre este futuro que virá. No entanto, penso que seja carregada de certa inspiração e certeza sobre a dignidade deste processo de criação do futuro que Sandra caminha pelas linhas de vida que emana de sua trajetória social, mirando sempre um porvir certamente mais justo.

Ao longo desta dissertação desenvolvi um esquema gráfico que chamei de “linhas dos tempos”. Este esquema, inspirado nas ideias de Ingold sobre as linhas de movimento, fecha todos os capítulos deste texto destacando algumas passagens narradas ao longo de cada trecho que considerei importantes de terem perspectiva. Desenvolvi linhas de cores diferentes para demonstrar movimentos e acontecimentos que se passaram pelas vidas de Sandra (linhas vermelhas), de Sebastiana (linhas verdes), dos Carrapatos da Tabatinga e da política municipal de Bom Despacho (linhas marrons), da política e do movimento quilombola estadual em Minas Gerais (linhas azuis), da política e do movimento quilombola em escala nacional (linhas amarelas). Em todos estes capítulos, as linhas apresentadas consistiram em seleções, feitas por mim, sobre situações que considerei de destaque entre as diversas informações de que dispunha para apresentar. Muitas outras

linhas poderiam ter sido destacadas, como ainda podem.

Ao final deste ensaio, gostaria de deixar mais um esquema de “linhas dos tempos”, com um diferencial: várias linhas já estão traçadas, pois sobrepus aquelas desenhadas a cada final de capítulo, e ainda agreguei mais algumas; no entanto, estas linhas não estão preenchidas, assim como suas temporalidades e ocorrências no tempo também não se acham demarcadas. A intenção é provocar uma reflexão sobre as outras diversas linhas de movimento relevantes na história de vida de Sandra, e/ou do movimento quilombola, as quais a dissertação pode ter deixado de destacar, pois nunca foi objetivo abarcar todos os assuntos de forma completa, porquanto esta não seria uma tarefa viável.

Mas, além de destacar temas do passado e do presente, proponho que projetemos sobre o futuro: quais os caminhos que gostaríamos de ressaltar neste tempo que está *porvir* e como serão as trajetórias que teremos em breve para observar, resenhar e, até mesmo, delas fazer parte? Sandra, como uma potente peregrina por estes movimentos e linhas de vida, continua a se movimentar, somando seus caminhos neste futuro, que se espera, lhe reserve justiça.



Foto 122: Sandra caminho na Marcha das Mulheres Negras

Linhas dos Tempos

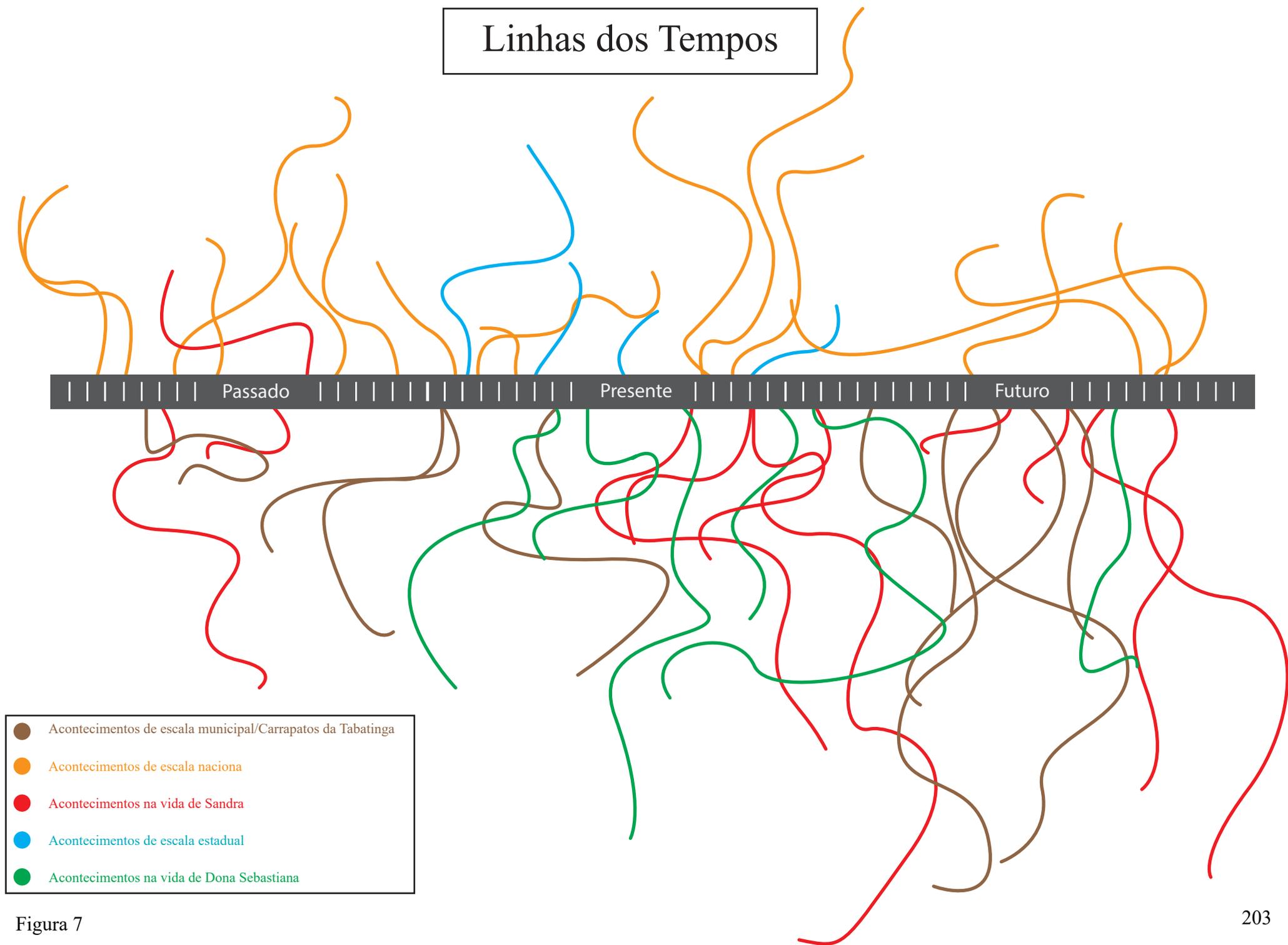


Figura 7

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHUTTI, L.E. 2004. **Fotoetnografia da Biblioteca Jardim**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Tomo Editorial.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Os quilombos e as novas etnias**. In: Quilombos: identidade étnica e territorialidade /Eliane Cantarino O'Dwyer, organizadora. — Rio de Janeiro : Editora FGV, 2002.

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Golpe Branco**. In:Dossiê Antropologia do Impeachment. Revista de Antropologia da UFSCar. jul/dez 2016. v. 8, n. 2.

ALMEIDA, Ronaldo. **Os Deuses no Parlamento**. In: Dinâmicas da Crise. Revista Novos Estudos Cebrap. 2017. Disponível em : <<https://www.yumpu.com/pt/document/fullscreen/58642834/novos-estudos-especial-dinamicas-da-crise>> Acessado em 28 de agosto de 2017.

ALVES, Yara de Cássia. **Como etnografar um mundo em que TUDO GIRA, GERA e MEXE? Apontamentos sobre os Movimentos dos “habitantes” de Pinheiro**. In: III Seminário de Antropologia da UFSCAR, 2014, São Carlos. ANAIS DO SEMINÁRIO DE ANTROPOLOGIA DA UFSCAR, ANO 1, EDIÇÃO 1, 2014. v. 1.

AMNB- Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras. **E-Book Marcha das Mulheres Negras**. AMNB,2015. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/e-book-marcha-das-mulheres-negras/>>. Acessado em 25 de julho de 2017.

APPADURAI, Arjun. **Sovereignty without Territoriality: notes for a posnational geography**. (pp.337---350). In: LOW, Setha; LAWRENCE---ZÚNIGA, Denise. 2003. Locating Culture. The Anthropology of Space and a Place. Blackwell Publishing.

ARRUTTI, José Maurício P A. **A emergência dos “Remanescentes”:** Notas para o diálogo entre Indígenas e Quilombolas. Rio de Janeiro: Revista MANA 3(2):7-38,1997.

_____. **De como a cultura se faz política e vice-versa: sobre religiões, festas, negritudes e indianidades no Nordeste contemporâneo**. Comunidade Virtual de Antropologia, n. 10, 2003.

_____. **O Quilombo Conceitual: Por uma sociologia do artigo 68**. Texto para discussão Projeto Egbé – Territórios Negros (KOINONIA), 2003.

_____. **Quilombos**. In: Raça: Perspectivas Antropológicas. [org.

Osmundo Pinho]. Salvador : ABA / Ed. Unicamp / EDUFBA. 2008.

ASAD, Talal. **Dónde están los márgenes del Estado?** .In: Cuadernos de Antropología Social. nº27, pp. 53-62. UBA- Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires: 2008.

BARTH, Fredrik. **Etnicidade e o conceito de cultura.** Niterói: Revista Antropolítica, n. 19, 2005.

BARTH, Fredrik. **Os Grupos étnicos e suas fronteiras.** In. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Tradução John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, pp.26-67 . 2000.

BASTIDE, Roger - **O Candomblé da Bahia.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

BERNARDINO-COSTA, Joaze (2015) **Saberes subalternos e decolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil.** Brasília, EdUnB.

BEVILAQUA, Ciméa. **Etnografia do Estado: algumas questões metodológicas e éticas.** Curitiba: Revista Campos nº3, 2003.

BOBBIO, N. et al. (Org.) **Dicionário de política.** Brasília: Editora UnB, 2007. 2v.

BORDIEU, Pierre. **A identidade e a representação: Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região.** In: O Poder Simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BIONDI, Karina. **Etnografia no movimento: Território, Hierarquia e Lei no PCC.** Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal de São Carlos, 2014.

BOSI, Ecléa. **Memória & sociedade: lembrança de velhos.** São Paulo: EDUSP, 2003.

BRASIL, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil.**

BRASIL. **Decreto N. 4.887, de 20 de novembro de 2003.**

CAIUBY NOVAES, Sylvia. 2008. **Imagem, magia e imaginação: desafios ao texto antropológico.** Mana 14(2): 455-475.

CALAVIA SÁEZ, Oscar. **Autobiografia e sujeito histórico indígena.** Novos Estudos

CEBRAP 76, 2006b.

_____. **Autobiografia e liderança indígena no Brasil.** *Tellus*, ano 7, número 12, 2007.

CAMARGO, Maria Silvia Camargo & ISIDORO, Cristiana (fotografia). **Mulher e Trabalho- 32 Histórias.** São Paulo. Editora 34, 1997.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Identidade étnica, Reconhecimento e o Mundo Moral.** Revista ANTHROPOLOGICAS, ano 9, vol. 16, 2005.

_____. Roberto Cardoso. **Identidade Étnica, Identificação e Manipulação.** In: Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela . **Etnicidade: da Cultura, Residual mas Irredutível.** São Paulo :Lua Nova. Revista de Cultura e Política, v. 1, n. 1, 1979.

CARNEIRO, Sueli (2005) **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** (Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo).

_____. **Mulheres Negras e Poder: um ensaio sobre a ausência.** Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2009. p. 50 – 55.

CARVALHO, José Jorge de. **Metamorfoses das tradições performáticas afro-brasileiras: de patrimônio cultural a indústria de entretenimento.** In: Série Encontros e Estudos, no. 5, Celebrações e Saberes da Cultura Popular – pesquisa, inventário, crítica, perspectivas, p. 65 a 84, IPHAN/CNFCP, 2006.

CASTELO BRANCO, Guilherme. **Michel Foucault: Técnicas de Poder e Biopolítica.** In. O Poder em Perspectiva. Belo Horizonte: Sfrage Editora. 2012.

CASTRO, Felipe; MARQUESINI, Janaína ; COSTA, Luana ; MUNHOZ, Raquel. **Quelê, a voz da cor. Biografia de Clementina de Jesus.** 2ª ed. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2017.

CARVALHO, Ana Paula Comin de. **Tecnologias de governo, regularização de territórios quilombolas, conflitos e respostas estatais.** Horizontes Antropológicos. [online]. 2016, vol.22, n.46, pp.131-157.

CEDEFES- Centro de Documentação Elóy Ferreira da Silva. **Comunidades Quilombolas**

de Minas Gerais no século XXI – História e resistência. Editora Autêntica. Belo Horizonte, 2008.

CHAGAS, Miriam de Fátima. **A política do reconhecimento dos "remanescentes das comunidades dos quilombos"**. Porto Alegre: Horizontes antropológicos. vol.7, n.15, pp. 209-235. ISSN 0104-7183. 2001.

COLLINS, Patricia Hill (2000) **Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and politics of empowerment.** New York/London: Routledge (Ch.1 – The politics of black feminist thought, pp. 1 – 20; Ch. 2 – Distinguishing features of black feminist thought, pp. 21-43; Ch. 3 – Work, family, and black women's oppression, pp. 45-67; Ch. 4 – Mammies, matriarchs, and other controlling images, pp. 69-96; Ch. 12 – Toward a politics of empowerment, pp. 273-290).

_____. **Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória.** Trad. Bianca Santana. Revista Parágrafo, v.5, n. 1, 2017.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

_____. **Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural.** 1.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

_____. **Vigiar e narrar. Sobre formas de observação, narração e julgamento de movimentações.** *Revista de Antropologia (USP. Impresso)*, v.57, p.107-42, 2014.

COSTA, Pedro Henrique Mourthé de Araújo. **Entre os documentos e as retomadas: movimentos da luta pelo território em Brejo dos Crioulos (MG).** (Dissertação de Mestrado). São Carlos: UFSCar, 2015, 162 p.

CONFLITOS NO CAMPO. Coordenação: Canuto, Antônio; Luz, Cássia Regina da Silva ; Andrade, Thiago Valentim Pinto. CPT-Nacional. Brasil, 2016, 232 p.

DAS, Veena. **O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade.** Cadernos Pagu (37), julho-dezembro, 2011.

DUPRAT, Deborah. Prefácio. In: SHIRAISHI NETO, Joaquim (org.). **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil : declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional.** Manaus: UEA, 2007.

DUPRAT, Deborah. 2008. **O Estado pluriétnico.** Disponível em: http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/documentos-publicacoes/docs_artigos/estado_plurietnico.pdf.

Acessado em 8 de novembro de 2016.

Edwards, Elizabeth. 1996 **Antropologia e Fotografia**. Cadernos de Antropologia e Imagem, 2, pp. 11-28.

ESCOBAR, Arturo. 2010. **Territorios de diferencia: Lugar, movimientos, vida, rede**. Popayan (Colombia). Enviñon editores.

_____. 2015. **Territorios de diferencias: la ontologia política de los “derechos al territorio”**. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 35, p. 89-100.

FLACH, Simoe de Fátima. **Direito à educação e obrigatoriedade escolar no Brasil: entre a previsão legal e a realidade**. Revista HISTEDBR On-li, Campinas, n.43, p. 285-303, set. 2011.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes. 2008.

_____, Michel. **Em defesa da sociedade**. Curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GAMA, Fabiene. **Sobre emoções, imagens e os sentidos: estratégias para experimentar, documentar e expressar dados etnográficos**. RBSE-Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 15, n. 45, p. 116-130, dezembro de 2016.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. 1ªed. 13 reimp. Rio de Janeiro :LTC, 2008. 323p.

GILROY, Paul (2001) **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. SP/RJ: Editora 34 e Ed.UCAM. (cap. 1 –O atlântico negro como contracultura da modernidade, pp. 33 – 100; Cap. 2 - Uma história para não se passar adiante: a memória viva e o sublime escravo, pp. 351- 419).

GONÇALVES, Marco Antônio; Marques, Roberto; Cardoso, Vânia Z (orgs.). **Etnobiografia: esboços de um conceito**. In: Etnobiografia: subjetivação e etnografia. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano**. Revista Isis Internacional, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988a.

_____. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988b.

GOMES, Lilian C. B. **O outro lado da história que não foi contado: A capacidade de refundação do sentido da política no Brasil a partir da experiência das comunidades de quilombos.** In. WOLKMER, Antonio Carlos et al. Os direitos territoriais quilombolas: além do marco temporal. Ed. PUC Goiás, Goiânia, 2016.

GOMES, Núbia Pereira de Magalhães & PEREIRA, Edmilson de Almeida. **Negras Raízes Mineiras: Os Arturos.** Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1988.

GROSSI, MÍRIAM PILLAR; MIGUEL, SÔNIA MALHEIROS. **Transformando a diferença: as mulheres na política.** *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2001, vol.9, n.1, pp.167-206.

GUPTA, Akhil & FERGUSON, James. **Mais além da Cultura: Espaço, identidade e política da diferença.** In: ARANTES, Antônio Augusto. O espaço da diferença. Campinas/SP: Papius, pp. 30-49, 2000.

GURAN, Milton. 2000. **Fotografar para descobrir, fotografar para contar.** Cadernos de Antropologia e Imagem, 10(1), pp.155-65.

HAESBAERT. Rogério. **Concepção de território para entender a desterritorialização.** In: SANTOS, Milton(org) Território, territórios-ensaio sobre o ordenamento territorial. Niterói: DP&A Editora, pp.44-70, 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais.** Organização Liv Sovick; Tradução Adelaine la Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HALBWACHS, Maurice. 2004. **A memória coletiva e o espaço.** Memória Coletiva. São Paulo: Centauro (pp.137---167).

HONNETH, Axel. **A Luta pelo reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais.** São Paulo. Editora 34, 2003.

hooks, Bell (1981) **Ain't I a woman: black women and feminism.** Boston: South End Press. (Introduction, pp. 1 -14; Ch. 1-Sexism and the black female slave experience, pp. 15-50; Ch.2 – Continued devaluation of black womanhood, pp. 51 – 86; Ch. 5 – Black women and feminism, pp. 159-197).

INGOLD, Tim. **Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição.** Tradução de Fábio Cfreder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. Coleção Antropologia

_____. **Being Alive: essays on movement knowledge and description.**

London. New York. Routledge, 2011.

_____. **Lines – a Brief history.** London. New York, 2007b.

JESUS, Carolina Maria de. **Provérbios.** 1963.

KOFES, Suely. **Narrativas biográficas: que tipo de antropologia isso pode ser?** In.: Manica, Daniela; Kofes, Suely (orgs.). *Vida e grafias: narrativas antropológicas, entre biografia e etnografia.* Rio de Janeiro: Editora Lamparina & FAPERJ, 2015.

_____. *Uma trajetória, em narrativas.* Campinas: Mercado de Letras, 2001.

KOPENAWA, Davi; Albert, Bruce. **A Queda do Céu: Palavras de um xamã yanomami.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História .** 2ª ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica.** 4ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

KOURY, Mauro. 2006. **Os pesquisadores frente a um olhar e ao uso da fotografia nas ciências sociais no Brasil.** *Cadernos de Antropologia e Imagem*, 22(1), pp. 45-56.

LEINER, Piero. **Ensaio sobre o Estado Bipolar, ou, “A Síndrome de Barbosa”.** In: Dossiê Antropologia do Impeachment. *Revista de Antropologia da UFSCar*. jul/dez 2016. v. 8, n. 2.

LEITE, Ilka Boaventura. **Humanidades insurgentes: conflitos e criminalização dos Quilombos.** In: *Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos* Vol. 01, nº. 02. /Alfredo Wagner Berno de Almeida (Orgs)... [et al]. –Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade.** Brasília: Série Antropologia, 2002.

LOBO, Elisabeth Souza. **O Gênero da Representação: Movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980- 1990).** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*,

São Paulo, n.17, out. 1991.

MARCUS, George. **Ethnography in/of the world system: the emergence of Multi-sited Ethnography**. *Annual. Review of Anthropology*, 1995.

MARGOLOICK, David. **Strange Fruit: Billie Holiday e a biografia de uma canção**. Tradução: José Rubens Siqueira. São Paulo. Cosac Naify, 2012.

MARQUES, Carlos Eduardo. **De Quilombos a Quilombolas: notas sobre um processo histórico-etnográfico**. São Paulo : Revista de Antropologia, v. 52 nº 1, USP, 2009.

MARQUES, Carlos Eduardo. **Vinte anos da Constituição Federal Brasileira (1988-2008): algumas reflexões a respeito da Categoria “remanescentes de quilombos”**. Revista Teoria e Sociedade, nº 17.1 – Belo Horizonte, 2009.

MATTOS, Hebe. **“Remanescentes das comunidades dos quilombos”: memória do cativo e políticas de reparação no Brasil**. São Paulo: Revista USP, n.68, pp. 104-111, dezembro/fevereiro 2005-2006.

MAYBURY-LEWIS, David - **Vivendo Leviatã: Grupos Étnicos e o Estado**. In Anuário Antropológico. Brasília, 1983.

MEDEIROS, Bartolmeu Tito Figueirôa de. **Quando o campo é o quilombo: etnicidade, políticas patrimoniais e processos de negociação**. In: Antropologia e patrimônio cultural : diálogos e desafios contemporâneos / organizadores Manuel Ferreira Lima Filho, Jane Felipe Beltrão, CorneliaEckert. – Blumenau : Nova Letra,368p. 2007.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**. 4ª ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Relatos Antropológicos sobre Terras de Quilombo: Balanço e perspectivas de uma antropologia em ação**. In: O Fazer Antropológico e o Reconhecimento de Direitos Constitucionais- O caso das Terras de Quilombo no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Ed. E-papers, 2012.

_____, Eliane Cantarino. **Terras de Quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção**. In: Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos Vol. 01, nº. 02. /Alfredo Wagner Berno de Almeida (Orgs)... [et al]. –Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.

_____, Eliane Cantarino. **Terras de Quilombo: Identidade Étnica e os Caminhos do Reconhecimento**. Sergipe: Revista TOMO, nº9. 2007.

ONU; OPAS; SPM; FLACS. **Mapa da Violência 2015: Homicídios de Mulheres no Brasil**. Disponível em : < www.mapadaviolencia.org.br > . Acessado em 22 de julho de 2017.

PASSOLD, Sirlene Barbosa Correa. **Desapocadas: Concepções de beleza e conhecimentos tradicionais de mulheres quilombolas do Puris-MG**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília-UnB. Brasília, 2016.

PEIRANO, Mariza. **O dito e o feito : ensaios de antropologia dos rituais** .Rio de Janeiro: Relume Dumará - Núcleo de Antropologia da Política-UFRJ, 2002.

PETRONI, Mariana C.A. **Índios em movimento: a trajetória política de Álvaro Tukano**. Tese de Doutorado. UNICAMP. Campinas, SP, 2015.

PINTO, Elisabete Aparecida. **Etnicidade, gênero e educação: Trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991)**. São Paulo: Annita Garibaldi, 2015.

POOLE, Deborah & DAS, Veena. **El Estado y sus Mágenes. Etnografías Comparadas**. In: Cuadernos de Antropología Social. nº27, pp. 19-52.UBA- Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires: 2008.

PORTELA, Cristiane A. **Gênero, etnicidade e suas interseccionalidades: narrativas Kura-Bakairi na Universidade de Brasília**. In. STEVENS, Cristina; OLIVEIRA,Susane; ZANELLO,Valeska; SILVA, Edlene; PORTELA, Cristiane. **Mulheres e Violências: Interseccionalidades**. Brasília, Technopolitik, 2017.

PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo, Companhia das Letras, 2001, 591 pp.

PRIOSTE, Fernando Gallardo Vieira & ARAÚJO, Eduardo Fernandes de (Orgs.). **Direito Constitucional Quilombola: análises sobre a ação direta de inconstitucionalidade no 3239**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

_____. Fernando Gallardo Vieira. **Quilombolas, Luta por terra e questões raciais no Supremo Tribunal Federal**. In. WOLKMER, Antonio Carlos et al. Os direitos territoriais quilombolas: além do marco temporal. Ed. PUC Goiás, Goiânia, 2016.

RATTS, Alex (2007) **Eu Sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Instituto Kwanza.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RENAN, Ernest. **“Que é uma nação?”**. Tradução de Samuel Titan Jr. São Paulo: Plural, Sociologia, USP, p.154-175, 1º sem. 1997.

RODNAN, Margaret C. 2003. **Empowering Place: multilocality and multivocality**. In: LOW, Setha; LAWRENCE---ZÚNIGA, Denise. 2003. *Locating Culture. The Anthropology of Space and Place*. Blackwell Publishing.

SALÁMÍ, Síkirú. **A Mitologia dos Orixás Africanos**. Volume I. São Paulo, Editora Oduduwa, 1990.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos – modos e significados**. INCTI, Universidade de Brasília, 2015.

SANTOS, Maria Stella de Azevedo. **O que as folhas cantam (para quem canta folha)** . Maria Stella de Azevedo e Graziela Domini Peixoto. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI), 2014. 272p.

SANTOS, Miriam de Oliveira, ZANINI, Maria Catalina Chitolina. **Ferrovias, Etnicidade e Processos Migratórios: ascensão social e alteridade no mundo do trabalho** . Revista de Ciências Sociais, n.37, 2012.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **Questão Racial e Etnicidade**. In: *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS: Brasília, DF: CAPES, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Espectáculo da miscigenação**. *Estud. av.* [online]. 1994, vol.8, n.20, pp. 137-152. ISSN 0103-4014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141994000100017&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acessado em 09 de novembro de 2016.

SCHERER, Joanna. 1995. **Documento fotográfico: fotografias como dado primário na pesquisa antropológica**. *Cadernos de Antropologia e Imagem* 3: 69-83

SERRA, Olympio. **Questões de identidade cultural**. In: ARANTES, Antônio Augusto (org). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVA, Cidinha da. **Para onde caminha a Marcha das Mulheres Negras.** Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/tag/marcha-das-mulheres-negras/> >. Acessado em 25 de agosto de 2017.

SILVA, Maria Alice Siqueira Mendes e. **Sobre a análise do discurso.** Revista de Psicologia da UNESP, 4(1), 2005.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. **Depoimento Oral e Fotografia na Reconstrução da Memória Histórico-Sociológica e Reflexões de Pesquisa.** Boletim do centro de memória, n.5, p. 14-24, 1991.

SOUZA, Barbara Oliveira. **Aquilombar-se: panorama sobre o movimento quilombola brasileiro.** Curitiba: Appris, 2016.

SOUZA, Jessé. **Uma teoria crítica do reconhecimento.** *Lua Nova* [online]. 2000, n.50, pp. 133-158. ISSN 0102-6445. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010264452000000200008&script=sci_arttext>. Acessado em 26 de novembro de 2013.

TEIXEIRA, Diogo de Vasconcelos; VESPÚCIO, Carolina Rocha. **O direito à educação nas Constituições brasileiras.** *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 19, n. 4117, 9 out. 2014.

THOMPSON, Paul. **História oral e contemporaneidade.** In: História Oral- Revista da Associação Brasileira de História Oral. n°5, 2002.

TILLEY, Christopher. 1994. **A Phenomenology of Landscape: Places, Paths and Monuments.** Oxford/Providence, USA, Berg Publishers.

TUAN, Yi-Fu. 1983. **Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência.** Tradução de Livia de Oliveira, São Paulo, Difel.

VERGER, Pierre Fatumbi. **Orixás.** 6ª ed. Editora Corrupio. 2009

WEBER, Regina. **Relatos de quem colhe relatos: pesquisa em história oral e ciências sociais;** In: Dados- Revista de Ciências Sociais, vol 39, 1996.

WEBER, Max. **Relações Comunitárias Étnicas.** In: Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva, vol. 1. Brasília: Editora UnB, pp. 267-277, 1991.

WERNECK, Jurema. (2010). **Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo.** Revista Da ABPN .

Linhas dos Tempos

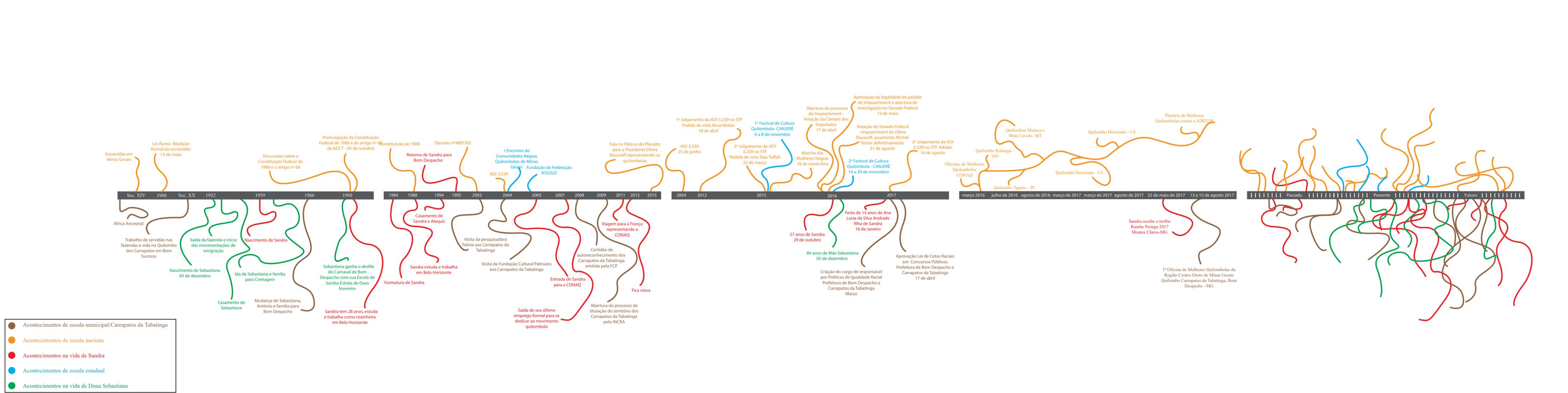


Figura 8